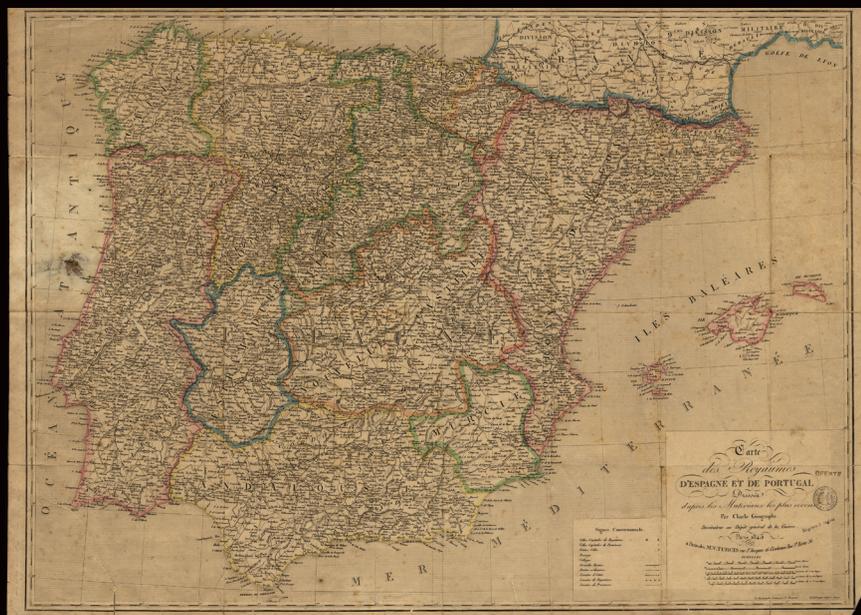


IBERISMOS

NAÇÃO E TRANNAÇÃO,
PORTUGAL E ESPANHA

C.1807-C.1931



SÉRGIO CAMPOS MATOS

SÉRGIO CAMPOS MATOS é Professor Associado com Agregação da Universidade de Lisboa. Nos últimos anos tem-se dedicado ao estudo dos nacionalismos, memórias sociais e culturas políticas nas suas relações transnacionais, nos três últimos séculos. Entre outros trabalhos, é autor de *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX* (1846-1898), 1998 e *Consciência histórica e nacionalismo, Portugal séculos XIX e XX*, 2008. Coordena o *Dicionário de Historiadores Portugueses (1779-1974)*, online no site da Biblioteca Nacional de Portugal. Co-editou *Historiografia e memórias (séculos XIX-XXI)*, 2012 e *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX*, 2013. É investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa. Colaborou em diversos projetos de investigação internacionais e nacionais.

Os iberismos prendem-se com uma problemática central da reflexão política e histórica na Europa dos séculos XIX e XX: como se definia uma nação? Que viabilidade e possibilidades futuras poderia ter? Será pertinente interpretá-los como expressões de um nacionalismo equiparável aos que deram lugar à unificação da Itália e da Alemanha? Os conceitos de iberismo e de hispanismo (pan-hispanismo, hispano-americanismo, ibero-americanismo, etc.) foram assumindo significados diversos consoante as conjunturas históricas. Geraram expectativas de futuro, mas também suscitaram resistências. Pouco mobilizadores em Portugal, mas também em Espanha, nunca se organizaram em movimentos políticos dotados de programas consistentes de ação. Suscitaram contudo larga reação pública e incentivaram a comunicação política entre portugueses e espanhóis, alimentando vivo debate transnacional. Com base em alargada investigação, desenvolve-se uma abordagem integrada que estuda os agentes envolvidos e reavalia o lugar dos iberismos nas culturas políticas e históricas peninsulares, num período que vai da ocupação francesa à instauração das ditaduras, nos anos 30.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA



Diretor Principal

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Os originais enviados são sujeitos a apreciação científica por referees.

Assistente Editorial

Marlene Taveira

Comissão Científica

Agnes Szilagyi

Universidade Eötvös Loránd (Budapeste)

Alice Kessler-Harris

Columbia University

Álvaro Garrido

Universidade de Coimbra

Daniel Innerarity

Universidad de Zaragoza

Hipólito de la Torre Gómez

UNED – Madrid

Ioan Horga

Universidade de Oradea – Oradea

Jean Garrigues

Universidade de Orléans

João Paulo Avelãs Nunes

Universidade de Coimbra

Jorge Alves

Universidade do Porto

Luís Reis Torgal

Universidade de Coimbra

Maria da Conceição Meireles

Universidade do Porto

Maria Luiza Tucci Carneiro

Universidade de São Paulo (Brasil)

Mariano Esteban Vega

Universidade de Salamanca

Maurizio Ridolfi

Università della Tuscia (Viterbo)

Rui Cunha Martins

Universidade de Coimbra

Sérgio Campos Matos

Universidade de Lisboa

Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Infografia da Capa

Carlos Costa

Infografia

Imprensa da Universidade de Coimbra

Revisão

Graça Pericão

Imagem da Capa

Carte des royaumes d'Espagne et de Portugal

[Material cartográfico] / dressée d'après les matériaux les plus récents par Charle Geographe dessinateur au dépôt général de la guerre; la topographie gravée par P. Dumortier; la lettre par Aubert, Junior. Paris: M. V. Turgis, 1845.

Impressão e Acabamento

www.artipol.net

ISBN

978-989-26-1367-3

ISBN Digital

978-989-26-1368-0

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1368-0>

Depósito Legal

435348/17

O Autor declara a sua não concordância com a ortografia adotada.

© DEZEMBRO 2017,

IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SÉRGIO CAMPOS MATOS

IBERISMOS

NAÇÃO E TRANSNAÇÃO, PORTUGAL E ESPANHA
c.1807-c.1931



2 0 1 7 • C O I M B R A

Página deixada propositadamente em branco.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. PROBLEMAS | 11 |
| IBÉRIA, ESPANHA..... | 13 |
| IBERISMO NO PLURAL..... | 16 |
| A DIFICULDADE EM NOMEAR..... | 20 |
| | |
| 2. A QUESTÃO IBÉRICA: DA OCUPAÇÃO FRANCESA À CRISE DE 1890-92 | 31 |
| FEDERALISMOS E UNITARISMOS..... | 36 |
| PORQUE FALHOU A UNIÃO IBÉRICA EM 1870?..... | 49 |
| FRONTEIRA IMAGINÁRIA OU MURALHA DA CHINA?..... | 56 |
| ESPAÑHÓIS EM PORTUGAL..... | 67 |
| ESTRATÉGIAS IBERISTAS E ANTI-IBERISTAS..... | 75 |
| CIDADANIA, IDENTIDADE ÉTNICA E HISTÓRIA..... | 81 |
| RETRATAÇÕES..... | 100 |
| | |
| 3. UM GRUPO DE PRESSÃO HISPANOFÓBICO | 111 |
| PARA UMA SOCIOLOGIA DE IBERISTAS E ANTI-IBERISTAS..... | 114 |
| DA COMISSÃO 1.º DE DEZEMBRO À SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA..... | 117 |
| A I REPÚBLICA E O 1.º DE DEZEMBRO..... | 129 |
| A RESTAURAÇÃO NA MEMÓRIA HISTÓRICA..... | 135 |
| PORQUÊ O 1.º DE DEZEMBRO?..... | 142 |

| | |
|--|-----|
| 4. A GERAÇÃO DE 70 E A ESPANHA | 145 |
| ANIQUILAR A PÁTRIA?..... | 147 |
| EÇA EM DEFESA DOS INVÁLIDOS | 151 |
| TEÓFILO BRAGA E A ESPANHA COMO ESTÍMULO POLÍTICO..... | 158 |
| OLIVEIRA MARTINS: “CREMOS EM UMA VINDOURA ESPANHA”..... | 162 |
| UMA OBRA PIONEIRA | 177 |
| UM CONCEITO ESQUECIDO?..... | 204 |
| PARA UMA COMPARAÇÃO COM A GERAÇÃO DE 98..... | 208 |
| | |
| 5. DO FIM DE SÉCULO ÀS DITADURAS | 215 |
| PERANTE O ÚLTIMATUM: UMA REAPROXIMAÇÃO | 217 |
| O ENCONTRO DE BADAJOZ E O SEU VALOR INSTRUMENTAL..... | 220 |
| 1898: OS BRAVOS ESPANHÓIS | 235 |
| IBERISMO E ANTI-IBERISMO DURANTE A I REPÚBLICA PORTUGUESA..... | 239 |
| OUTROS DEBATES: DA HARMONIA IBÉRICA ÀS DITADURAS | 247 |
| MÚLTIPLOS MODOS | 256 |
| | |
| 6. METAMORFOSES: IBERISMOS E HISPANISMOS | 265 |
| RELAÇÕES PORTUGAL-ESPANHA: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS (1890 E 1898)..... | 267 |
| PAN-HISPANISMO, HISPANO-AMERICANISMO, IBERO-AMERICANISMO..... | 271 |
| ANTÓNIO SARDINHA E A RENOVAÇÃO CONCEPTUAL | 279 |
| PAN-LUSITANISMO E PAN-IBERISMO | 290 |
| A HISPANIDAD DE UNAMUNO..... | 300 |
| SOCIEDADES DE AMIGOS DE PORTUGAL E ESPANHA | 305 |
| | |
| 7. NOTAS FINAIS | 315 |
| | |
| 8. FONTES E BIBLIOGRAFIA | 331 |
| | |
| A. FONTES | 331 |
| 1. Manuscritas | 331 |

| | |
|--|-----|
| 1.1. ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL (MADRID)..... | 331 |
| 1.2. ARQUIVO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS..... | 332 |
| 1.3. ARQUIVO HISTÓRICO DA SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL..... | 332 |
| 1.4. BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (B.A.C.L.)..... | 333 |
| 1.5. BIBLIOTECA JOÃO PAULO II..... | 333 |
| 1.6. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL..... | 333 |
| | |
| 2. Impressas..... | 334 |
| | |
| 2.1. MAPAS..... | 334 |
| 2.2. FONTES OFICIAIS (DEBATES PARLAMENTARES)..... | 334 |
| 2.3. DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA..... | 334 |
| 2.4. DICIONÁRIOS DA LÍNGUA ESPANHOLA..... | 335 |
| 2.5. OUTROS DICIONÁRIOS..... | 335 |
| 2.6. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS..... | 335 |
| 2.6.1. JORNAIS E REVISTAS..... | 335 |
| 2.6.2. ALMANAQUES..... | 337 |
| 2.7. HISTORIOGRAFIA..... | 337 |
| 2.8. QUESTÃO IBÉRICA E HISPANISMOS..... | 339 |
| 2.9. OUTRAS FONTES..... | 346 |
| | |
| B. BIBLIOGRAFIA..... | 346 |
| | |
| 1. ROTEIROS DE FONTES E BIBLIOGRAFIAS..... | 346 |
| 2. DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS..... | 347 |
| 3. OBRAS DE CARÁCTER GERAL..... | 347 |
| 4. ESTUDOS..... | 348 |
| 4.1. IBERISMOS, HISPANISMOS, RELAÇÕES PORTUGAL-ESPANHA..... | 348 |
| 4.2. NACIONALISMOS, HISTÓRIA, IDENTIDADES..... | 359 |
| 4.3. OUTROS..... | 361 |

Página deixada propositadamente em branco.

“O estrangeiro pode amar-nos ou odiar-nos: não pode ser-nos indiferente. A Espanha provocou entusiasmo ou rancores: jamais foi encarada com desprezo ou ironia”.

J. P. de Oliveira Martins,
História da Civilização Ibérica, 1879

“...hay un lazo que une estas contraposiciones y contradicciones íntimas hispánicas? Hay un alma – un alma de contradicción – que hace la unidad, la hispanidad? Un alma de contradicción, es un alma profética. El profeta que siente dentro de sí la contradicción de su destino se yergue frente a Dios y le interroga a Dios, le escudadriña, le enjuicia, le somete a enquisa. Y a esto es lo que que he llamado (...) el sentimiento trágico de la vida”.

Miguel de Unamuno, “Hispanidad”, 1927

“ó portugal ó parte da hispania maior
maneira triste de ser ibéria onde
da terra emerge o homem que depois o rosto nela imerge”

Ruy Belo, *Transporte no tempo*, 1973

“Meu Deus como amo a espanha este país toda esta gente
apenas o país e a gente quando gente
meu deus quanto fiz minha esta espanha
na cor da pedra de uma igreja de segóvia nas
tabernas ruidosas pelas festas de alicante
onde só por um duro soam tachos e panelas pendurados nelas
na juventude enchendo arguelles pelas noites de verão
cantando ao som das palmas rindo amando”

Ruy Belo, “Terras de Espanha”, *Toda a terra*, 1976

1. PROBLEMAS

Qual o interesse em estudar os iberismos quando hoje, já bem entrado o século XXI, este tópico ficou aparentemente no passado? As realizações e expectativas criadas pela União Europeia em finais do século XX corresponderam, em parte, a antigos propósitos iberistas: convergência e aproximação entre nações, união aduaneira, facilidade de circulação de mercadorias e pessoas, integração económica, programas inter-regionais e transfronteiriços, reconhecimento de títulos académicos obtidos além-fronteiras. A entrada de Portugal e Espanha na Comunidade Europeia (1986), a que se seguiu uma extraordinária intensificação de contactos e de concretizações peninsulares e transnacionais, instalou, contudo, uma distância em relação aos iberismos do passado, favorável ao seu estudo desapassionado. Foi isso que historiadores portugueses e espanhóis emprenderam desde os anos 80, em múltiplas orientações¹. Hoje, quando

¹ Os estudos seminais de Hipólito de la Torre Gómez (1978, 1980, 1985) e Fernando Catroga (1985 e 1989) abriram, em perspetivas diversas, direções de pesquisa fundamentais para a compreensão dos problemas, sobretudo de história política e diplomática e de história cultural. Sem esquecer as enriquecedoras sugestões anteriores de Jorge Borges de Macedo (1971), Pilar Vasquez Cuesta (1975), Jose Maria Jover (1976), Maria Victoria Lopez-Cordón (1975) e João Medina (1980). Estes trabalhos viriam a ser prosseguidos a partir dos anos 90 por Jose Antonio Rocamora (1993 e 1994), Maria da Conceição Meireles Pereira (1995, 2002 e vários outros), Victor Martínez-Gil (1997), Sérgio Campos Matos (1998 e 2007), Ignacio Chato Gonzalez (2004, 2016) e, mais recentemente, por José Miguel Sardica (2013) e Pablo Hernández Ramos (2015). As teses de doutoramento de Francesca Di Giuseppe (Universidade de Fredreico II, 2010), César Rina Simón (Universidad de Navarra) e Paulo Rodrigues Ferreira (Universidade

as dificuldades da União Europeia se acentuam, é natural que volte a registar-se um surto de trabalhos sobre tão multifacetada temática.

No século XIX, os termos de comparação para a constituição de uma grande unidade política peninsular eram a Itália e a Alemanha, cujos longos processos de unificação se concretizaram em 1870-71. Mais a Norte, no princípio de Oitocentos, no rescaldo das guerras contra o Império francês, em 1814, na península da Escandinávia, o rei da Suécia passara também a ser rei da Noruega na sequência de uma intervenção armada (uma união que todavia reconhecia larga autonomia a esta última nação). Mas o caso escandinavo raramente era considerado. Na Península Ibérica a situação era bem diversa: aos múltiplos reinos cristãos que coexistiram até aos finais do século XVI, seguiu-se uma monarquia dual com a união de dois grandes reinos e impérios ultramarinos. E depois, a partir de meados do século seguinte, permaneceram dois reinos com características diferenciadas – uma monarquia compósita e um reino ‘unitário’² –, metrópoles de dois grandes impérios ultramarinos que, todavia, viriam a configurar estados e nações com características bem distintas. Como bem viu Fernando Pessoa, insuspeito porque também interessado na construção de uma ideia de *ibericidade*, “o facto fundamental que nos separa [a portugueses e espanhóis] é este: a Espanha é uma nação composta de várias nacionalidades; nós somos uma nação unitária, homogénea, tanto quanto é possível sê-lo uma nação que não é uma mera Andorra ou San Marino”³.

O debate sobre o lugar das pequenas nações, a sua relação com os grandes estados e as condições da sua viabilidade ocupava então um lugar destacado na cultura política europeia. Havia quem

de Lisboa) (estas últimas datadas de 2015) aprofundaram o tema num quadro transnacional e europeu. Veja-se a bibliografia final.

² Com todas as restrições que se possam levantar a esta noção de unidade.

³ Fernando Pessoa, “A aliança Ibérica”, *Ibéria, Introdução a um Imperialismo Futuro* (Ed. de Jerónimo Pizarro e Pablo J. Pérez López), Lisboa, 2012, p.36.

diagnosticasse o fim próximo de estados como a Bélgica ou Portugal. A história encarregar-se-ia de os desmentir. E apesar do apagamento dos nacionalismos na Europa do pós II Guerra Mundial, o conceito de nação permaneceu como um dos problemas centrais da modernidade, até aos dias de hoje. O que não surpreende: não foi a nação enquanto instância organizadora e referente identitário um instrumento decisivo na construção dessa mesma modernidade? Ora, na Península Ibérica coexistiam diversas nações que, embora tivessem uma experiência histórica com muito de comum, tinham também especificidades regionais diferenciadas pela geografia e pelas vicissitudes da história. Deste ponto de vista, a península pode ser vista como um laboratório em que conviveram, concentradamente, mas sempre em contacto com a Europa, múltiplas propostas nacionais.

Regressar ao estudo do iberismo quando no velho continente, desde a grande mudança de 1989-91 que resultou da queda do muro de Berlim e da desagregação da União Soviética, se multiplicaram os pequenos estados⁴ e se acentuaram as lealdades regionais significa, pois, repensar a temática das nações e dos nacionalismos que tanta tinta fez correr nos últimos decénios. Significa repensar uma relação secular entre nações que foi feita de aproximação e distância, amizades e recusas, interesses mútuos e divergências, receios e silêncios.

Ibéria, Espanha

Embora na aparência inócuos pelo facto de se referirem a uma mesma área geográfica, nos últimos séculos, os nomes *Ibéria* e *Espanha* exprimiram uma consciência peninsular e adquiriram

⁴ Eric Hobsbawm notou que de 1988 ao princípio do século XXI surgiram no mundo mais 33 novos estados independentes, o maior aumento desde o pós-guerra, vd. *Globalização, democracia e terrorismo*, Lisboa, 2008, pp. 80-81.

conotações bem diversas. Usado pelos antigos gregos, o nome *Iberia* foi relativamente esquecido a favor de um outro, adoptado pelos romanos: *Hispania*⁵. Até muito tarde, *Espanha* aplicou-se a toda a península, tal como *espanhóis* se usou em relação a todos os povos peninsulares, incluindo os Portugueses: assim sucede, já no século XIX, pelas vozes de Almeida Garrett e Oliveira Martins. No entanto, nos finais do século XVII, Frederick de Wit, um cartógrafo holandês, intitulara o seu mapa de *Novissima et Accuratissima Regnorum Hispaniae et Portugalliae* (Amsterdam, c. 1680). Desde o século XVIII, num tempo em que a cultura francesa era dominante na Europa, a designação *Iberia* retomava o seu uso a partir do exterior e não apenas da França: refira-se o britânico John Blair no seu mapa *Iberia sive Hispania* (1768)⁶. Usavam-se também designações de incidência geográfica mais neutras, como *Península Hispânica* ou *Península Ibérica*, sobretudo no campo da geografia e da geologia⁷. E o plural *Espanhas* foi usado com frequência no tempo da Guerra Peninsular contra a ocupação francesa. Mas a partir de meados de Oitocentos, muitos autores portugueses preferiram usar o termo *Hispania*, para evitar as conotações iberistas.

Noutro plano, deve falar-se de uma consciência hispânica, histórica e cultural – consciência de uma comunidade de destino, uma herança de longa duração que remontava às populações pré-romanas e se foi transformando com as ocupações romana, muçulmana e os reinos hispânicos medievais, ultrapassando a dissolução da monarquia

⁵ António Apolinário Lourenço e Alexia Dotras Bravo, “Da Ibéria à Hispânia. Da Espanha à Ibéria”, *Revista de História das Ideias*, vol. 31, 2010, pp. 285 e ss.

⁶ John Blair, *Iberia sive Hispania vetus in tres praecipuas partes necnon in populos divisa* (de *Chronology & History of the World from the Creation to the Year of Christ 1768*, Londres, 1768). Vejam-se estes dois mapas em <http://www.philaprintshop.com/iberia.html>, cons. 17-12-2015. Agradeço a Victor Martínez-Gil ter-me chamado a atenção para estes mapas.

⁷ Xosé-M. Núñez Seixas, “Iberia reborn: Portugal through the lens of Catalan and Galician Nationalism (1850-1950)”, *Iberian modalities* (Ed. Joan Ramon Resina), Liverpool, 2013, pp.83-98.

dual (1640) e chegando à modernidade. Vista de fora, a Ibéria surgia como um todo indiferenciado, uma unidade geográfica natural⁸, facilmente identificável no Sudoeste europeu, entre dois mares, o Mediterrâneo e o Atlântico. Não o era contudo quando vista a partir de dentro, das suas tão diversas regiões, das suas múltiplas pátrias. Estudar os usos do apelativo *Ibéria* equivaleria decerto a traçar o itinerário semântico de um nome mais ou menos abstrato que, ao longo do século XIX se foi politizando e adquirindo novos significados. Multiplicam-se então esses usos, a partir de meados do século, em diversos sentidos, em títulos de publicações periódicas, livros, panfletos e obras de arte os usos do nome Ibéria. Tal como sucedeu com os seus derivados *ibérico*, *iberismo*, *iberizar*.

Também o nome *ibérico* foi politizado a partir de meados do século no sentido de iberista. Sinibaldo de Mas, o autor da mais controversa obra iberista publicada em várias edições em Portugal e Espanha, atribuiu o nome de *ibéricos* aos aderentes da associação Ibéria que pretendia fundar. Mas este nome acabaria por ser sobretudo usado num sentido negativo nas campanhas anti-iberistas. Compreende-se por isso que em 1877, um professor português empenhado em cultivar as relações culturais entre Portugal e a Espanha, José Simões Dias, tivesse o cuidado de se demarcar deste sentido político do termo: para ele *escritores ibéricos* eram os que se dedicavam às “coisas da península”⁹, isto é, os que estavam empenhados em alargar o conhecimento literário e científico de Portugal e Espanha. Não eram os adeptos da união ibérica. Mas na verdade em muitos casos os dois significados coincidiam.

⁸ Note-se que ainda hoje alguns historiadores espanhóis, quando se referem à Península designam a Espanha. E do lado português, muitos autores nacionalistas ao empregarem o nome Espanha, identificavam-no com Castela, e vice-versa. Lógicas reducionistas foram com frequência adotadas com recurso a um léxico que, todavia, para designar reinos e áreas regionais peninsulares, sempre foi muito variado.

⁹ José Simões Dias, *A Espanha contemporânea*, Porto, 1877, p.231-232.

iberismo no plural

De que falamos quando nos referimos a iberismo? Não se pretende definir um conceito único – o que menos interessa em história são definições e rótulos, sempre datados. Importa, sim, ter em conta os múltiplos usos do vocábulo em diferentes contextos e não reduzi-lo apenas a um significado político – o de união ibérica monárquica como sucedeu no discurso republicano ¹⁰. De facto, o conceito de iberismo foi-se metamorfoseando em sentidos e conotações muito diversas consoante as conjunturas históricas. Houve um iberismo que defendia apenas a integração económica à escala peninsular, abolindo as barreiras ao comércio transfronteiriço e um iberismo cultural que valorizava a aproximação e o conhecimento entre os povos. Poder-se-á até considerar um iberismo que privilegiou a aliança diplomática entre Portugal e Espanha em detrimento da aliança luso-britânica. Em qualquer destes casos, não se punha em causa a dualidade política peninsular: a existência de dois estados. Quando falamos de iberismo estamos, pois, a considerar uma galáxia de contornos pouco nítidos e por vezes até contraditórios (por exemplo, António Sardinha criticou duramente o iberismo oitocentista, mas ele próprio seria acusado de iberista por Franco Nogueira).

Mas esta grande galáxia inspirou homens políticos, juristas, militares, eclesiásticos (houve sermões anti-ibéricos), jornalistas, historiadores – Menéndez Pelayo e Oliveira Martins – e ensaístas – caso de Miguel de Unamuno ou Eduardo Lourenço. Inspirou poetas e romancistas: lembre-se Eça de Queiroz que por diversas vezes tratou o tópico em crónicas e obras de ficção, nomeadamente n'*A Capital!*

¹⁰ Para combaterem esse iberismo monárquico, alguns republicanos excluíram até o federalismo ibérico do conceito de iberismo. Por seu lado, os integralistas lusitanos reduziram o iberismo à posição política revolucionária, liberal, democrática e maçónica. António Sardinha chegou a identificar no seio do movimento revolucionário de 1820 em Portugal um propósito iberista. Vd. “A Vila-Francada”, *Ao ritmo da ampulbeta*, Lisboa, 1925, p. 79.

(anos 80 do século XIX) ou o poeta Joan Maragall com o seu *Himne Ibèric* (1906). Inspirou cartógrafos e comentadores de mapas. Mas encontrou fortes resistências políticas, culturais e identitárias. Como sugeri noutra ocasião, no caso português o iberismo envolveu um sentido de desterritorialização, de deslocamento de identidade cultural e política das nações peninsulares. Compreendem-se assim as dinâmicas de recusa que suscitou.

Poder-se-á considerar os iberismos como nacionalismos equiparáveis aos que, ao longo de Oitocentos, deram lugar à unificação da Itália e da Alemanha? Penso que não. É verdade que neles se encontram alguns argumentos similares aos que estiveram também na base da unificação italiana: geografia bem definida, memória histórica, supostas origens comuns da população ou comunidade de interesses económicos e de projeção internacional. E não há dúvida que o surto dos iberismos se situa, em meados de Oitocentos, num tempo do zénite do poder da Europa sobre o mundo, tempo de grandes impérios-mundo em que se davam passos no sentido da construção de novos estados e nações e se questionava o sentido das pequenas potências. Como sugeri acima, prende-se, pois, com esse problema central da reflexão política e histórica europeia da época, para o qual foram dadas respostas divergentes: como se define uma nação? Quais os seus horizontes possíveis? Nesse sentido alimentou também diferentes representações das nações peninsulares. E contribuiu para que se aprofundasse o conhecimento sobre aquilo que diferenciava e aproximava Portugal da Espanha. Era Portugal um país dependente da Inglaterra, um protetorado, um país culturalmente anglicizado, uma quase fronteira inglesa como pretendiam muitos iberistas?¹¹ Ou, pelo contrário,

¹¹ Unamuno, que conhecia bem Portugal e a cultura portuguesa, contestou esta última ideia muito difundida ainda hoje em Espanha: "Relaciones entre España y Portugal. La influencia intelectual" (1911), *Escritos de Unamuno Sobre Portugal* (Ed. de A. Marcos de Dios), Paris, 1985, p.190.

como notavam outros observadores, era parte integrante (de múltiplos pontos de vista) de uma grande pátria ibérica? Viam-se os portugueses como resistentes à hegemonia de Castela, herdeiros dos aguerridos lusitanos e audazes navegadores? Ou como um povo fora do tempo decadente e degenerado? E como se representaram Castela e as outras nações e povos peninsulares na cultura histórica portuguesa?

No entanto, aos iberismos faltou base social, carácter orgânico e unidade programática que pudessem dar origem a um movimento social coerente e politicamente eficaz. Neste livro defendo a tese de que os iberismos não terão constituído tanto um nacionalismo – não corresponderam a movimentos sociais e políticos enraizados socialmente em diferentes grupos sociais – antes a uma constelação de ideários relacionados com diferentes tendências nacionalistas, designadamente as de matriz liberal e a tradicionalista. Daí a pertinência de nos referirmos a iberismos no plural. Os iberismos constituíram propostas políticas diferenciadas que se afirmaram a partir de interesses nacionais nem sempre coincidentes. Propostas tendencialmente abstratas que não chegaram a traduzir-se em programas políticos concretos. Ao invés do que sucedeu com a unificação italiana, em que houve um movimento nacionalista dominante que levou o reino do Piemonte e Sardenha a hegemonizar uma dinâmica integradora nacional, na Península Ibérica assistimos, no século XIX, à emergência de diversos nacionalismos baseados em diferentes tradições políticas, históricas e culturais – o português, o espanhol, o catalão, o basco e o galego. Em Itália, tratava-se de unir diversos pequenos estados em ordem a resistir a uma grande potência – o Império Austríaco. No caso ibérico, para além de dois estados-nação enraizados historicamente – Espanha e Portugal –, havia nacionalismos culturais que, na época em estudo, não aspiravam à independência.

A história dos iberismos revela esforços – que não tiveram sucesso – no sentido de se chegar a uma convergência entre interesses e tradições culturais, ora no quadro de projetos contratualistas federais

ou unitaristas, ora no âmbito de ideias imperiais ou mesmo imperialistas¹², de integração de povos e unificação política da Península pela união dinástica ou até pela força das armas. De facto houve diferentes estratégias e argumentações históricas iberistas em relação aos modos de integração das nações peninsulares. Como se relacionaram estas diversas estratégias com as experiências do tempo: havia urgência na concretização de uma união peninsular? Ou havendo que respeitar a vontade dos povos num contrato a sua concretização adviria num futuro mais distante e incerto?

Embora sempre minoritários entre as elites em Portugal (o mesmo não terá sucedido em alguns momentos em Espanha), os iberismos foram diabolizados e instrumentalizados politicamente por adversários políticos de diversas tendências. Para efeitos de propaganda essas manipulações traduziram-se não raro em simplificações emocionais que inventaram um bode expiatório para o debate político. Constituíram, todavia, um dos desafios mais prolongados e persistentes na afirmação da consciência nacional portuguesa e um desafio de projeção nacional e internacional para a Espanha e para o catalanismo.

Os iberismos não deixaram, pois, de alargar horizontes de possibilidades. Utopias? Vistos *a posteriori*, verificado o seu insucesso, fácil será qualificá-los de utópicos. Nesse sentido, poder-se-ia subcrever a ideia de Jose Maria Jover a esse respeito: na época da Restauração em Espanha o iberismo era “una idea que corresponde al pasado – y al futuro – pero no al presente (...) por el contrario, el africanismo es la gran utopia del momento”¹³. Por outras palavras – e por diversas razões que procurarei explorar – os iberismos não

¹² É pertinente dissociar império e imperialismo: vd. Thierry Ménissier, “Introduction”, *L'idée d'empire dans la pensée politique, historique, juridique et philosophique*, Paris, 2007, p.14.

¹³ José María Jover, *Política, diplomacia y humanismo popular en la España del siglo XIX*, Madrid, 1976, p.126.

conseguiram transformar-se em grande utopia mobilizadora de espanhóis e (muito menos) de portugueses.

O fracasso da candidatura de D. Fernando de Saxe-Coburgo ao trono de uma futura Ibéria (1870) – uma tentativa que prolongava na modernidade anteriores modos de construir a unidade política – e, pouco tempo depois, o fracasso da I República federal espanhola (1874) deixaram clara a inviabilidade dos iberismos quer na velha versão unitarista, quer na versão federal. As suas expectativas de futuro perdiam-se ingloriamente. Todavia, quer em Portugal quer em Espanha o republicanismo federal permaneceria vivo entre a elite republicana.

a dificuldade em nomear

As palavras *Ibéria* e *iberismo* eram demasiado conotadas com a apologia de uma outra pátria, uma pátria maior que, alegava-se, absorveria e anularia Portugal – e consequentemente com um antipatriotismo então politicamente incorreto. Compreende-se pois que, a partir dos finais de Oitocentos, os apologistas de uma aproximação ou até de uma integração cultural e económica das nações peninsulares adotassem outros conceitos que substituíram aqueles com algum êxito, visando também um horizonte hispano-americano: *civilização ibérica*, *ibero-americanismo*, *hispanismo*, *pan-hispanismo*, *hispano-americanismo*. Todavia, neste campo, no meio cultural português, mas também em Espanha e na América Latina, nomear esta grande área geopolítica não era de todo pacífico.

Uma caracterização aparentemente multilateral de iberismo foi formulada em 1938 por um nacionalista português, adepto do Estado Novo – João de Castro Osório –, num tempo em que a ameaça imperialista continental voltava a pairar no horizonte. No seu empenho de combate ao “erro” da ideia ibérica, Castro Osório pensava que era

indispensável compreendê-la e explicá-la. Daí a sua detalhada explanação, em que tomava o iberismo num sentido amplo:

“A ideia ibérica é fundamentalmente a *ideia de uma unidade constitucional dos dois povos* que habitam os dois territórios que os geógrafos englobam com o nome de Península Ibérica ou Península Hispânica. É a ideia de uma unidade geográfica, de uma semelhança étnica – justificando-se a separação, como em Madariaga, ainda pela existência nos dois povos de um carácter comum e fundamental da raça: o seu poder dispersivo. *É a ideia de uma semelhança e até unidade histórica*, imposta pela miragem dos impérios continentais que dominaram e englobaram os dois povos na sua unidade, e pela errada compreensão da reconquista que pesa como fonte de erros gravíssimos na compreensão da sua história. *É ainda e finalmente a ideia de uma unidade de civilização* que engloba os particularismos e as diferenças dos dois povos a que chamam ‘peninsulares’, marcada por uma comunidade e paralelismo na expansão – erro fundamental que falseia a história de ambos – e semelhança constitucional do carácter, do espírito, da alma nacional de Portugal e de Espanha”¹⁴.

Embora parcial (reduz a Península a dois povos) esta caracterização da ideia ibérica tem em conta uma diversidade de direções que aparentemente convém ao objeto em causa. É que, justamente, impõe-se assinalar o pendor pouco preciso e até equívoco do iberismo, aliás notado por argutos observadores da época que estudamos: refiram-se, entre outros, o filósofo catalão Jaime Balmes, os historiadores portugueses Teófilo Braga e Oliveira Martins e o médico húngaro Max Nordau. Para Balmes, a união com Portugal não passava

¹⁴ João de Castro Osório, “As razões do erro ibérico”, *Direito e dever de Império*, Lisboa, 1938, p. 90. Os sublinhados são do autor.

de “vanas ilusiones, que aún cuando no fueran imposibles no harían mas que añadir desorden á desorden, flaqueza á flaqueza”¹⁵. E o teórico húngaro da degenerescência, muito em voga nos princípios do século xx, exprimiu-se acerca do iberismo de um modo bastante distanciado: “¿Es ese un ideal suficiente? Yo no estoy de ello seguro. *El iberismo es talvez una concepción quimerica. En todo caso, es demasiado vago*”¹⁶.

Voltando a Osório: na sua execração do iberismo, este autor chegava a rejeitar a designação *península ibérica*, que considerava imprópria e perigosa, pois acentuava o sentido de unidade – quando, a seu ver (e equivocadamente) havia “duas unidades geográficas, étnicas e civilizacionais” bem separadas. João de Castro Osório reduzia, pois, a península a uma dualidade, quando a realidade era muito mais complexa. Ora essa complexidade deve ser preservada no tratamento da problemática que nos ocupa.

Mas Osório achava também necessário contrariar a afirmação da ideia hispanista que fora teorizada por António Sardinha e por diversos tradicionalistas espanhóis, entre eles Maeztu. Nos anos 30, já distante a doutrinação de Sardinha (que morrera em 1925), os integralistas seguiram trajetórias diversas, convergindo ou divergindo do Estado Novo, mas de um modo geral esquecendo o hispanismo.

¹⁵ [Jaime Balmes], “Examen de la cuestión del matrimonio de la Reina Doña Isabel II”, *El Pensamiento de la Nación*, n.º 54, 12-02-1845, p. 98. “La unión de Portugal con España es por ahora y será por mucho tiempo *una hermosa ilusión*, que halagará a los hombres que piensen en un porvenir de prosperidad y pujanza de la península ibérica, pero que no podrá ocupar seriamente á un hombre de estado que no se contente con medir la posibilidad y conveniencia en política, por lo que de sí arroja la contemplación del mapa. No basta que la naturaleza haya formado la península de tal suerte que parezca necesariamente destinada a vivir bajo un mismo imperio; las lecciones de la historia nos enseñan que los límites de las naciones no siempre se acomodan a las dimensiones topográficas” (sublinhado meu). Mas Balmes chegou a admitir um destino de integração peninsular.

¹⁶ Max Nordau, “Introducción”, Marques de dos Fuentes, *El alma nacional*, Madrid, 1915, p. 13. Sublinhado meu. De Oliveira Martins, veja-se *Portugal Contemporâneo*, 7.ª ed., vol. III, Lisboa, 1953 (1880), pp. 249-250.

A conjuntura era outra: o combate à II República espanhola, exacerbado no tempo da Guerra Civil, levaria homens como Pequito Rebelo ou Hipólito Raposo a ressuscitarem o combate ao federalismo ibérico como a “mais condenável heresia cívica”¹⁷, identificando-o com a ideia comunista. Mas não só, Hipólito Raposo referia-se ainda, em termos históricos, a outros iberismos: o dos Áustrias e o iberismo maçónico oitocentista.

Também o pan-hispanismo e o hispano-americanismo foram transversais a múltiplas correntes políticas e continuaram a ser muito difundidos em Espanha e em Portugal. Neste último país, setores politicamente bem distintos, do republicanismo liberal ao autoritarismo do Estado Novo, empenharam-se em combater a convergência diplomática entre os dois países e em combater o hispanismo: refiram-se a título de exemplo, João de Barros e Fran Paxeco nos anos 30 e, muito mais tarde, Franco Nogueira. À aliança com a Espanha contrapunham a aposta no Atlântico e, em especial, no estreitamento da relação com o Brasil.

Ainda nos finais de Oitocentos, quando se desenvolvem relações diplomáticas e culturais com os novos estados americanos, ex-colónias das nações peninsulares, na própria realização de congressos científicos a controvérsia instalou-se: como nomear esses congressos? Ibero-americanos? Hispano-americanos? Ou hispano-portugueses-americanos? As palavras estavam saturadas de conotações que despertavam desconfiança e resistência do lado português. A reação nacionalista retomava a memória do “cativeiro” de 1580. Também do lado espanhol as designações estavam longe de ser consensuais. Aquando da preparação da exposição que teria lugar em Sevilha em 1929, Juan de Cebrián, um engenheiro que viveu largos anos nos EUA criticou duramente a mudança de designação daquele evento para

¹⁷ A expressão é de Hipólito Raposo em *Pátria morena*, Porto, 1937, p. 306.

Exposición Iberoamericana – quando em seu entender deveria nomear-se *Hispano-Americana*¹⁸.

Correspondendo mais a sentimentos e projeções de grandeza pouco definidas do que a programas políticos estruturados, os iberismos acabaram todavia por alimentar um debate político transnacional e recorrente, que esteve longe de ser despiendo. Pode perguntar-se em que medida os ideais iberistas e depois pan-hispanistas e hispano-americanistas se inscreveram num outro tópico-chave ainda oitocentista, e novecentista: a nacionalização dos povos peninsulares? É a este respeito significativo que em 1857, um ativo anti-iberista, A. Pereira da Cunha, tenha associado o iberismo à *desnacionalização* da sociedade portuguesa. Como se a campanha anti-iberista fosse precisamente em sentido contrário, ou seja, o da *nacionalização* – o que, de resto, faz todo o sentido.

Para responder a esta e outras perguntas é minha intenção desenvolver uma abordagem integrada dos ideais iberistas e dos propósitos anti-iberistas, tendo em conta os resultados de estudos prosopográficos dos propagandistas dos dois bandos, que permite uma primeira avaliação da sua influência social em Portugal e as reações políticas que suscitaram num espaço público peninsular. Ao invés do que se supôs durante muito tempo¹⁹, a hipótese de que as elites intelectuais e políticas portuguesas e espanholas não viveram de costas voltadas ganha vulto: em diversos momentos houve estreitos contactos entre portugueses, castelhanos, catalães e galegos (as recentes teses de doutoramento de César Rina Simón e de Paulo Rodrigues Ferreira também confirmam esta ideia). Intensas relações políticas, exílios, vivências e leituras comuns, polémicas à escala peninsular,

¹⁸ Juan Cebrián, “La exposición hispano-americana de Sevilla y el porvenir de la raza”, *Nuestra raza española (ni latina ni iberica)*, Madrid, 1926, pp. 5-13 e Id., “El apelativo IberoAmericano”, *Idem*, pp. 45-48.

¹⁹ Um exemplo: António José Saraiva, *A cultura em Portugal. Teoria e história*, I, Lisboa, 1981, pp. 84-93.

epistolários, trocas comerciais e intensos contrabandos exprimem esta realidade histórica: nunca deixou de haver uma comunicação à escala peninsular – naturalmente mais intensa em certos momentos, mais débil noutras. Isto apesar das propagandas nacionalistas e das dificuldades de transportes e comunicações: em meados do século XIX, antes da inauguração da linha ferroviária Madrid-Lisboa (1866), o modo mais rápido e seguro de viajar entre as duas capitais ainda era ir a Cádiz apanhar o barco a vapor ²⁰.

Um espaço público de ressonância peninsular desenvolveu-se sobretudo desde essa época a partir de cidades como Madrid, Lisboa e Barcelona. Mas decerto também nas cidades raianas se estreitaram laços – e nesta escala permanece em larga medida por estudar. Ao insistir-se na ideia de que Portugal e Espanha viveram de costas voltadas e de que houve uma não comunicação secular entre os dois países, criou-se um real obstáculo ao estudo das relações entre portugueses e espanhóis, que afinal sempre tiveram lugar. Quer no campo das ideias políticas quer no campo do pensamento histórico – só para dar dois exemplos – houve estreito contacto nos séculos XIX e XX, há muito aliás detetado pelos historiadores.

Sem esquecer o iberismo monárquico, quase sempre unitarista, o republicanismo federal marcou o esforço para construir um novo nacionalismo ecuménico, que não visava a anulação das nações, das suas histórias e tradições, antes exprimia uma vontade de aproximação e solidariedade entre elas. As influências das experiências políticas republicanas americana e suíça bem como do pensamento federalista europeu foram marcantes na afirmação do ideário iberista federal. Em que medida os iberismos – e, a partir de finais do século XIX, também os hispanismos – terão correspondido a uma intencionalidade de resistência à hegemonia anglo-saxónica? Esta última

²⁰ *El Heraldo*, 3-03-1850, apud Pablo Hernández Ramos, *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874...* [policop.], Madrid, 2015, p.281.

problemática inscreve-se claramente num plano não apenas peninsular mas europeu e ocidental. Por alguma razão políticos e intelectuais europeus oitocentistas, em países como a França, a Inglaterra e a Itália se ocuparam da problemática da união ibérica. Embora desde os inícios do século as nações peninsulares tivessem perdido poder e protagonismo no cenário europeu, também é um facto que o seu valor geoestratégico era de indiscutível relevância para as grandes potências e continuaram a constituir um campo de experiência política de inegável significado e influência²¹. A história e as culturas de Portugal e Espanha despertaram aliás renovado interesse de historiadores, jornalistas e viajantes de outras áreas do continente (e não apenas do Norte da Europa).

*

O presente livro resulta de largos anos de trabalho em torno desta temática²². Na sua estrutura cruzam-se dois critérios: o diacrónico e o temático. Adotam-se perspectivas teóricas que vão da história intelectual – em especial da história dos conceitos – à história transnacional e comparativa. Comunicação política, intercâmbios culturais, transportes e comunicações, relações económicas, representações, espaço geográfico, memórias históricas e usos do passado, psicologia coletiva: tudo interessa numa abordagem que se pretende transdisciplinar. Concentro-me num arco cronológico que vai da ocupação francesa da península à II República espanhola – um

²¹ Daí que, até do ponto de vista da construção do estado, não se possa ignorar o contributo das nações ibéricas para a experiência europeia. Veja-se, a este respeito, Enric Ucelay-Da Cal, “European state-building as a function of Iberian statehood”, a publicar em *A Península Ibérica. Nações e Transnacionalidade entre dois séculos (1812-1986)*.

²² O meu interesse pela questão ibérica remonta aos finais dos anos 80. É já evidente no livro *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, 1998: vd. o capítulo 3, “Iberismo e patriotismo: argumentações históricas em torno da questão ibérica”, pp.235-278.

tempo de agudização do conflito entre autoritarismos e sistema liberal. Perspetivam-se as raízes do iberismo moderno (1807-1851), valoriza-se o período da sua maior difusão na península (1851-74) e intenta-se depois compreender o refluxo da questão ibérica a partir dos primórdios da Restauração em Espanha e dos finais da Regeneração em Portugal (capítulo 2). Caracterizam-se do ponto de vista sociológico os iberistas e os anti-iberistas da Comissão 1.º de Dezembro/Sociedade Histórica da Independência Nacional, associação em que se afirmam expressões de hispanofobia (capítulo 3); os modos tão diversos como os intelectuais ligados à chamada Geração de 70 consideraram as relações Portugal-Espanha (capítulo 4); os prolongamentos da controvérsia iberista na sequência do Ultimatum (1890), do encontro republicano de Badajoz (1893) e da Guerra Hispano-americana (1898) (capítulo 5) – sem esquecer o seu ressurgimento do lado espanhol durante a I República portuguesa, quando em Portugal, no quadro de um estado unitário, o federalismo era nitidamente subalternizado. Por último, procurar-se-á examinar o lugar dos hispanismos – neles incluindo pan-hispanismo, hispano-americanismo, ibero-americanismo – em Portugal e Espanha (capítulo 6), num período já marcado pela afirmação de nacionalismos expansionistas na Europa e no mundo (anos 20), bem como pela reaproximação entre as nações peninsulares e o mundo ibero-americano.

Investigação direcionada e por vezes sistemática foi levada a cabo no Archivo Historico Nacional de Madrid²³, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, na correspondência diplomática, na imprensa periódica, almanaques, diários de sessões dos parlamentos português e espanhol, sermões, memórias, obras literárias, etc.

²³ Agradeço a Paulo Rodrigues Ferreira ter-me dado a conhecer alguns dos resultados da pesquisa que desenvolveu neste arquivo, na parte respeitante aos primeiros decénios do século xx.

Assegurámos, assim, uma multiplicidade de pontos de vista, políticos e transnacionais.

Que significado social, político e cultural tiveram os iberismos em Portugal e Espanha? Como se relacionaram com o passado e o futuro? Coincidiu a afirmação dos iberismos com épocas de crise? Procurei ir além do que já se conhece e estabelecer um nexo entre os iberismos oitocentistas e os seus prolongamentos no século xx. Em que medida terão sido as teorizações hispanistas – pan-hispanista, pan-latinista, hispano-americanista e ibero-americanista – sucedâneos dos iberismos, então em refluxo? Hispanismo e hispanidade parecem ter sido ideias minoritárias em Portugal. Porquê? Estas são algumas das perguntas que nortearam o meu inquérito histórico.

Resultados preliminares da investigação que fui desenvolvendo ao longo dos últimos dez anos foram sendo dados a conhecer nos seguintes artigos de minha autoria: “Nacionalismo e anti-iberismo. A pedagogia nacionalista da Comissão 1.º de Dezembro (1890-1933)”, *Eixo Atlântico, “A mirada do outro” Para unha Historia da Educación na península*, n.º 4, Jan.-Jun. 2003, pp. 2-13; “Iberismo e identidade nacional (1851-1910)”, Lisboa, *Clio*, n.º 14, 2006, pp. 349-400; “Was Iberism a Nationalism? Conceptions of Iberism in Portugal in the Nineteenth and Twentieth Centuries”, *Portuguese Studies*, Londres, vol. 25, 2009, n.º 2, pp. 215-229; “Narrativas históricas, nações e identidades – uma identidade ibérica oitocentista?” *Nação e identidades. Portugal, os Portugueses e os outros* (coorden. de Hermenegildo Fernandes et al.), Lisboa, 2009, pp. 307-319; “Una perspectiva peninsular y transnacional sobre España y Portugal”, J. P. Oliveira Martins, *Historia de la civilización ibérica*, Pamplona, 2009, pp. XLIX-LXVI e «Iberismo e hispanismo: Portugal e Espanha (1890-1931)», *Filosofia y literatura en la Península Ibérica. Respuestas a la crisis finisecular*, Madrid, 2012, pp.251-271 e “Civilisation ibérique: genèse et fortune d’un concept, *Langages de l’Identité et de la différence. Classes, «castas» et races dans le monde iberoamericain* (Ed. Fátima

Sá e M. Ferreira, Lúcia Bastos e Joelle Chassin), Paris, (no prelo). Estes textos foram aqui muito parcialmente aproveitados e largamente aprofundados. Alguns capítulos foram escritos de raiz.

Apresentei resultados parciais de temas e problemas que aqui desenvolvo em comunicações apresentadas nas Universidades de Lisboa, Coimbra, Porto, Valencia, Barcelona, País Vasco, King's College e Fundação Calouste Gulbenkian de Paris. As trocas de ideias com colegas e amigos dessas e de outras universidades e centros de investigação foi de grande relevância para o meu trabalho: Abdo-Karim Vakil, António Pedro Vicente, Carmine Cassino, César Rina Simón (a quem agradeço também a revisão das citações em castelhano), Dejanhira Couto, Enric Ucelay-Da Cal, Fátima Sá e Melo Ferreira, Fernando Catroga, Francisco Bethencourt, Hipólito de La Torre Gomez, Ignacio Chato Gonzalo, Irene Castells, Javier Fernández Sebastián, João Medina, Jordi Rocca Vernet, José Brissos, Luís Bigotte Chorrão, Luís Reis Torgal, Lluís Ferran Toledano Gonzalez, Maria Cruz Romeo, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Mariano Esteban de Vega, Norberto Ferreira da Cunha, Onésimo Teotónio de Almeida, Paulo Rodrigues Ferreira, Pedro Chacón Delgado, Pedro Ruiz Torres e Victor Martínez-Gil (a quem agradeço vivamente a leitura crítica).

Lisboa, Setembro de 2016.

Página deixada propositadamente em branco.

2. A QUESTÃO IBÉRICA: DA OCUPAÇÃO FRANCESA À CRISE DE 1890-92

Os historiadores têm chamado a atenção para o estreito paralelismo que existe entre a história de Portugal e a história de Espanha nos séculos XIX e XX²⁴. O que aliás já tinha sido notado por alguns atores políticos da primeira metade de Oitocentos: é o caso de Mouzinho da Silveira²⁵.

A conjuntura das guerras napoleónicas veio propiciar, pelo menos desde 1808, a convergência entre as duas nações contra o ocupante estrangeiro. Isso mesmo se afirmava num texto crítico publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra nesse ano: o comportamento de Napoleão na Península Ibérica fizera “unir” as duas nações peninsulares no combate aos franceses²⁶. Numa proclamação dos Governadores do Reino, datada dos finais desse ano, aludia-se à resistência de Espanha e Portugal ao “tirano”, à “liberdade *das Espanhas*” (note-se o uso do plural), apelava-se à união de espanhóis, portugueses e ingleses – sublinhando-se “Portugueses às armas”. Os governadores invocavam a religião, o monarca e a Pátria contra a

²⁴ É claro que este paralelismo poderia alargar-se a tempos anteriores. Entre os autores que o notaram para a contemporaneidade, refiram-se, a título de exemplo, João Ameal, Jesus Pabón, Joel Serrão e, mais recentemente, Hipólito de la Torre Gómez.

²⁵ Mouzinho da Silveira, “Crítica ao setembrismo”, *Obras* (ed. crítica coorden. de Miriam H.Pereira), vol. 1, Lisboa, s.d., p. 690.

²⁶ *Análise da Proclamação de Mr. Junot de 16 de Agosto de 1808*, Coimbra, 1808, p. 6.

invasão dos “bárbaros”. E também a nação “levantada em massa” com “uma força irresistível”²⁷. Na correspondência da Junta de Braga salientava-se a necessidade de se estabelecer uma estreita união entre as cidades e reinos peninsulares para vencer o ocupante²⁸. Poderíamos multiplicar os exemplos. Não se tratava evidentemente de qualquer ideia de associação política entre as duas nações, antes de afirmar a convergência de esforços comuns no combate aos franceses. A informação acerca do que se passava em Espanha circulava intensamente na imprensa portuguesa – caso do *Telégrafo Português* ou da bem mais antiga *Gazeta de Lisboa*, onde surgem expressões como “Grande Península”²⁹. Indícios de que, numa difícil conjuntura de ocupação e resistência, se intensificava a circulação de informação e uma consciência hispânica se ia afirmando. Esta última não era, aliás, novidade, enraizava-se numa herança cultural de longa duração. Claro está, as notícias de Espanha eram muito anteriores: por exemplo, em 1794, o intendente-geral da polícia, Pina Manique, denunciava um “sedicioso” panfleto de propaganda política autonomista e anti-bourbónica, proveniente da Catalunha³⁰. E em 1817, no ano da tentativa revolucionária de Gomes Freire de Andrade, a mesma intendência da polícia informava dos boatos que corriam acerca de movimentações militares espanholas em Cádiz, Badajoz e junto à fronteira portuguesa³¹.

²⁷ “Os governadores do Reino à Nação Portuguesa”, 50, 1.º suplem. 16-XII-1808, pp. 2-4.

²⁸ “Junta de Braga, correspondência”, José Viriato Capela et alia (coorden.), *O heróico patriotismo das províncias do Norte*, s.l., 2008, pp. 246-247.

²⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 50, 16-12-1808, p. 1. Refira-se ainda a “Proclamação da Suprema Junta Governativa do Reino à Nação Espanhola”, *Idem*, n.º 51, 20-12-1808 [pp. 3-4].

³⁰ “Documento n.º 2”, José dos Santos Alves, *A opinião pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, 2010, pp. 500-502.

³¹ “Excerto D”, *Id.*, *Idem*, pp. 454-455.

Num outro nível, o da elite política, em 1809 e no ano seguinte, quando Carlos IV de Espanha estava aprisionado em França juntamente com o seu filho Fernando, houve diligências no sentido de os direitos sucessórios de D. Carlota Joaquina à coroa espanhola serem reconhecidos. Nesse contexto, que incluía um tratado de aliança e comércio com a Espanha, admitia-se um projeto de união dinástica entre os dois estados – “a união voluntária de toda a península” – em ordem a que a princesa pudesse herdar a coroa de Espanha, uma vez que o ex-monarca espanhol e Fernando VII estavam coactos em França. Contudo, a oposição britânica inviabilizou tal intenção³². Pouco depois, em 1811, o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745–1812), pediu a Palmela que lembrasse ao povo espanhol que o ódio aos portugueses deveria cessar, atendendo ao facto de falarem “quase a mesma língua, tendo a mesma religião, idênticos costumes e até prejuízos”, não duvidando que eram chamados a “fazer uma única e poderosa nação”³³. Sugestões de união dinástica no mesmo sentido haviam sido alvitadas por Palmela em 1809 no sentido de reforçar a resistência aos invasores franceses. Mas, como bem observou Valentim Alexandre, estes arremedos significavam sobretudo um meio para impulsionar um projeto de expansão imperial na América do Sul – a união das duas coroas – e não tanto uma efetiva convicção iberista de integração política dos dois reinos³⁴. Na verdade, as reiteradas intenções de união dinástica do Antigo Regime manifestas na política de casamentos entre príncipes das duas casas reais devem distinguir-se do Iberismo num sentido moderno do termo, envolvendo a integração ou até a construção de uma nova unidade política

³² Jorge Pedreira, “Guerras, afinidades e nacionalismos (1750-1910)”, *Portugal e Espanha amores e desamores* (ed. A. Teodoro de Matos et al.), vol. II, Lisboa, 2015, pp. 229-230.

³³ José de Almada, *A aliança inglesa. Subsídios para o seu estudo*, vol. III, Lisboa, 1948, p. 23.

³⁴ Valentim Alexandre, *Os sentidos do Império*, Porto, 1993, pp. 252-253.

correspondente ou não a um estado-nação. Diversos autores, nos séculos XIX e XX, exprimiram a consciência desta diferença³⁵.

Nos anos que antecedem as revoluções liberais de Portugal e Espanha, jornalistas e doutrinários do pensamento liberal exilados em Londres (onde contactaram com exilados espanhóis), muito críticos em relação à situação que então se vivia em Portugal – tutela militar britânica, permanência da corte no Brasil, sentimento generalizado de crise e orfandade política – estavam conscientes das afinidades geográficas, históricas e culturais entre Portugal e Espanha. Alguns admitiam a união ibérica sob a égide da casa de Bragança como fator de equilíbrio na Europa. Foi o caso de João Bernardo da Rocha Loureiro, redator de *O Português*, que em 1816 considerava necessária a união de “ambas as Espanhas” sob um governo constitucional do soberano português (uma vez que o rei espanhol se tinha incompatibilizado com os seus vassalos) ³⁶ .

Poucos anos depois, num contexto em que se afirmava o internacionalismo liberal, os conspiradores portugueses da revolução de 1820 terão recebido propostas de ajuda militar e financeira da parte dos seus correlegionários espanhóis. Estas foram todavia firmemente recusadas pelo Sinédrio e em particular por Manuel Fernandes Tomás³⁷. No campo da facção radical vintista, manifestou-se “um certo constitucionalismo iberista” ³⁸. É de admitir até que o carbonário italiano Pecchio tenha tentado convencer os liberais portugueses da

³⁵ Caso de Henriques Nogueira, Rafael Moreira ou Hipólito Raposo.

³⁶ J. B. Rocha Loureiro, n.*O Português*, n.º 22, Fev. de 1816, apud. Valentim Alexandre, *op.cit.*, pp. 434-435.

³⁷ Jorge Pedreira, “Guerras, afinidades e nacionalismos (1750-1910)”, *Portugal e Espanha amores e desamores* (ed. A. Teodoro de Matos et al.), vol. II, Lisboa, 2015, p. 246. Vd. Também Georges Boisvert, “Liberalisme et ‘iberism’ au Portugal à la veille de la Revolution de 1820”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXIII, Lisboa-Paris, 1987, pp. 673-679.

³⁸ Irene Castells Oliván, “Los orígenes del iberismo (1815-1832)”, *Josep Fontana Història i projecte social. Reconeixement a una trajectòria*, Barcelona, 2004, pp. 1035.

necessidade de estabelecerem uma aliança com a Espanha³⁹. Mas a posição anglófila dos liberais moderados acabou por prevalecer. Um tratado de aliança militar (primavera de 1821) e um outro de ajuda mútua entre os dois estados (datado de Março de 1823) não chegariam a concretizar-se dada a queda do regime liberal espanhol.

É certo que no triénio vintista, a ideia de aproximação entre as duas nações e até de união ibérica irrompe em alguma imprensa liberal. Por exemplo, n'*O Patriota*, alegando-se que as duas nações não tinham limites naturais nem se diferenciavam essencialmente quer do ponto de vista de carácter, quer de religião ou de costumes, alvitrava-se a possibilidade de se unirem as “Espanhas”⁴⁰. A união dos povos peninsulares – mantendo todavia a independência política – estava em voga. José Liberato Freire de Carvalho, atendendo à crise que Portugal vivia, e considerando-o numa situação de colónia, invocava “uma grande nação Peninsular” existente desde o século XVI, com duas “províncias superiores”, a Espanha e Portugal. Tal como o Garrett de *Portugal na balança da Europa*, Liberato considerava, contudo, a união ibérica como uma última solução, “um último acto de apurada desesperação”⁴¹.

Interessa no entanto distinguir entre a intenção de aproximação diplomática com a Espanha da ideia de união ibérica – esta última era vista como último recurso numa situação de crise em que D. João VI ainda se mantinha no Rio de Janeiro. Em qualquer caso, deve assinalar-se que a ideia de união ibérica que então circulava, quer entre absolutistas quer entre liberais portugueses, constituía um expediente de pressão sobre as potências europeias, especial-

³⁹ Grégoire Bron, *Révolution et nation entre le Portugal et l'Italie. Les relations politiques luso-italiennes des Lumières à l'Internationale libérale de 1830*, vol. I., Paris, 2013, p. 250.

⁴⁰ “Observações” (artigo transcrito d'*O Génio Constitucional*), *O Patriota*, n.º 44, 17-11-1820.

⁴¹ *O Campeão Português*, n.º 27, 16-09-1820, apud. Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 462.

mente sobre a Inglaterra, para obter a sua proteção⁴². Silvestre Pinheiro Ferreira é um exemplo disso⁴³. Do lado do radicalismo liberal manifestava-se apoio ao regime espanhol. E desde o Verão de 1822, liberais europeus – com destaque para italianos – defenderam este último numa atitude que Irene Castells designou de internacionalismo liberal. No ano seguinte, o fim dos primeiros regimes liberais em Portugal e Espanha levou ao exílio muitos dos seus apoiantes. Em Londres, a imprensa que alguns deles editaram – caso de *El Español Constitucional*, de *O Português* ou de *O Popular* – insistiram no tópico da união ibérica. O primeiro destes jornais chegou a reivindicar o reconhecimento das repúblicas americanas e a instauração de uma república moderada⁴⁴.

federalismos e unitarismos

Poucos anos depois, após a morte de D. João VI (1826), D. Pedro IV terá sido instado por um grupo de liberais espanhóis, exilados em Gibraltar (Borrego, Díaz Morales, Flores Estrada, entre outros) no sentido de aceitar a coroa de um reino peninsular unido. Terão mesmo chegado a congeminar uma conspiração para derrubar Fernando VII com vista a substituí-lo por D. Pedro (filho de D. Carlota Joaquina, D. Pedro era sobrinho de Fernando VII e este, ao derrubar a Constituição de 1812 teria perdido a legitimidade)⁴⁵. Sugestões

⁴² Irene Castells Oliván, “Los orígenes del iberismo (1815-1832)”... p. 1035.

⁴³ Silvestre Pinheiro Ferreira estava bem consciente de que o iberismo se prendia com as pressões do partido radical, que qualificava de republicano. Veja-se a este respeito José Esteves Pereira, *Silvestre Ribeiro Ferreira. O seu pensamento político*, Coimbra, 1974, p. 67.

⁴⁴ José Antonio Rocamora, *El nacionalismo ibérico 1792-1936*, Valladolid, 1994, p. 31.

⁴⁵ Braz Augusto A. Brancato, “D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal e o Constitucionalismo Ibérico”, *Historia Constitucional*(revistaelectrónica), n.º 5, 2004, pp. 150-

iberistas multiplicaram-se, incluindo referências de intelectuais – caso do catalão Antoni Puigblanch⁴⁶ e de Espronceda – ou de políticos como Mendizábal⁴⁷.

A conjuntura internacional mudou muito na Europa desde 1830, com a subida ao poder dos *wighs* em Inglaterra, de Luís Filipe de Orléans em França (na sequência da queda dos Bourbons) e o surgimento do novo estado da Bélgica (1830). Os ideais democráticos e radicais difundiam-se sobretudo nos meios urbanos do Ocidente europeu. Não surpreende, assim, que um republicanismo federal fosse emergindo entre as elites de ambas as nações peninsulares. Periódicos como *El Huracán* (fundado em 1840) ou *El Peninsular* (1842) inspiraram-se sobretudo no modelo dos Estados Unidos da América, fundamentando-se também na singularidade da experiência histórica peninsular. *El Peninsular* publica uma série de artigos, em 1842, sobre a “Reunion de España y Portugal” neles manifestando um ideário descentralizador e situando o federalismo como expressão do nacionalismo. A federação com Portugal justificava-se com recurso à história comum e às afinidades de estrutura social⁴⁸.

Mas havia quem se ficasse pela defesa de uma estreita aliança diplomática e união aduaneira. É o caso de Joaquín Francisco Campuzano. Num panfleto datado de 1841, em que defendia uma união peninsular, argumentava com a proximidade geográfica, os meios

-152. <http://www.seminariomartinezmarina.com/ojs/index.php/historiaconstitucional/article/view/97/83>, consult. 15-09-2015 e Jose Antonio Rocamora, *op. cit.*, pp. 37-39.

⁴⁶ Sobre as sugestões deste pioneiro do iberismo federal na Catalunha e Espanha, veja-se Victor Martínez-Gil, *El naixement de l'iberisme catalanista*, Barcelona, 1997, pp.18-20. Lembre-se ainda um afrancesado, pioneiro do federalismo: José Marchena. Nos finais do século XVIII apresentou ao ministro francês Lebrun um projeto no sentido de integrar Portugal e Espanha numa república federal. Juan Francisco Fuentes, “Introducción biográfica y crítica”, José Marchena, *Obra española en prosa (historia, política y literatura)*, Madrid, 1990.

⁴⁷ José Antonio Rocamora, *op. cit.*, pp. 39-43.

⁴⁸ Juan Trías e Antonio Elorza, *Federalismo y reforma social en España (1840-1870)*, Madrid, 1975, pp. 143-150.

comuns de fomento, a identidade de língua e costumes. E notava como as “opiniões políticas” circulavam na península e se tornavam comuns⁴⁹. Campuzano observava já um fenómeno que aliás era anterior: formava-se uma opinião pública à escala peninsular, estabelecendo-se uma comunicação política que ia de Madrid a Lisboa e vice-versa – passando por outras cidades. Decerto para a incentivar, propunha a criação de uma associação, a Unión Peninsular (que não terá passado de intenção), uma das muitas sugestões e tentativas de lançar sociedades transnacionais à escala da península. Por outro lado, este antigo diplomata inspirava-se na experiência do *Zollverein* alemão, então ainda recente: havia que criar uma união comercial que trouxesse vantagens a portugueses e espanhóis. Campuzano conhecia bem a experiência alemã pois fora ministro plenipotenciário de Espanha em Dresden (1820-23) e em Viena (1829-34)⁵⁰.

No entanto, os tempos que se viviam nas relações Portugal-Espanha não eram isentos de profundas divergências. Em 1840 surgiu até uma crise aguda nas relações entre os dois estados. Se em 1835 fora assinado um tratado que estabelecia a livre navegação no rio Douro, poucos anos depois, a demora por parte do parlamento português na aprovação de um regulamento acerca daquela navegação suscitou uma ameaça de intervenção militar por parte do governo espanhol que colocou os dois estados à beira de um confronto aberto. O diferendo seria resolvido com a arbitragem da Inglaterra⁵¹.

Entretanto, as revoluções de 1848 vinham abalar as estruturas políticas e sociais europeias e impulsionar o movimento emancipalista e

⁴⁹ Joaquín Francisco Campuzano, *Unión Peninsular*, Madrid, 1841, pp. 4-5.

⁵⁰ Alberto Gil Novales, “Campuzano, Joaquín Francisco”, *La Web de las Biografías*, <http://www.mcabiografias.com/app-bio/do/show?key=campuzano-joaquin-francisco-de-consult.a.20-07-2014>.

⁵¹ Sobre este diferendo veja-se António Monteiro Cardoso, “A questão da livre navegação no Douro e a crise de 1840 entre Portugal e a Espanha”, *Portugal e a Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira* (Heriberto C. Carou et al. Eds.), Lisboa, 2009, pp. 53-72.

federalista assente nas noções de independência nacional e de união entre os povos. Em Coimbra, a Academia saudou a revolução republicana em França e, no final da sua exortação, bradou-se “Viva a Península”. Em Paris fundou-se um Centro Democrático Ibérico, em que participaram emigrados de Portugal e Espanha. Significativo é que nessa cidade, por essa altura (26 de Março de 1848), no funeral das vítimas do levantamento de 26 de Março, um grupo de portugueses e espanhóis ostentasse uma bandeira da Federação Ibérica e a bandeira da monarquia sem as armas portuguesas⁵².

Nesse mesmo ano, o jornalista liberal e cosmopolita Andres Borrego, consciente do lugar subalterno da Espanha na balança de poder entre os estados europeus, propunha um estreitamento das relações de amizade e aliança entre Portugal e Espanha que deveria substanciar-se num tratado. Borrego era muito crítico no que respeitava à dependência de Portugal em relação à Inglaterra. Os tempos apontavam, a seu ver, no sentido de uma concentração de povos com a mesma “origem e raça”. Mas a condição de possibilidade de uma unidade peninsular que tem um carácter vagamente federalista e republicano estava a seu ver na preparação da opinião pública pelas elites – ao invés do que sucedia na Alemanha e na Itália que realizavam pactos preparados por sociedades já trabalhadas pelos costumes. Entre as bases que Borrego propunha para um “tratado de amistad y de alianza entre Portugal y España”, em 8 pontos, destacam-se orientações no sentido de estreitar uma convergência diplomática e política e, por outro lado, para a construção de uma união aduaneira. Particularmente interessante é uma sugestão para se fomentar uma cidadania transnacional na península: “4º Los portugueses domiciliados en España, después de un año de residencia, disfrutarán de todos los derechos civiles y politicos que corresponden

⁵² Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, 1990, p. 108.

a los naturales de España. Del mismo modo los españoles gozarán en Portugal todos los derechos políticos y civiles de los nacidos en el país”⁵³. E a proposta de que seria a Espanha a suportar os custos da construção do caminho de ferro Madrid-Lisboa, bem como melhoramentos na navegação fluvial no rios Tejo e Douro. Os novos meios de transporte incentivavam o estreitamento de relações económicas, sociais e políticas entre os povos europeus. Mas, ao contrário do que alguns receavam (caso de Alexandre Herculano)⁵⁴, estavam longe de desgastar a vivência do conceito de nação e de contribuir – no que respeita à linha Madrid-Lisboa – para a assimilação de Portugal pela Espanha.

Por essa época, na imprensa periódica democrata e radical portuguesa, em nome do princípio da fraternidade entre os povos, subalternizava-se o conceito de nacionalidade: quando o povo está dividido em fações “falar de nacionalidade é o mesmo que recordar preconceitos que o senso comum caracterizou de ridículos”. Apelava-se à aliança dos povos contra os tiranos, à Santa Aliança substituía-se a Aliança dos Povos. E no que toca à Península, afirmava-se um conceito inequivocamente unitário: “Ó Península Ibérica (...), se alguém perguntar: quantos povos sois? Saibamos responder com energia. Nós somos um Povo, forte pelo Povo, soberano como o seu Todo – somos uma república federada! E assim teremos, pela Fraternidade, a Liberdade e a Igualdade!”⁵⁵. A par de algumas exortações a favor de uma república federal⁵⁶, multiplicavam-se alusões muito negativas à dinastia de Bragança e, em especial, à rainha

⁵³ Andrés Borrego, *De la situación y de los intereses de España, en el movimiento reformador de Europa*, Madrid, 1848, p. 143.

⁵⁴ Alexandre Herculano, “Os caminhos de ferro e a política” in António J. Saraiva, *Herculano desconhecido*, Porto, 1952 (texto datado de 1853), pp. 51-56.

⁵⁵ “A Nacionalidade”, *O Regenerador. Jornal do Povo*, n.º 6, 6-05-1848 [p. 4].

⁵⁶ *A República. Jornal do Povo*, n.º 8, Junho de 1848, s. paginação.

D. Maria II⁵⁷. Os ideais da federação ou de união ibérica começavam a alcançar alguma audiência entre os intelectuais portugueses e espanhóis.

Nos primórdios da Regeneração, o iberismo surgia associado a um espírito cosmopolita, humanitário e pacifista. Latino Coelho exprime bem este ideário no prólogo anónimo ao livro de Sinibaldo de Mas⁵⁸. Assinale-se também a sua relação com o sentimento de crise e decadência que afetava as elites das sociedades peninsulares: a consciência da profunda distância a que se encontravam Portugal e Espanha do século XIX e o seu passado de glória e grandeza imperial. Mas também distância em relação à Europa de além Pirinéus. O primeiro teórico de vulto do federalismo ibérico em Portugal foi, sem dúvida, o republicano Henriques Nogueira. Herdeiro do pensamento municipalista de Herculano, o seu ideário deixaria marca significativa no republicanismo português. Em 1851, assinalava as afinidades entre os povos peninsulares – expressão que se tornará corrente nos discursos iberistas:

“Portugal e os outros povos peninsulares, irmãos em crenças, em costumes, em origem histórica, em grandes feitos, em grandeza e infortúnio, em interesses, em inspiração literária e artística, e quase em linguagem, não podem deixar de constituir para o futuro, uma grande nação”⁵⁹.

⁵⁷ *O Republicano*, n.º 4, 1848 [p. 3]. *A República*, n.º 6, 29-05-1848 e “Ao Estandarte”, *O Regenerador*, n.º 11, 6-06-1948 [p. 4].

⁵⁸ [Latino Coelho], “Prólogo do editor português”, Sinibaldo de Mas, *A Ibéria, memória em que se provam as vantagens políticas, económicas e sociais da união das duas monarquias peninsulares em uma só nação...*, 2.ª ed., Lisboa, 1853 (1.ª ed. port., Lisboa, 1852). Veja-se também Fernando Catroga, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX”, *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 419-463.

⁵⁹ Henriques Nogueira, *Estudo sobre a reforma em Portugal, Obra completa*, vol. 1, p. 162. Sobre Henriques Nogueira veja-se Victor Neto, *As ideias políticas e sociais de José Félix Henriques Nogueira*, Lisboa, 2005.

Seria uma grande pátria dotada de um carácter em que dominava o sentimento independentista. Organizar-se-ia politicamente numa estrutura federativa a partir dos lugares e dos municípios para constituir uma mesma pátria peninsular. Uma união aduaneira – seguindo o modelo do Zollverein – beneficiaria a indústria nacional na sua relação à economia internacional. Esta federação voluntária dos povos peninsulares (e não fusão, que Henriques Nogueira rejeitava) era encarada como modo de os libertar da tutela das grandes potências – a Grã-Bretanha e a França. Beneficiaria a administração com a redução de despesas da corte e de uma diplomacia que considerava inútil. Na sua proposta, como noutras, é evidente o grande objetivo de uma efetiva independência, a nostalgia de um passado glorioso e de o recuperar agora no plano civilizacional. A marca proudhoniana, a simpatia por Sinibaldo de Mas, a quem chama compatriota, e por Mazzini (embora este não sustentasse a ideia de uma federação ibérica) são bem evidentes em Henriques Nogueira.

Há, pois, uma dimensão europeia nos iberismos que convém sublinhar. Prende-se, entre outros aspetos, com a teoria das grandes nacionalidades sustentada pelo economista alemão Friedrich List e, no plano político, por John Stuart Mill ou por Giuseppe Mazzini⁶⁰. Para serem viáveis, as nações deveriam ter uma dimensão e recursos materiais e humanos acima de um determinado limiar. A Bélgica e Portugal não correspondiam evidentemente a esse ideal. Daí que a sua viabilidade fosse posta em causa⁶¹.

Políticos e intelectuais europeus tomaram posição sobre a questão ibérica. Embora geograficamente periférica em relação às grandes potências europeias, a península continuava a despertar interesse,

⁶⁰ Francesca de Giuseppe, *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)*, Tesi di dottorato, Nápoles, 2010, pp. 75-76.

⁶¹ Elias Regnault, “Nation”, *Dictionnaire politique* (coord. Garnier-Pagés), Paris, 1860, p. 625.

na medida em que o seu destino estava relacionado com outras áreas. Um exemplo foi o militar e político italiano Giacomo Durando, exilado na sequência dos movimentos revolucionários de 1830, que combateu na Guerra Civil portuguesa, em 1833, e em Espanha. Bom conhecedor da realidade política peninsular, Durando era adepto de uma união ibérica por meio de um matrimónio dinástico de Isabel II de Bourbon com um príncipe da Casa de Bragança – seria um modo de restringir o poder dos Bourbons, também em Itália – e desenvolveu uma teoria geográfica acerca da dificuldade de Portugal se manter como nação independente. A experiência do exílio ibérico e a comparação que foi estabelecendo entre as duas penínsulas – a ibérica e a italiana – foi-lhe decerto útil quando regressou ao Piemonte para se envolver no Risorgimento⁶².

Outro exemplo foi o de Mazzini, um dos teóricos nacionalistas mais relevantes na Europa do seu tempo. Mazzini idealizava uma Europa da Primavera dos Povos, uma Europa republicana em que, a par de outras penínsulas – a Escandinava, a Itálica e a Balcânica –, a Península Ibérica constituiria um único estado, sob a forma de uma república unitária. Desde 1835, o político italiano integrou a Península Ibérica no seu projecto europeu. A sua ideia unitarista assentava no pressuposto da unidade geográfica da península – chegou a afirmar que “Il Portogallo non è che un’appendice dell’altopiano [plana]to] spagnuolo”. E admitia que a construção de uma via ferroviária entre Madrid e Lisboa bastaria para ultrapassar a separação entre as

⁶² Veja-se a este respeito Francesca de Giuseppe, *op. cit.*, pp. 188-197. Durando foi autor, entre outras obras, de *De la réunion de la Péninsule Ibérique par une alliance entre les dynasties d’Espagne et Portugal*, Marselha, 1844, não localizada por esta investigadora. A ideia de construir a união ibérica por via do casamento de príncipes das duas nações circulou com alguma frequência entre os diplomatas espanhóis. Foi o caso de Luís Gonzalez Bravo que, em Maio de 1844, sugeriu o matrimónio de Isabel II com D. Pedro de Alcântara (futuro Pedro V). Carlos Alberto Damas, *O Barão de Rendufe e o liberalismo oitocentista...*, Lisboa, 2016, p. 186.

duas nações⁶³. A *Giovine Italia* do revolucionário italiano constituiria uma das inspirações do iberismo unitarista⁶⁴.

A par da Itália, a Alemanha constituiu outro modelo muito invocado na discussão da questão ibérica. Em qualquer dos casos, um estado liderou o processo de unificação e tornou-se hegemónico: a Prússia e o Piemonte. Mas tratou-se de duas experiências históricas muito diversas. No primeiro caso, no contexto de uma forte tradição federalista que se traduziu no Zollverein e na Confederação da Alemanha do Norte sucederam no entanto várias guerras expansionistas com outros estados que levaram à construção do Império (com a Dinamarca, a Áustria e a França). Ao invés, no caso italiano, o processo de unificação liderado pelo Reino da Sardenha Piemonte foi representado como uma libertação nacional em relação a uma potência estrangeira – o Império austriaco –, apoiada pela França. Compreende-se, pois, que para os republicanos iberistas, Alemanha e Itália se erigissem em dois modelos, o primeiro negativo, a não seguir, e o segundo, positivo, projetou aliás uma figura heróica como Garibaldi – mas não deixou de ser uma anexação de diversos estados.

Portugal foi várias vezes comparado ao Piemonte⁶⁵. Uma monarquia liberal (essa era a fama que a dinastia de Bragança tinha em setores progressistas espanhóis e italianos), ligada através do casamento de D. Luís com uma princesa da casa de Sabóia – Maria Pia – numa nação que tivera um papel destacado nos descobrimentos marítimos nos primórdios da modernidade, poderia estar vocacionada para

⁶³ Mazzini, *Scritti editi e inediti*, vol. vi, p. 80, apud. Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Povo, Nação, Europa – Mazzini e os utópicos portugueses”, *Revista de História das Ideias*, 28, 2007, p. 102.

⁶⁴ Maria Manuela Tavares Ribeiro, *idem*, p. 117. Uma tentativa mazziniana de criar uma Jovem Espanha em Madrid, em 1848, não teria sucesso.

⁶⁵ Caso de Horácio Esk Ferrari, *A hegemonia de Portugal na Península Ibérica*, Lisboa, 1877, p. 22.

liderar a unificação política da Ibéria⁶⁶. O reino de Portugal era por vezes visto muito positivamente em meios liberais europeus. Refira-se ainda que na ideia de uma federação latina, agitada na França do II Império, Portugal teria o seu lugar.

Por outro lado, os iberismos afirmam-se numa época de progresso científico e técnico em que os efeitos da revolução industrial se disseminavam em áreas geográficas europeias cada vez mais amplas: navegação a vapor, canais, pontes modernas, caminhos de ferro, estradas macadamizadas. Não é, pois, estranho que alguns dos seus adeptos fossem técnicos. Um exemplo, do lado espanhol, foi o engenheiro Arturo de Marcoartú, um homem de horizonte democrático e universalista que, do ponto de vista político, tinha aliás muito de comum com o ideário de Félix Nogueira: nos finais do decénio de 1850, invocando as tão diversas experiências políticas e comerciais dos EUA, da Suíça, da Alemanha e da Itália, mostrava-se adepto da unificação das nacionalidades por via pacífica, iniciando-se esse processo de fusão da mesma “raça” e depois as de todas as raças, pois

“todos los pueblos, todas las naciones, todas las razas, la humanidad toda tienen el mismo sentimiento, obedecen a la misma voz, aspiran a consumir en los siglos venideros el mismo símbolo de idea cristiana: paz y fraternidad universales”⁶⁷.

Com uma imensa expectativa no futuro, Marcoartú definia uma estratégia lenta e progressiva de assimilação das nações peninsulares por via da concórdia e da fraternidade, recorrendo a uma linguagem religiosa – o iberismo como “santuario ante cuyas aras quemaremos

⁶⁶ Vicomte Mary de Tressevere, *Le mariage ou l'avenir du Portugal*, Paris, 1862. A autora deste panfleto era na verdade Marie Letizia Wise Bonaparte, sobrinha de Luciano Bonaparte e mulher do político italiano de centro-esquerda Urbano Rattazzi.

⁶⁷ Arturo de Marcoartú, *El Iberismo ó la fusión de las nacionalidades por la paz*, Madrid, 1859, p. 3 (texto publicado inicialmente na *Revista Peninsular Ultramarina*).

las maldades de nuestra politica” ou “nuestro santo canto popular, la oracion cotidiana de nuestra raza, el pensamiento constante de millones de hermanos que aun pueblan las tres partes del mundo”⁶⁸. Raros autores terão ido tão longe na expressão deste messianismo universalista e cristão. Múltiplos seriam os instrumentos dessa política de integração ibérica, desde a política económica (união aduaneira) à política cultural (promoção de congressos científicos, industriais e culturais) passando pela melhoria nos transportes e comunicações (estradas, canais, portos, correios – incluindo uma ideia de confederação postal – telégrafo, etc.). Sem esquecer a construção de uma cidadania única para portugueses e espanhóis, com iguais direitos políticos e cívicos – tudo em nome de um combate ao isolamento dos povos peninsulares.

Mas a obra que mais controvérsia suscitou em Portugal foi a do catalão Sinibaldo de Más, que surgira poucos anos antes, *A Ibéria...* (1852), e que teve muito maior divulgação: várias edições saíram dos prelos em português e em castelhano⁶⁹. Na sua tão debatida memória, Sinibaldo, antigo embaixador da Espanha na China, onde vivera com diversos portugueses, propunha um Estado ibérico unitário que favoreceria a paz, progresso e bem-estar dos povos. Desenvolvia uma longa argumentação histórica, política, militar e económica procurando tranquilizar o Portugueses quanto à preservação da sua independência e memória nacional. Considerava ainda a identidade étnica e (quase) linguística dos dois povos. A obra suscitou as mais desencontradas reações no espaço público português, das apreciações positivas de Custódio José Vieira e de Henriques Nogueira às considerações críticas de Casal Ribeiro e de Rebelo da

⁶⁸ *Id., idem*, p. 6 e p. 8.

⁶⁹ Maria da Conceição Meireles Pereira, *Sinibaldo de Mas: a difusão da Ibéria em Portugal e do iberismo no Oriente*, Separata de *População e Sociedade*, n.º 9, 2002. A historiadora lembra que, segundo o autor e alguns outros testemunhos, o livro teria saído dos prelos em Dezembro de 1851.

Silva às execrações de que foi alvo na câmara dos pares (ver adiante “retratações”).



Capa da 3.^a edição da obra de Sinibaldo de Mas (1855) e ampliação das armas da Ibéria

Rebello da Silva, muito próximo de Herculano, viria a escrever uma *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII* motivado pelo ambiente da polémica. A correspondência ainda inédita entre Sinibaldo de Más e o seu tradutor, Latino Coelho (então simpatizante do iberismo), dá bem conta do otimismo do seu autor quanto ao futuro sucesso da sua ideia⁷⁰. Ignorava ainda a intensa reação nacionalista que a obra suscitaria.

⁷⁰ Biblioteca da Academia das Ciências, *Cartas para José Maria Latino Coelho de várias personalidades espanholas*, Manuscritos n.º 1219, Série Azul (correspondência de Sinibaldo de Mas – documentos n.º 1 a 37; n.º 39 a 47 e n.º 49 a 51, de 1852 a 1853).

Henriques Nogueira atribuiu a prioridade da ideia iberista aos Portugueses, lembrando os sucessos parisienses de 1848 em que haviam convergido portugueses e espanhóis – na verdade esquecia outras expressões anteriores, em Espanha, a que já fizemos referência, mas também em Portugal – lembre-se o periódico lisboeta *O Democrata* (1839-40), que foi pioneiro na defesa de uma república federal peninsular⁷¹. E ainda outros órgãos de imprensa em que se afirmou nos finais dos anos de 1840 e inícios de 1850 uma vaga intenção socializante ligada ao ideal ibérico: a *Revolução de Setembro*, *O Nacional*, *A Verdade* ou *O Futuro*⁷². Mas importa sobretudo distinguir duas correntes entre os iberistas de meados do século XIX.

Por um lado, estavam os que se reveem na proposta federalista de Henriques Nogueira que virá influenciar um número significativo de republicanos federalistas portugueses na segunda metade de Oitocentos. Eram herdeiros de uma tradição racionalista e ecuménica do século das Luzes, mas também do historicismo liberal e romântico que valorizava o descentralismo e a soberania popular⁷³. Custódio José Vieira, Lopes de Mendonça, J. M. Casal Ribeiro, José Barbosa Leão e o socialista espanhol Xisto Câmara, entre outros, sustentaram esta corrente. O periódico *O Progresso* (Lisboa, 1854-56), fundado pelo jornalista José Torres, foi porventura o que de uma forma mais persistente divulgou a ideia iberista, sobretudo na sua forma federalista. Numa série de artigos aí publicados, Henriques Nogueira justificava a necessidade de uma união peninsular em moldes federativos, invocando argumentos económicos, políticos, identitários e diplomáticos. A união seria uma condição de independência ante as

⁷¹ M. da Conceição Meireles Pereira, “Introdução”, *Felizes os que então viverem! Estados Unidos da Ibéria – uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva*, V. Nova de Famalicão, 2006, p. 25.

⁷² Id., *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)* [policop.], Porto, 1995, p. 177.

⁷³ Fernando Catroga, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica...”, pp. 419-463.

grandes potências. Em termos messiânicos via na nova grande pátria a refundar um “novo Brasil”⁷⁴. Essa grande pátria estender-se-ia do litoral português até aos Pirinéus.

Por outro lado, situavam-se os que se inspiram na proposta de Sinibaldo de Más, geralmente monárquicos e apologistas de um modelo centralista de Estado de inspiração francesa. Eram adeptos da teoria das grandes nações e estados e consideravam inviáveis as pequenas potências europeias: daí que aceitassem a ideia da fusão de nações, associada aos ideais de paz, felicidade e civilização. Entre eles encontramos além de Sinibaldo de Más o jovem Latino Coelho, Carlos José Caldeira e um misterioso Jose Casal y Perez⁷⁵.

Outros autores portugueses, alguns deles contrários à ideia de união política entre Portugal e Espanha, eram todavia favoráveis a uma aproximação diplomática e cultural entre as duas nações. É o caso do federalismo não político de Andrade Ferreira, mais voltado para as atividades económicas (comércio e indústria) e para o campo cultural e científico; ou das muito vulgarizadas propostas de união económica com a Espanha – por exemplo a do publicista José Barbosa Leão⁷⁶.

porque falhou a união ibérica em 1870?

Houve todavia um momento em que uma solução iberista encontrou uma possibilidade de concretizar-se à antiga maneira unitarista, por via da cooptação de um monarca. A Revolução espanhola de 1868

⁷⁴ Henriques Nogueira, “O Iberismo e os seus adversários”, *Obra completa*, III, 1980, p. 45.

⁷⁵ Autor de um manuscrito que encontrei na Biblioteca da Academia das Ciências. Não se conhecem quaisquer informações biográficas a seu respeito.

⁷⁶ Cf. M. da Conceição Meireles Pereira, *Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão*, Porto, 1992 e Id., *Concertação económica peninsular e união aduaneira na imprensa portuense*, Porto, 1996.

e o sexénio revolucionário (1868-74), com a expectativa de se encontrar um rei alternativo para a dinastia de Bourbon, contribuíram extraordinariamente para a voga do iberismo, quer na sua versão unitarista quer na federalista, em Espanha e em Portugal. Mas contribuíram também para a pujante reação nacionalista de sinal contrário. Para tal concorreram também as (infrutíferas) diligências levadas a cabo em Lisboa pelo embaixador em Lisboa, Fernández de los Ríos, no sentido de que D. Fernando ou, em alternativa, o rei D. Luís se candidatassem ao trono de Espanha. Significativo é que nesses anos aumentassem muito as publicações anti-iberistas em todos os géneros ⁷⁷ .

Em finais de 1868 surgiram nas ruas de Lisboa panfletos clandestinos de propaganda à união ibérica sob o cetro de D.Luís:

“Viva a União ibérica. Viva o sr. D.Luís I, chefe dos dois países unidos! Portugueses! Ponhamos de parte estúpidos preconceitos; portugueses e espanhóis são irmãos pela religião, pelos costumes, pelo idioma, e sobretudo pelo seu decidido amor à liberdade”⁷⁸.

Suspeitas corriam na opinião pública. No parlamento português, um deputado (Câmara Leme) dava conta de que nas cortes espanholas Castelar afirmava que o modo mais fácil de absorver Portugal seria sob a forma de uma república. Ríos Rosas, sustentara “pelo princípio monárquico os mesmos princípios”⁷⁹. Boatos de uma

⁷⁷ Tomando como universo as 161 referências da bibliografia de Inocêncio F. da Silva (“Ibéria”, *Dicionário Bibliográfico...*, vol. x, Lisboa 1883, pp. 35-48), que abarcam o período de 1852 a 1881, verificamos que cerca de 43,5% (70), foram publicadas nesses anos do sexénio revolucionário. E que no total de textos sobre o tema da Restauração de 1640 publicados na imprensa periódica portuguesa naqueles mesmos anos (1852-81), 34,2% são dados à luz no referido sexénio (cálculo com base nos números fornecidos por Maria da C. Meireles Pereira, *A questão ibérica...*, p. 24).

⁷⁸ Apud Marques Gomes, *História de Portugal, popular e ilustrada*, vol. XII, Lisboa, s.d., p. 335.

⁷⁹ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 39 21-06-1869, p. 466.

intervenção da Espanha em Portugal eram alimentados por notícias da imprensa periódica de Madrid. E em finais de 1869, *La Época* dava conta de um discurso ameaçador para Portugal proferido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Christino Martos, num encontro com os deputados afetos ao governo no Congresso dos Deputados: “Iremos a Portugal apesar de tudo com o duque de Génova e com os generais Serrano, Prim e Topete com o exército e com os voluntários da liberdade”⁸⁰.

Nesse contexto em que se procurava um monarca, o governo espanhol decidia tentar a possibilidade da candidatura de D. Fernando de Saxe-Coburgo, viúvo de D. Maria II. Em meados de 1869 chegava a Lisboa Fernández de los Ríos⁸¹, secretamente encarregado pelo governo espanhol do general Juan Prim de convidar D. Fernando a aceitar a coroa de Espanha. Contudo, nos finais de Janeiro desse ano, em carta a Sebastiano Olozaga (embaixador em Paris) Prim, então chefe do governo espanhol, mostrava-se já descrente em relação a um possível sucesso de uma candidatura portuguesa ao trono da Espanha⁸². Fernández de los Ríos foi nomeado ministro plenipotenciário em Lisboa (Julho de 1869) e prosseguia as negociações, tentando também convencer D. Luís a aceitar uma monarquia dual. Sem sucesso. O monarca português, acabaria por declarar: “Nasci português, português quero morrer”⁸³. Os contactos prolongaram-se,

⁸⁰ “Nota do Sr. Mendes Leal ao Sr. Fernández de Los Ríos em 4-11-1869”, Fernández de los Ríos, Angel, *Mi misión en Portugal. Anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris, s.d. [1877], pp. 296-298. Acerca das repercussões desta notícia cf. Ignacio Chato Gonzalo, *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846-1910)*, vol. I, Mérida, 2004, p. 443.

⁸¹ Ángel Fernández de los Ríos deixou uma extensa memória da questão ibérica e da sua ação em Lisboa. Veja-se a nota anterior.

⁸² AMNE, Espólio de Andrade Corvo, Cartas de Prim Negócios de Espanha, Carta de Prim a S. Olozaga de 28-01-1869.

⁸³ *Id., idem*, p. 357. E também, A. H. de Oliveira Marques e J. Serrão, *Nova História de Portugal* (coorden. de Fernando de Sousa e A. H. Oliveira Marques), vol. x, Lisboa, 2004, p. 488.

sendo contudo interrompidos pelo pronunciamento militar que levou ao poder Saldanha (19 de Maio de 1870).

Desiludido com a atitude de D. Fernando, descrente de uma união das duas coroas no imediato, Prim mantinha-se todavia adepto desse tipo de união no futuro – mas não de uma união das duas administrações –, através de uma propaganda pacífica de persuasão e da ação da Associação Peninsular⁸⁴.

Afirmava ele em carta a Olózaga:

“La unión de Portugal y España ya sabe U. que la comprendo como un hecho que *puede venir a realizarse por la gravitacion natural* del buen sentido hacia su propio centro. Y comprendiendola bajo este aspecto, *pienso que debe verificarse no en las esferas del gobierno sino fuera y aun por encima de esta esfera de acción*.

La geografia y la historia pretenden al parecer, que españoles y portugueses formemos una sola nación; si los intereses comerciales, agrícolas, políticos y económicos secundan esta aspiración, *el hecho podrá venir á realizarse con el tiempo*, toda vez que nuestra educación social no se oponga a esto. (...)

Acepto (...) que *se haga la propaganda, no política, de la unión ibérica en las doctrinas, en los intereses y en las aspiraciones de ambos pueblos*; porque siendo la solución nacional y legítima podría llegar á efectuarse en la practica, *en sus condiciones naturales, esto es, insensiblemente, sin violencia y sin producir la unidad ficticia y de pura forma que vendría después a romperse*. Mucho hay que hacer; mas la fé y la perseverancia no deben abandonarnos”⁸⁵.

⁸⁴ AMNE, Espólio de Andrade Corvo, cartas de Prim a Olozaga de 23-10-1870, de 26-11-1870 e de 12-12-1870.

⁸⁵ AMNE, Espólio de Andrade Corvo, carta de Prim a Olozaga, s.d.

Mas em público, em resposta a uma interpelação de Castelar, o presidente do governo espanhol procurava tranquilizar a opinião pública portuguesa:

“nosotros, los españoles, no hemos tenido nunca la pretensión ni la tenemos hoy de que el noble pueblo portugués venga a fundirse con nosotros, venga a formar parte de la Nación española. Esta es una preocupación que tienen aquellos nobles hidalgos, y es preciso que sepan que no es tal nuestra intención”⁸⁶.

A estratégia pacífica e legalista de Prim corresponde a uma atitude em relação a Portugal e à união ibérica – uma política de aproximação e estreitamento de relações “francas y desembarazadas” – que deixaria marcas na política externa da Espanha⁸⁷. Seria retomada em diversos momentos: caso da chamada Harmonia Ibérica, em 1917. E era totalmente oposta à estratégia imperialista agressiva, se necessário por via de conquista militar, de um Pio Gullón (que mais tarde seria retomada por um Vicente Gay). Muito pelo contrário, Prim recusava qualquer desestabilização política do estado vizinho, incluindo uma revolução, que não conviria de todo aos interesses espanhóis. Compreende-se assim que se distanciasse de Saldanha e que recusasse qualquer colaboração nos propósitos políticos deste último

⁸⁶ *Congreso de los Diputados, Diario de sesiones*. Legislatura 1869-1871, n.º 289, 24-05-1870, p. 8318.

⁸⁷ Seria interessante estabelecer um paralelo entre a posição de Prim acerca de Portugal e a posterior teoria de Cánovas sobre a nação: “la nación se da en el espíritu, y como cosa del espíritu, no en los hechos brutales”. Cánovas considerava inevitáveis os agrupamentos étnicos e geográficos de nações, não todavia do ponto de vista espiritual: não haveria lugar para fusão numa “alma comum”. A haver agrupamento de nações, deveria deixar-se à ação do tempo esse possível processo. Sem se referir diretamente a Portugal e aos Portugueses, que de resto admirava, as reflexões de Cánovas não deixam de se lhes aplicar. Vd., Antonio Cánovas del Castillo, “Concepto de nación”, *Obras Completas*, I, Madrid, 1981 [1882], pp. 131-152. Esta posição de Cánovas teve eco no seu tempo. Cf., a título de exemplo, Julián Suárez Inclán, *Las naciones ibéricas, Conferencia en el Centro Militar por el coronel...*, Madrid, 1884.

(como é sabido o seu pronunciamento militar em Maio de 1870 levou à ditadura dos 100 dias), embora Saldanha fosse favorável a que D Fernando assumisse o trono de Espanha. Contudo, depressa Prim se desiluiu quanto à viabilidade de uma união ibérica no futuro próximo⁸⁸. Seja como for, o pronunciamento de Saldanha suscitou grande interesse no parlamento espanhol, com diversos deputados a procurarem informação da parte do governo acerca dos acontecimentos em Lisboa. A ida do embaixador espanhol a Madrid e o facto de dois barcos da esquadra espanhola terem entrado no porto de Lisboa alimentaram boatos. Compreende-se, pois, que tanto Prim como Castelar tenham procurado tranquilizar a opinião pública enaltecendo as qualidades do povo português e garantindo a sua autonomia. Castelar, assumido apologista de uma federação ibérica, lembrou o passado histórico e a identidade comum entre os dois povos, sublinhando bem: “Aquí nadie quiere anexiones a la prusiana. Aquí nadie sueña con guerras y conquistas. Aquí nadie piensa en atacar la autonomía del glorioso pueblo portugués”⁸⁹. Também o ministro da Gobernacion, Nicolás María Rivero, distanciava-se da ideia de conquista. Não obstante, deixava claro um ideal iberista gradualista então muito comum:

“Indudablemente, la idea de conquista de los pueblos es hoy, por lo que toca a las relaciones de España y de Portugal, una idea absurda; *pero que estos pueblos están destinados a unirse más tarde o más temprano con un vínculo comun y formando una nacionalidad (Aplausos), eso para mí es un dogma, una creencia íntima, un sentimiento arraigado en mi corazón*; dogma que talvez no logre yo ver realizado, pero que de seguro lo verán mis

⁸⁸ José de Almada, *A aliança inglesa. Subsídios para o seu estudo*, vol. III, Lisboa, 1948, pp. 214-220.

⁸⁹ *Congreso de los Diputados...* Legislatura 1869-1871, n.º 289, 24-05-1870, p. 8318.

hijos. La política española ha de tender, pues, a aproximar en lo posible esa época por los medios de que hoy se valen los pueblos cultos: aumento y mejora de las comunicaciones; unión cada vez más íntima entre ambos pueblos, así en los intereses, como en las ideas y aspiraciones, que no hallen ni deban hallar tropiezos en las fronteras. Siguiendo esta vía, y marchando por ella noble, franca y constantemente individuos, corporaciones, Gobiernos y Asambleas de ambos pueblos, llegará el día en que nos demos un abrazo a la paz de Europa, que seguramente no podrá menos de aplaudirnos”⁹⁰.

Como notava Luciano Cordeiro, o iberismo arregimentava-se “em todos os partidos e tem aceite todas as bandeiras”⁹¹. Mas por essa época, afirmava-se mais entre o progressismo, o democratismo e o republicanismo federal⁹² (caso de Castelar). Porque falhou então a candidatura portuguesa ao trono de Espanha? A explicação só pode encontrar-se em duas ordens de razões: por um lado na resistência portuguesa a essa solução – a começar da parte dos próprios D. Fernando e do seu filho D. Luís; por outro, nas posições da França e da Grã-Bretanha perante essa possibilidade.

Napoleão III parecia inicialmente apoiar a candidatura portuguesa e terá inclusive enviado uma carta a D. Fernando nesse sentido (mas este só a terá recebido depois de ter dado a sua resposta negativa ao embaixador espanhol). Aliás, na França do III Império, difundiam-se sugestões favoráveis à união ibérica e à unidade da

⁹⁰ *Congreso de los Diputados ... Legislatura 1869-1871*, n.º 289, 24-05-187 24-05-1870, n.º 289, p. 8321.

⁹¹ Luciano Cordeiro, “O livro do Senhor Fernández de los Ríos”, *A União ibérica*, Lisboa, s.d. [1877], pp. 105-106.

⁹² Ignacio Chato Gonzalo, *Las relaciones entre España y Portugal...*, vol. 1, p. 427 e p. 517.

raça latina⁹³. Mas a posição do imperador francês acabou por se revelar a este respeito “bastante complexa e matizada”, senão mesmo “vacilante” e “fingida”⁹⁴. E se D. Fernando de Saxe-Coburgo reunia largos apoios na vida política da Espanha, certo é que a posição britânica não era de todo favorável à união ibérica. No que coincidia com a opinião pública maioritária em Portugal. É o que em larga medida explicará o fracasso a que estavam destinadas as diligências de Fernández de los Ríos.

fronteira imaginária ou muralha da China?

Como compreender a voga que estas propostas de variado teor, de aproximação ou de integração entre as nações peninsulares tiveram em meados do século XIX? Como vimos, nos anos que se seguem à publicação das obras de Henriques Nogueira (1851) e de Sinibaldo de Mas (1852)⁹⁵, diversos periódicos deram expressão à ideia iberista, quer na sua versão unitarista, quer na versão federalista, republicana ou monárquica. Estava-se nos primórdios da Regeneração e das suas tentativas de modernização, num tempo em que se estabeleciam novas formas de contacto entre os políticos e as massas – caso dos comícios públicos – ou se difundiam mais intensamente outros meios de comunicação – a imprensa periódica, panfletos, cartazes. Entrava na ordem do dia a construção de novas redes rodoviárias, dos caminhos de ferro, do telégrafo elétrico.

⁹³ Um exemplo: Vicomte Mary de Tressevere, *Le mariage ou l'avenir du Portugal*, Paris, 1862.

⁹⁴ Javier Rubio, *España y la Guerra de 1870*, vol. I, Madrid, 1989, p. 99 e p. 113.

⁹⁵ J. F. Henriques Nogueira, “Estudos sobre a reforma em Portugal” [1851], *Obra completa* (ed. org. por António C. Leal da Silva), vol. I, Lisboa, 1976 e Sinibaldo de Mas, *A Ibéria...*, 1.ª ed. port., Lisboa, 1852.

Nos anos 50, os diplomatas espanhóis em Lisboa – não raro apologistas da união ibérica – chamavam a atenção, com insistência, para o estado deplorável em que se encontrava o caminho que ia de Madrid a Badajoz: um “escândalo”, afirmava Pastor Díaz em despacho reservado para o seu governo. Ora essa estrada tinha, a seu ver, uma dimensão política assinalável: por ela se estabelecia a ligação entre Madrid e Lisboa e a sua melhoria daria influência e preponderância à Espanha em Portugal. Mas também é um facto que não havia uma posição única entre estes representantes do Estado espanhol em relação a Portugal. Pastor Díaz responsabilizava os desacertos, erros e discórdias da própria Espanha, assim como a própria atitude deste estado em relação a Portugal como o grande obstáculo para a concretização da união peninsular – não a atitude dos Portugueses. Queixava-se ele:

“Hemos creado *el desierto* en una vasta zona entre los Portugueses y nosotros, y donde no había límites naturales, ni otros aledaños que rayas imaginarias y deplorables ficciones, hemos levantado un valladar más difícil de traspasar, y *poco menos extenso que la gran muralla de la China*. Los hemos tapiado por tierra pero no pudendo cerrarles el mar, a lo que era un pedazo de nuestro territorio, los hemos convertido nosotros, nosotros mismos, en isla adjacente de la Inglaterra”⁹⁶ (sublinhados meus).

Pastor Díaz estava certo de que a união ibérica se viria a realizar no futuro “sin que nadie lo piense”, de um modo espontâneo, numa fórmula que, admitia, ainda não se podia prever:

⁹⁶ Archivo Historico Nacional [AHN], Legajo H-1692, despacho reservado n.º 80, 30-04-1860.

“... yo abrigo una convicción intuitiva, una fé profunda, y pudiera decir apocalíptica de que la anexión se hará (...) se encontrará hecha de suyo, sin que nadie lo piense; de que un día vendrá en que un acto político, no sabemos cual, o una serie de ellos, no sabemos cuantos, convierta naturalmente en hecho político lo que ya muy de antes sea un hecho social”.

E inocentemente acreditava que se umas cinquenta famílias espanholas “ricas, nobles y gastadoras” se instalassem em Lisboa, a capital portuguesa como que por um efeito mimético tornar-se-ia espanhola. Mas era o mesmo Pastor Díaz que estava bem consciente da “profunda indiferencia” com que em Espanha se considerava tudo o que respeitava a Portugal⁹⁷, em contraste com a projeção que alcançava na imprensa deste país a questão ibérica, com as suas instrumentalizações políticas.

Se Pastor Díaz e outros iberistas apostavam nos novos meios de transporte como instrumento de assimilação de Portugal numa futura união peninsular, já Alcalá Galiano, que fora ministro em Lisboa em 1859, preferia uma outra atitude diplomática, uma posição “dura, pero más fundada”: que, em lugar de apostar na melhoria das comunicações com Portugal, deixasse esta nação isolada e numa situação difícil, já acentuada aliás desde a perda do Brasil e com o contrabando. A apostar-se nas ligações ferroviárias, deveria Espanha exigir a Portugal como contrapartida uma “política peninsular exclusiva” e uma aliança estreita. Na sua lógica, a um Portugal dependente da Inglaterra não deveriam dar-se as vantagens que poderiam conceder-se a um “estado independiente y unido con nosotros por lazos casi federativos”⁹⁸.

⁹⁷ AHN, Legajo H-1692, despacho reservado n.º 61, 31-03-1861.

⁹⁸ AHN, Legajo H-1692, despacho reservado n.º 56, 1-04-1859.

Entretanto davam-se passos no sentido do estabelecimento de uma nova cartografia oficial e de fixação da fronteira entre Portugal e Espanha (1864). Na sequência de um intenso debate em que se exprimiu o receio de assimilação de Portugal pela Espanha e em que participaram, entre outros, Herculano e Lopes de Mendonça (1853), a ligação ferroviária Madrid-Lisboa efetivou-se em 1866. A distância entre as duas cidades podia agora ser vencida em cerca de 17 horas⁹⁹. Este tempo de deslocação não terá evoluído positivamente: em meados do século xx, em 1946, mantinha-se essa duração!¹⁰⁰.

Em 1850, um deputado por Ciudad Rodrigo, Arias Giron, lembrava que de Madrid a Lisboa, o trajeto mais rápido era ir a Cadiz apanhar o vapor¹⁰¹, o que não surpreende, se lembrarmos a péssima condição em que se encontravam as estradas entre as duas capitais. Um outro exemplo: de Mértola a Lisboa, a via mais rápida era a fluvial e marítima, contornando a costa algarvia e alentejana. Mas também deve dizer-se que os mais importantes rios peninsulares que desaguardam em Portugal não ofereciam condições de navegação fácil devido a fortes oscilações sazonais de nível e à pouca profundidade das águas¹⁰². As comunicações terrestres entre os dois países foram evoluindo lentamente. Uma nova ponte foi construída sobre o rio Caia (1855) e, posteriormente, uma outra ligaria as margens do Minho em Valença (1886). Estava em causa a problemática das relações com a Espanha (e através desta com a Europa em geral), não apenas

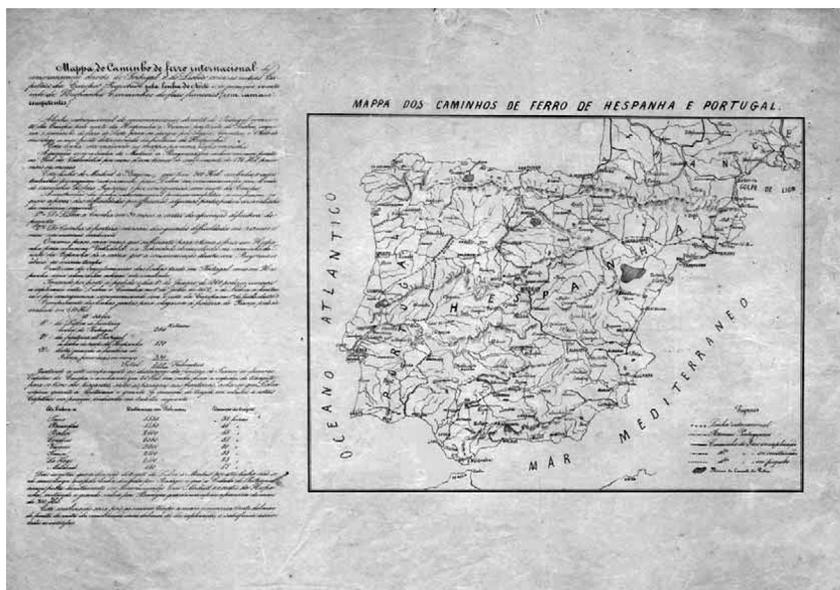
⁹⁹ Biblioteca Nacional de Portugal, Área de Cartografia, *Mapa dos caminhos-de-ferro de Espanha e Portugal*, s.l., s.d. [com texto manuscrito]. Calvo Asensio fornecia informações bem mais negativas a este respeito: o trajeto Lisboa-Madrid teria começado por fazer-se em 24 horas, elevando-se depois até às 36 horas (*Lisboa em 1870*, Lisboa, 2009, p. 104).

¹⁰⁰ J.Miguel Ruiz Morales, *La economía del bloque hispanoportugués*, Madrid, 1946, p. 226.

¹⁰¹ *El Heraldo*, 3-03-1850, p. 1, apud. Pablo Hernández Ramos, *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874*, p. 281.

¹⁰² António Monteiro Cardoso, “A questão da livre navegação no Douro e a crise de 1840 entre Portugal e a Espanha”, *Portugal e a Espanha...*, p. 53.

económicas mas também diplomáticas, políticas, culturais e vivenciais. Os iberistas depositavam as maiores expectativas na construção do caminho de ferro Lisboa-Madrid. Mas poder-se-á admitir que esta ligação ferroviária tenha alterado substancialmente as relações entre portugueses e espanhóis? Tudo indica que não: não houve um crescimento significativo do comércio com a Espanha por essa via.



Mapa dos caminhos de ferro de Espanha e Portugal, s. d. [c. 1870].
BNP, Cartografia.

Na sua relação com o total do comércio externo português, este chegou mesmo a diminuir de 7% em 1865 para 6% em 1890¹⁰³. Ao contrário do que tinham sonhado os iberistas e do que tinham recedado alguns anti-iberistas portugueses, a rede ferroviária internacional não rompeu a fronteira. A resistência portuguesa a uma liga aduaneira com o país vizinho levou os espanhóis a construírem uma

¹⁰³ Magda A. Pinheiro, *Cidade e caminhos de ferro*, Lisboa, 2008, p. 26.

“cinta de ferro” paralela à fronteira portuguesa, isolando Portugal. A ligação ferroviária com Espanha permaneceria aliás controversa nos meios nacionalistas portugueses. Ainda em 1882, Vaz Preto, um poderoso cacique da Beira Baixa que estivera ligado ao Partido Regenerador e depois aos constituintes, alertava na Câmara dos Pares para os riscos que a ligação Porto-Salamanca poderia trazer para autonomia de Portugal, acabando por considerá-lo um projeto “anti-patriótico” e o “primeiro passo para a união ibérica”¹⁰⁴.

No entanto, a construção das redes ferroviárias perturbou as fronteiras¹⁰⁵. Em 1871, Eça de Queiroz ironizava a esse respeito: “Sim, decerto, nós e os espanhóis amamo-nos meigamente! Mas não sentimos a necessidade urgente e ávida de nos precipitarmos, assim, todos os oito dias, nos braços uns dos outros!”. E a propósito da intenção por parte da companhia dos caminhos de ferro de praticar preços reduzidos para viagens turísticas de espanhóis a Portugal, sugeria com fina ironia: “O país não pode em sua honra consentir que os espanhóis o venham ver. O país está pobre, embrutecido, nulo, remendado, sujo, insípido. O país precisa fechar-se por dentro e correr cortinas”. E ainda: “Digamo-lo rudemente: nós não estamos em estado de receber visitas! Vivemos aqui ao nosso canto, sem cerimónia, em chinelas – e não gostamos que gente culta e rica venha ter a revelação da nossa mobília podre e da nossa conversação idiota”¹⁰⁶. Eça ironizava, claro, chegando a pedir ao governo que proibisse a companhia ferroviária de oferecer preços tão acessíveis à “aparatosa Espanha”. O autor d’ *As Farpas* apontava assim o seu bisturi crítico contra a posição isolacionista dos anti-iberistas frenéticos. Mas, sobretudo, denunciava as insuficiências da situação da

¹⁰⁴ *Diário da Câmara dos Pares do Reino*, Lisboa, n.º 27, 20-03-1882, p. 244.

¹⁰⁵ J. M. Jover Zamora, *Política, diplomacia y humanismo popular...*, p. 109.

¹⁰⁶ [Eça de Queiroz], *As Farpas* (coord. M. F. Mónica), Lisboa, 2010 (n.º 6, Out. de 1871), p. 233.

sociedade portuguesa. E, como veremos, no que respeita às relações com a Espanha, se era contrário a qualquer solução iberista, também desprezava a retórica nacionalista da Comissão 1.º de Dezembro.

As comparações usadas para caracterizar as relações Portugal-Espanha no século XIX foram muito variadas, do humor de Eça de Queiroz às execrações dos mais exaltados opositores da união ibérica, passando pelos mais convictos anseios de integração peninsular. Um homem informado a este respeito como era o adido cultural da embaixada espanhola, Calvo Asencio, falava de uma “*impene-trável muralha da China*” (referia-se aos postos fronteiriços) de um “*deserto sem limites*” e do “*borrascoso oceano*”¹⁰⁷ entre Portugal e Espanha. Sobretudo a comparação com a China tornou-se frequente: não apenas entre a fronteira e a célebre muralha, mas também a qualificação do iberismo como coisa estranha, importada da China¹⁰⁸ o que aliás correspondia a um sentido não apenas figurado: o livro e o projeto de Sinibaldo de Mas de criar uma associação iberista fora concebido em Macau, em diálogo com portugueses que aí residiam.

Por seu lado um dos embaixadores espanhóis em Lisboa, Felipe Mendez Vigo, lembrava que a primeira vez que viera a Lisboa, cerca de 1863, os Portugueses conheciam menos os espanhóis do que os russos. Alguns julgavam até que a Espanha vivia ainda mergulhada no antigo despotismo¹⁰⁹. E confirmava que o único caminho que unia Madrid a Lisboa se encontrava “casi intransitable”. Não seriam estas metáforas e comparações excessivas? Admitimos que sim, tanto mais

¹⁰⁷ Calvo Asencio, *op. cit.*, p. 59.

¹⁰⁸ Sobre este “recurso retórico recorrente”, veja-se Gabriel Magalhães, “Visita guiada à Casa Ibérica (1801-1900)”, *RELIPES Relações linguísticas e literárias entre Portugal e Espanha desde o início do Século XIX até à actualidade* (coorden. G. Magalhães), Salamanca/Covilhã, 2007, pp. 108-109.

¹⁰⁹ AHN, Legajo H-1699, desp. n.º 176, 31-10-1883.

que, já em 1883, o próprio Mendez Vigo notava a este respeito que grande mudança ocorrera no convívio entre os dois povos:

“Mucho se desvanecieron aquellos errores [ideias erradas sobre a Espanha] durante mi larga residencia en este país, y al regresar hoy, después de una ausencia de quince años, no solo encuentro que han desaparecido por completo sino que efecto del trato frecuente y cambio de ideas debido a la facilidad de las comunicaciones, los portugueses nos conocen y nos estiman, sin que por esto deje de existir esa prevención con que nos miran”¹¹⁰.

Naturalmente os testemunhos individuais a este respeito, por mais qualificados que sejam, envolvem sempre um grau de subjetividade que não se pode omitir. O relato de Mendez Vigo afigura-se desfocado. Mas se atendermos ao refluxo do iberismo nos anos 80 não deixa de ser em parte plausível que, dos anos 60 para os anos 80 do século XIX, as relações entre Portugueses e Espanhóis se tivessem transformado alguma coisa, talvez devido ao aumento do número destes últimos emigrados em Portugal (ver adiante). É o período em que se desenvolveram os novos transportes e comunicações telegráficas transfronteiriças¹¹¹ e se multiplicaram os convénios entre os dois estados peninsulares no sentido de regulamentar as respetivas condições legais e os direitos civis dos cidadãos de cada país quando residentes no país vizinho, bem como as funções dos cônsules e

¹¹⁰ Ibid.

¹¹¹ *Convénio para o entroncamento de linhas férreas nas fronteiras de Portugal e Espanha assinado em Lisboa pelos respectivos plenipotenciários aos 2 de Abril de 1866*, Lisboa, 1866; *Convenção telegráfica*, Lisboa, 1872; *Regulamento em que concordaram a direcção geral dos correios e telégrafos de Portugal e a Direcção dos Correios e Telégrafos de Espanha, para execução da convenção postal celebrada entre os ditos estados em 6 de Fevereiro de 1873*, s.l., s.d.; *Convénio regulamentar de trânsito entre Portugal e Espanha assinado em Madrid aos 2 de Outubro de 1885*, Lisboa, 1885.

vice-cônsules¹¹². Note-se, na convenção consular de 1870, a assunção do princípio de liberdade de circulação e residência, bem como de exercício de qualquer atividade económica, equiparando os cidadãos dos dois países em ambos os territórios em condições recíprocas de nação mais favorecida¹¹³. O princípio de livre trânsito de pessoas e mercadorias por via ferroviária ou fluvial, seria reafirmado em 1885¹¹⁴. E não se esqueceram regulamentos para correios e telégrafos¹¹⁵.

Todos estes diplomas exprimem uma verdadeira euforia codificadora que corresponde à vontade de intensificar as relações económicas entre os dois países, bem como às transformações tecnológicas que se operaram nesses anos nos transportes e comunicações à escala peninsular. Mas, por outro lado, evidenciam também as dificuldades de encontrar soluções duráveis. O esforço culminaria com o tratado de comércio de 1893 entre os dois estados que, aliás, não seria isento de controvérsia. Contudo, as expectativas terão ficado muito aquém das realidades. Certo é que o comércio legal entre as duas nações peninsulares se manteve escasso. E que o contrabando (incluindo a reexportação de produtos estrangeiros a partir de Lisboa e Porto) era intenso¹¹⁶. Assim seria até à adesão dos dois estados à

¹¹² *Convenção consular entre Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves e sua Alteza o Regente de Espanha assinada em Lisboa pelos respectivos plenipotenciários em 21 de Fevereiro de 1870*, Lisboa, 1871. Houve também diversos convénios para regulamentar as pescas.

¹¹³ *Idem*, “Os portugueses em Espanha e os espanhóis em Portugal gozarão de todas as vantagens, de que em cada um dos dois estados gozam ou gozarem no futuro os súbditos das nações mais favorecidas, no que respeita aos trâmites e meios para a concessão da residência, importância dos correspondentes direitos, prazo da sua duração, processo e penalidade, contra os infractores” (p. 18). Aos comerciantes (mas não aos exilados) apenas era exigido um certificado de matrícula (art. 3.º).

¹¹⁴ *Convenção regulamentar de trânsito entre Portugal e Espanha assinado em Madrid aos 2 de Outubro de 1885*, Lisboa, 1885.

¹¹⁵ Cf. *Regulamento em que concordaram a direcção geral dos correios de Portugal e a direcção geral dos correios e telégrafos de Espanha, para execução da convenção postal celebrada entre os ditos estados em 6 de Fevereiro de 1873*, s.l., s.d.

¹¹⁶ José García Barzanallana, *La Liga Aduanera Ibérica*, 2.ª ed., Madrid, 1878 (1.ª ed. 1861), pp. 116-133 e David Justino, *A formação do espaço económico nacional, Portugal 1810-1913*, vol. 1, Lisboa, s.d. [1989], pp. 213-223. Veja-se também Miguel

Comunidade Económica Europeia (1986) e à abolição de fronteiras no final do século xx, com a aplicação do acordo de Schengen (1995).

Naturalmente, as populações raianas mantinham estreitos contactos. Para tanto contribuíam romarias e trabalhos sazonais dos dois lados da fronteira. Mas os caminhos e estradas eram, em geral, muito deficientes. Um coronel do Estado maior espanhol, José de Castro, membro da Comissão de Limites entre os dois países, afirmava em 1873: “Tanto los caminos de España como los de Portugal presentarán muchas dificultades al tránsito de tropas, por su mal estado y por la falta de puentes en algunos ríos y riberas”¹¹⁷. O referido militar estimava a extensão da raia seca em cerca de 427 km, enquanto os cursos de água a separar os dois territórios totalizariam 685 km¹¹⁸. A facilitar o trânsito sobre estes, só existiam em 1873 duas pontes a atravessar os rios Pequeno (entre Chaves e Verin) e o Caia (entre Badajoz e Elvas).

A linha de fronteira entre Portugal e Espanha, uma das mais extensas e antigas da Europa, não existia oficialmente: só em 1864 foi assinado um Tratado de Limites¹¹⁹ entre os dois estados. Como observava um ex-ministro espanhol, García Barzanallana, tinha um carácter “imaginário” e, como veremos, Joaquín Costa retomaria essa ideia, acentuando a unidade peninsular de múltiplos pontos de vista (vd. adiante o capítulo 4.). No entanto, a fronteira pode também ser

Castro, *A fronteira Portugal/Espanha, 18 anos depois de Schengen*. Doutoramento em Geografia, Lisboa, 2013, pp. 65-80.

¹¹⁷ José de Castro y López, *La frontera hispano-portuguesa: estudio descriptivo y militar*, Madrid, Imp. y Litografía del Departamento de la Guerra, 1873, p. 11.

¹¹⁸ Números que ficam aquém dos apresentados em 1923 por Artur Magalhães Basto. Segundo este último a fronteira de rios e ribeiros corresponderia a cerca de 800 km, cerca de 2/3 de um total de 1209 km. *A fronteira hispano-portuguesa (ensaio de geografia política)*, Coimbra, 1923, p. 6.

¹¹⁹ Foi publicado em edição bilingue: *Tratado de limites con Portugal. Anexos*, Lisboa, 1895.

vista como uma “construção política e identitária”¹²⁰. É certo que continuava, pelo menos desde meados do século XVII, a constituir um poderoso obstáculo entre as duas nações peninsulares, notando-se em alguns concelhos a rarefação das populações, em parte devida às condições agrestes da geografia local. Em 1923, Magalhães Basto notava “fracas relações entre os povos fronteiriços” em concelhos como Niza e Castelo de Vide. Mas num balanço geral não deixava de considerar a fronteira hispano-portuguesa como uma “fronteira viva”, isto é, “com nítida diferenciação étnica, política e social”, em contraste com a “fronteira morta”, em que desaparecera a atividade¹²¹. Nesse sentido, não deve generalizar-se e considerar toda a fronteira como uma “zona de depressão demográfica”, um *no man’s land*¹²², embora possa admitir-se o seu carácter artificial e convencional.

A raia, nos seus cerca de 1200 quilómetros, não pode pois, ser vista como uma barreira intransponível com um traçado linear, antes como um espaço poroso, uma separação simbólica entre os territórios dos dois estados, pontuada, em 1860, por trinta alfândegas e trinta e oito postos fiscais que mobilizavam 380 funcionários¹²³. As regiões da raia eram, portanto, regiões vigiadas mas também regiões de transgressão. Regiões-limite protegidas mas permeáveis e ameaçadas: por exemplo, em 1873, um deputado português, Santos Silva, dava conta que a raia estava a ser atravessada por indivíduos que vinham conspirar contra a independência nacional. Quem eram? O deputado enumerava-os: *ibéricos de lá, traidores de cá, ambiciosos, anarquistas*

¹²⁰ César Rina Simón, *Iberismos: proyecciones, anhelos y expectativas peninsulares 1848-1898*, Tesis doctoral [policop.], Pamplona, 2015, p. 595.

¹²¹ Artur Magalhães Basto, *op. cit.*, pp. 38-39, p. 45 e p. 8.

¹²² J. Miguel Ruiz Morales, *La economía del bolque hispanoportuguês*, p. 15.

¹²³ Júlio M. Oliveira Pimentel, “A Liga das Alfândegas Peninsulares”, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, Lisboa, 1860, pp. 75-76. Segundo Barzanallana, do lado português, dedicavam-se à vigilância da fronteira 701 homens (chefes e guardas) enquanto, do lado espanhol, haveria 2717 carabineros (*op. cit.*, pp. 92 e 105-106).

e *desatinados*¹²⁴. Como dizia nessa época de suspeições um outro deputado, Pinheiro Borges, Portugal tinha “sempre a sua indepedência ameaçada e (...) por isso precisa estar sempre de prevenção”¹²⁵.

Já nos finais da Grande Guerra, um político liberal espanhol, defensor da aliança com a França e a Grã-Bretanha, Antonio Rojo Villanova, considerava Portugal uma “fronteira quase inglesa”, a par das outras fronteiras da Espanha: a fronteira inglesa (Gibraltar); a francesa e o Mediterrâneo¹²⁶. Uma fronteira que importava defender. Não raro, as elites espanholas viram Portugal como um prolongamento da Inglaterra, uma espécie de ilha adjacente à sua histórica oponente britânica ou simplesmente como um protetorado. O que não surpreende. Não viu também Antero de Quental Portugal como uma fronteira?

espanhóis em Portugal

Outra realidade que contribuiu significativamente para romper o artificialismo das fronteiras foram os exílios. Temos notícia que viveram em Portugal numerosos exilados espanhóis, liberais e depois carlistas, durante e após as guerras civis em Espanha (entre muitos outros, D. Carlos María Isidro, pretendente ao trono), progressistas e republicanos após os movimentos revolucionários anti-bourbónicos dos decénios de 1850-60¹²⁷. Entre os mais conhecidos, refiram-se Xisto Cámara, Roque Barcia e Nicolás Salmerón. Este último, presidente da primeira república espanhola, e figura grada do republicanismo

¹²⁴ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 65 07-04-1873, p. 1129.

¹²⁵ *Idem*, n.º 30 19-02-1873, p. 462.

¹²⁶ Antonio Rojo Villanova, *El nacionalismo regionalista y la política internacional de España*, Madrid, 1918, p. 28.

¹²⁷ Gabriel Magalhães, “Visita guiada à Casa Ibérica (1801-1900)”, *RELIPES*, pp. 54-55.

espanhol, viveu em Portugal em períodos distintos, em 1866, em 1876 e depois em 1894. A sua expulsão em 1894 suscitou até uma larga controvérsia na Câmara dos Deputados¹²⁸. Em que medida foram eles comandados por ideais internacionalistas ou tão-só por imperativos de sobrevivência? Só um estudo detalhado deste fenómeno que se prolongou pelo século xx¹²⁹ poderá esclarecer esta pergunta.

Sabemos que iberistas como Sinibaldo de Mas, embaixadores espanhóis tão ativos como Fernández de los Ríos e Juan Valera, ou viajantes como Fernández González viveram largas temporadas em Lisboa, onde privaram com intelectuais e políticos portugueses. Em Portugal vivia uma colónia espanhola numerosa – sobretudo constituída por Galegos – com os seus meios próprios de expressão: associações, imprensa periódica, uma cultura específica. Em 1860, numa época em que ainda não havia estatísticas fiáveis, Pastor Díaz, ministro plenipotenciário da Espanha em Portugal (1859-61), transmitia ao 1.º secretário de Estado do seu governo a informação de que havia em Lisboa entre 14 000 e 15 000 galegos “que ganam pobre y duramente su vida en los trabajos mas penosos de esta capital”¹³⁰. Em 1871 viveriam cerca de 24 400 espanhóis em Portugal, alcançando em 1890, segundo os dados do recenseamento deste ano, mais de 27 000, dos quais quase 50% se concentravam em Lisboa (13405) e 12,6% no Porto (3408)¹³¹. No século XIX, a colónia espanhola em Portugal era a mais numerosa, representando nos finais do século

¹²⁸ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 17, 30-10-1894, pp. 289 a 314 pp. 299 e ss. Sobre o papel destacado que Salmerón teve entre os emigrados em Portugal veja-se Ignacio Chato Gonzalo, “Espanoles en Portugal III (1874-1881): exilio, emigración y masonería”, texto inédito que o autor amavelmente me deu a conhecer. Salmerón também foi expulso em 1876, por pressão do governo de Cánovas.

¹²⁹ Sobre os exílios dos espanhóis em Portugal, temática ainda pouco estudada, vejam-se, entre outros, os trabalhos de Ignacio Chato Gonzalo na bibliografia final.

¹³⁰ AHN, legajo 1692, n.º 30, 13-02-1860.

¹³¹ Jorge Fernandes Alves, “Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas”. Antonio Eiras Roel e Domingo Gonzalez Lopo (coord.), *Movilidad e migracions internas na Europa Latina*, Santiago de Compostela, 2002, pp. 117-126.

cerca de 70% do total de residentes¹³². Dela ficaram testemunhos do maior interesse literário: lembre-se por exemplo a memória que dela nos deixou Eça de Queiroz n'A *Capital*, não apenas no que respeita aos exilados, mas ao lugar central que tinham as espanholas nas venturas e desventuras amorosas dos lisboetas.

Um campo específico de exercício de políticas e de sociabilidades transnacionais foi a maçonaria. Ora, deste ponto de vista, o período do Sexénio Democrático em Espanha (1868-74) caracterizou-se pelo estreitamento de laços entre as lojas maçónicas portuguesas e espanholas. Em 1871, o Grande Oriente Lusitano Unido incluía já 24 lojas espanholas (ou seja, mais de 1/3, num total de 61 lojas), quando em 1868 eram apenas 2. E em 1878 o seu número aumentaria para 45 (num total de 71): por esta altura, quando o iberismo já estava em refluxo, quase 2/3 das lojas que deviam obediência ao GOLU eram do país vizinho¹³³. Podemos, contudo, interrogar-nos se esta obediência ao GOLU de tantas lojas espanholas se traduziu numa intensificação das sociabilidades maçónicas transnacionais e inter-penisulares. Terá aumentado a convivência entre os filiados nas lojas portuguesas e espanholas. Ou só ao nível das cúpulas se desenvolveram contactos? Certo é que entre os exilados espanhóis em Portugal havia maçons que, mais tarde (1882 a 1897), viriam a fundar lojas constituídas por residentes em Portugal mas ligadas a Orientes espanhóis¹³⁴. E que a colaboração estreita entre o Grande Oriente Lusitano Unido e o Grande Oriente de Espanha suscitou fortes reações de protesto por parte

¹³² Jorge Fernandes Alves et al., "Imigração galega na cidade do Porto (segunda metade do século XIX)", *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II série, vol. 9, 1992, p. 219.

¹³³ Com base nos números fornecidos por Ignacio Chato Gonzalo, *Las Relaciones Masónicas entre España y Portugal 1866-1932*, Mérida, 1996, pp. 35, 52.

¹³⁴ Ignacio Chato Gonzalo, "Espanoles en Portugal III (1874-1881)..." (inédito),

de lojas de Coimbra em 1872 e *O Conimbricense* acusou o GOLU de incentivar o iberismo¹³⁵.

A partir de 1878, talvez devido à aprovação de uma nova constituição, numerosas lojas espanholas começaram a abandonar a organização portuguesa. Ainda assim, em 1888, num total de 926 maçons, 162 ainda eram espanhóis (cerca de 17,5%)¹³⁶. Mas no primeiro Congresso Maçónico Interpeninsular que teve lugar em Lisboa, em 1905, a participação espanhola foi relativamente reduzida. O anátema de iberismo com que foi rotulada a maçonaria, uma reação nacionalista de maçons portugueses contra o alegado iberismo no Grande Oriente Lusitano e divergências no interior do Grande Oriente de Espanha terão contribuído para o declínio da presença espanhola¹³⁷. Quando falamos do associativismo maçónico estamos evidentemente a situar-nos no plano das elites intelectuais e políticas. A sua base social maioritária localizar-se-ia entre comerciantes, funcionários públicos e alguns militares¹³⁸. Mas se pensarmos num âmbito social mais largo?

É de admitir que no século XIX se viajava muito menos do que hoje entre Portugal e a Espanha e vice-versa. A correspondência entre as populações dos dois países (cartas, jornais e impressos) não era muito intensa em termos relativos e confirma a fraca intimidade nas relações peninsulares: essa era, pelo menos, a situação em meados do século, em 1854-55¹³⁹. No entanto, a informação política

¹³⁵ António Ventura, *Uma história da maçonaria em Portugal*, Lisboa, 2013, p. 264.

¹³⁶ Ignacio Chato Gonzalo, *op. cit.*, p. 60.

¹³⁷ Fernando Catroga, “As lojas espanholas de obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e o iberismo”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VII, Coimbra, 1985, pp. 89-104.

¹³⁸ Id., “El primer Congreso Masónico Interpeninsular (1905) en la estrategia ideológica del Gran Oriente Lusitano Unido”, *Masonería, política y sociedad* (coord. J. A. Ferrer Benimeli), Zaragoza, 1989, p. 466.

¹³⁹ Cf. *O Peninsular*, n.º 1, 6-06-1872 e C.A. da Costa, *Memória sobre Portugal e a Espanha*, s.l., 1856, pp. 82-85. Em 1861, só 986 espanhóis visitaram Portugal com passa-

circulava oralmente e através dos numerosos periódicos que dela davam conta. E os esforços no sentido de aproximar culturalmente portugueses e espanhóis foram bem evidentes, com a publicação de diversas revistas bilingues: a *Revista del Mediodía* (1850-51), a *Revista Peninsular* (1855-56) e a *Revista Occidental* (1875), para só referirmos alguns exemplos. O que representa um esforço assinalável de estreitamento de relações culturais que ainda hoje nos surpreende.

Todavia, para além das dificuldades de transportes, como diversos autores da época sublinham, ao nível de uma cultura letrada, nomeadamente no que respeita à difusão do livro, as relações culturais encontravam alguns obstáculos. Chegava-se ao paradoxo de obras clássicas castelhanas serem conhecidas em Portugal por via de traduções em francês, então a língua culta mais falada na Europa. Deste ponto de vista compreende-se que as metáforas a sugerirem o afastamento entre Portugal e Espanha estivessem em voga. Em 1870, Calvo Asensio, que foi secretário da legação espanhola em Lisboa, lamentava que as empresas espanholas não contactassem com as suas congéneres portuguesas, e que não se estabelecessem viagens de turismo entre os dois países, “tão úteis para relacionar os povos uns com os outros”¹⁴⁰. E acrescentava, retomando a metáfora da fronteira-muralha:

“Nada disto se fez, nem sequer se tentou; assim como ninguém cuidou de pôr em comunicação os escritores de um e outro país, nem de tornar fáceis as trocas de livros, por combinação dos livreiros e editores com as empresas de caminho de

porte. E em 1885, menos de 1500 pessoas passaram de Portugal a Espanha legalmente, por via marítima, a esmagadora maioria do distrito de Faro. Germán Rueda Hernanz, “El ‘iberismo’ del siglo XIX...”, *España-Portugal. Estudios de Historia Contemporánea* (dir. H. de la Torre Gomez e A. Pedro Vicente), Madrid, 1998, pp. 199-200.

¹⁴⁰ Gonzalo Calvo Asensio, *Lisboa em 1870*, Lisboa, 2009 [1.ª ed. 1870], p. 104. Cf. *As Farpas*, n.º 2, Jun. de 1871, p. 81. Veja-se a este respeito, João Medina, “Eça de Queiroz e o iberismo”, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, 1980, pp. 23-24.

ferro, não sendo possível encontrar um livro espanhol em Lisboa, como o não é achar um português em Madrid; nem ninguém se ocupou das necessidades do comércio, derrubando esses postos fronteiriços erguidos à semelhança de *uma impenetrável muralha da China* para impedirem toda a relação e oporem-se à inteligência”¹⁴¹ [sublinhado meu].

Publicado em Madrid, o próprio livro de Asensio, *Lisboa em 1870*, não teria sido posto à venda em Portugal. Ramalho Ortigão teceu-lhe uma demolidora crítica n’*As Farpas*, sobretudo pelo seu iberismo, mas também pelo desconhecimento de Portugal e da cultura portuguesa que a seu ver o seu autor evidenciava. Como ironizava Ramalho, este livro “seria para os portugueses (...) do mais subido favor, se fosse levemente modificado no sentido de dizer o contrário do que diz”¹⁴².

Quem beneficiava com esta situação de apartamento? A Inglaterra, claro, aproveitando-se da produção portuguesa e espanhola e introduzindo a sua indústria nos países ibéricos. Em contrapartida, denunciava Calvo Asensio, estiolavam as relações comerciais entre Portugal e Espanha e vice-versa. E se o estado espanhol tinha um tratado de comércio com a distante China, com Portugal nada. Seria preciso esperar pelos finais de Oitocentos para que se celebrasse um tratado em 1883.

Não admira, pois, que a intenção de abolir a fronteira económica (as alfândegas), criando uma Liga Aduaneira ou um *Zollverein* peninsular, inspirado na experiência alemã, fosse expressiva: lembrem-se, do lado português, os casos tão diversos do ponto de vista

¹⁴¹ Gonzalo Calvo Ascensio, *op. cit.*, p. 104.

¹⁴² Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. XII, Lisboa, s.d. [texto datado de Junho de 1871], p. 49.

político de José da Gama e Castro¹⁴³, Latino Coelho, Joaquim T. Lobo d'Ávila ou Júlio Oliveira Pimentel e, do lado espanhol, Donoso Cortés, Joaquin Francisco Campuzano, Arturo Marcoartú e José García Barzanallana (estes últimos já acima referidos) ou José Dias Imbrecht¹⁴⁴. Em 1849, Donoso Cortés fora encarregado pelo governo de Narváez de escrever um relatório sobre a situação social e política da Prússia. Donoso notou como a união aduaneira foi um passo decisivo no sentido da dominação política da Prússia sobre o espaço alemão¹⁴⁵. Este caso histórico não foi esquecido por alguns adeptos do *Zollverein* peninsular.

Contudo, a experiência ibérica era bem diversa. E o proteccionismo económico português¹⁴⁶ terá sido um obstáculo a ter em conta, relativamente aos iberismos. Se o comércio legal entre Portugal e Espanha era escasso (e manter-se-á minoritário em relação ao praticado com outros parceiros até ao final do Estado Novo), certo é que o movimento de barcos espanhóis no porto de Lisboa aumentou nos anos que se seguem à revolução de 1868. Em 1872, Fernández de los Ríos, ministro plenipotenciário de Espanha em Portugal, projetou um tratado de comércio entre os dois países que, todavia, não chegou a ser ratificado pelas cortes espanholas, instaurando-se entretanto a república¹⁴⁷. E em 1883 foi assinado um convénio comercial, cuja vigência foi apenas de dois anos. Mas as intenções protecionistas do

¹⁴³ Luís Reis Torgal, *Tradicionalismo e contra-revolução. O pensamento e acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, 1973, p. 299.

¹⁴⁴ Vd. Maria da Conceição Meireles Pereira, “O contrabando luso-espanhol no século XIX – o discurso dos teóricos”, *O contrabando e outras histórias*, Porto, 2001, pp. 25-51. Veja-se ainda Pablo Hernández Ramos e Thomas Birkner, “El Zollverein Ibérico. Análisis de los Proyectos de Unión Aduanera Hispano Portuguesa en la prensa de Madrid (1850-1867)”, *Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, n.º 4, vol. 1, 2013, pp. 75-97.

¹⁴⁵ Pablo Hernández Ramos e Thomas Birkner, art. cit., p. 80.

¹⁴⁶ Veja-se, a este respeito, David Justino, *Fontismo. Liberalismo numa sociedade iliberal*, Lisboa, 2016.

¹⁴⁷ Ignacio Chato Gonzalo, *Las relaciones entre España y Portugal...*, vol. 1, p. 476 e p. 521. Jorge Pedreira, “Guerras, afinidades e nacionalismos...”, *op. cit.*, p. 287.

lado português e a insistência espanhola na liberdade de circulação de gado dificultaram as negociações¹⁴⁸. Já o tratado comercial de 1893¹⁴⁹, ainda que controverso, ficaria em vigor durante mais de vinte anos e acabou por tornar-se uma referência marcante nas relações económicas entre os dois países. Entre outras disposições, fixava em 6 milhas o monopólio de pesca, o que correspondia ao limite em Espanha. A balança comercial entre os dois países durante os vinte anos do seu exercício foi ligeiramente favorável à Espanha, que exportou um pouco mais para Portugal do que o inverso. Mas houve anos em que o saldo foi favorável a Portugal¹⁵⁰. Entretanto, em 1887 fundara-se em Lisboa uma Câmara de Comércio espanhol.

Por outro lado, a diplomacia ia dando os seus passos ao mais alto nível: se em 1865, D. Luís visitava Madrid, em finais de 1866, Isabel II vinha a Lisboa¹⁵¹. E em finais de 1892, o jovem rei D. Carlos faria uma visita oficial a Espanha. E o quarto centenário da viagem de Cristovão Colombo (1892), com a relevante participação portuguesa, constituiria um momento significativo de aproximação entre as elites intelectuais das duas nações¹⁵².

Mas o radicalizado debate em torno da união política, com todas as conotações negativas que esta adquiriu, acabou todavia por

¹⁴⁸ Jorge Pedreira, *idem*, p. 288.

¹⁴⁹ Cf. *Tratado de comercio e navegação entre Portugal e Espanha assinado em Madrid a 27 de Março de 1893*, Lisboa, 1893. Um balanço e avaliação crítica da sua execução em *Negociações para o tratado de comércio com a Espanha. Informação estatística*, Lisboa, 1915. Veja-se ainda, J. Miguel Ruiz Morales, *La economía del bloque hispanoportugués*, pp. 15 e 324.

¹⁵⁰ *Negociações para o tratado...*, pp. 2-3. O tratado tinha, em princípio, uma duração de 20 anos. Desde 1913 foi prorrogado por tácita recondução. Para Portugal os problemas mais candentes era a definição das águas jurisdicionais e os produtos coloniais. Uma lei portuguesa de 5-06-1914 estabelecia o limite de 3 milhas, exceto para os países que recusassem esta extensão (caso da Espanha). Veja-se a este respeito J. Miguel Moralez Ruiz, *op. cit.*, p. 189.

¹⁵¹ Em 1881 foi oficialmente a Cáceres para um encontro com Afonso XII (que no ano seguinte viria a Lisboa), voltando depois a Madrid em 1883.

¹⁵² Veja-se Miguel Pimenta Silva, *Portugal no IV Centenário do Descobrimento da América (Madrid, 1892)*, dissertação de mestrado [policop.] Lisboa, 2012.

prejudicar a concretização de qualquer aproximação no plano económico. No entanto, nesses meados do século, em que estava em voga a sensibilidade romântica, o desenvolvimento de uma consciência hispânica e a atração pelas outras culturas peninsulares era bem evidente entre parte significativa da intelectualidade portuguesa. A sensibilidade romântica e o fascínio pelo exótico, contribuíram para esta aproximação. Basta percorrer a imprensa periódica do tempo. Ainda assim, no plano cultural, o desconhecimento mútuo tendeu a dominar, prolongando-se pelo século xx, inclusivamente entre as classes dirigentes¹⁵³.

estratégias iberistas e anti-iberistas

Que estratégias e argumentos usaram os teóricos do iberismo mais em voga em meados de Oitocentos? Como bem viu Fernando Catroga, este iberismo prende-se com um ideário liberal, universalista, de um humanitarismo cristão que valorizava o progresso material e tecnológico (bem visível na Europa Ocidental desses meados de Oitocentos) mas também o progresso moral, ecuménico e pacífico da humanidade. Adotava os princípios da Revolução Francesa (com destaque para o de fraternidade e a igualdade) e de um vago europeísmo, enraizado nos projetos federalistas e pacifistas do século xviii (abade de Saint Pierre, Rousseau, Kant, J. Bentham), que consumir-se-ia por via de uniões dinásticas na realização de uma “república europeia” ou de uma grande federação¹⁵⁴. Muito em voga na Europa das revoluções de 1848, este ideário cosmopolita ia no sentido da constituição

¹⁵³ António Pedro Vicente, “Iberismo e peninsularismo”, *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no séc. xx*, Lisboa, 2004, p.224.

¹⁵⁴ Fernando Catroga, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século xix”, art. cit., pp. 422-437. Cf. [Latino Coelho], “Prólogo do Editor Português”, Sinibaldo de Mas, *op. cit.*, 2.^a ed., pp. v-xiv.

de grandes nações, como patamar necessário para uma futura integração mais ampla. Não era isso que parecia mostrar o processo de unificação da Itália, que dava passos significativos nos decénios de 1850-60¹⁵⁵ (já o caso da Alemanha era diverso). Por outro lado, a consciência do declínio e da perda de poder dos estados ibéricos no concerto das nações, sensível desde a ocupação napoleónica (1807-1814) levava os iberistas a crerem que, isoladamente, pequenas potências como Portugal (ou a Bélgica e a Irlanda, esta última ainda não independente) não tinham recursos materiais nem humanos para se regenerar e retomar a grandeza passada. Em termos messiânicos em que ressoava uma certa nostalgia imperial, Latino Coelho chegou a sugerir que Portugal e Espanha juntos poderiam, no futuro, construir uma grande Rússia do Ocidente. Lembre-se que em meados do século a Espanha ainda detinha um relevante império colonial nas Antilhas (Cuba, Porto Rico, etc.) e no Oriente (Filipinas) que só perderia na guerra com os Estados Unidos em 1898. Por seu lado, o interesse das elites portuguesas começava a despertar para aquele que seria o III Império africano. Chegava a pensar-se que, isoladamente, Portugal estaria entre as últimas nações da Europa, só atrás da Turquia. E Henriques Nogueira admitia que a futura união peninsular poderia vir a ser, do ponto de vista económico, um novo Brasil para os Portugueses¹⁵⁶.

Adeptos da união económica como Campuzano e iberistas como Latino Coelho e Sinibaldo de Mas estavam conscientes das dificuldades que tinham que enfrentar para persuadir os Portugueses. Sabiam como a aversão aos Castelhanos e depois aos Espanhóis

¹⁵⁵ Mas o paralelismo entre a Itália e a Península Ibérica tão invocado pelos iberistas estava longe de ser pacífico. Por exemplo, Mendes Leal contestou-o, procurando mostrar que do ponto de vista histórico e cultural a Itália era um caso bem diverso. Cf. “As duas penínsulas”, *América*, vol. II, n.º 1, Janeiro de 1871, pp. 1-80.

¹⁵⁶ Latino Coelho, *idem*, p. x, e J. F. Henriques Nogueira “O iberismo e os seus adversários I”, *Obra completa*, vol. III, Lisboa, 1980 (originalmente n’*O Progresso* de 19-12-1854), p. 45.

estava enraizada. Talvez por isso mesmo alimentassem um olhar muito crítico sobre a administração da União Ibérica de 1580-1640, execrada numa vasta e diversificada produção escrita que se multiplicou ao longo de todo o século XIX, com maior intensidade no decénio de 1860¹⁵⁷. Mas, por outro lado, mostravam confiança e otimismo na sua capacidade persuasiva que não deixa de surpreender ainda hoje¹⁵⁸.

Os argumentos dos iberistas eram de múltipla ordem: invocavam a unidade geográfica da Península Ibérica, com fronteiras naturais bem definidas (ao invés da fronteira entre os territórios dos dois estados), afinidades étnicas, linguísticas, históricas, religiosas e de tradições entre as duas nações, sem esquecer a vizinhança e as exigências de uma aproximação entre elas. Mobilizaram-se também argumentos pacifistas, sociais – com a fusão de Portugal e Espanha haveria mais emprego em diversos ramos – económicos, políticos, de racionalização do aproveitamento de recursos e de recrutamento de políticos e de altas patentes militares. Tendo em conta a origem geográfica destes (sendo os ministros dos governos espanhóis proporcionalmente mais numerosos com proveniência das Vascongadas e da Andaluzia), Sinibaldo de Mas procurava demonstrar que Castela e Madrid não dominavam a Espanha – o que o levava a sugerir que, quando na Península houvesse um só povo (como sucedera até à ocupação árabe), número significativo de Portugueses passaria a fazer parte dessa elite política.

¹⁵⁷ Cf., por exemplo, Visconde de Trancoso, *Apontamentos para a história da dominação castelhana em Portugal*. Opúsculo anti-ibérico, Lisboa, 1870.

¹⁵⁸ Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, *Cartas para José Maria Latino Coelho de várias personalidades espanholas*, Manuscritos n.º 1219, Série Azul, *Correspondência de Sinibaldo de Mas para Latino Coelho*, carta de 13 de Set. de 1853 de Sinibaldo para Latino Coelho.

Adeptos de uma teoria democrática, contratualista e voluntarista de nação, herdeira do espírito iluminista¹⁵⁹, quase todos os iberistas espanhóis e portugueses, de diversas tendências (Pío Gullón e mais tarde Vicente Gay foram exceções), adotavam a estratégia da persuasão, confiando nos efeitos favoráveis que teriam os progressos civilizacionais na construção da futura união dos povos peninsulares. Esta teria que se forjar pelo mútuo consentimento e pela adesão voluntária. E insistiam que Portugal conservaria a sua memória e o seu património. Mas não só: também manteria os seus limites territoriais, economia, língua, usos e costumes¹⁶⁰.

Por seu lado, os anti-iberistas alimentavam uma noção romântica de nação-génio e de nação natural na base da ideia de necessidade e de determinismo histórico: os Portugueses tinham um carácter nacional bem diverso, um patriotismo enraizado e recursos materiais e humanos para manter a independência. As estratégias destes autores nacionalistas passaram por contrariar os argumentos iberistas e cosmopolitas, sublinhando as diferenças portuguesas naturais, históricas, étnicas, linguísticas e de carácter nacional. E sobretudo insistindo num tópico: no seio da Ibéria, Portugal perderia a sua independência, a sua memória nacional e a sua identidade. Ou seja: deixaria de ser Portugal. Em 1860, Pastor Díaz dava conta deste receio : “...aquí la preocupación general y contínua en todas las clases, estados y condiciones (...) es España, nada mas que España, lo que hará España, lo que piensa España (...) España es la sombra, el sueño, la fantasma, ó la pesadilla”¹⁶¹. E, sugestiva-

¹⁵⁹ Alain Renaut, “Postérité de la querelle entre Lumières et Romantisme: le débat sur l’idée de nation”, *Histoire de la Philosophie Politique*, t. 3 *Lumières et romantisme*, Paris, 1999, pp. 366-376.

¹⁶⁰ Xisto Câmara, *A união ibérica traduzida literalmente por Rodrigo Paganino*, 2.^a ed., Lisboa, 1859.

¹⁶¹ AHN, Legajo H-1692, despacho reservado n.º 44, 13-03-1860.

mente, comparava os portugueses a mulheres obcecadas com a perseguição masculina:

“Sería casi una manía, sino fuese una fascinación de que ellos mismos [os Portugueses] no se dan cuenta. Yo les he comparado algunas veces con aquellas mujeres que empiezan á pensar que un hombre (que talvez no piensa en ellas) las obsequia y las persigue, y las quiere seducir, y *lo ven en todas partes*, y creen que todo quanto hace es con ese designio; e que en fin, *a fuerza de no pensar más que en huirle y resistirle, acaban por enamorarse perdidamente y por rendirse al que tanto temian*”¹⁶².

Este medo da fusão ibérica seria persistentemente agitado pelos nacionalistas, por vezes até ao paroxismo. A retórica anti-iberista para objetivos políticos não deixava de o aproveitar. Da sua instrumentalização política nos deixaram testemunho diversos autores. Refiram-se, tão só, do lado português, Oliveira Martins e, do lado espanhol, Rafael de Labra. Oliveira Martins, ele próprio acusado de iberista em 1875, denunciava o seu aproveitamento por parte dos regeneradores como “arma de parada para baterem as oposições”, especialmente os jovens socialistas ou até o Partido Reformista, do bispo de Viseu, sendo em Espanha temido como “arma revolucionária” para derrubar os Bourbons¹⁶³. Por seu lado, Rafael de Labra, um dos teóricos do ibero-americanismo e bom conhecedor de Portugal, via no iberismo “el recurso utilizado por ciertos políticos, con escasos escrúpulos y bien dudosa moralidad para desacreditar sus

¹⁶² *Ibid.* sublinhados meus.

¹⁶³ J. P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 7.ª ed., vol. III, Lisboa, 1953, p. 253.

adversarios y cerrarles el camino al poder”. E acrescentava: “continua siendo la biesta apocalíptica del reino vecino”¹⁶⁴.

Mas se o expediente mais comum entre os nacionalistas portugueses nas diversas campanhas anti-iberistas foi a de dramatizar o perigo espanhol de assimilação de Portugal, também houve uma outra estratégia irónica, de diminuição e banalização do iberismo. E de olhar para os iberistas como não existências. Exemplo disso é uma intervenção do deputado Carlos Bento, em 1855, em que a dado passo se refere à memória de Sinibaldo de Mas e ironiza sobre a questão ibérica, reduzindo-a a uma ideia extemporânea e meramente individual, trazida da China:

“A questão ibérica faz rir. Houve *um cavalheiro estrangeiro que veio da China, entendendo que não havia governo algum melhor do que o chinês*, e foi de lá que trouxe a ideia da união dos dois paizes Portugal e Hespanha, o que não admira, porque todos sabem *as cousas singulares que vêm da China*”¹⁶⁵.

Bento desdramatizava a questão. E insinuava que Sinibaldo projetara que Portugal devia perder o estatuto de nação. Esta estratégia triunfalista de diminuição e denegação das propostas iberistas – teve aliás outros porta-vozes na câmara dos deputados em Portugal. Como se a ideia iberista fosse uma ideia exorbitante vinda da China, que não dizia nada a ninguém a não ser a um estrangeiro: Sinibaldo de Más. Também Sottomayor diria: “A Ibéria é uma caturrice que principiou mal e continuou pior. É uma doutrina má e mal pregada.

¹⁶⁴ Rafael de Labra, *Portugal y sus códigos*, Madrid, s.d., p. 142.

¹⁶⁵ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados [DCSD]*, Lisboa, n.º 10, 15-01-1855, p. 24.

Ninguém que valha faz o menor caso da Ibéria. A Ibéria morre aí a um canto desprezada e apupada pelo ridículo”¹⁶⁶.

Um outro tópico que Carlos Bento sublinhava era o de que a ideia iberista era o que havia de mais prejudicial para as relações de amizade entre os dois povos. E, em ambiente marcado pelo sentimento de ameaça iberista, os problemas de defesa estiveram muitas vezes no centro dos debates parlamentares, associados à problemática das melhores estratégias em ordem à manutenção da independência.

Qual era a influência dos iberismos na opinião publicada em Portugal? Em 1856, num total de 74 periódicos saídos dos prelos neste país, 8 seriam de orientação iberista, 7 ocupavam-se com a problemática da união ibérica sem a perfiarem e 5 combatiam-na inequivocamente¹⁶⁷. Embora constituíssem uma minoria, alguns iberistas eram por essa época muito ativos na divulgação da sua causa, especialmente na imprensa periódica.

cidadania, identidade étnica e história

Como vimos, nos anos 40-50 do século XIX, muitos iberistas inspiravam-se num ideário liberal, ecuménico e humanitarista, herdeiro do espírito racionalista das luzes e da crença no progresso moral e material. Fraternidade, solidarismo entre os povos e filantropia faziam parte desta constelação¹⁶⁸. Mas nem sempre eram defensores do igualitarismo. Afirmava-se uma ideia de transnacionalidade: a nova Ibéria seria uma grande nação feita de nações em sintonia com um patriotismo ecuménico. Contudo, importa perguntar: correspondia

¹⁶⁶ DCSD, n.º 11, 16-01-1855, p. 30.

¹⁶⁷ Pablo Hernández Ramos, *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874*, Madrid, 2015, p. 392.

¹⁶⁸ J. M. Latino Coelho, introdução a Câmara, Xisto, *A união ibérica traduzida literalmente por Rodrigo Paganino*, 2.^a ed., Lisboa, 1859. Veja-se a este respeito Fernando Catroga, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX”, art. cit.

esta herança cultural a uma ideia de cidadania transnacional? Raramente os iberistas se preocuparam em definir os futuros direitos do cidadão num estado peninsular. O que se compreende tendo em conta o carácter não raro abstrato e utópico do seu ideário. Mas em 1854, um jovem jurista acabado de formar na Universidade de Coimbra, Joaquim Maria da Silva, no seu “Projecto de bases para a constituição federal dos Estados Unidos da Ibéria” afirmava, a dado passo, que “a pátria de cada homem é o mundo inteiro, e não o canto da terra, ou a casa, que o viu nascer” e tinha a preocupação de estabelecer os direitos do cidadão no quadro da futura federação ibérica: segurança pessoal, liberdade de opiniões, direito de petição, de representação e de propriedade para “todo e qualquer cidadão”¹⁶⁹. Propunha ainda uma medida bem concreta de limitação de aquisição de propriedade territorial proporcional ao número de pessoas por família, uma medida de teor igualitário. E Sinibaldo de Mas, em correspondência com Latino Coelho, sugeria que Portugal deveria negociar com a Espanha foros ou privilégios para uma constituição. Contemplaria esta constituição os direitos dos cidadãos? Provavelmente nunca o saberemos. O que não há dúvida é que o autor de *A Ibéria* (1852) se empenhou vivamente numa campanha de divulgação do seu projeto iberista procurando dinamizar uma associação cívica. Que saibamos, nunca teve êxito. Em 1870 foi promulgada uma convenção consular luso-espanhola em Lisboa que impôs matrícula obrigatória para os emigrantes das duas nações e fixou os direitos civis dos respetivos cidadãos em termos recíprocos¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Joaquim Maria da Silva, *Felizes os que então viverem! uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva*, Ed. de M. da Conceição Meireles Pereira, Famalicão, 2006, p. 68 e p. 107.

¹⁷⁰ *O Peninsular*, n.º 1, 6-06-1872. Este convénio tinha, entre outros, o objectivo de controlar a emigração espanhola (sobretudo galega) em Portugal que, na segunda metade do século XIX era, como vimos, muito significativa.

Como se definia cidadania nacional nos textos constitucionais portugueses em vigor ao longo do século XIX? Na constituição de 1822, a este respeito muito próxima da Constituição de Cádiz de 1812¹⁷¹, cidadãos eram “todos os portugueses”, tendo em conta a sua ascendência e naturalidade, incluindo os expostos mas não os escravos¹⁷². Surpreendentemente mais abrangente neste ponto – pois não estabelecia nenhuma distinção social que remetesse para a escravidão – era a Carta Constitucional de 1826, concedida por D. Pedro IV (os nascidos em Portugal e os filhos de pai português nascidos no estrangeiro que viessem ou não a estabelecer-se no território nacional). Mas em qualquer caso – 1822 e 1826 – perdiam a qualidade de cidadão português os que se naturalizassem em país estrangeiro e os que sem licença do governo aceitassem “emprego, pensão ou condecoração de qualquer governo estrangeiro”¹⁷³. Ou seja, deixavam de ser portugueses aqueles que se desnacionalizassem. De acordo com a Carta deixavam também de ser cidadãos os que fossem “banidos por sentença”¹⁷⁴.

Os iberistas portugueses não deixaram juridicamente de ser considerados cidadãos – alguns viriam até a desempenhar cargos políticos destacados – caso de Casal Ribeiro e de Latino Coelho que viriam a ser deputados e ministros – e membros de associações científicas como a Academia Real das Ciências – Latino Coelho e Sinibaldo

¹⁷¹ No espírito da Constituição de Cádiz estavam excluídos os não libertos (afro-americanos) e as castas, bem como os não católicos. Vd. Cristóbal Aljovín Losada “Ciudadano y vecino en IberoAmérica, 1750-1850: monarquía o república”, em Javier Fernández Sebastián ed., *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*, Madrid, 2009, pp. 188-189.

¹⁷² Constituição de 1822, art. 20.º, Jorge Miranda, *O constitucionalismo liberal luso-brasileiro*, Lisboa, 2001, p. 69.

¹⁷³ Art. 23.º, Constituição de 1822, Id., *idem*, p. 70; art. 7.º e 8.º, Carta Constitucional, em *id.*, *idem*, pp. 116-117.

¹⁷⁴ Carta Constitucional, Jorge Miranda, *idem*, pp. 70 e 117. E na Constituição de 1838 incluíam-se expressamente entre os cidadãos portugueses os expostos e os libertos: por um lado era mais inclusiva, por outro excluía os escravos (Constituição de 1838, art. 6.º, *id.*, *idem*, p. 156).

de Mas. Nos textos constitucionais portugueses, cidadão é um conceito que envolve não só direitos civis e políticos, mas, explícita ou implicitamente, um valor ético. Mas no contexto da forte reação nacionalista à afirmação dos ideários iberistas, no calor das polémicas sobre a “questão ibérica”, na prática, no espaço público, excluíram-se os defensores destes ideários da categoria de portugueses – se um cidadão tinha um perfil moral e era dotado de virtudes, deste mesmo ponto de vista os iberistas deixaram de ser vistos como cidadãos: no espaço público foram qualificados de traidores, degenerados, contrabandistas, conspiradores ou agentes da revolução (A. Pereira da Cunha) – ou seja desnacionalizados e, conseqüentemente, não Portugueses. A pátria era vista desde os primórdios da revolução liberal de 1820 como corpo moral e o patriotismo como uma virtude¹⁷⁵. E o amor da pátria era considerado um dos atributos principais da cidadania. Assim o concebia Basílio Alberto de Sousa Pinto, da Universidade de Coimbra, em 1837. Mas se o patriotismo era uma componente central da cidadania, não se esqueça que se tratava de um amor eletivo que tanto podia porvir “do nascimento, como da residência, como de uma eleição ‘arbitrária’ (caso de Lafayette)”¹⁷⁶. Ora, no caso dos iberistas, pode com razão falar-se de um sentimento de lealdade eletivo em relação a uma pátria maior, uma grande pátria que ia da costa ocidental da península aos Pirinéus.

Outras dimensões nos ideários iberistas do século XIX adquiriam destaque. Em primeiro lugar, a componente social. Lembre-se que o primeiro teórico relevante do federalismo ibérico em Portugal a que já me referi, Henriques Nogueira, defendia uma Ibéria dos Povos, uma “Jovem Ibéria” – de marca mazziniana – ¹⁷⁷, por oposição a um

¹⁷⁵ Veja-se, por exemplo, “Pátria”, *O Patriota*, n.º 16, 14-10-1820 [p. 1.].

¹⁷⁶ António Hespanha, “Pequenas Repúblicas Grandes estados”, *O poder local em tempo de globalização*, ed. Fernando Taveira da Fonseca, Coimbra, 2005, p. 140.

¹⁷⁷ J. F. Henriques Nogueira, *Estudos sobre a reforma em Portugal* [1851], *Obra completa*, I, 1976, p. 162.

iberismo que fora instrumento de poder dos monarcas medievais e modernos. Por outro lado, afirmava-se nos iberismos uma componente étnica que se irá acentuando nos finais do século XIX. Para além de tudo aquilo que viam de comum entre Portugueses e Espanhóis – cultura, língua, tradição histórica, memória – os primeiros iberistas insistiam nas afinidades étnicas entre os dois povos. Em 1852, o jovem Latino Coelho verificava em meados de Oitocentos (equivocadamente, no seu optimismo histórico) que os “ódios de raça” se iam extinguindo numa Europa em que os novos meios de transporte e comunicações se difundiam: a nova rede ferroviária, o telégrafo e a imprensa¹⁷⁸. E o catalão Sinibaldo de Mas considerava que a raça portuguesa era “da mesma estirpe que a espanhola” – o que seria confirmado pela semelhança dos apelidos de muitas famílias. Afirmava ainda que até à conquista dos Cartagineses a Península Ibérica formava um só povo. E que até à conquista árabe só havia um país¹⁷⁹. Também Antero de Quental se referiu episodicamente à *raça peninsular*, embora, na sua reflexão, em sintonia com o seu conceito de nação-moral concedesse muito maior relevo à noção de *génio peninsular*. Evidentemente, os usos do conceito de raça remetiam sobretudo para um difuso campo cultural e espiritual. Estas visões unitárias e não diferenciadas resultavam numa comunidade “imaginada” – para parafrasearmos Benedict Anderson. Mas também em panfletos nacionalistas e anti-iberistas se insinuava a ideia da identidade de raça nas suas origens entre portugueses e espanhóis¹⁸⁰. Em contrapartida, alguns iberistas não sustentaram a ideia de uma identidade étnica entre Portugueses e Espanhóis. Refira-se o caso de Andres Borrego, que se refere a raças diversas, considerando os

¹⁷⁸ Prólogo do editor português [Latino Coelho] a Mas, Sinibaldo de, *A Ibéria*, 2.^a ed., Lisboa, 1853, p. vi.

¹⁷⁹ Sinibaldo de Mas, *A Ibéria...*, p. 24 e p. 113.

¹⁸⁰ *Portugal em 1872. Vida constitucional de um povo de raça latina*, Lisboa, 1873, p. 35.

Portugueses uma raça “mas activa e susceptible del Universo”¹⁸¹. Ou ainda Ribera i Rovira, um iberista catalão que, já nos inícios do século xx, considerava três tipos étnicos na península: galaico-portugueses, castelhanos e catalães¹⁸².

Só nos finais do século, após o traumatismo que representou a derrota da França em 1870-71, se intensificou a difusão da ideia da federação dos povos latinos como alternativa ao pangermanismo e à hegemonia marítima da Grã-Bretanha. Sebastião Magalhães Lima iria mesmo mais longe ao fazer a apologia de uma federação latina – uma etapa da futura federação humana – que abrangesse também a América do Sul (Brasil e ex-colónias espanholas)¹⁸³. Por seu lado, Oliveira Martins distanciou-se destas sugestões. Crítico do historicismo nacionalista dominante, intentou diferenciar a psicologia coletiva do português da do espanhol. Valorizou a componente da cultura árabe na formação da civilização ibérica e adotou a tese da origem africana dos Iberos, já admitida pelo historiador alemão Niebuhr e pelo espanhol Francisco Maria Tubino¹⁸⁴.

Nos princípios do período da Regeneração, os principais doutrinários do unitarismo ibérico (D. Sinibaldo) e do federalismo peninsular (H. Nogueira), concederam um lugar destacado à história na fundamentação dos seus ideais iberistas. E embora não tenham desenvolvido perspectivas sistemáticas sobre a história peninsular, convergiram numa memória histórica que, geralmente a traços grossos, veiculam da nação portuguesa.

¹⁸¹ Andrés Borrego, *Historia de una idea. España y Portugal*, Madrid, Imp. de Fortanet, 1869, pp. 30 e 34-35.

¹⁸² Ignasi Ribera i Rovira, *Iberisme*, Barcelona, 1907, p. 70.

¹⁸³ Sebastião de Magalhães Lima, *La Fédération Ibérique*, Paris, s.d. [1892], pp. 197-198.

¹⁸⁴ Sérgio Campos Matos, “Una perspectiva peninsular e transnacional sobre España y Portugal”, *Historia de la civilización ibérica*, Pamplona, 2009, p. XLVI.

Os iberistas procuram tranquilizar os ânimos nacionalistas portugueses, enaltecendo o carácter português (tópico muito em voga num tempo de difusão da mentalidade romântica e do *volksgeist*)¹⁸⁵, a sua tradição e instituições liberais insistindo que, na futura união peninsular, conservar-se-iam a identidade nacional portuguesa e a sua memória. Note-se, no entanto, que as propostas iberistas apontavam no sentido de uma recontextualização dessa identidade num conjunto mais amplo que passaria a envolver outras nações peninsulares (Catalunha, País Basco, Andaluzia, etc.). Acentuavam a unidade do meio físico e a unidade histórica sob o domínio cartaginês, sob a administração romana, com o reino dos Visigodos e depois com o domínio árabe. Mas alguns reconheciam que a diversidade geográfica tinha facilitado a emergência de personalidades locais e a afirmação da variedade. Combinar unidade e variedade teria sido, na visão de Xisto Câmara, o problema peninsular, solucionável mediante a federação ibérica¹⁸⁶.

Por seu lado, num livro que teve larga audiência em Portugal - *Las nacionalidades* - Pi y Margall reconhecia que apesar das afinidades étnicas, culturais e institucionais entre Portugal e Espanha, havia marcadas diferenças entre as duas nações e admitia a existência de fronteiras naturais entre os respetivos territórios. Registava com admiração o fenómeno da independência de Portugal e a grandeza da sua história: “Vive independiente hace siete siglos con solo sesenta años de intervalo. Y aunque siempre en extensión pequeño, há sido por sus hechos grande. Há dejado como nacion alguna del mundo páginas brillantísimas en la historia de la navegacion y del comercio”. E relativamente à possibilidade de organização federal da península,

¹⁸⁵ Caso de Xisto Câmara e de Ricardo Molina. Veja-se Xisto Câmara, *op. cit.*, p. 27, e Ricardo Molina, *Portugal, su origen y constitución e historia política en relación con la del resto de la península*, Madrid-Sevilha, 1870, p. 3, 27 e 56-57.

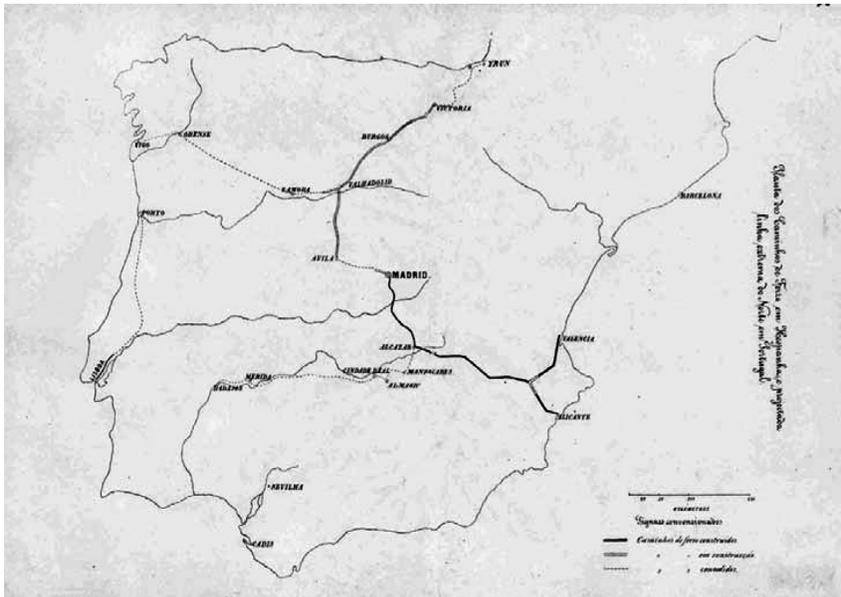
¹⁸⁶ Xisto Câmara, *idem*, p. 45.

notava que Portugal não queria unir-se à Espanha (ao invés desta)¹⁸⁷. O que, evidentemente, constituía um obstáculo para a concretização deste desígnio. Como compreender a singular posição deste teórico catalão do federalismo? A sua reflexão apontava no sentido da construção necessária de uma harmonia entre unidade e diversidade (o mundo caminhava, a seu ver, para a unidade). Mas, por outro lado, no quadro do seu modelo descentralizador e municipalista, valorizava as pequenas nações – em especial as democráticas – em que o laço de amor aos cidadãos, o patriotismo e a proximidade entre estes era mais evidente, e a administração mais próxima. Compreende-se que os republicanos portugueses, entre eles Teófilo Braga, tenham recebido muito positivamente o livro de Pi y Margall. Mas o federalismo iberista deste autor esteve longe de ser consensual entre os iberistas¹⁸⁸, designadamente entre os monárquicos unitaristas. Dois exemplos disso em Espanha seriam, já no século xx, Vicente Gay ou Nido y Segalerva¹⁸⁹.

¹⁸⁷ Pi y Margall, *Las nacionalidades* (introd. de Juan Trías Vejarano), Madrid, 2002 (1.ª ed. 1877), pp. 63-64. Noutra passagem, dizia acerca dos Portugueses: “Son de nuestra raza, hablan una lengua que es casi la nuestra, han sido españoles durante siglos; y son ahora para nosotros tan extranjeros como los alemanes o los rusos” (p. 57).

¹⁸⁸ Teófilo Braga, “Bibliografía, Las Nacionalidades por Pi y Margall”, *O Positivismo*, vol. 1, n.º 4, Abril-Maio de 1879, pp. 300-307. Segundo Victor Martínez-Gil, o federalismo de Pi y Margall perpetuava “la identificació d’Espanya amb la nació cultural definida por Castella ja que no disposa dels arguments culturalistes necessaris per a trencar-la”, *El naixement de l’iberisme catalanista*, Barcelona, 1997, pp. 22-23.

¹⁸⁹ Vicente Gay, “Portugal o último aliado”, *La Tribuna*, 18-03-1916 reproduzido em Hipólito de La Torre Gómez, *Na encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, 1980, pp. 241-242. Num tempo de crise da I República portuguesa e de crise europeia motivada pela Guerra Mundial, Vicente Gay argumentaria que a Natureza e a História conduziam a uma necessária fusão ibérica.

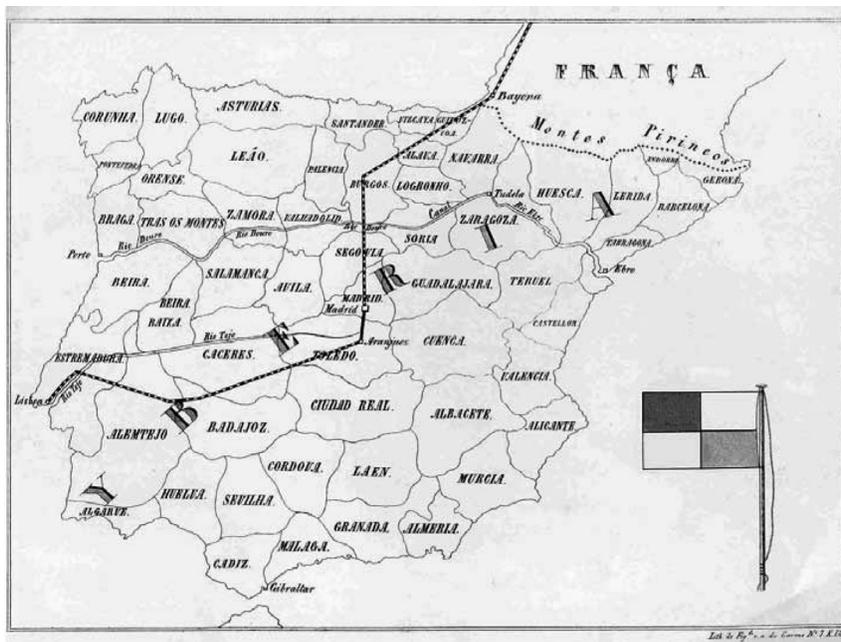


Planta dos Caminhos-de-Ferro em Espanha... s.d. [185..]. BNP, Cartografia. Note-se que este mapa apaga as fronteiras portuguesa e francesa.

A ideia de que Portugal constituía uma região da Espanha, destituída de fronteira, seria retomada por estes teóricos iberistas no início da I Guerra Mundial¹⁹⁰. É certo que não era pacífica, sobretudo entre os adeptos do federalismo. No entanto, a referência à unidade geográfica peninsular – a Hispânia como nação natural – afigurava-se da maior relevância na fundamentação da ideia iberista, inclusive na representação cartográfica da Península. Assim, por exemplo, Sinibaldo de Mas reproduzira um mapa em que estavam delimitadas as regiões peninsulares mas não a fronteira portuguesa (em contrapartida, nele marcava bem um possível traçado de caminho de

¹⁹⁰ Vicente Gay, *El Imperialismo y la Guerra Europea. Los principios nacionalistas y el iberismo*, Madrid, 1915, p. 194, e Juan del Nido y Segalerva, *La Unión Ibérica. Estudio crítico, histórico de este problema*, Madrid, 1914, p. 9.

ferro Lisboa-Madrid-Bayonne e os leitos dos rios Douro e Tejo). Apresentava igualmente uma sequência de nada menos do que cinquenta e dois pequenos mapas da Península, em que mostrava a evolução política da unidade sob o domínio muçulmano do século VIII a 1640, representando por último a possibilidade futura de concretização da união ibérica. Por seu lado, Pío Gullón afirmava que as fronteiras da Península “son tan determinadas y tan naturales como las de una isla”¹⁹¹ .



Mapa da Península in Sinibaldo de Mas, *A Iberia...*, 2.ª ed., Lisboa, 1853. Note-se o traçado imaginário do caminho de ferro, a ausência de demarcação da fronteira portuguesa (ao invés da francesa) e a bandeira da futura Ibéria com a cores das bandeiras portuguesa e espanhola

¹⁹¹ Pío Gullón, *La fusión ibérica*, Madrid, 1861, p. 12. A imagem da península como uma ilha será mais tarde usada também por Angel Ganivet.



Uma história iberista da península, do domínio árabe “até hoje” (que, note-se, é um presente que antecipa o futuro) Sinibaldo de Mas, *A Ibéria...*, 2.^a ed. port., Lisboa, 1853

Outros autores associavam o tópico da unidade geográfica e política ao do carácter artificial da nação portuguesa. A separação desta ter-se-ia devido às ambições de um conde estrangeiro (D. Henrique de Borgonha, pai de D. Afonso Henriques), isto é, a um propósito individual e não ao sentimento independentista de uma comunidade¹⁹². Dissociava-se, assim, uma ação individual de um facto histórico de muito maior relevância – a permanência de Portugal.

Um ponto central na caracterização das narrativas iberistas é a teoria que adotam acerca da formação de Portugal no século XII e a permanência do Estado e da nação. Sinibaldo de Mas retoma a ideia voluntarista de Herculano ao valorizar o papel de D. Henrique,

¹⁹² Ricardo Molina, *op. cit.*, p. 21, e A. Fernández de los Ríos, *Mi misión en Portugal. Anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris, s.d. [1877], pp. 18-21 e 136.

D. Teresa e D. Afonso Henriques na separação do Estado no século XII e na formação da nacionalidade. Convém lembrar que Sinibaldo qualifica D. Henrique como “um aventureiro francês (...) ambicioso, ingrato e traidor”¹⁹³. Fernández de los Ríos irá mais longe no seu extenso livro em que pretende esclarecer a sua ação pessoal em prol do iberismo: a nacionalidade portuguesa era, em seu entender, um artifício, devendo-se unicamente à “ambição monárquica”. Portugal ter-se-ia separado no século XII devido a circunstâncias fortuitas e artificiais ligadas a interesses estrangeiros, franceses. Seria impossível explicar a existência de nações separadas invocando quaisquer fatores geográfico, étnico, linguístico e territorial. Era uma nação moderna que não se baseava em qualquer unidade política anterior nem em qualquer espírito popular. Por outras palavras, Portugal teria sido um produto do acaso. A ideia não era nova. Justificara no início do século o Tratado de Fontainebleau e as invasões francesas¹⁹⁴. Fora formulada episodicamente em 1870 (e depois abandonada) por Teófilo Braga. Se nada de orgânico justificava a nação portuguesa, já a ambição iberista fora uma constante ao longo da história, do conde D. Henrique à atualidade: ibéricos teriam sido todos os monarcas¹⁹⁵. E, para além deles, numerosos intelectuais e políticos portugueses.

A narrativa histórica de Fernández de los Ríos apresenta diversos pontos comuns com as histórias liberais portuguesas e espanholas: ideia muito crítica do absolutismo (e sobretudo dos Habsburgo, com destaque para Filipe II), da Inquisição e do jesuitismo – ou seja da associação entre o poder político e o poder religioso; valorização da resistência dos *comuneros* e dependência de Portugal perante nações

¹⁹³ A. Fernández de los Ríos, *idem*, p. 9. Note-se que o qualificativo de ambicioso se encontra em Alexandre Herculano, *História de Portugal* (pref. e notas de José Mattoso), vol. I, Lisboa, 1980 (1846), p. 315.

¹⁹⁴ Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa – constantes e linhas de força*, Lisboa, s.d., p. 354.

¹⁹⁵ Fernández de los Ríos, *op. cit.*, pp. 238 e 687.

estrangeiras após a Restauração de 1640. Note-se, aliás, que o ex-embaixador espanhol em Lisboa se baseava largamente na historiografia portuguesa oitocentista para desenvolver a sua argumentação.

Se há entre os iberistas espanhóis do século XIX uma narrativa diferenciada das demais no que respeita a Portugal, é a do progressista Pío Gullón. Diferenciada em que sentidos? Gullón reduzia Portugal a uma região e a sua história a um grupo heróico de navegantes e descobridores. A autonomia portuguesa ter-se-ia devido tão-só ao dote de uma princesa castelhana – D. Teresa, mulher do conde D. Henrique – o que não poderia considerar-se como origem histórica de uma nação. Enquanto a reação anti-ibérica era a seu ver circunstancial, já via na fusão ibérica uma necessidade constante e até providencial. Gullón insistia também na unidade religiosa, étnica, de costumes e tradições, além da homogeneidade dos reinos à escala peninsular. E nas debilidades e declínio da “região” portuguesa, sujeita à influência inglesa. A fusão dos dois reinos era assim vista como meio mais rápido para recuperar a unidade e a regeneração. Uma ação militar podia ser um meio secundário para atingir essa unidade¹⁹⁶.

Sistematizemos as características das narrativas históricas iberistas. Em termos gerais, note-se que: 1. acentuam a unidade geográfica, religiosa, étnica, linguística e de tradições, à escala peninsular ibérica; 2. valorizam, de um modo abstrato e a-histórico, os tempos que, supostamente, teriam sido de unidade política vivida sob os domínios cartaginês, romano, visigodo e muçulmano; 3. algumas identificam um só povo, uma só pátria e um só país até ao início da Reconquista cristã no século VIII, reduzindo Portugal a uma região no todo peninsular; outras, as dos federalistas portugueses e catalães identificam vários povos e nações – caso de Ribera i Rovira que, como vimos, notava a existência de três povos ou nações peninsulares

¹⁹⁶ Pío Gullón, *op. cit.*, pp. 14-19 e 51.

correspondentes a diferenças étnicas, linguísticas, antropológicas e de cultura jurídica¹⁹⁷; 4. certas narrativas adotam a teoria do carácter artificial da nação portuguesa – a separação de Portugal ter-se-ia devido, tão-só, a uma ambição individual ou a um dote, não teria correspondido a uma diferença nacional e popular –, mas os iberistas catalães do início do século xx referiam-se geralmente a Portugal como uma *nação* e não como *província* ou *região*; 5. são quase unânimes num olhar crítico sobre a administração da monarquia dual (1580-1640), considerada despótica e opressiva para com os Portugueses, excetua-se, já no século xx, as posições de Vicente Gay de Nido y Segalerva: na união ibérica dos Habsburgos nem tudo fora tão negativo como o nacionalismo português teria propagandeado¹⁹⁸; 6. desenvolvem um olhar crítico sobre a Restauração de 1640, atribuída aos interesses franceses mais do que aos portugueses – estes últimos não passariam de um pequeno grupo de conspiradores; 7. valorizam a tradição nacional de liberdades, enraizada desde sempre, e o êxito das instituições liberais no Portugal oitocentista (apesar do declínio e da deficiente administração no século xix); 8. notam a fragilidade da existência nacional portuguesa, sobretudo desde 1640 sujeita à dependência externa em relação à Inglaterra e em processo de decadência; 9. reconhecem o valor do carácter dos Portugueses, mas reduzem a sua história separada a um momento fugaz – os descobrimentos; e muito frequentemente referem o ódio a Castela, instigado por diversos meios (entre eles a escola) como um instrumento de resistência nacionalista; 10. exprimem um olhar apocalíptico sobre o passado e um tempo presente deprimido, de crise e agonia: a única salvação futura estaria na união ibérica – a alternativa,

¹⁹⁷ Ribera i Rovira, *Iberisme*, Barcelona, 1907, p. 70. Ver ainda Víctor Martínez-Gil, *El naixement de l'iberisme catalanista*, Barcelona, 1997.

¹⁹⁸ Segundo este último autor, a Espanha de Filipe II teria ido uma “federação de monarquias”, comparável à situação anterior à derrota dos comuneros em Villalar. Nido y Segalerva, *op. cit.*, p. 15.

sublinhava Vicente Gay, seria a morte de Portugal como nação; registre-se, contudo, que outros autores (caso do acima referido Andrés Borrego), desde cedo notavam que a não aceitação do iberismo por parte da opinião pública portuguesa se prendia precisamente com a rejeição de um futuro incerto.

Não se pode dizer que estes tópicos frequentes nas narrativas iberistas configurem uma narrativa única e canónica do passado peninsular. Correspondem a leituras do passado das nações peninsulares e Portugal que se baseiam quer na historiografia liberal espanhola (por exemplo em Modesto Lafuente no que respeita à visão crítica sobre a união ibérica e a 1640¹⁹⁹) quer na historiografia portuguesa – sobretudo em Herculano. Frequentemente são fragmentárias e não abarcam todo o percurso histórico dos povos peninsulares.

Mas há que reconhecer que se insinuava entre os iberistas – federalistas ou unitaristas – uma leitura otimista da história dominada pela crença no progresso unilinear. Compreende-se que assim fosse. No século XIX, muitos iberistas eram democratas – monárquicos ou republicanos – herdeiros do racionalismo iluminista e da sua crença no homem perfectível, adeptos da modernidade técnica e de todo um ideal de progresso a ela ligado. O futuro só poderia ser melhor do que o presente e um passado de trevas em que haviam dominado o absolutismo, o catolicismo tridentino e a superstição. Em relação ao passado, alguns adeptos da ideia ibérica consideravam que os heróis que nele se afirmaram, não se repetem. Novos tempos exigiam “novos homens”, os heróis pretéritos seriam ineficazes no presente, “seriam como estrangeiros na sua pátria”²⁰⁰ – afirmava o socialista

¹⁹⁹ Modesto Lafuente, *Historia General de España, desde sus tiempos más remotos basta nuestros días*, 30 vols., Madrid, 1850-1867. Veja-se Mariano Esteban de Vega, “Castilla y España en la ‘Historia general’ de Modesto Lafuente”, *¿Alma de España? Castilla en las interpretaciones del pasado español* (Antonio Morales Moya y Mariano Esteban, eds.), Madrid, 2005, pp. 87-140.

²⁰⁰ Xisto Câmara, *A união ibérica...*, 2.^a ed., 1859, p. 44.

Xisto Câmara que, também ele, fora um “estrangeiro” em Espanha: não tivera ele que se exilar em Portugal?

Retomando uma consciência hispânica de raízes medievais, os iberistas intentaram construir um novo sentido integrado de identidade coletiva, num contexto geo-histórico que ultrapassava a fronteira – uma das mais recuadas e estáveis da Europa – para abarcar toda a Península Ibérica ou a Ibéria. Pode até dizer-se que, em certos casos (Sinibaldo de Mas, Henriques Nogueira), operaram uma rutura com um modo exclusivamente nacional de perspetivar a memória nacional. Não se tratava já da história isolada de um Estado-Nação, mas de esboçar, ainda que de um modo fruste, uma história peninsular a partir da justaposição das experiências das diversas nações ibéricas.

O sentimento de decadência do tempo presente não impedia, contudo, os iberistas – iberistas no sentido político ou tão-só num sentido cultural – de alimentarem uma ideia futurante, utópica. Esta ideia correspondia a um horizonte de expectativa que apontava no sentido da constituição de uma grande nação – a Ibéria –, uma grande nação ou grupo de nações federadas que viria a inserir-se num todo humano mais dialogante e igualitário no concerto ecuménico. Os ideais pacifistas e europeístas do Abade de Saint Pierre, de Kant, de Rousseau e J. Bentham eram citados por Latino Coelho. Xisto Câmara notou dois factos na história peninsular: a unidade patente no território e a variedade evidentes na singularidade de cada reino. Chegou significativamente a referir-se a uma “lei invencível de unidade ibérica” a partir da unidade natural²⁰¹. E no decénio de 1880, o republicano Rafael de Labra consideraria que o destino de Portugal só poderia ser a união com a Espanha, em sintonia com a “lei geral dos nossos tempos” no sentido de concentração de famílias e de

²⁰¹ *Id., idem*, p. 48.

raças²⁰². Cientismo e crença política irmanavam-se na fundamentação de uma comunidade de destino que apontasse no sentido da unidade ibérica. Insinuava-se a consciência da aceleração do tempo, de maior velocidade nas deslocações no espaço. Em 1856-57 inauguravam-se as primeiras comunicações telegráficas. Pela mesma época era aberta a primeira linha de caminho de ferro de Lisboa até ao Carregado. E, como vimos, em meados dos anos 60, Lisboa ficaria conectada a Madrid e a Paris por via férrea.

Mas a política de melhoramentos materiais adotada pelo estado não se traduziu num acertar o passo com as nações mais adiantadas da Europa, nem, tão-pouco, numa decisiva melhoria da formação do capital humano. A consciência do atraso de Portugal e Espanha em relação a outras nações do ocidente europeu presente na nação portuguesa acentuava-se. E era visto em cores bem sombrias. Em 1852, Latino Coelho considerava mesmo Portugal “o povo mais atrasado da Europa” a seguir à Turquia – ou seja ao velho Império otomano, então em via de desagregação, e que era metaforicamente designado como o homem enfermo. E Oliveira Martins, em 1880, no seu impactante *Portugal Contemporâneo*, referia-se a Portugal em termos profundamente decadentistas: “cada vez mais esta pequena Turquia do Ocidente, com a sua Lisboa que é outra Constantinopla, ganhando a força de uma existência rural, provinciana, e de uma vida bancária cosmopolita, perde o carácter orgânico de nação”²⁰³. E na sua obra de ficção, *Eça de Queiroz* traçava um retrato devastador da sociedade portuguesa e, em especial, dos grupos sociais privilegiados. Não se podem, é claro, generalizar estas representações pessimistas da situação portuguesa na segunda metade de oitocentos. Mas o tópico *fnis patriae* era comum entre as elites, tal como em Espanha e até

²⁰² Rafael de Labra, *Portugal Contemporâneo*, Madrid, [s.n.], 1889, p. 63.

²⁰³ J. P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. III, p. 310.

na França após a guerra franco-prussiana de 1870-71²⁰⁴. Decerto não entre as camadas populares. Como bem observou Oliveira Martins, o iberismo democrático dos jovens nos decénios de 1850 a 1870 era, em larga medida, o produto deste olhar pessimista²⁰⁵. Pessimismo em relação ao passado próximo e ao presente, não em relação ao futuro.

Os iberistas tinham chamado a atenção para tudo o que havia de comum entre a história das nações peninsulares, para citarmos Labra, o “paralelismo y *casi identidad* de nuestra historia y del historia lusitana en los periodos más salientes” (sublinhado meu)²⁰⁶. Como atrás se disse, sobretudo a partir do decénio de 1870, acentuou-se a afirmação do tópico da afinidade rácica entre os povos peninsulares. Mas, na verdade, nunca houve consenso a este respeito, com alguns iberistas a considerarem Portugal uma nação dotada de etnicidade própria, outros a reduzirem Portugal a uma região. Uns a considerarem os portugueses um tipo étnico definido, outros a incluírem-nos numa identidade étnica hispânica ou peninsular. Também a este respeito, não podemos considerar os iberismos de um modo unitário e indiferenciado, quer em termos políticos quer em termos identitários.

Definiram os iberistas um novo conceito de cidadania? Explanaram um conceito integrador de identidade étnica? E no que respeita à noção de tempo-futuro e tempo-passado, que efeitos produziu o debate acerca da “questão ibérica”? Relativamente à primeira questão, embora houvesse a intenção por parte de alguns de definir um novo perfil da nação, do seu território e da sua soberania – uma grande Ibéria que incluiria todos os povos peninsulares e que seria

²⁰⁴ Veja-se o meu estudo, “*Finis Patriae* e consciência de crise no Portugal contemporâneo”, *Estudos do Século XX*, n.º 10, 2010, pp. 361-384.

²⁰⁵ J. P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, III, p. 249.

²⁰⁶ Rafael de Labra, *Portugal Contemporâneo*, p. 68.

simultaneamente nação cívica e nação étnica – é evidente que nas suas propostas geralmente abstratas e pouco detalhadas não se encontra explícito um conceito de cidadania que se possa distinguir substantivamente dos conceitos dos anti-iberistas. Mas esboça-se por vezes a ideia de uma cidadania ecuménica, transnacional. Os anti-iberistas portugueses recusaram liminarmente a integração de Portugal numa unidade política maior. Amaldiçoada num espaço público dominado por um forte nacionalismo defensivo e retrospectivo, a minoria iberista seria identificada com um espectro – o perigo espanhol. É certo que nos textos constitucionais portugueses se encontram diversas disposições que impediam que estrangeiros exercessem cargos políticos. Mas, como seria de esperar, não encontramos nada que explicitamente exclua os adeptos do iberismo do exercício da cidadania. Prova disso é que alguns deles ocuparam cargos públicos no aparelho de Estado – o que não surpreende.

No que respeita à identidade étnica, não há sintonia entre os iberistas – como aliás sucedia entre os anti-iberistas. É certo que o problema das origens estava na ordem do dia, o que se compreende atendendo à relevância que assumia a história na legitimação do nacionalismo cultural, das nações e dos estados (dos estados antigos e também da definição de novos estados – como seria a Ibéria). Mas a diversidade de posições neste terreno não surpreende, sobretudo se tivermos em conta que também no campo político e doutrinário havia unitaristas e federalistas, liberais e socialistas, monárquicos e republicanos.

Há nos iberismos, como já tem sido observado²⁰⁷, uma dimensão prospetiva e utópica (*eu-topos*: lugar do paraíso, não lugar). Na sua correspondência com o português Latino Coelho, numa atitude

²⁰⁷ Maria da Conceição Meireles Pereira, “Introdução”, *Felizes os que então viverem! Estados Unidos da Ibéria, uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva*, Famação, 2006, pp. 7-62.

entranhadamente otimista, o catalão Sinibaldo de Mas confessava que só pensava trabalhar para o futuro²⁰⁸. Mas havia também na doutrinação iberista uma nostalgia da grandeza passada das nações peninsulares: na sequência dos movimentos independentistas americanos dos princípios do século, estas haviam perdido as maiores partes dos seus impérios coloniais americanos. A consequente perda de poder no cenário internacional que se seguiu à ocupação francesa seria, contudo, irreversível.

O seu refluxo em Portugal a partir do decénio de 1880 prende-se com a aposta no império colonial africano em que se envolveu profundamente o republicanismo português. Neste contexto e, já na emergência da I República, as ambições iberistas de Afonso XIII e de alguns setores políticos em Espanha²⁰⁹ acabaram por reforçar o historicismo nacionalista de um estado unitário que, entretanto, foi esquecendo a forte herança federalista que vinha do século XIX.

O hispano-americanismo que se afirmou a partir dos finais do século XIX e de que Oliveira Martins foi um dos precursores em Portugal, centrado na dimensão cultural – sem contudo olvidar uma intencionalidade política de reaproximação e até de federação com as nações hispano-americanas – será um sucedâneo do iberismo numa dimensão mais alargada.

retratações

Referindo-se ao ano de 1870, Oliveira Martins notava que, ao invés do que se dizia, “nem o bispo [de Viseu], nem Latino [Coelho] nem

²⁰⁸ Entre outras na carta de Sinibaldo de Mas a Latino Coelho de 13 de Set. de 1853 em Biblioteca da Academia das Ciências, *Cartas para José Maria Latino Coelho de várias personalidades espanholas*, Manuscritos n.º 1219, Série Azul, *Correspondência de Sinibaldo de Mas para Latino Coelho*.

²⁰⁹ Hipólito de la Torre Gómez tem aprofundado esta problemática nos seus estudos.

ninguém era ibérico; embora o reformismo tivesse laivos de republicano, embora Latino tivesse prefaciado o livro de D. Sinibaldo. Ilusões também passadas!”. E logo acrescentava uma explicação para o desoramento do iberismo:

“A iniciação do fomento convertera as gerações novas, e os ideólogos de 1854 eram oportunistas em 70. Também os federalistas platónicos desses tempos passados eram conservadores de agora como Casal [Ribeiro]. O federalismo ibérico, mais ou menos eivado de socialismo demagógico, era já em Portugal apenas o credo de uma minoria mínima, sem valor político de espécie alguma”²¹⁰.

Oliveira Martins menosprezava a influência do federalismo entre os republicanos, porventura por ele próprio ter abjurado dessa ideia proudhoniana de juventude ao observar a deriva cantonalista da República espanhola, em 1873-74. Em qualquer caso, acertava com uma explicação para a conversão e retratação dos antigos iberistas: a política de fomento do fontismo, à qual tinham aderido homens como António Pedro Lopes de Mendonça, Rodrigues Sampaio, ou o próprio Latino Coelho, teria dissolvido o iberismo.

O modo como este último respondeu em 1869, quando ministro da Marinha, à acusação de iberista, na Câmara dos Pares, é a este respeito eloquente. Estava-se no contexto da procura de um monarca alternativo para Isabel II de Bourbon e agitava-se a ideia de uma conspiração iberista para colocar no trono espanhol um rei português. Em Outubro de 1868, já o periódico *O Conimbricense* pedira a demissão do ministro Latino Coelho, não só invocando o seu passado de envolvimento no movimento peninsular mas por permitir a

²¹⁰ J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, III, pp. 258-259.

difusão de folhetos antipatrióticos²¹¹. Em Maio do ano seguinte, o Visconde de Fonte da Arcada²¹² lembrou perante aquela assembleia as palavras escritas por Latino Coelho no prólogo ao livro de Sinibaldo de Mas *A Iberia*, e confrontou-o com a mudança: “Não sei como se possa mudar de ideias em tão pouco tempo em assunto tão importante como este”. Em resposta a esta acusação, Latino adotou uma estratégia de desvalorização da sua passada adesão ao ideal iberista, servindo-se sobretudo de dois argumentos: em primeiro lugar tratar-se-ia de um devaneio literário e de uma utopia filosófica (donde, a sua utopia não teria uma intencionalidade diretamente política); além disso fora escrito num outro tempo, de juventude, de longínquos ideais utópicos. Mas há um outro aspeto interessante na argumentação de Latino que retoma a justificação no prólogo anónimo de 1852: invocava os apologistas da paz e da “fraternidade universal” – Kant, Rousseau, o abade de Saint Pierre –, que tinham sonhado a união dos povos. E, mais do que isso, constatava que o número de povos independentes fora diminuindo succesivamente até ao século XIX. Sugeria, pois, que aquele ideal utópico, aquele “idílio político”, se inscrevia numa tendência que envolvia o ideal cristão. E via na teoria das grandes nacionalidades uma “lei histórica”, concretizada na unificação italiana e na Confederação Germânica do Norte²¹³. Mas, por outro lado, invocava a sua colaboração na imprensa periódica num passado recente em que recusara a ideia de fusão ibérica. E introduzia uma nota mais controversa ao lembrar que um outro par do reino que se encontrava presente naquela sessão da câmara dos pares, Casal Ribeiro, também fora “réu deste mesmo entusiasmo juvenil”, e acusado de “querer

²¹¹ *O Conimbricense*, 17-10-1868, cit. por César Rina Simón, *op. cit.*, p. 217.

²¹² António Francisco Jacques de Magalhães (1793-1880), par do reino, era figura grada do Partido Histórico.

²¹³ *Diário da Câmara dos Pares do Reino [DCP]*, n.º 11, 21-05-1869, pp. 38-39.

vender o seu paiz à Espanha”. O ministro da Marinha supunha, assim, que não estaria só na resposta à acusação de iberista e envolvia o seu colega na refrega. Mas estaria Casal Ribeiro disposto a estar do seu lado na sua defesa? E poder-se-á concluir que Latino Coelho abjurou do seu ideal iberista?

O Visconde de Fonte da Arcada, próximo do Partido Histórico, não se satisfez com a defesa de Latino Coelho e contrapôs-lhe que o prólogo de 1852 não era só “uma obra literária e filosófica”. Relembrou palavras suas que pareciam contradizer a argumentação do adversário: “o que a espada vitoriosa do duque de Alba e a do marquês de Santa Cruz, *só pôde fundar por sessenta anos, a política pede que o fundemos para sempre*”. Exigia que se mostrasse arrependido do que tinha escrito; caso contrário, nas funções eminentes que desempenhava, cumpria que assumisse as suas responsabilidades. Mais uma vez, o credo iberista era aproveitado politicamente para denegrir adversários políticos, como voltaria a suceder nos finais do século pela voz de João Franco, contra os republicanos.

Perante a não muito convincente intervenção de Latino Coelho, que arrastava Casal Ribeiro para a ribalta, associando-o à antiga tentação iberista, este último não podia ficar indiferente e teve de se justificar. Ex-republicano e democrata, antigo apologista de uma federação peninsular, Casal rejeitava agora qualquer ideia de fusão de nações mas também qualquer federação. Traçava um historial da candidatura de D. Fernando de Saxe-Coburgo ao trono de Espanha, considerando-a uma “repetição do casamento do filho de D. João II” e a “reprodução do casamento da filha de D. João III, preparando a invasão do duque de Alba!”. E explicava:

“A ideia das federações já não é da nossa época; podem as federações traduzir-se em factos transitórios e momentâneos; porém não se consolidam, não se estabelecem na nossa velha Europa, e não podem ser senão uma forma de transição

que conduz à incorporação dos territorios e à aniquilação das independências”²¹⁴.

Distanciava-se assim da sua antiga simpatia para com o federalismo, que agora identificava com sacrifício da independência. E mais adiante, retratava-se de um modo inequívoco:

“Pude em negra época acreditar em sonho quase infantil que em um futuro remoto, e sob a condição impreterível de ser dividida a Espanha em vários estados, poderíamos formar um dia um agrupamento federal. Admiro-me de ver hoje homens graves sustentar ainda, e sobretudo depois de acontecimentos recentes, tais puerilidades”.

Um dos argumentos que perfilhava era o da diversidade de psicologia coletiva dos dois povos, muito em voga na época: “o espanhol é mais violento, mais arrebatado, mais entusiasta; o português, vindo da mesma origem, é mais brando, mais tolerante, mais moderado”²¹⁵.

Casal Ribeiro era antes apologista de uma relação de amizade e de proximidade com a Espanha. E demarcava-se inequivocamente de Latino Coelho (que, como vimos, invocara o seu nome como um entusiasta da ideia iberista): “O sr. ministro honra-me em demasia querendo sentar-me a seu lado, mas eu declaro que declino tão subida honra. E fique s. exa. sabendo de uma vez para sempre que eu não desejo sentar-me ao seu lado nem no banco dos réus, nem no carro dos triunfadores”²¹⁶. Casal Ribeiro mostrava-se surpreendido que Latino Coelho invocasse o seu exemplo, quando num artigo publicado nessa época, Casal havia criticado a posição do prefaciador

²¹⁴ *DCP*, n.º 16, 31-05-1869, p. 76.

²¹⁵ *Idem*, n.º 16, 31-05-1869, p. 80.

²¹⁶ *Idem*, n.º 16, 31-05-1869, p. 81.

do livro de Sinibaldo de Mas. Mas agora renegava até o federalismo que sustentara no início do decênio de 1850, considerando-o um anacronismo e confessava-se abertamente monárquico. As experiências políticas da Alemanha e da Itália (lembre-se que em 1869 os respectivos processos de unificação política ainda não estavam completamente concluídos) mostravam, a seu ver, nos casos referidos, sob a hegemonia da Prússia ou do Piemonte, que as fusões continuavam a processar-se como na Idade Média, pela força das armas. E para que não houvesse dúvidas, disparava contra Latino Coelho:

“Pode mudar-se de opinião, mas deve-se dizer quando, em quê e para quê. Também eu mudei, e também digo em quê; mas também é certo que nunca estive ao lado do sr. ministro na questão da Ibéria. Não venham dizer que o livro a que se referiu o sr. marquês de Valada [*A Ibéria*, de Sinibaldo de Mas] era uma obra literária de filosofia transcendente, e que não tinha por fim uma propaganda imediata. *Ibéria* se chamava, e para a Ibéria caminhava. Cada página, cada linha está mostrando claramente qual o seu intuito. Nem preciso ler mais do que alguns trechos do prólogo, para que se conheça se se tratava de filosofia abstracta, ou de propaganda política”²¹⁷.

A refrega ficou por ali. Mas poder-se-á concluir que Latino Coelho se retratou e abjurou da sua antiga ideia iberista? Se considerarmos a sua correspondência com Juan Valera é de crer que no fundo não renunciou a esse ideal. É aliás significativo que Latino tivesse constituído uma referência para republicanos federalistas como Sebastião Magalhães Lima²¹⁸.

²¹⁷ *Ibid.*

²¹⁸ César Rina Simón, *op. cit.*, p. 446.

Bem diverso dos casos de Latino Coelho ou de Casal Ribeiro foi o de Antero de Quental. Em 1869, o jovem poeta entusiasmara-se com a revolução gloriosa de 1868 e chegou a desvalorizar a própria independência nacional em nome da expectativa em relação à federação. Acabaria mais tarde por desiludir-se com o federalismo ibérico, qualificando-o, em 1887, na célebre carta autobiográfica ao seu tradutor alemão, Wilhelm Storck, de “uma grande ilusão”²¹⁹. Mas, significativamente não o fez de imediato e em público, antes numa carta, que só depois foi divulgada:

“No fim desse ano de 68 publiquei o folheto: Portugal perante a Revolução de Espanha. Advogava aí a União Ibérica por meio de uma República Federal, então representada em Espanha por Castelar, Pi y Margall e a maioria das Cortes Constituintes. Era uma grande ilusão, da qual porém só desisti (como de muitas outras desse tempo) à força de golpes brutais e repetidos da experiência. Tanto custa a corrigir um certo falso idealismo nas coisas da sociedade!”.

Todavia, em 1883, em carta ao seu amigo Joaquim Araújo, Antero ainda admitia que o Iberismo viria a realizar-se um dia, não “pela simpatia mútua, nem pelo convencimento, mas pela força e necessidade das coisas”. E acrescentava:

“Os portugueses hão-de ser sempre refractários a tal ideia e os espanhóis não precisam do conhecimento da literatura portuguesa para a abraçarem (a ideia) como abraçaram há muito. Mas como *quod abundat non nocet* [o que é demais não prejudica] e acho-a simpática, e já terá valido a pena se der este resultado de,

²¹⁹ Antero de Quental, carta a Wilhelm Storck de 14-05-1887, *Cartas*, vol. III (ed. de Ana Maria Almeida Martins), Lisboa, 2009, p. 95.

pelo conhecimento dos nossos escritores e das nossas coisas, os espanhóis se convencerem de que em Portugal já não há literatura e política nacionais, como eles ainda imaginam, pois é essa uma das fraquezas deles, tomarem-nos a sério ainda”²²⁰.

Esta carta tem um duplo interesse: por um lado, mostra que o poeta não alimentava qualquer convicção na viabilidade da adesão dos portugueses ao iberismo. Quando muito, seria uma vaga “força das coisas”, um destino histórico que, independentemente da vontade dos povos, viria a realizar a união peninsular; por outro, percebemos que nele se instalara um modo distanciado de observar a problemática ibérica. A desilusão de Antero prendia-se decerto com a experiência da I República espanhola, que Oliveira Martins vivera de perto e lhe comunicara. Mas também com distanciação em relação aos ideários federalistas de Proudhon e de Pi y Margall, que haviam fundamentado o federalismo ibérico²²¹.

Refira-se por último o caso de Sampaio Bruno, um republicano espiritualista que, também em jovem fora adepto da federação peninsular. Ele próprio verificava que a maior parte daqueles que haviam acompanhado Henriques Nogueira nesse ideal haviam “apostatado”. Considerava-os “puros teóricos, sem correspondência com a alma colectiva” e retratava-se também ele que pertencera a uma geração mais jovem, com um desarmante sentido autocrítico:

“Eu já compartilhei daquela errada doutrina da federação peninsular como meio de se criar um grande estado: a Ibéria, a opor à Inglaterra, à França, à Rússia, à China, se calhasse.

²²⁰ *Id.*, Carta a Joaquim de Araújo de 11-10-[1883], *idem*, vol. II, pp. 393-394.

²²¹ Em Julho de 1873, ainda admitia, contudo, que em Espanha, após um período de desorganização e anarquia, viesse a instalar-se uma federação “semi-histórica, semi-revolucionária”, não por obra e vontade de qualquer partido mas pela evolução dos acontecimentos (Carta a Oliveira Martins de 17 de Julho de [1873], *idem*, vol. I, p. 317).

Escrevi, a defender essa quimera, péssimos artigos, repletos dum patriotismo transviado”²²².

Devem compreender-se estas palavras no contexto do princípio do século xx em que o federalismo iberista estava já em refluxo. Mas num ponto Bruno se enganava: em relação à influência do federalismo em Portugal. Na verdade, ao contrário do que sugeria, esta corrente chegara a ter grande influência no republicanismo português. Seja como for, Sampaio Bruno deixava claro que nunca quisera que Portugal fosse “uma província de Espanha”. E explicava a sua “utopia” que era a de construir “o único modo de uma aproximação livre possível entre Portugal e a Espanha”, um pacto federal sem qualquer diminuição ou risco para o seu país²²³. Mas ao invés de outros iberistas, pretendia que Portugal fosse a nacionalidade preponderante na federação peninsular – Horácio Esk Ferrari, um outro republicano federalista defendera também a hegemonia de Portugal na Península.

*

Estes casos de progressiva distanciação em relação aos ideais iberistas mostram-nos como, para quem desempenhava cargos públicos de relevo (casos de Latino Coelho ou de Casal Ribeiro), ter sido “ibérico” era um anátema incómodo com o qual dificilmente se convivia, pois colidia com a lealdade nacional, não raro tida como valor sagrado. Já nos casos de Antero de Quental, as desafeções em relação ao federalismo iberista são bem diversas – resultam não de qualquer

²²² Sampaio Bruno, *Os modernos publicistas portugueses*, Lisboa, s.d. [1905], p. 113.

²²³ *Id., idem*, p. 114.

acusação próxima mas de opções racionais de distanciamento crítica em relação aos ideais anteriores.

Por outro lado, todos estes exemplos levam-nos a pensar o iberismo em Portugal (mas não em Espanha) também como uma adesão de juventude, depressa abjurada em nome da lealdade nacional e não raro catalogada na ordem de quimeras e de utopias. Oliveira Martins constitui, a este respeito, como veremos, um caso original: tendo-se distanciado do federalismo desde o fracasso da I República espanhola (1873-74), foi no entanto a partir daí que construiu uma memória histórica integrada das nações peninsulares sob o tópico *civilização ibérica*. Mas se a *História da Civilização Ibérica* teve considerável acolhimento em Espanha, não deixa de ser significativo que o conceito-chave que lhe dá o título – *civilização ibérica* – tenha sido esquecido pelo próprio autor no seu percurso intelectual posterior à publicação desta obra²²⁴. Em todo o caso, ante a crítica que lhe dirigiu Sánchez Moguel²²⁵, o modo como Oliveira Martins resolveu a questão, pouco antes de morrer, é lapidar: “Sim, eu admito dois patriotismos; o ideal – o hispânico, e o real – o português. Porém em nada o *ideal* diminui em mim a dedicação pela minha pátria”²²⁶.

²²⁴ Estudei esta questão em “Civilisation ibérique: genèse et fortune d’un concept, *Identités et différences au monde ibero-américain* (Ed. Fátima Sá e Melo Ferreira et al.) (no prelo).

²²⁵ Segundo Moguel, o iberismo de Oliveira Martins era mais teórico do que efectivo e as suas biografias históricas estariam mais do lado de um patriotismo de alcance meramente regional e não peninsular.

²²⁶ F. A. Oliveira Martins, *Oliveira Martins e os seus contemporâneos*, Lisboa, s.d., p. 161.

Página deixada propositadamente em branco.

3. UM GRUPO DE PRESSÃO HISPANOFÓBICO

Para a compreensão do progressivo esvaziamento dos núcleos iberistas (unitaristas e federalistas) não é de somenos o estudo da tão louvada e tão escarnecida Comissão 1.º de Dezembro. Fundada em 1861, as campanhas nacionalistas e anti-iberistas que dinamizou contribuíram para a mobilização da opinião pública urbana contra as propostas iberistas. Ao dominarem o espaço público, estas campanhas excluíram as sugestões iberistas do espectro político nacional. A memória da Restauração de 1640 tornou-se uma bandeira mobilizada por homens de diversos setores políticos que a ela aderiram. Historiadores como Herculano, Rebelo da Silva e Mendes Leal também subscreveram um manifesto nacionalista por ela emitido.

No processo de afirmação do nacionalismo em Portugal após as revoluções liberais, e sobretudo a partir de meados do século XIX, o tópico anti-iberista e de resistência às intenções absorcionistas de Espanha ocupou um lugar marcante. Nesse processo tiveram ação decisiva as elites urbanas ilustradas, homens de profissões liberais (raramente mulheres), jornalistas, professores, militares e funcionários públicos. Estavam por vezes intensamente ligados ao espaço público através da imprensa, do associativismo e da escola.

Na promoção pública de muitos destes intelectuais o culto da nação e da sua memória constituiu um expediente seguro de integração num espaço cultural comum, com a sua história, as suas experiências coletivas e tradições. A este respeito, as relações com Castela, e depois com

a Espanha, estiveram em destaque. Dos inícios da Regeneração (1851) ao decénio de 1880, a difusão das ideias iberistas motivou intensas reacções e a formação desse grupo de pressão nacionalista – a Comissão Central 1.º de Dezembro (1861) – que tinha como principais objetivos o culto da memória ligada à Restauração de 1640: a comemoração anual do 1.º de Dezembro de 1640 e a construção de um monumento à memória dos Restauradores. Esta sociedade suprapartidária que agrupava homens de tendências políticas diversas²²⁷ foi, no Portugal da época, o principal foco difusor de um nacionalismo retrospectivo e retórico. Cultivando sobretudo uma atitude de enraizamento e de hispanofobia, nela se alimentava uma leitura extremamente negativa do período filipino de união ibérica (1580-1640) – qualificado de cativo ou usurpação – na base da qual se recusava qualquer possibilidade de nova integração política, sob a forma unitária ou federal. A retórica nacionalista da Comissão 1.º de Dezembro suscitou apoios entusiásticos, mas também apreciações críticas irónicas (refiram-se os casos de Costa Goodolfin, Eça de Queiroz, Oliveira Martins ou Miguel de Unamuno). Entre os seus críticos encontravam-se republicanos federais e alguns liberais radicais, adeptos de uma aproximação entre as nações peninsulares. Estes sublinhavam as afinidades entre elas, designadamente no que respeita a uma consciência peninsular que se acentuara no combate de Portugueses e Espanhóis contra o ocupante francês e o estreito paralelismo da implantação dos regimes liberais nas duas nações. Notavam também afinidades geográficas, religiosas, étnicas e linguísticas, mais ou menos evidenciadas até por alguns defensores da independência dos dois estados peninsulares. O republicanismo federal

²²⁷ Veja-se Fernando Catroga, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX”, *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 419-463, e o meu estudo, “Iberismo e identidade nacional (1851-1910)”, *Clio*, Nova Série, 2006, 14/15, pp. 349-400. Sobre o associativismo em Portugal nesta época de grande dinamismo, vd. Maria Alexandre Lousada, “O ‘espírito de associação’ em Portugal: dinâmica social e legislação”, *Anarquismo, trabalho e sociedade. Livro em homenagem a João Freire* (org. de Luísa Veloso et al.), Coimbra, 2016, pp. 97-119.

chegou a alcançar considerável influência no seio do Partido Republicano Português²²⁸. Alguns dos seus adeptos defendiam uma atitude de abertura e aproximação nas relações com a Espanha, considerada nação irmã (caso de Sebastião de Magalhães Lima ou Teófilo Braga).

Os debates em torno da questão ibérica polarizaram duas atitudes de sinal contrário em relação à Espanha: aproximação e distância, atração e repulsa. O escasso êxito social da propaganda iberista, o centenário da morte de Camões em 1880 e, na sequência da Conferência de Berlim (1884-85), um maior investimento nas colónias portuguesas ultramarinas levaram à subalternização da questão ibérica. O Ultimatum britânico (1890), a conferência republicana de Badajoz (1893) e a Guerra Hispano-Americana (1898), bem como a solidariedade ibérica que esses acontecimentos despertaram em meios políticos de ambas as nações não chegaram, todavia, para reanimar a corrente iberista em Portugal – então quase reduzida a alguns republicanos federais. O carácter unitário do Estado português e a relativa homogeneidade da nação num pequeno território de fronteiras históricas estáveis limitaram o crescimento deste federalismo ibérico que, nos decénios de 1850 a 70, tivera maior expressão. Há ainda que ponderar um outro fator: a acção nacionalista da Comissão Central 1.º de Dezembro.

Que se passou a este respeito com a implantação da República a partir do 5 de Outubro de 1910? Como é sabido, o Partido Republicano adotou um programa federal em Janeiro 1891. Esse programa não foi todavia seguido em 1910, quando os republicanos chegam ao poder: a I República perfilhou uma forma unitária de Estado e tendeu a esquecer-se da ideia federalista. O insucesso da I República espanhola (1874) e o exemplo da III República francesa, a par do reforço

²²⁸ Amadeu Carvalho Homem, *A propaganda republicana 1870-1890*, Coimbra, 1990 e Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, 1991.

do unitarismo e do nacionalismo entre os defensores da descentralização, terão contribuído para o enfraquecimento do federalismo²²⁹. Nos seus primeiros anos, como sempre sucede na sequência de revoluções políticas, o novo regime republicano português confrontou-se, entre outros problemas, com a necessidade da sua legitimação histórica e diplomática. No plano internacional teve que enfrentar a hostilidade de outras potências – caso da Espanha (onde se exilaram conspiradores monárquicos que depois fizeram incursões sobre o Norte do país e se alimentou uma “conspiração contra Portugal”²³⁰). Numa conjuntura desfavorável, compreende-se a necessidade de se manter uma estrutura unitária de Estado e de se vincar bem a unidade nacional. A Comissão 1.º de Dezembro teve uma função relevante nesta conjuntura, nela coexistindo duas tendências em relação à Espanha: a hispanofobia e uma retórica que podemos designar da amizade e irmandade com a nação vizinha.

para uma sociologia de iberistas e anti-iberistas

Quem eram do ponto de vista sociológico os iberistas portugueses?²³¹ Tal como os seus aguerridos opositores, pertenciam a um diversificado espectro profissional. Mas ao invés destes últimos, raramente eram homens ligados à alta burocracia do Estado e só ocuparam funções

²²⁹ Fernando Catroga, “A República una e indivisível (no princípio era a Província)”, *Revista de História das Ideias*, n.º 27, 2006, p.207.

²³⁰ Hipólito de La Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal (1910-1912), As relações políticas entre Portugal e Espanha*, Lisboa, 1978.

²³¹ Não é tão fácil definir o perfil dos iberistas como o dos seus opositores, congregados, como vimos, em torno da Comissão 1.º de Dezembro: além do facto de se repartirem por tendências políticas bem diversas (e opostas até), as associações que intentaram organizá-los não tiveram sucesso. A sondagem que fiz abrangeu 12 nomes mais conhecidos no decénio de 1850 a 80, tempo solar do iberismo: Carlos J. Caldeira, Henriques Nogueira, Latino Coelho, Cláudio A. da Costa, D. Jerónimo J. da Mata (bispo de Macau), Sousa Brandão, Custódio J. Vieira, A. P. Lopes de Mendonça, J. M. Casal Ribeiro, Albano Coutinho, José Barbosa Leão e Joaquim Maria da Silva.

políticas destacadas após abandonarem a sua posição política (os casos de Latino Coelho, que seria ministro da Marinha em 1868-69 e de Casal Ribeiro, que ocupou diversos cargos de ministro e de embaixador, são, a este respeito, significativos). Mais frequentemente eram jornalistas (3/4 do total), funcionários públicos (1/3) e, em alguns casos, militares (1/4). Compreende-se assim que estivessem mais disponíveis para aderirem e se empenharem numa causa de união peninsular transnacional. Sinibaldo de Mas concedeu especial atenção à propaganda e à difusão dos seus ideais. Chegou a propor a criação de uma associação inspirada na Cobden League e nas sociedades católicas de propaganda – a Iberia²³² – traçando pormenorizadamente toda uma estrutura organizativa, um órgão de imprensa periódica, uma bandeira ibérica, etc. Sem sucesso. Constituíram-se outras associações com esse propósito divulgador - por exemplo a Liga Hispano-Lusitana, criada em Espanha em 1854 por Facundo Infante e a Associação Peninsular, presidida por Salmerón, em 1869 –, mas os iberistas não lograram conquistar a opinião pública para as suas propostas. E, ao que sabemos, a sua atividade limitou-se a cidades como Madrid, Lisboa, Porto e Coimbra.

Do lado espanhol, conhecemos a composição social de uma amostragem de 18 membros da Liga Hispano-Lusitana²³³, de que foi secretário o engenheiro Arturo Marcoartú e vice-secretário o jornalista Eduardo Chao. Entre estes encontramos igualmente uma maioria de 5 jornalistas e ainda, 2 engenheiros, 2 empresários, 1 militar e 1 diplomata. Para além do protagonismo dos jornalistas, o que se afigura mais

²³² Vd. o seu projecto organizativo: “Esboço de regulamento da Sociedade A Iberia”, Sinibaldo de Mas, *La Iberia...*, pp. 103-106. Francesca de Giuseppe chamou a atenção para esta inspiração cristã, a par do seu carácter liberal e progressista. Vd. *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)* Tesi di dottorato, Nápoles, 2010, pp. 28-35. A Cobden League tinha como propósito abolir as chamadas Corn Laws, que protegiam os proprietários terratenentes impondo impostos sobre o trigo importado.

²³³ Pablo Hernández Ramos, *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874 Análisis cualitativo-discursivo del nacionalismo ibérico desde los textos periodísticos* [policop.], Madrid, 2015, pp. 357-358.

significativo nesta Liga, em que dominava o progressismo, é que entre eles havia um número bem mais significativo de homens que ocuparam cargos políticos do que na amostragem dos portugueses (10 deputados, 1 senador e 1 presidente de câmara). E o lugar destacado dos jornalistas não surpreende. Três periódicos diários de Madrid apoiavam este grupo: *La Iberia*, *El Español* e *La Nación*.

Note-se, contudo, que as intenções iberistas não eram unânimes na imprensa madrilenha. Segundo o jornal *La Iberia*, em 1856, haveria 7 periódicos que se ocupavam da união ibérica sem a apoiarem e outros 5 periódicos realistas que a combatiam “abiertamente”²³⁴. Também aqui o iberismo limitava-se a uma pequena elite de intelectuais, jornalistas e políticos. E tal como em Portugal (mas noutro contexto), era instrumentalizado para fins do combate político partidário. Em seu nome, progressistas, democratas e republicanos combateram os governos de Isabel II. Alguns alimentavam a ideia de que Portugal beneficiava de um sistema liberal mais tolerante, com liberdades e direitos mais largos do que a Espanha. É certo que na imprensa iberista se reclamava com alguma frequência a ligação ferroviária entre Madrid e Lisboa (como vimos no capítulo anterior só concretizada em 1866), o uso conjunto da navegação nos rios Tejo e Douro, a união aduaneira, a união monetária e a união dos pesos e medidas. Ou ainda a validade de títulos académicos para além da fronteira, a abolição de passaportes ou até o reconhecimento de uma cidadania comum. Mas não havia qualquer unidade de ação ou convergência em torno de um objetivo comum – o que também contribuiu para o fracasso dos propósitos ibéricos²³⁵. Nenhuma base orgânica, partidária ou suprapartidária, conferia a estes propósitos o carácter de um desígnio nacional e a necessária base social indispensável para o seu êxito. Nestas condições,

²³⁴ Id., *idem*, p. 392. Isto num total de 74 periódicos contabilizados por *La Iberia*, em que faziam a apologia da união ibérica.

²³⁵ Id., *idem*, pp. 449-450 e pp. 726-727, *passim*.

compreende-se assim que as expectativas de construção da Ibéria acabassem por se centrar no antigo processo de construção da unidade: como em 1580, uma união dual a partir de um monarca comum. Em 1580 legitimado em cortes, apesar de tudo, em 1870 com a possibilidade de ser “eleito” pelos representantes das nações: os parlamentos nacionais. Significativo é que em 1870-71 o insucesso destas tentativas a partir do topo tenha conduzido a um esvaziamento do horizonte de expectativa dos ideais ibéricos.

da Comissão 1.º de Dezembro à Sociedade Histórica da Independência

A Comissão Central 1.º de Dezembro foi fundada em 1861 por um grupo de políticos e intelectuais em que predominavam homens ligados ao regime constitucional, quer ao Partido Histórico, quer ao Partido Regenerador (embora alguns miguelistas a ela aderissem). Os seus primeiros estatutos foram aprovados pelo rei D. Luís em 1869 (decreto de 1 de Dezembro)²³⁶. Teve como presidentes, entre outros, Luís de Carvalho Daun e Lorena (então presidente da Câmara Municipal de Lisboa), Fontes Pereira de Melo (1880) e Hintze Ribeiro (1900-07), estes dois últimos figuras gradas do Partido Regenerador.

Este grupo, que laicizou o comemorativismo religioso da data simbólica da Restauração, reunia homens ligados a múltiplos grupos profissionais. Importa considerar uma análise sociológica dos seus sócios para o primeiro decénio de existência da sociedade e depois observar o período que vem de princípios do século xx até 1931. Em 1861-70, 59,1% faziam parte da alta e média burocracia (funcionalismo público), 34,1% eram jornalistas e escritores, enquanto 27,3% eram militares e apenas 22,7% capitalistas. 22,6% eram formados em Direito. Em 1870,

²³⁶ E publicados em folheto no ano seguinte: *Estatutos da Comissão 1.º de Dezembro de 1640*, Lisboa, 1870.

em 32 sócios, metade eram de Lisboa²³⁷. Lembre-se ainda que muitos dos sócios da inicial Comissão 1.º de Dezembro eram maçons: refiram-se entre outros José Estevão, Mendes Leal e Inocêncio F. da Silva²³⁸. Como veremos, este perfil coletivo não se alteraria muito no período da I República e da Ditadura Militar.

A Comissão abriu filiais em numerosas freguesias de Lisboa e em diversos centros urbanos como o Porto, Aveiro, Coimbra e Portalegre e localidades de província, caso de Barcelos, Alcochete ou Sardoal. O que atesta a intenção alargada de difundir a propaganda anti-iberista em sucessivas campanhas e ações de rua que mobilizaram, inclusivamente, as comunidades portuguesas no Brasil. Criaram-se empresas jornalísticas para produzir esta propaganda, mais centradas em Lisboa e Porto em 1861-62 e em 1868-69 (momentos em que o receio iberista foi porventura maior)²³⁹. Questão relevante é a seguinte: conseguiu a Comissão 1.º de Dezembro dinamizar um movimento social nacionalista de resistência à ameaça ibérica? Se é verdade que motivou a adesão de personalidades destacadas da elite política e intelectual portuguesa (Anselmo José Braamcamp, Fontes Pereira de Melo, Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, A. Pereira da Cunha, etc.), a sua ação esgotou-se num patriotismo retórico, muito centrado nos festejos e na memória da Restauração. Contudo, não chegou a dinamizar um movimento nacionalista.

²³⁷ Informações colhidas num número total de 44 sócios entre 1861 e 1870. Sérgio Campos Matos, “Iberismo e identidade nacional (1851-1910)”, Lisboa, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Lisboa, n.º 14, 2006, pp. 364 e 390, com base em M. José Grossinho e Carla R. Espinha, *A Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 (1861-1870)*, s.l., 1996 [policop.], pp. 11-16. Se tomarmos em consideração apenas o ano inicial de constituição da Comissão, 31,7% eram jornalistas e escritores, 28,2% faziam parte da alta burocracia e funcionalismo, enquanto apenas 8,2% eram militares e 7% capitalistas. O que mostra bem que a componente de sócios dependentes do estado tendeu a aumentar.

²³⁸ Fernando Catroga, “As lojas espanholas de obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e o iberismo”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VII, Coimbra, 1985, p. 99.

²³⁹ Maria da C. Meireles Pereira, *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)* [policop.], Porto, 1995, vol. I, pp. 275-276.

*

Se tomarmos todo o período de cerca de 50 anos da Monarquia Constitucional, que vai de 1861 a 1910, de acordo com as informações de que disponho, na Comissão 1.º de Dezembro terão sido registados 471 sócios²⁴⁰. E de Outubro de 1910 a Maio de 1926 – ou seja durante a I República – cerca de 267 novos sócios. Muitos republicanos aderiram então à Comissão (mas também não poucos aristocratas titulares, alguns deles descendentes dos conjurados de 1640). Houve um acentuado crescimento do ritmo de adesões nos anos da República, também confirmado se considerarmos as adesões anuais, que se prende com a maior relevância que então assumiu o culto do 1.º de Dezembro. Em contrapartida, os dois últimos decénios da Monarquia (1890-1910) tinham correspondido a uma certa redução do ritmo de ingresso de novos sócios (apenas 71 novos sócios nesses anos), coincidente com o declínio da ameaça iberista. Mas em 1910, o número de adesões aumenta significativamente (só nesse ano, antes do 5 de Outubro aderiram 48) e, em 1911, 26. O período da Ditadura Militar (1926-33) corresponde a cerca de 109 novos sócios. Mas este número é enganador: na verdade, só em 1932 – ano imediatamente posterior à implantação da República em Espanha – surgem 88 novas adesões²⁴¹. Também 1917, ano da campanha na imprensa periódica espanhola (*El Imparcial*) a favor da chamada “Harmonia ibérica” – tentando a aproximação económica, cultural e diplomática entre as duas nações – fora fausto em novos sócios: nada menos do que 42.

²⁴⁰ Números apurados a partir do Arquivo da SHIP, *Sociedade Histórica da Independência de Portugal*. Propostas n.º 401 a 750, s.l., n.d. Não são números totalmente fiáveis, pois desconhecemos quando foram redigidas as propostas reunidas nos três volumes que se encontram neste Arquivo. É de admitir que, em muitos casos fosse *a posteriori*, se atendermos a que, até cerca de 1929, os formulários foram preenchidos de um modo incompleto e com a mesma caligrafia.

²⁴¹ Os anos de 1926 a 1931 são de declínio (neste último regista-se uma única adesão). Números apurados a partir do Arquivo da SHIP, *Idem*, Propostas n.º 401 a 750, s.l., n.d.

Confirma-se assim que o crescimento da Comissão 1.º de Dezembro/Sociedade Histórica da Independência de Portugal (como passou a chamar-se a partir de 1927) coincidiu com momentos em que mais se fez sentir a ameaça ibérica.

Pode afirmar-se com segurança que, das origens (1861) a 1935, a maior parte dos presidentes da associação foram militares (7 num total de 12)²⁴². E no período que vai de 1891 a 1935, na direção da associação tiveram predominância relativa os militares: em 1890-93 quase metade dos membros da direção pertenciam às forças armadas; em 1911 e em 1922 eram 1/5, aumentaram para 1/2 em 1923 e, noutros anos, aproximaram-se de 1/3 (1925 e 1927), para aumentar de novo para quase metade em 1935. Entre os militares, além do já referido Baptista Maciel, refiram-se o general José E. Moraes Sarmiento (1907-1911) ou o coronel e senador Francisco de Sales Ramos da Costa (1911-1935) – este último deputado e senador pelo Partido Democrático em diversas legislaturas.

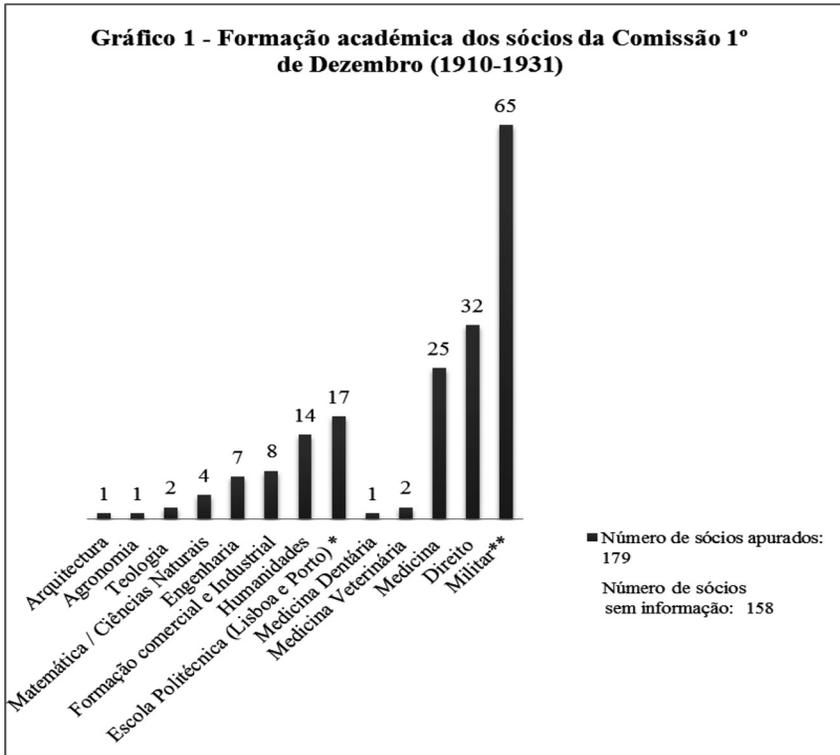
Se atendermos a que as forças armadas eram uma das instituições que mais relevante papel tinha (a par do sistema de ensino) no processo de nacionalização da população, não surpreende esta forte componente de militares no órgão de direção e entre os próprios sócios: de 1910 a 1931, num total de 337 sócios apurado, registaram-se cerca de 15% de militares.

Sublinhem-se outros aspetos significativos no que respeita ao perfil social e às tendências políticas dos sócios:

1. Uma componente significativa de quadros técnicos com estudos superiores; exemplos disso são os próprios presidentes desta sociedade: o general J. Miguel Baptista Maciel (formado pela Escola Politécnica e pela Escola do Exército), presidente da Comissão entre 1890 e 1900 e José J. da Silva Amado (médico e professor, formado pela

²⁴² Paulo Rodrigues Ferreira, *Iberismo, hispanismo e os seus contrários. Portugal e Espanha (1808-1931)* [poliocop.], Lisboa, 2015, p. 160.

Escola Médico-Cirúrgica), que fora Médico da Casa Real e presidente da Comissão de 1911 a 1915; de 1910 a 1931, num total de 179 sócios para os quais dispomos de informação, a maioria relativa tinha formação na Escola do Exército e na Escola Naval (36,3%) (tendo alguns passado pela Escola Politécnica), seguindo-se os formados em Direito (17,9%) e Medicina (14%).



Fonte: Paulo Rodrigues Ferreira, *Iberismo, hispanismo e os seus contrários. Portugal e Espanha (1808-1931)* [poliocop.]. Lisboa, 2015, p. 162.

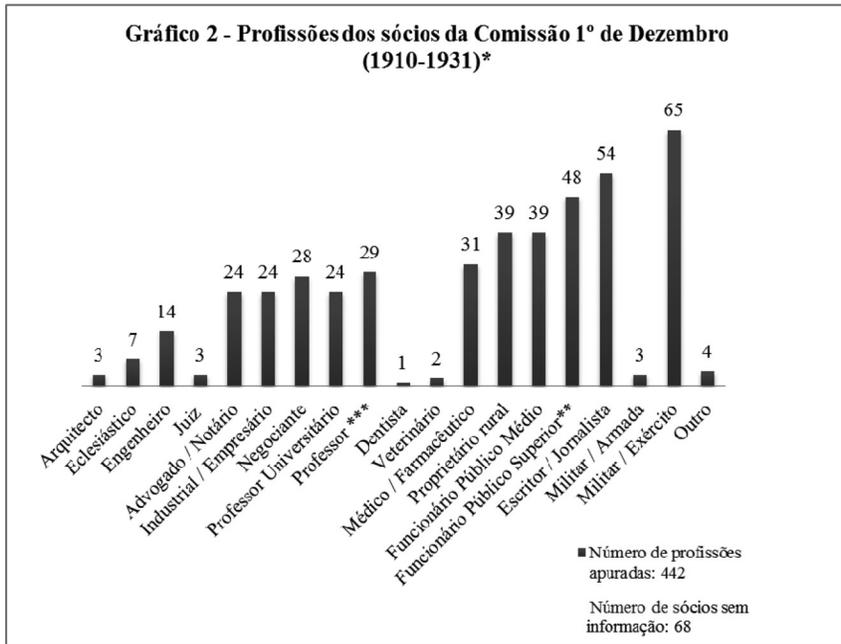
* Dezassete sócios estudaram nas Politécnicas de Lisboa e Porto. Alguns prosseguiram a sua formação noutros estabelecimentos como a Escola do Exército.

** A grande maioria dos sócios ligados ao setor militar obteve formação na Escola do Exército; também se contabilizam sócios ligados à Armada cuja formação passou pela Escola Naval.

2. De 1910 a 1931, num total de 269 sócios para os quais temos informação (337 sócios no total), regista-se uma forte componente de funcionários públicos (médio e alto funcionalismo: cerca de 32,3% do total)²⁴³. Tal como os militares (25,3% do total), dependiam do estado e, no seu conjunto, representavam mais de metade dos sócios (57,6%), o que se compreende se pensarmos que a adesão à Comissão 1.º de Dezembro tinha um significado de empenho na permanência da independência nacional e de manutenção de um estado separado. Se aos funcionários públicos e aos militares somarmos os professores primários, liceais e universitários (12% do total de sócios, a maior parte deles, decerto, professores do ensino público), verificamos que mais de 2/3 dos sócios eram dependentes do estado²⁴⁴. E mobilizavam-se para defendê-lo. Esse era de resto o grande objetivo da Comissão: a mobilização pública para defesa da autonomia nacional. No entanto, em relação aos números apurados para 1861-1870 (a década inicial da Comissão), notamos uma acentuada diversificação de profissões dos sócios e conseqüente decréscimo significativo do peso relativo dos funcionários públicos e dos jornalistas, em relação a outras profissões. O que não desmente a tendência fundamental que aponte: a sua relação com o estado.

²⁴³ *Id., idem*, p. 162.

²⁴⁴ Para o período de 1861-70, em 44 sócios cujas profissões são conhecidas, todos eles eram ou funcionários públicos, ou militares ou professores: ou seja todos dependiam do estado.



Fonte: Paulo Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, p. 162.

* Dado que cada sócio exerceu mais do que uma profissão, contabiliza-se mais do que uma atividade por sócio. Encontrou-se informação para 269 sócios.

** Diretores-gerais e outras chefias de ministério; cargos públicos como os de Provedor da Santa Casa, Administrador da Casa da Moeda, Inspetor-Geral da Companhia das Águas, reitor de Universidade ou Inspetor das Bibliotecas e Arquivos.

*** Professor do ensino primário e secundário.

3. No que respeita a tendências políticas, note-se a presença de republicanos conservadores que aderem durante a I República e a Ditadura Militar: casos de Pedro José da Cunha (Reitor da Universidade de Lisboa e dirigente da efémera Liga de Ação Nacional), Fidelino de Figueiredo, Cunha e Costa (advogado e jornalista), Cunha Leal, António Ginestal Machado (presidente de um efémero ministério em 1923), sem esquecer republicanos históricos como Manuel Maria Coelho, João de Barros (professor liceal; ministro dos Negócios

Estrangeiros em 1924 e da Instrução em 1915 e 1919), Álvaro de Castro (ministro em diversos governos e presidente de um ministério 1923-24), Alfredo Sá Cardoso (presidente de um ministério em 1919-20 e ministro do Interior em 1924) ou José Maria Barbosa de Magalhães (professor da Faculdade de Direito e ministro em diversos governos).

4. Um núcleo significativo de intelectuais – escritores e jornalistas (12, 2%): poetas e ensaístas como Teixeira de Pascoaes, João Correa d'Oliveira e Mário Beirão; historiadores como Queirós Veloso, António Ferrão, Eduardo Brazão, Mário de Albuquerque, Gastão de Melo Matos, Manuel Múrias, António Rodrigues Cavalheiro, Hernâni Cidade e o já referido Fidelino de Figueiredo. Alguns deles foram professores universitários (caso dos citados Queirós Veloso, Mário de Albuquerque, Hernâni Cidade e Fidelino de Figueiredo).

5. Entre os que ocuparam cargos políticos, lembrem-se Fontes Pereira de Melo e Hintze Ribeiro, dirigentes do Partido Regenerador que, em momentos diferentes, desempenharam as funções de presidente da Comissão 1.º de Dezembro; refirmam-se ainda Artur Ivens Ferraz (militar, presidente de um ministério em 1928), Manuel Rodrigues Júnior (professor da Faculdade de Direito e ministro da Justiça desde 1932), Rolão Preto (líder dos nacional-sindicalistas) ou Humberto Delgado, mais tarde candidato à Presidência da República.

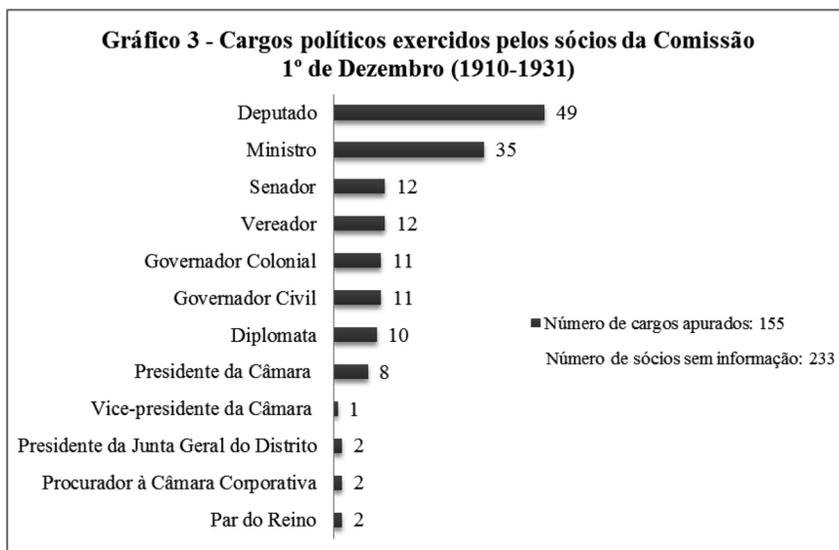
O simples inventário destes nomes mostra como intelectuais de tendências políticas diversas, monárquicos e republicanos, alguns deles apoiantes da Ditadura Militar, mas todos eles simpatizantes de um nacionalismo historicista então muito em voga, foram sensíveis ao discurso e à prática comemorativista da Comissão 1.º de Dezembro/Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

6. Outro dado significativo é a proveniência geográfica dos sócios. Nos primeiros decénios do século XX, com exceção do distrito de Beja, eram provenientes de todos os outros distritos (havia, aliás, filiais em alguns centros urbanos do país). No entanto quase metade

dos sócios era originária do distrito de Lisboa (48,3%), a larga distância de outros distritos do país – por exemplo, os provenientes do distrito do Porto representavam apenas 5,3% dos sócios. Isto apenas para o período que vai de 1910 a 1931²⁴⁵.

7. Muitos dos sócios ocuparam cargos públicos, alguns deles ligados ao aparelho de estado central (deputado, ministro, par do reino, senador), outros ao poder local (vereadores, presidentes de câmara, presidente de junta geral de distrito, etc.). Em 155 sócios para os quais existe informação disponível, 31,2% exerceram as funções de deputado e 22,6% de ministro. E 64% dos cargos estavam ligados ao estado central. O que reforça o que acima afirmei acerca do sentimento de pertença e empenho na defesa da autonomia nacional. Pertencer à Comissão 1.º de Dezembro era, além do mais, defender *a outrance* uma expectativa de manter (ou até de alcançar) cargos públicos de poder. Lembre-se, por outro lado, que a retórica patriótica e nacionalista, também ela, como bem mostrou Eça de Queiroz na sua ficção, se associava a um horizonte de expectativa de promissoras carreiras políticas. Perder o controlo do estado, e consequentemente a independência nacional, constituía uma ameaça sempre presente (imaginária ou real) no discurso nacionalista.

²⁴⁵ Paulo Rodrigues Ferreira, *idem*, p. 175. Note-se ainda que um número significativo de sócios originários de localidades de província terá vindo viver para Lisboa – o que decerto acentua a capitalidade da associação. A origem “macrocéfala” diminui em relação ao período de 1861-70 (quando os lisboetas eram 57,4%).



Fonte: Paulo Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, p. 172.

A que se deveu a mudança de nome da sociedade em 1927? Ao que se sabe, numa sessão da sua direção, em Março de 1924, António Bernardo da Fonseca Baptista (que viria a ser editor d'A *Reconquista*, órgão do grupo de pressão nacionalista a Cruzada Nuno Álvares Pereira) apresentou um programa de trabalhos para os anos de 1924 a 1940 em que, logo num primeiro ponto, propunha essa mudança numa próxima reforma dos estatutos. Neste programa não justificava a sua ideia. Mas tornava-se evidente a necessidade de atualizar os antigos estatutos (1870 e 1890), demasiado restritivos, porquanto centrados exclusivamente na comemoração do 1.º de Dezembro, e ultrapassados (o objetivo de erigir um monumento à memória dos Restauradores na praça lisboeta do mesmo nome há muito fora cumprido em 1886)²⁴⁶. A nova designação – Sociedade Histórica da

²⁴⁶ Veja-se o capítulo 1 dos Estatutos de 1890 em E. A. Ramos da Costa, *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal 1861-1940*, Lisboa, 1940, p. 132. Foram aprovados por decreto de 6 de Agosto de 1890. Em 1926, comemorando os 40

Independência de Portugal –, bem mais abrangente, apontava para uma acção mais diversificada englobando toda a história da nação e, não apenas, a evocação daquele acontecimento. Em 1924, António Bernardo da Fonseca Baptista tinha já em mente a comemoração conjunta do oitavo centenário da “existência nacional” e o terceiro centenário da Restauração, em 1940 – uma “Grande Festa Nacional” em que deveria ter lugar uma exposição internacional, um Congresso da Raça Portuguesa e um cortejo histórico, bem como a emissão de selos com as efígies de Afonso Henriques e de D. João II. Mas a primeira proposta para as comemorações de 1940, da autoria de Fonseca Baptista (então vice-secretário da direcção da Comissão 1.º de Dezembro), remontava ao final de 1922. Este sócio apresentara então uma memória (6-12-1922) em que já sugeria que fosse preparada para 1940 tal iniciativa, que deveria ser festejada de um modo “ruidoso”²⁴⁷.

Assim, os estatutos saídos em *Diário do Governo* em 1927 e promulgados pelo governo no ano seguinte estabeleciam já objetivos mais amplos para a Sociedade Histórica da Independência: “1.º Comemorar as grandes datas nacionais, e especialmente a da Fundação e a da Restauração de Portugal; 2.º Procurar desenvolver o culto do amor da Pátria entre os Portugueses...; 3.º Cooperar com o governo na defesa dos direitos de Portugal; 4.º Contrariar (...) a vulgarização de quaisquer ideias que possam ferir a dignidade de Portugal como nação livre e independente”²⁴⁸.

anos da inauguração do monumento dos Restauradores, foi emitida uma série de selos evocativa, da autoria de Eduardo Avelino Ramos da Costa, reproduzindo uma fotografia do monumento. Foram emitidos 126.800 selos de \$96 em fundo vermelho, 122.800 selos de 3\$00 a lilás e 129.100 selos de 4\$50 a verde azeitona. Cf. Carlos Kullberg, *Selos de Portugal – Álbum II* (1910/1953), 2.ª ed., 2006, http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/lazer/html/ebook/bfd004_p.pdf. Consult. 17-07-2016.

²⁴⁷ E. A. Ramos da Costa, *idem*, pp. 190-192 e 199-201.

²⁴⁸ *Estatuto da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Lisboa, 1928, p. 5.

A existência desta sociedade foi irregular, como já verificámos, considerando o movimento de adesão de sócios. Mas também nas atividades desenvolvidas se nota essa irregularidade: houve tempos em que se apagou; nos anos de 1864-67 devido a um incêndio na sua primeira sede, e em 1914-15 porventura devido à conjuntura de crise acentuada pela Grande Guerra. Nestes anos não chegaram sequer a ter lugar comemorações da data histórica que lhe dava o nome. Noutros anos consecutivos, a associação desdobrou-se em iniciativas não apenas comemorativas, quase todas elas configurando políticas de memória nacional que foram muitas vezes adotadas pelo poder político. Entre elas contam-se, além do objetivo de erigir o Monumento aos Restauradores (concluído, como dissemos, em 1886), uma subscrição pública aberta entre a colónia portuguesa no Rio de Janeiro para armamento do país (1868), diversas propostas entregues ao poder político no sentido de se criarem escolas militares preparatórias nos municípios (1870)²⁴⁹, uma representação (sem sucesso) para que o dia 1º de Dezembro fosse considerado dia de grande gala e de festa nacional (1892, programa da autoria de Luciano Cordeiro)²⁵⁰; um manifesto (1-12-1918), em que se associava a data de 1640 ao reconhecimento da independência das nações que vingou em 1918, no final da I Grande Guerra; uma proposta solicitando a todas as câmaras municipais que atribuíssem o nome de “1.º de Dezembro” a um largo ou rua das respetivas sedes de concelho (1922), o que na verdade sucederia - ainda hoje a data é frequente na toponímia urbana, até mesmo em pequenas povoações; a realização de um cortejo cívico organizado pela Academia de Lisboa em conjunto com a

²⁴⁹ Visconde Sanches de Baena, *Fastos históricos da Comissão Central 1.º de Dezembro ou o monumento aos Restauradores de Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1885-86, p. 54 e p. 72.

²⁵⁰ No entanto, na Monarquia Constitucional o 1.º de Dezembro não passaria de dia de pequena gala. O que mostra bem que, de facto, a República valorizou mais esta data do que o regime monárquico.

Comissão 1.º de Dezembro, desfilando face ao Monumento dos Restauradores (1923); uma proposta para que o dia 10 de Junho fosse consagrado como Dia da Raça²⁵¹ Portuguesa – adotada pelo governo em 1928, durante a Ditadura Militar – ou, como vimos, ideias para a comemoração conjunta, em 1940, do oitavo centenário da fundação de Portugal e da Restauração (1922-24)²⁵².

a I República e o 1.º de Dezembro

A memória de 1640 mantinha-se bem viva entre as elites nacionais, remontando ao século XVII. Mas a prática das comemorações do 1º de Dezembro foi assumindo características diversas ao longo do tempo. De 1641 a meados do século XIX, as ritualizações limitaram-se a celebrações religiosas anuais – *Te Deum*, nas sées catedrais. A partir de 1861, a Comissão 1º de Dezembro contribuiu decisivamente para a sua secularização, mantendo embora as missas de acção de graças. Mas a participação oficial nas comemorações era muito reduzida, quando muito limitava-se à comparência do monarca na Sé de Lisboa para assistir ao *Te Deum*²⁵³.

Ainda assim, as actividades comemorativas desenvolveram-se em várias frentes, com destaque para a imprensa periódica, conferências

²⁵¹ A ideia já fora sugerida por Fernando de Sousa, diretor do jornal *A Época*, em 1926. Diversos estados hispano-americanos haviam adotado o dia 12 de Outubro como festa nacional nos anos de 1912 a 1918 (neste último ano também a Espanha). A Guatemala terá sido o primeiro a adotar a designação “Festa da Raça” para esse dia. Cf. Isidro Sepúlveda, *El sueño de la Madre Patria. Hispanoamericanismo y nacionalismo*, Madrid, 2005, p. 207.

²⁵² E. A. Ramos da Costa, *op. cit.*, pp. 141-143, 175-177, 210, 223. Em 1922, E. A. Ramos da Costa terá proposto a constituição de uma subcomissão para elaborar o programa dos centenários da Fundação de Portugal e da Restauração de 1640. Dela faziam parte, além dos já referidos Fonseca Baptista e Ramos da Costa, José de Alarcão (Conde dos Arcos), João Perestrelo, o Visconde de Santarém e José O'Neill Pedrosa.

²⁵³ Luís Miguel Andrade, *A Restauração de 1640: do liberalismo às comemorações centenárias de 1940*, Coimbra, 2001.

públicas e a tentativa de mobilização da população das escolas. O sucesso de 1640 estava bem vivo, até como nome atribuído a lojas maçónicas: a loja 1.º de Dezembro de 1640 (Angra do Heroísmo, 1862) a Restauração de Portugal (Angra do Heroísmo, 1876) e a Filipa de Villhena (Lisboa, 1881)²⁵⁴.

Já a I República recém-instituída, como se disse atrás, atribuiu maior relevância ao 1.º de Dezembro, associando-o a um símbolo nacional de grande visibilidade – a bandeira. Logo em 12 de Outubro de 1910, o governo republicano aprovava um decreto que instituía o 1.º de Dezembro como dia de autonomia da pátria e a 22 de Novembro seguinte acrescentava-lhe o atributo de dia de Festa da Bandeira e instituindo um cortejo para saudar este símbolo nacional. Fazia-se assim coincidir esta festa cívica da nova bandeira republicana com a data do 1.º de Dezembro, agora consagrada como feriado nacional. Associava-se, pois, um dos emblemas mais significativos da nação com uma data histórica relevante – a recuperação da independência nacional em 1640. A mudança da bandeira nacional – do azul e branco da Monarquia Constitucional para o verde e rubro da bandeira da República – acentuava a relevância simbólica desse dia de festa²⁵⁵.

Por outro lado, convidavam-se figuras de proa do Estado – caso do Presidente da República e do chefe do governo – para as cerimónias de deposição de flores no Monumento dos Restauradores e para sessões solenes, com conferências públicas no Palácio Almada (sede da Comissão 1º de Dezembro) e, mais tarde, na Sociedade de Geografia ou na Câmara Municipal de Lisboa. Procurava-se ainda

²⁵⁴ Ignacio Chato Gonzalo, *Las Relaciones Masónicas entre España y Portugal 1866-1932*, Mérida, 1996, pp. 183 e 191.

²⁵⁵ Sobre a controvérsia acerca da bandeira nacional e o seu significado simbólico veja-se João Medina, “A bandeira republicana: de pendão insurrecto a bandeira nacional”, *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (dir. de J. Medina), vol. x, Alfragide, 1993, pp. 143-178, e Nuno Severiano Teixeira, *Heróis do mar. História dos símbolos nacionais*, Lisboa, 2015, pp. 34-35. Sobre os feriados e as políticas de memória vd. Luís Andrade e Luís Reis Torgal, *Feridos em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade*, Coimbra, 2012, p. 53 e p. 67.

mobilizar as camadas populares com lançamento de foguetes, flores, iluminações noturnas de edifícios, cortejos, etc. E diversas associações, entre elas não poucos centros republicanos, participavam nas comemorações: o Grémio Recreativo 1.º de Dezembro, o Centro Republicano Liberdade e Progresso (ambos em 1913), o Centro Dr. Magalhães Lima, o Centro Dr. António José de Almeida, o Centro Solidariedade Republicana (em 1914)²⁵⁶, etc. Intentava-se republicanizar o 1.º de Dezembro e instituir uma grande festa nacional do novo regime visto a si próprio como refundação (tal como 1640 teria sido refundação de Portugal).

Muitos republicanos aderiram à Comissão 1.º de Dezembro. E, como vimos, Francisco de Sales Ramos da Costa, do Partido Democrático, foi presidente da associação durante vinte anos (1911-1935). Mas ter-se-á conseguido o objetivo de instituir uma festa popular? A acreditar nas descrições publicadas na imprensa periódica dos primeiros anos da República²⁵⁷, é de admitir que por esse tempo os festejos tenham tido alguma participação de camadas populares, longe todavia do que poderiam ter grandes festas de massas. Os testemunhos dos diplomatas espanhóis em Lisboa contrastam com a euforia apologetica da imprensa portuguesa. Em 1913, o ministro espanhol em Lisboa, Villalobar, diminuía o significado da festa do 1.º de Dezembro, notando a “indiferença do público” e a ausência o brilhantismo com que a imprensa a descrevia²⁵⁸. E em 1921, Alejandro Padilla notava a fraca expressão das comemorações: não houve navios no Tejo embandeirados, nem edifícios públicos iluminados, nem tão-pouco teve

²⁵⁶ “1.º de Dezembro”, *O Século*, 1-12-1914, p. 4; “1.º de Dezembro. A festa da bandeira”, *idem*, 3-12-1914, p. 2.

²⁵⁷ Cf., por exemplo, *O Século* e o *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 1911 e anos seguintes. Em 1913, *O Século* referia-se a uma multidão compacta na praça dos Restauradores (“Restauração de Portugal. Comemoração do 1.º de Dezembro”, *O Século*, 3-12-1913, p. 2).

²⁵⁸ AHN, H. 1705 B., Portugal, 1912-1913, n.º 367, Política, Lisboa, 6 de Dezembro de 1913.

lugar a habitual cerimónia junto ao Monumento dos Restauradores devido a um forte temporal. Tudo se teria reduzido ao fecho de estabelecimentos e tradicionais salvas. Para além das condições meteorológicas adversas, Padilla atribuía este insucesso à crise política governamental e ao mal-estar geral²⁵⁹. Onde se encontra a veracidade histórica? Provavelmente na bissetriz entre pareceres tão diversos. Mas o diagnóstico minimalista das comemorações de 1640 não vinha apenas dos diplomatas espanhóis em Lisboa. Em 1923, um intelectual republicano, jornalista e pedagogo atento à atualidade do seu tempo – refiro-me a João de Barros, membro aliás da Comissão 1.º de Dezembro – apresentou uma avaliação crítica da eficácia comemorativa da revolução de 1640 e uma tentativa de explicação para o que observava nas ruas de Lisboa:

“Todos os anos, alguns homens de sensibilidade patriótica tentam celebrar com pompa e brilho o aniversário glorioso da revolução de 1640. Essa indispensável comemoração faz-se sempre entre a *quasi absoluta indiferença do povo, a ironia glacial dalguns espíritos sem grandeza, e a reprovação* de todas aquelas inteligências pitorescas (e muitas são...) para as quais a restauração foi um tremendo erro político, infelizmente irreparável.

Os morteiros, que *afirmam a sua retórica estrondeante* na Praça dos Restauradores, *não encontram eco simpático, nem em Lisboa, nem no resto do país*. Os discursos, que, porventura, se declamam, *apenas são escutados pelos seus ouvintes mais próximos*” [sublinhado meu]²⁶⁰.

²⁵⁹ AHN, H. 1709 B, Portugal, 1921, n.º 913, Política, Lisboa, 2 de Dezembro de 1921.

²⁶⁰ João de Barros, *Portugal, terra do Atlântico*, Lisboa, 1923, p. 87.

Como explicava João de Barros o insucesso das comemorações do 1.º de Dezembro? A seu ver, devia-se ao domínio na escola e no espaço público de uma teoria da revolução de 1640 que a reduzia a uma conspiração aristocrática, quando, no seu entender e no de José Caldas (autor que citava), teria sido uma revolução com “uma origem nobremente popular”²⁶¹. Na sua atitude neoiluminista de crença no progresso e na eficácia da difusão do conhecimento, Barros desenvolve então uma ideia otimista: se o povo português conhecesse a verdade histórica (e não aquela interpretação que reduzira 1640 a uma conjura que considerava lendária) tomaria ele próprio a iniciativa de comemorar o acontecimento e, mais do que isso, celebraria o que considerava o retomar da tradição da “missão atlântica” da nação a partir desta data, inviável no quadro da união ibérica.

A tentativa explicativa que propunha João de Barros não se afigura pertinente. Encerrado na sua visão do mundo de intelectual e pedagogo comprometido com a causa da nacionalização do povo português através da escola e da intervenção cívica, Barros alimentava ele próprio uma tradição lendária sobre 1640: como se se tratasse de uma revolução popular e não de um golpe palaciano em que as elites tinham tido o protagonismo decisivo. Tal como o 1.º de Dezembro tinha sido resultado da ação das elites, também a sua memória foi cultivada por elites, eclesiásticas e laicas.

Na verdade a iniciativa das comemorações partia da Comissão Central 1.º de Dezembro (ou das suas filiais)²⁶² e, já na vigência do regime republicano, das câmaras municipais. Nos primeiros anos da República temos conhecimento de comemorações do 1.º de Dezembro em centros urbanos. Em 1911, entre todas as capitais de distrito, apenas Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém e Évora terão celebrado a

²⁶¹ Id., *idem*, p.88

²⁶² Pelos finais de Oitocentos estas filiais começaram a surgir em diversas localidades de província.

data. Em contrapartida, diversas povoações de província aderiram aos festejos, sobretudo nas regiões de Lisboa, Ribatejo, Alentejo e Algarve²⁶³. Geografia de província que se repetiu, pouco mais ou menos, em 1913 e 1914²⁶⁴. Mais para Norte, isoladamente, festejou-se na Covilhã (1911), Fundão e Manteigas (1914), Vila Real, Lamego, Braga e Viana (1913). Não dispomos ainda de um mapa com a localização das filiais da Comissão 1.º de Dezembro. Pelos dados que até ao momento pude coligir, é de admitir, contudo, uma maior concentração de festejos no Sul e no Centro do país.

A implantação em termos organizativos da associação no território, prevista nos estatutos de 1870 e de 1928, foi lenta mas progressiva. Em Lisboa determinara-se em 1879 a constituição dessas comissões filiais em sintonia com os párocos. Aliás, a mobilização dos prelados das dioceses para se referirem ao 1.º de Dezembro nas suas pastorais²⁶⁵ fazia parte da estratégia comemorativa da associação. Mas a constituição de delegações em cidades como Portimão, Tomar, Guimarães, Viana do Castelo ocorreria já durante a Ditadura Militar. Época em que também foram aprovadas delegações constituídas nos Estados Unidos da América (em Boston e Fall-River) e no Brasil (Rio de Janeiro, Santos, Pernambuco, Baía, Porto Alegre e Manaus).

Outros indícios de republicanização do 1.º de Dezembro nos primeiros anos do novo regime foram, por exemplo, a escolha desta dia para a saída do primeiro número da revista *A Águia*, ainda em 1910, então dirigida por Teixeira de Pascoaes (em que colaboraram alguns dos mais dotados intelectuais portugueses da época) ou a participação nas comemorações anuais de figuras gradas do regime republicano: presidentes da República como Manuel de Arriaga, António

²⁶³ Sérgio Campos Matos, “Nacionalismo e anti-iberismo. A pedagogia nacionalista da Comissão 1.º de Dezembro (1890-1933)”, *Eixo Atlântico*, “*A mirada do outro*” *Para unha Historia da Educaci3n na península*, n.º 4, Jan.-Jun. 2003, pp. 2-13.

²⁶⁴ Cf. *O Século*, 4-12-1913, p. 2 e 3, e 4-12-1914, p. 2.

²⁶⁵ Visconde Sanches de Baena, *op. cit.*, p. 146.

José de Almeida ou Teixeira Gomes; chefes de governo como Afonso Costa ou António Maria da Silva e intelectuais republicanos de diversos campos ideológicos (alguns deles já acima referidos), por exemplo, Jaime Cortesão, Teixeira de Pascoaes, Agostinho de Campos, António Ferrão, Queirós Veloso e Agostinho Fortes (ambos professores da Faculdade de Letras de Lisboa e historiadores).

a Restauração na memória histórica

A chamada Restauração foi interpretada em sentidos divergentes pela historiografia portuguesa do século XIX. Os historiadores liberais adotaram a teoria da origem popular do poder real inspirada em São Tomás e na Segunda Escolástica, que, como vimos atrás, João de Barros retomou. Portugal teria uma longa tradição liberal – atestada pela vitalidade das suas cortes até finais do século XVII. Alguns autores contrarrevolucionários e tradicionalistas viram na Restauração uma aspiração do povo no sentido da reposição da monarquia tradicional legitimada pelas Atas das Cortes de Lamego²⁶⁶ (como se sabe, uma tradição mítica forjada no século XVII).

Todavia, na historiografia sobre a Restauração sempre se exprimiram divergências. Fora uma revolução? Um movimento? Ou tão-só uma conspiração de um grupo de aristocratas? Quem fora a figura mais proeminente no sucesso? Fosse qual fosse a resposta a estas perguntas, em 1927, num discurso datado do 1.º de Dezembro, Marcelo Caetano confessava a dificuldade com que se pronunciava sobre o tema. E porquê essa dificuldade? Explicava o então jovem estudante que se tratava de “um acontecimento histórico de que a retórica comicieira se apossou para o envolver em farfalhudos tropos e

²⁶⁶ Luís Reis Torgal, “A Restauração. Breves reflexões sobre a sua historiografia”, *Revista de História das Ideias*, vol. 1, 1976, pp. 23-40.

transformar em espantalho terrificante do ‘patrioteirismo’ de que nos fala o Eça fazendo dele um imenso, bafento e impossível lugar comum”²⁶⁷. Note-se ainda que Marcelo Caetano se distanciava radicalmente da tradicional leitura nacionalista do tempo da união ibérica como cativo e usurpação, considerando agora Filipe II “a única solução legítima e a única solução consentânea com os interesses nacionais”, uma vez que D. António prior do Crato era “judeu e corrupto” e destituído de qualidade e meios para assumir o governo nessa conjuntura de crise²⁶⁸. Mas há dois outros aspetos neste controverso discurso²⁶⁹ publicado na revista *Ordem Nova* que merecem a maior atenção: 1. o reconhecimento de que a Restauração se fundamentou em mitos (no sentido que Albert Sorel atribuía a este conceito), em “mentiras piedosas”: as Cortes de Lamego, o milagre de Ourique e o Sebastianismo; 2. A atitude que recomendava em relação ao “perigo espanhol” (deixarei este último problema para outro capítulo). Marcelo seguia, no essencial, as posições de Oliveira Martins e do seu mestre António Sardinha a este respeito. Centrarme-ei para já num outro tópico chave.

Antes de Marcelo Caetano, muitos autores usaram o conceito de *revolução* (que, de resto tinha dado título a uma obra do francês Vertot, *História das revoluções em Portugal*, 1.^a ed. francesa 1711;

²⁶⁷ Marcelo Caetano, “A Restauração de Portugal (discurso pronunciado no dia 1 de Dezembro na Juventude Católica de Lisboa), *Ordem Nova*, n.º 10, fasc. 9-10, Nov./Dez. 1917, p. 303.

²⁶⁸ Id., *idem*, p. 304.

²⁶⁹ Caso da crítica que lhe dirigiu Fernando de Sousa, no periódico *A Época*. A Revista *Ordem Nova* qualificava-se a si própria de “anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-bolchevista e anti-burguesa, Contra-revolucionária, reaccionária; católica; apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa”. Esta orientação que o jovem Marcelo Caetano perfilhava não era incompatível com a sua posição em relação à união ibérica de 1580. O que constituiu mais um exemplo de que as atitudes políticas ortodoxas não correspondem necessariamente interpretações históricas ortodoxas, antes pelo contrário.

ed. Portuguesa 1815²⁷⁰). Mas, nos primeiros estatutos da Comissão 1º de Dezembro (1870) adotava-se o termo mais neutro de Restauração. Em textos de divulgação, perfilhava-se o termo revolução²⁷¹ ou simultaneamente dois outros termos: conspiração e revolução²⁷²: “A conspiração desenhada por alguns fidalgos é já a revolução saudada por todo um povo”.

Bem diversa foi a interpretação de Oliveira Martins em 1879. O 1.º de Dezembro de 1640 não fora uma revolução, mas sim uma “conjuração”, como então se lhe chamara. Esta era, como atrás notei, segundo João de Barros, a interpretação dominante na cultura histórica portuguesa. A ideia coadunava-se, de resto, com toda a leitura negativa que Martins fazia do Portugal restaurado: uma sociedade pobre e decadente em que, nas suas palavras drásticas, “tudo era (...) aparência, sombra, e instrumento, nas mãos de terríveis educadores [os jesuítas]. Aparência e comédia, a conjuração; sombra sepulcral, o Reino”²⁷³. Nunca se fora tão longe no retrato crítico de uma nação à deriva.

Não surpreende, pois, que Oliveira Martins fosse muito crítico em relação às práticas comemorativas e à retórica nacionalista da Comissão 1º de Dezembro. A seu ver, não fazia sentido comemorar essa data. Porque buscar “pontos de apoio” “mortos ou negativos” – caso do Império colonial ou do ódio a Castela – constituía uma miragem

²⁷⁰ Note-se, contudo, que o Abade Vertot alterara o título da 1.ª edição que era *Histoire de la conjuration du Portugal* para *Histoire des révolutions du Portugal*, por pensar que o termo conjuração não era adequado – remetia apenas para a restituição do trono a um príncipe *História das revoluções de Portugal* escrita em francês pelo Abade Vertot (trad. Fr. Mateus da Assunção), Lisboa, 1815.

²⁷¹ “1.º de Dezembro de 1640”, *Almanaque Primeiro de Dezembro para 1906*, Lisboa, 1905, p. 4.

²⁷² “A conspiração desenhada por alguns fidalgos é já a revolução saudada por todo um povo”, J. Alves Mateus, “1.º de Dezembro de 1640”, *Almanaque Primeiro de Dezembro para 1903*, Lisboa, 1902, p. 31.

²⁷³ J. P. de Oliveira Martins, *História de Portugal* (ed. crítica de Martim de Albuquerque e Isabel F. Albuquerque), vol. II, Lisboa, s.d., p. 126.

irrealista. De resto, considerava que Castela “nem nos oprime nem nos odeia”. E explicitava o seu pensamento crítico:

“No meio da onda retórica ou ridícula da nossa afectação patriótica estas palavras soam provavelmente mal. É o que sucede por via de regra à verdade serena e fria. Não se vive de glórias passadas, existe-se por via de forças actuais. Arremeter com foguetes, no 1.º de Dezembro de cada ano, parece caricato quando em toda a gente há a consciência da nossa fraqueza militar. Solenizar em navios de papelão dourado as esquadras passadas, de uma nação que deixou de ter marinha, não será burlesco? Não levará a reduzir o patriotismo a um sentimento de teatro, e a vida nacional a uma ópera?”²⁷⁴.

A posição crítica de Oliveira Martins só encontrava eco num pequeno grupo de amigos seus. Mas deixaria um rasto no século xx. E era coerente com a leitura crítica que fazia do Portugal restaurado que, na sua leitura, resultara da conjuntura europeia de meados do século xvii e dos interesses da Inglaterra, da França e da Holanda.

A teoria de Oliveira Martins sobre a Restauração foi, no essencial, seguida por dois historiadores republicanos: José de Arriaga (1886) e Agostinho Fortes (1932). Para o primeiro, 1640 não fora uma revolução mas “uma simples conspiração contra o estrangeiro”²⁷⁵. Portugal manteve o sistema dos últimos reis portugueses de Avis (de D. João III a D. Sebastião). Não era comparável à revolução de 1383-85. E segundo Agostinho Fortes, que por diversas vezes proferiu palestras públicas aquando das comemorações anuais do 1.º de Dezembro, o *movimento* de 1640 pouco mais teria sido do que “a mudança dum senhor

²⁷⁴ Id., “A ‘História de Portugal’ e os críticos, *História de Portugal*”, *História de Portugal*, p. 225.

²⁷⁵ José de Arriaga, *História da Revolução de 1820*, vol. i, Lisboa, 1886, p. 145.

para outro senhor”, ou seja, a substituição de monarcas e dinastias, ambas despóticas e dissolventes²⁷⁶, subalternizando o povo desde o início da conjuração. Num campo ideológico bem diverso, e num registo prudente, Fortunato de Almeida, na sua *História de Portugal* (1926), adota também o conceito de *movimento* para a restauração em Lisboa, que ocorreu sem grandes sobressaltos. Mas ao contrário dos historiadores republicanos, enaltece a figura “veneranda e sagrada” de D. João IV que considera ter sido, com as suas qualidades políticas de “bom senso”, “prudência e firmeza” o “centro da acção que salvou a independência nacional”²⁷⁷. Fortunato de Almeida e, de uma maneira geral os autores tradicionalistas – caso de António Sardinha –, procediam assim à revisão de um retrato negativo do duque de Bragança que se sedimentara no século XIX no campo historiográfico – Joaquim de Carvalho – e também no romance histórico, com destaque para algumas obras de Camilo Castelo Branco. Mas seria errado pensar que todos os historiadores liberais alinharam numa apreciação negativa da ação do monarca.

Noutros contextos, a preocupação não era a de definir o acontecimento, mas de sublinhar o seu valor simbólico. Numa controversa resolução do Grande Oriente Lusitano Unido datada de 1869, que proclamava o 1.º de Dezembro dia de festa maçónica, não se empregavam os conceitos de *revolução* ou *restauração*. Antes se associava o acontecimento ao valor da *independência* e justificava-se a sua escolha pelo facto de não se prender com uma memória de luta “fratricida” entre povos, antes de evocar “o despertar heróico do país ao sol deslumbrante da liberdade”²⁷⁸. Deve compreender-se esta opção

²⁷⁶ Agostinho Fortes, “A vida política do povo português, de 1500 a 1820”, *História do Regímen Republicano em Portugal* (dir. de Luís de Montalvor), vol. I, Lisboa, 1930, p. 107.

²⁷⁷ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, vol. IV, Coimbra, 1926, p. 201.

²⁷⁸ “Resolución de la Gran Logia del GOLU proclamando dia de fiesta masónica la fecha del 1 de diciembre...” in, Ignacio Chato Gonzalo, *Las Relaciones Masónicas...*, p. 274.

memorial num contexto em que o aumento do número de lojas espanholas em obediência ao GOLU e as acusações de iberismo eram sentidas como ameaças. Não surpreende, pois, que numa nova constituição maçónica adotada em 1878 se instituisse o 1.º de Dezembro como dia de gala maçónica²⁷⁹. Neste contexto, valorizava-se sobretudo o valor da *independência* – a problemática da sua definição política não estava em causa. Mas também ao vincar-se este valor, punha-se em causa a vocação cosmopolita e transnacional da maçonaria.

Outro problema era o da estratégia memorial a adotar. 1640 tinha sido obra de um conjunto de Portugueses, ou algum deles ganhara protagonismo no sucesso? Devia-se celebrar o conjunto dos restauradores, ou destacar um herói modelar? E neste caso, quem poderia ter esse perfil?

Desde o século XVII debatia-se qual o papel de D. João IV nos acontecimentos de 1640 e o seu perfil. Seria o duque de Bragança um homem destituído de qualidades de ação política e militar, indeciso, pusilânime, instrumento fácil da rainha, como admitira nos princípios do século seguinte, Vertot e, posteriormente, Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso e José de Arriaga? Ou, pelo contrário, fora um político ponderado e prudente, o homem adequado naquela circunstância (Rebello da Silva, Joaquim de Vasconcelos e José Silvestre Ribeiro, entre outros)?²⁸⁰ Por outro lado, em geral, os críticos do duque de Bragança e alguns dos seus apologistas valorizavam a figura de João Pinto Ribeiro como grande obreiro da Restauração de 1640. A própria Comissão Central 1.º de Dezembro chegara a considerar inicialmente a possibilidade de erigir uma estátua a este desembargador do Paço. Intenção só alguns anos depois abandonada a favor de um monumento destinado a fixar a memória

²⁷⁹ José A. Ferrer Benimeli, “El Gran Oriente Lusitano Unido y los masones españoles (1869-1878)”, *Revista de História das Ideias*, n.º 8, Coimbra, 1986, p. 205.

²⁸⁰ Vd. o meu estudo, *Historiografia e memória nacional 1846-1898*, Lisboa, 1998, pp. 432-433.

dos conjurados de 1640. Estas divergências não eram despiciendas, na medida em que se prendiam com leituras divergentes do século XVII em Portugal, da dinastia de Bragança, da “decadência” e da relação com a Inglaterra. Mas a corrente crítica em relação a D. João IV (e não raro à dinastia de Bragança em geral) não exprimiu necessariamente uma interpretação negativa da Restauração.

Nas periodizações tradicionais do percurso histórico nacional, então dominantes no ensino, 1640 constituía uma baliza relevante – tanto mais que se traduzira numa mudança de dinastia. No entanto, não era consensual (lembre-se o caso de Oliveira Martins, que subalternizava esta data).

Ora este debate prolonga-se e alarga-se no século XX com a revisão historiográfica do século XVII a que procederam o Integralismo Lusitano e, depois, os historiadores adeptos do Estado Novo (Alfredo Pimenta, António Mattoso, João Ameal). O seiscentismo foi visto pelos tradicionalistas Manuel Múrias e António Sardinha como época de ouro da cultura e da língua portuguesa, de afirmação da obra de missão da Companhia de Jesus e da orientação do Concílio de Trento²⁸¹ (compreende-se a sua visão muito crítica do pombalismo e da interpretação liberal e laica da história de Portugal). Era a época de voga da segunda escolástica, que fundamentara historicamente e juridicamente a Restauração de 1640 e que os Integralistas retomavam como fundamento do seu nacionalismo cultural. Por outro lado, a Inquisição fora um instrumento necessário da unidade religiosa católica. E a defesa do mito do sebastianismo e da sua função política era um tópico comum aos integralistas. Esta revisão da narrativa liberal suscitou polémicas – as travadas com António Sérgio foram porventura as mais conhecidas²⁸². A leitura que estes intelectuais

²⁸¹ Manuel Múrias, *O Seiscentismo em Portugal*, Lisboa, 1923 e António Sardinha, “O século XVII”, *Lusitânia*, vol. II, fasc. I, Setembro de 1924, pp. 57-78.

²⁸² Vd. Olga da Cunha Ferreira, “António Sérgio e os Integralistas”, *Revista de História das Ideias*, n.º 5, t. 1, Coimbra, 1983, pp. 427-469.

procediam de 1640 não coincidia com a dos historiadores liberais: para eles a Restauração não se inscrevia num tempo de decadência – era antes um momento alto de refundação nacional num século que era de esplendor cultural. Em 1927, Cabral Moncada, professor da Universidade de Coimbra, desenvolve a este respeito reflexões do maior interesse, chamando a atenção para o facto de 1640 ter significado não só a restauração da independência política mas também a “restauração do pensamento político”, filiado na teoria da origem popular do poder real. Moncada sublinhava a exemplaridade desta doutrina e o seu (suposto) carácter nacional numa Europa dominada pelo absolutismo. Portugal teria sido pioneiro (excetuando a Inglaterra e a Holanda) antes de Rousseau e da Revolução Francesa na limitação do poder real e, em 1640 dava ainda a este respeito “uma lição de liberdades públicas”. Por outras palavras, 1640 enraizar-se-ia numa tradição histórica não importada e deveria ser um “poderoso estímulo” para a intervenção política no presente. Era necessário restaurar Portugal – tal como em 1580 (e comparava esta data ao tempo em que escrevia – 1927) – uma vez que o país estaria agora cativo de um pensamento político importado e antinacional, o democratismo de origem francesa²⁸³. Esta mensagem, enunciada numa conferência proferida na Associação Académica de Coimbra, no 1.º de Dezembro desse ano, adquiria uma intenção eminentemente presentista.

porquê o 1.º de Dezembro?

Mas a I República já procedera a uma valorização do 1.º de Dezembro, como vimos atrás – ainda que inscrevendo-o numa outra

²⁸³ Cabral Moncada qualificava-o de “absolutismo democrático” e de “demagogia”, Luís Cabral Moncada, “1640... Restauração do pensamento político português”, *Boletim da Faculdade de Direito*, ano x, 1916-28, p. 473.

narrativa. Essa narrativa crítica de uma decadência que viria do reinado de D. Manuel, responsabilizada pela perda da independência em 1580, prolongava-se ainda no decênio de 1930 no próprio seio da Sociedade Histórica da Independência²⁸⁴. E deve lembrar-se que nesta associação não se cultivou apenas uma atitude de hispanofobia e de repulsa em relação à Espanha. Na verdade, em 1930, num discurso comemorativo da Restauração de 1640, proferido na Câmara Municipal de Lisboa a convite daquela sociedade, Agostinho de Campos procurou compreender numa perspectiva histórica as expressões do iberismo, o distanciamento entre as duas nações peninsulares e a “incompreensão” a que Portugal era votado em Espanha²⁸⁵.

Numa primeira leitura, pode parecer contraditória a relevância que a I República concedeu ao 1.º de Dezembro na memória de nação, tendo em conta o olhar muito crítico que os historiadores republicanos desenvolveram sobre o Portugal restaurado. Opções pragmáticas terão estado na origem da republicanização desta data que, ao invés de outras não menos significativas, tiveram grande relevância histórica. Na verdade, ao longo do século XIX, outros acontecimentos marcantes no percurso histórico nacional, como a batalha de Aljubarrota (14 de Agosto de 1385), não foram objeto de uma atenção continuada e muito menos de um culto público persistente, como sucedeu com o 1.º de Dezembro. Creio, pois, que o culto instalado do 1.º de Dezembro e a própria existência de uma sociedade que o dinamizava, já implantada no terreno (e não apenas em Lisboa), terão pesado decisivamente na escolha desta data para Festa da Bandeira. Revela-se assim que a memória histórica construída e sedimentada pelos historiadores não pesou na valorização da Restauração de 1640. O que confirma uma ideia que já alimento há anos: a de que no

²⁸⁴ Por exemplo, António Ferrão, “A perda da independência e a Restauração de 1640. As lições da história”, *Anais da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Lisboa, 1931, pp. 9-51.

²⁸⁵ Agostinho de Campos, “1640-1930”, *idem*, pp. 97-109.

século xx os historiadores têm um papel relativamente reduzido na construção da memória das nações. Para além da historiografia, outros imperativos pragmáticos, ideológicos e políticos se impuseram. Não surpreende assim que ainda durante a I República e depois durante a Ditadura Militar republicanos conservadores tenham aderido à Comissão 1.º de Dezembro/Sociedade Histórica da Independência, a par de antigos titulares da nobreza e de homens ligados a este último regime e depois ao Estado Novo. Se a republicanização do 1.º de Dezembro partiu do poder político, as elites intelectuais e as suas formas associativas tiveram um papel destacado na dinamização do nacionalismo conservador e historicista, que contribuiu para legitimar o Estado Novo. Entre o historicismo liberal e republicano e o historicismo tradicionalista estabelecia-se assim uma linha de continuidade que, no plano dos projetos políticos em confronto durante a I República e a Ditadura Militar, não se verificou, haja em vista a ruptura na tradição política liberal que se opera durante este último regime.

4. A GERAÇÃO DE 70 E A ESPANHA

A Comissão 1.º de Dezembro e as ritualizações do passado que promoveu esta associação cedo foram objecto de crítica por parte dos jovens que ficariam conhecidos por Geração de 70. Eça, Ramalho e Oliveira Martins teceram considerações a seu respeito, nada favoráveis. O que se compreende se pensarmos que estes intelectuais eram homens de cultura cosmopolita e europeia, voltados que estavam para a modernidade cultural, literária e filosófica das grandes cidades do velho continente: Paris, Londres, Berlim. E, no entanto, àquela sociedade haviam emprestado o nome figuras tão prestigiadas como Alexandre Herculano ou Rebelo da Silva.

Lembrem-se alguns exemplos críticos em relação às comemorações do 1.º de Dezembro que vieram da parte dos intelectuais da Geração de 70. Em finais de 1871, observando as desmaiadas comemorações da data da Restauração promovidas pela comissão 1.º de Dezembro, Ramalho achava que o país não conseguira honrar a sua independência. E desdramatizava o receio da invasão espanhola e a própria atividade diplomática do embaixador espanhol em Lisboa, Fernández de los Ríos²⁸⁶. No entanto, alguns anos depois, Ramalho desaconselharia o seu amigo Eça a escrever um romance cujo motivo central seria precisamente a ocupação espanhola. Como

²⁸⁶ J. D. Ramalho Ortigão, “A festa do 1.º de Dezembro”, *As Farpas*, vol. VII, Lisboa, s.d., pp. 205-218.

é sabido, Eça desistiria do seu projeto, acabando por reduzi-lo a um expressivo conto que ficaria inédito: *A Catástrofe* (veja-se abaixo).

Oliveira Martins foi sem dúvida o intelectual que foi mais longe na afirmação de uma consciência crítica sobre as práticas comemorativistas que, na época estavam em pleno desenvolvimento. Em 1880, em resposta aos críticos da sua *História de Portugal*, sustentava um conceito dinâmico e construtivo de patriotismo, voltado para a ação no presente e no futuro. E distanciava-se criticamente de uma consciência histórica nacionalista, que se esgotava na contemplação do passado, na ilusão de o reviver por via da retórica²⁸⁷. Ou seja, o comemorativismo não deveria esgotar-se na ilusão da repetição do passado no presente, antes constituir oportunidade para um exercício reflexivo, “um *Confiteor* e não uma *Glória*”²⁸⁸: uma confissão, um reconhecimento e não o olhar deslumbrado sobre os sucessos passados.

Mas, por essa época, já o conselheiro Acácio (n’*O Primo Basílio*, de Eça, em 1878) se honrava de pertencer à Sociedade Primeiro de Dezembro, iluminando as janelas “nesse dia memorável”²⁸⁹. Bem pelo contrário, n’ *Os Maias*, o irreverente João da Ega escarnecia os que tinham receio de ser assimilados pela Espanha, “um receio tão estúpido é digno só de uma sociedade tão estúpida como a do 1.º de Dezembro”²⁹⁰. O que mostra bem como uma personagem de ficção pode adotar palavras que eventualmente não ficariam bem a um romancista – ainda que a um grande romancista já consagrado. Ou

²⁸⁷ J. P. de Oliveira Martins, “A História de Portugal e os críticos”, *História de Portugal*, p. 225.

²⁸⁸ *Id.*, “Prólogo”, *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, 1986, p. 10 [texto datado de 10-06-1880].

²⁸⁹ Eça de Queiroz, *O Primo Basílio*, Lisboa, s.d., p. 275.

²⁹⁰ Eça de Queiroz, *Os Maias*, Lisboa, s.d. [1.ª ed., 1888], p. 167. É no episódio do jantar do Hotel Central, no capítulo vi. E Ega continuava explicando por que não seria viável uma união ibérica na Europa da época “Depois ninguém consentiria em deixar cair nas mãos de Espanha, nação militar e marítima, esta bela linha de costa de Portugal. Sem contar com as alianças que teríamos a troco das colónias...” (*ibid.*).

como a ficção pode por vezes representar uma atitude crítica recente de um modo tão verdadeiro como a história.

aniquilar a pátria?

Mas se a relação destes intelectuais com um patriotismo retórico e passadista tem muito de comum, já no que respeita à relação com a Espanha pode notar-se profunda divergência nos tempos de juventude, para mais tarde se verificar uma certa convergência de posições. Antes de examinar esta diversidade de percursos e atitudes, importa lembrar que, aquando das Conferências do Casino, todos eles tinham sido acusados pelo deputado e procurador-geral da Coroa Martens Ferrão de quererem aniquilar a pátria em nome de uma república federal e da unidade ibérica²⁹¹. E, na mesma linha, em nome da liberdade e contra o despotismo e o socialismo (que considerava uma forma de despotismo), Pinheiro Chagas diria que “a propaganda do Casino era uma verdadeira conspiração contra a ideia de Pátria”²⁹². Seria mesmo assim?

A estratégia dos adversários das Conferências do Casino na Câmara dos Deputados passava por identificá-las ideologicamente com a I Associação Internacional dos Trabalhadores, a revolução e o Iberismo – daí a insistência na sua alegada intenção de extinguir a Pátria²⁹³. Mas eram de facto os organizadores das conferências iberistas?

²⁹¹ Cf. sua intervenção na Câmara dos Deputados em *As Conferências do Casino no Parlamento* (introd. e notas de José-Augusto França), Lisboa, s.d., pp. 140-144.

²⁹² *Idem*, p. 171.

²⁹³ Martens Ferrão invocava a Espanha muito ao invés para lembrar que nesse país se tinham proibido doutrinas similares (a Internacional fora interdita). E interrogava: “Portugal deveria consentir no ensino e na propaganda de doutrinas semelhantes, quando a elas se juntava a da extinção da Pátria, confundida na unidade ibérica; ou antes a aniquilação da nacionalidade portuguesa, a perda da sua dinastia, o desprezo da sua Religião!?” *idem*, pp. 143-144.

Antero, quando jovem, sem dúvida. Mas há que contextualizar essa sua adesão ao federalismo ibérico. Escrito em finais de 1868, o seu conhecido opúsculo “Portugal perante a Revolução de Espanha” exprime sentida expectativa numa Espanha democrática e republicana (mas não jacobina, pois a seu ver a unidade de um despotismo inspirado em Rousseau matava a liberdade). Com os olhos postos na Suíça e nos EUA, e muito marcado pelo pensamento de Proudhon, Antero mostrava-se adepto de uma república federativa e descentralizadora, convicto que estava de que as tiranias davam necessariamente origem à anarquia social. E como, na esteira de Herculano, era muito crítico em relação à situação portuguesa que considerava de profunda decadência²⁹⁴, entregue a políticas centralizadoras e ao “parasitismo do funcionário”, só via uma solução: um “revulsivo enérgico”, ou seja, uma revolução, tal como ocorrera em Espanha. Neste quadro, o jovem Antero via Portugal em termos organicistas como “membro amputado desnecessariamente, ainda que sem violência, do grande corpo da Península Ibérica, vivendo desde então uma vida particular, estreita talvez mas sua e original, e tão apartado dos outros povos peninsulares como se fosse a fronteira, que deles o separa um insondável oceano”²⁹⁵ (sublinhado meu). A nacionalidade constituía uma herança do passado, um obstáculo à realização de um futuro de convergência dos povos peninsulares, uma “democracia ibérica”. No seu ponto de vista iberista, o patriotismo não coincidia com a nacionalidade. E porquê? É que Antero, tal como o seu amigo Oliveira Martins – e mais tarde Ernest Renan –, alimentava

²⁹⁴ Sobre a teoria da decadência veja-se João Medina, *Eça político: ensaios sobre aspectos político-ideológicos da obra de Eça de Queiroz*, Lisboa, 1974, António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Lisboa, 1992 e Onésimo Teotónio Almeida, “Antero de Quental e a sua proposta no contexto do debate português sobre as causas da decadência dos povos peninsulares”, *Antero de Quental e o destino de uma geração*, Porto, 1994, pp. 16-23.

²⁹⁵ Antero de Quental, “Portugal perante a Revolução de Espanha”, *Prosas socio-políticas* (ed. de Joel Serrão), Lisboa, s.d., p. 228.

um conceito contratualista e voluntarista de pátria-consciência que nada tinha a ver com a dimensão material da nacionalidade. Neste aspecto, como noutros, divergia de Teófilo Braga. A sua provocação final – “o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a nacionalidade”²⁹⁶ – inscrevia-se nesta conceção (a asserção valer-lhe-ia uma crítica contundente do próprio Teófilo)²⁹⁷. E se, nas Conferências do Casino, ainda se mostrava adepto do federalismo (como vimos noutro capítulo), depressa o fracasso da I República espanhola, de perto vivido por Oliveira Martins, levá-lo-ia a rever aquela posição. E ele próprio, Antero, acabaria por distanciar-se deste federalismo ibérico de juventude.

No entanto, o seu célebre ensaio *Causas da decadência dos povos peninsulares* constituiu a primeira interpretação transnacional do passado das nações ibéricas. Prolongando a teoria da decadência que vinha do primeiro liberalismo, nele domina uma intenção de rutura com o passado de três séculos dominados pelo absolutismo, pelo catolicismo tridentino e pelos efeitos dissolventes da expansão ultramarina. Compreende-se assim que o passado fosse visto como um obstáculo principal ao progresso e ao caminho para a modernidade:

“Há em todos nós, *por mais modernos que queiramos ser*, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! *Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado*. É preciso enterrá-lo por uma vez, e com ele o espírito sinistro do catolicismo de Trento”²⁹⁸.

²⁹⁶ Id., *idem*, p. 241.

²⁹⁷ Teófilo Braga, *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, 1983 (1880), pp. 82-86.

²⁹⁸ Antero de Quental, “Causas da decadência dos povos peninsulares”, *Prosas...*, p. 282. Sublinhado meu.

Ou seja a modernidade convivia com a tradição, o presente estava preso a um passado que teimava em não passar no mais íntimo dos humanos. E se é certo que cortar com o passado envolvia a noção de que a história não se repete e de que é impossível imitá-la, também nas próprias palavras de Antero, incluía o respeito pelos antepassados. Antero falava em nome de um *nós* peninsulares que, evidentemente, transportava consigo um diagnóstico comum dos males do passado e o prognóstico para um futuro comum. Se os problemas portugueses e espanhóis eram os mesmos, as soluções deveriam também convergir. Mas essas soluções esgotavam-se no plano de princípios abstratos como a “afirmação da alma nova, a consciência livre”, a “federação republicana de todos os grupos autónómicos”, ou a “iniciativa do trabalho livre”. O seu objetivo não era, de resto, o de apresentar qualquer plano de reformas, antes de traçar um quadro de problemas.

Por seu lado, Oliveira Martins chegou a acreditar numa república federal ideal. Mas depressa compreendeu que, pelo menos num futuro próximo, essa solução não era viável. E o seu iberismo refluíu para um plano cultural – antecipando assim a tendência de muitos intelectuais portugueses do século xx que, num momento ou noutro do seu percurso, exprimiram a sua hispanofilia. Deste ponto de vista, Oliveira Martins, porventura o autor português do século xix que melhor conheceu Espanha e as suas culturas (viveu quatro anos numa povoação da Andaluzia), deixou uma marca profunda no modo de ver os problemas peninsulares. As suas expectativas e desilusões com o federalismo, a sua crítica ao iberismo unitarista e ao republicanismo federal, a apologia de uma aliança preferencial com a Espanha (e não com a Grã-Bretanha), mas sobretudo a sua perspetiva histórica integrada da história peninsular deixaria um sulco na elite intelectual do século xx, de Fidelino de Figueiredo a Fernando Pessoa, de António Sérgio a Eduardo Lourenço, passando por Vitorino Magalhães Godinho e António José Saraiva. Veremos adiante o seu complexo percurso.

Eça em defesa dos inválidos

Eça de Queiroz sempre resistiu às tentações iberistas e submeteu-as até a uma impiedosa ironia, sem deixar de exprimir profunda admiração pela cultura hispânica. Esta atitude é já bem patente em textos de juventude. Num deles, sugestivamente intitulado “Ao acaso”, inscrevia-se a si próprio num “nós outros os peninsulares” para evocar um passado em que os povos da Península Ibérica cheios de qualidades e de dinamismo nas viagens marítimas, dotados de uma literatura original, eram objeto de admiração. Mas se tomava os peninsulares com o um todo, inserindo-os também no Sul católico por contraste com o Norte da Europa protestante, Eça também distinguia o carácter português do carácter espanhol, dotando o primeiro de mais serenidade e aproximando-o do italiano²⁹⁹.

Em 1867, nas páginas de um periódico local de que era redator – *O Distrito de Évora* –, criticando a orientação de Casal Ribeiro (então ministro dos Negócios Estrangeiros) no sentido de uma aproximação diplomática com a Espanha, recusava quaisquer razões étnicas, históricas ou culturais que justificassem a união ibérica ou mesmo uma política externa de aliança com este país – como pretendia o ministro. Mas a ironia logo relativizava o sentido da afirmação:

“Se é necessário tomemos o braço à Espanha, e vamos como dois inválidos amigos por essa Europa pedir esmola e agasalho para ambos. E ainda, *cuidado, que no caminho o inválido Espanha não roube ou mate o inválido Portugal*”³⁰⁰.

²⁹⁹ Eça de Queiroz, “Ao acaso”, *Prosas Bárbaras*, Lisboa, s.d. [texto datado de 1866], pp. 145-152.

³⁰⁰ Eça de Queiroz, *Páginas de Jornalismo* [10-02-1867], vol. 1, Porto, 1981, p. 153. Sublinhado meu. Veja-se ainda a este respeito João Medina, “Eça de Queiroz e o iberismo”, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, 1980, Pilar Vásquez Cuesta, “Espanha e Eça”, *Dicionário de Eça de Queiroz* (org. e coord. de A. Campos Matos), Lisboa,

Noutra crónica, pouco tempo depois, Eça resumia a sua posição a este respeito em sugestivas metáforas:

“Sobre a Espanha sabem o meu pensamento (...): *detesto os encontros e abraços da panela de ferro com a panela de barro*; detesto, mais, que se vá pedir esmola a um pobre e auxílio a um parálítico./ Detesto também o sistema militar de Espanha e aquela sinistra colaboração de generais e de fidalgos./ De resto amo tudo na Espanha. Somente gostaria mais dela, se ela estivesse na Rússia”³⁰¹.

Não devem tomar-se à letra as declarações de Eça de Queiroz a este respeito, quer nos registos cronísticos quer nos da ficção - há que não esquecer o seu “renanista horror da afirmação” (Castelo Branco Chaves). Os seus romances estão povoados de espanholas cheias de salero que não raro traem os seus amantes portugueses. N’*A Capital*, escrito entre 1877 e meados dos anos 1880, mas que só seria publicado postumamente, a problemática das relações entre portugueses e espanhóis ocupa um lugar central na narrativa.

Tudo começa, a este respeito, com uma evocação retrospectiva acerca do padrinho de Arturo Corvelo (a personagem principal), um tal Guedes Craveiro, conhecido em Ovar como *o carola*, que se apaixonara “furiosamente por uma Lola”, “comparsa de zarzuela do Baquet”, com quem se teria casado não fora o caso de ela já ser casada com “um bandido que se instalara na quinta do Guedes, lhe bebia o vinho, lhe vestia a roupa branca e lhe arrancava dinheiro com ameaças de suicídio”³⁰². Este apontamento de uma memória do padrinho

2015, pp. 556-568, e Marie Héline Piwnic, “L’Espagne dans le *Distrito de Évora* d’Eça de Queiroz”, *Hommage a Carlos Serrano*, Paris [2005], pp. 116-117.

³⁰¹ Eça de Queiroz, *idem* [21-02-1867], p. 189.

³⁰² Eça de Queiroz, *A Capital*, Lisboa, s.d., p. 65.

que quase passa despercebida ao leitor funciona, contudo, como sinal premonitório daquilo que sucederia ao próprio Artur.

Quando este entra pela primeira vez no Hotel Espanhol, em Lisboa, começa por admirar dois sujeitos espanhóis “de barbas de azeviche e faces cavadas [que] comiam, soturnos”: eram dois republicanos exilados que na sua conversa em surdina falavam de Castelar, Pi y Margall, Contreras e Salmerón. Artur sonhava em partilhar a amizade com aqueles homens perseguidos e todo o ambiente o deslumbrava, incluindo um retrato de Prim. Mas a ação desenrolar-se-á num sentido totalmente imprevisto. Melchior, um jornalista interesseiro, explora a ingenuidade de Artur, e alicia-o para pândegas com espanholas (ora para Artur, as andaluzas sempre haviam sido, desde os tempos de Coimbra em que lera as poesias de Musset “um ideal de voluptuosidade”). Uma delas³⁰³, Concha, por quem ficara fascinado, vai viver com ele para o Hotel Espanhol e ludibria-o. Note-se que Artur chegara a simpatizar com a ideia de uma federação ibérica. Ironia da narrativa é que Concha estava afinal envolvida com um republicano federalista, D. Manuel Manrique Rojas y Cuevas que, também ele, ludibria Artur declarando-lhe que “a política deve prevalecer sobre o sentimento: quando o povo sofre não se pode pensar em prazeres!”, e lisongeando-o alucinadamente: “*Don Arturo, es usted el primer poeta del siglo! Es usted Hugo! Es usted un Dante!*”. Cativava-o ainda com a “grandeza dos seus planos políticos, fazendo-lhe antever uma grande federação das repúblicas latinas em oposição aos despotismos saxónicos e eslavos”. Todavia, “desde a intimidade com o Manolo, as despesas cresciam. O republicano tinha todos os dias uma ideia cara: irem a Queluz, tomarem uma quarta ordem em S. Carlos, uma ceia na Ponte de Algés, e com as contas do hotel, as tipóias, as luvas, os charutos, tinha dias de duas, três libras!”. Em

³⁰³ Há ainda no mesmo romance outras espanholas que são figuras acessórias como Mercedes e Carmen.

contraste, Melchior tinha um inflamado discurso patriótico e anti-ibérico contra os “Canalhas de espanhóis” que surpreendia o próprio Artur, “Era necessário também não ser caturra, que diabo! Os Espanhóis eram uma raça nobre...”

– Uma corja! – rugia Melchior”³⁰⁴.

É todo um jogo de enganos, ocultações e progressiva revelação da traição de Concha que acaba num desenlace patético e violento com uma intempestiva saída desta última do Espanhol. Para Melchior, a culpa era do governo que permitia aquela “súcia de foragidos” e acaba censurando a fraqueza de Artur na sua relação com a amante espanhola: “Se fosse com ele! Oh, se fosse com ele! Tinha-lhe quebrado já uma bengala nas costas! E expôs a teoria de ‘que as espanholas só à pancada’. De resto gostam de levar! Até se apaixonavam!”³⁰⁵. Artur traído, vencido, acaba, também ele, a sentir ódio à Espanha e a imaginar: “Oh!, se houvesse uma guerra! Com que júbilo de vingança iria pelo país, lançando proclamações, armando aldeias, arremessando contra a fronteira massas esmagadoras de patriotas! E decidiu-se a escrever folhetins sobre a Espanha, ‘pondo-a mais raza que a lama!’”³⁰⁶. E nessa noite de derrota, Artur sonhou que invadia a Espanha e combatia furiosamente, imaginava-se Aquiles a combater em Madrid e depois o Cid a celebrar vitória em Lisboa ao lado do rei D. Luís, que ostentava na cabeça “uma enorme coroa de imperador da península”, enquanto “amarrada a um pelourinho, nua, torcia-se Concha”, flagelada por verdugos atléticos. O sonho prolonga e encerra a paródia, dando-nos aparentemente a redenção depois da queda. N’A *Capital*, ao invés da narrativa de *A catástrofe*, são, pois,

³⁰⁴ Id., *idem*, pp. 318-319.

³⁰⁵ Id., *idem*, p. 324. Também no capítulo VIII d’*Os Maias*, correspondente ao passeio em Sintra, desenvolve-se um diálogo relativo a espanholas com este mesmo sentido: o Sr. Palma, amigo de Eusébiozinho, dá conselhos a este último “sobre o sistema de tratar espanholas”. Cf. *Os Maias*, Lisboa, s.d., pp. 230-231.

³⁰⁶ Id., *idem*, p. 333.

os portugueses que invadem a Espanha. Em ambos os casos, o sonho afigura-se terapêutico. Mas poderá este último sonho de *A Capital* remeter para um tempo de redenção final? De modo algum, pois, na verdade, depressa Artur foi despertado para a mesquinha realidade pelo criado espanhol – a Concha reclamando de volta os seus baús.

As relações entre portugueses e espanhóis são-nos, pois, dadas de um modo nada linear neste romance que o próprio Eça de Queiroz subalternizou. Num registo irónico, de paródia, assistimos a uma sucessão em três tempos: 1.º deslumbramento e ilusão política; 2.º pândega e paixão; 3.º desilusão e traição. Esta narrativa em que a adesão a ideais políticos flutua consoante os sentimentos de momento poderá ser interpretada como uma advertência em relação ao federalismo ibérico? É plausível. Mas mais do que isso, a figura caricatural e excessiva da andaluza Concha revela o quanto o amor é uma ilusão³⁰⁷, Artur um vencido e, nesse sentido, também ele um inválido. A duplicidade do seu outro amante Manuel Manrique e a relação ziguezagueante de Artur com os republicanos – entre o deslumbramento e a execração – mostram também o quanto poderia haver de ilusório na adesão a uma crença política (neste caso, o federalismo ibérico, com que Arur Corvelo simpatizara em diversos momentos). *A Capital* dá-nos afinal vários exemplos de que um nobre ideal poderia ser apropriado por um canalha. Num momento de reconciliação com Concha, a anunciar comesaina e pândega, não chegou o inveterado anti-ibérico Melchior a declarar-se, também ele, republicano?

Neste romance, por vezes esquecido, a relação entre personagens portuguesas e personagens espanholas acaba por ser central na própria definição do nada linear perfil psicológico de Artur Corvelo. A complexa relação passional deste último e Concha (uma andaluza

³⁰⁷ Veja-se a este respeito A. Campos Matos, *Sexo e sensualidade em Eça de Queiroz*, 2.ª ed., Lisboa, 2015.

fogosa) e por outro lado, o fascínio que sobre Artur exercem os republicanos espanhóis exilados em Lisboa (entre eles D. Manuel Manrique) constituem como que uma parábola que nos remete inevitavelmente para o iberismo e para a relação Portugal/Espanha no século XIX. Tal como as relações Portugal e Espanha, as relações entre Artur e Concha e, por outro lado, entre Artur e D. Manuel Manrique são marcadas por aproximação e distância, atração e repulsa, imensa expectativa e desilusão. Todas elas são relações idealizadas, volúveis, emocionais e epidérmicas.

No entanto isto não nos deve fazer esquecer a admiração que Eça nutria pela Espanha e pela cultura espanhola: aquela declaração hiperbólica “amo tudo na Espanha”, datada de 1867, encontraria confirmação em diversos outros momentos do seu percurso intelectual, por exemplo, em escritos reunidos sob o título *Ecos de Paris* ou até na correspondência íntima dirigida à família, aquando da guerra hispano-americana de 1898, em que mostrava preocupação com a possível derrota da Espanha ou exortava o seu pequeno filho José Maria a apoiar a causa desta nação:

“Est-ce que vous parlez beaucoup des Espagnols? J’espère que vous tous, vous êtes pour ces chers Espagnols. Aujourd’hui tout le monde ici est bien chagrin à cause de la nouvelle qui vient d’arriver qu’ils ont perdu une grande bataille sur mer, dans les Philippines (...) Mais comme les Espagnols sont de si braves marins, et si vaillants, nous espérons qu’ils prendront sa revanche”³⁰⁸.

E se é certo que muito antes, nos tempos do jornalismo *d’O Distrito de Évora* Eça viu na vizinhança geográfica da Espanha e no

³⁰⁸ Carta a José Maria de Lisboa 2-05-1898, *Correspondência* (org. e notas de A. Campos Matos), vol. II, Lisboa, 2008, p. 397.

iberismo uma ameaça, noutros momentos desdramatizou o risco de uma ocupação espanhola, por exemplo em meados de 1871:

“Não supomos que a Espanha queira corromper a nossa independência, que nós por meio de iluminações tão terminantes, de bandeiras tão incisivas, de festões de murta tão enérgicos e de tão convictos foguetes, temos afirmado uma vez por ano, no dia 1º de Dezembro, ao olho da Europa”³⁰⁹.

Por outro lado, noutros textos de ficção (caso d'A *Catástrofe*, 1878, ou d'*Os Maias*, 1888), o romancista viu na invasão espanhola uma força redentora, que faria Portugal despertar do seu sono de indiferença e de ausência de espírito de cidadania. Lembre-se a célebre *boutade* de João da Ega: “Portugal não precisa de reformas, Cohen, Portugal o que precisa é a invasão espanhola”. Ou seja, a Espanha não constituiria um problema português, antes parte da solução para Portugal: a sua intervenção no país vizinho seria afinal um instrumento de futura salvação. Esta interpretação parece-me tanto mais adequada quanto, como se disse, em diversos momentos, Eça exprimiu profunda admiração pela Espanha e pelo arrebatado sentimento patriótico dos espanhóis. Tome-se um último exemplo:

“A Espanha é hoje, na Europa, *a última nação heróica* – pelo menos é a última onde os homens, publicamente, e nas coisas públicas, se comportam com aquela arrogância, e bravura estridente, e magnífica imprudência, e soberba indiferença pela vida, e desdém idealista de todos os interesses e prontidão no sacrifício, que constituem, ou nos parecem constituir, *o tipo heróico* porque nem os dicionários nem as psicologías estão bem de acordo com o que é um herói” [sublinhado meu]³¹⁰.

³⁰⁹ Id., *As Farpas*, n.º 2, Junho de 1871, p. 83.

³¹⁰ Id., *Ecos de Paris*, Lisboa, s.d., p. 85.

Bem pode, pois, dizer-se que o reconhecimento da alteridade Portugal-Espanha constitui na tão variada obra de Eça de Queiroz não um obstáculo, mas um instrumento dialético de conhecimento.

Teófilo Braga e a Espanha como estímulo político

“A Espanha é uma nação vigorosa e com futuro”

Teófilo Braga, *Soluções positivas da política portuguesa*, 1879

Teófilo Braga estava bem consciente da estreita relação que sempre se mantivera entre Portugal e Espanha: “pela corrente da história, vê-se que os dois países se influenciaram sempre de um modo recíproco”. Exemplos disso, lembrem-se, as revoluções liberais de 1820 e a contrarrevolução nos dois países, bem como o eco que a revolução de 1868 tivera em Portugal, sem todavia provocar uma dissidência. Tornava-se, pois, indispensável ter em consideração o “fenomeno natural da pressão mútua dos dois povos” para compreender “as formas da sua actividade”³¹¹. Teófilo alimentava alguma expectativa em relação a uma futura República em Espanha, convicto que estava de que a Monarquia em Portugal não conseguiria manter-se com uma grande República na sua fronteira.

Embora aderisse à ideia federal e construísse uma interpretação histórica do passado nacional em parte comandada por este tópico³¹², o professor do Curso Superior de Letras nunca pôs em causa a autonomia da pátria portuguesa. É certo que, na sua juventude, chegara

³¹¹ Teófilo Braga, *Soluções positivas da política portuguesa*, Lisboa, 1879, p. 129.

³¹² Digo em parte, pois ainda que Teófilo chegue a afirmar que “o princípio federalista é a luz que explica toda a história dos povos peninsulares” (*Soluções...*, p. 165), não há dúvida que o fator étnico na base da sua ideia nacionalista acaba por sobrepor-se. Veja-se a este respeito o meu estudo *Historiografia e memória nacional*, Lisboa, 1998, pp. 324-332.

a considerar que a nacionalidade portuguesa se constituía de um modo artificial e casualmente – não teria passado de um “artifício monárquico”. Mas num contexto em que se encontrava ao rubro a questão ibérica, Teófilo depressa esqueceu esta tese que tinha sido sustentada pelos teóricos da união ibérica: na sua *Teoria da história da literatura* (1872), com que concorreu ao concurso do Curso Superior de Letras, já não havia qualquer vestígio dela, antes retomava o determinismo étnico³¹³. Teófilo Braga alimentaria, aliás, uma ideia negativa do iberismo, chegando a reduzi-lo a “uma burla patriótica dos partidos monárquicos”³¹⁴. Evidentemente, restringia o conceito de iberismo à sua versão unitarista e monárquica. Enquanto, por contraste, via no federalismo um “pensamento generativo” da História de Portugal – ou seja uma ideia força na escrita da história nacional – e um meio de defesa de uma pequena nacionalidade em relação aos propósitos anexionistas de Castela: uma república federal constituiria, na sua ótica, o fim da ameaça iberista entendida no sentido de “união forçada das duas nações”³¹⁵. Teófilo estava, pois, convencido de que só um regime republicano em Espanha poria fim às intenções iberistas de anexação de Portugal.

Mas Teófilo Braga tinha o cuidado de distinguir diferentes conceitos de *união ibérica*. Em primeiro lugar, denunciava o uso retórico desta expressão pelo jornalismo quando referida no sentido de *absorção* de Portugal pela Espanha, reduzindo-o a uma província deste último estado (neste sentido significava “traição à pátria”). Depois considerava a *união ibérica* do ponto de vista das condições em que poderia suceder, distinguindo três condições diversas para a levar a cabo: 1) pela força militar, invocando um ideal dinástico de unidade territorial; 2) pela anexação, justificada pela teoria das

³¹³ Veja-se o meu estudo *Historiografia e memória nacional...*, p. 326.

³¹⁴ *As modernas ideias da literatura portuguesa*, vol. II, Porto, 1892, p. 495.

³¹⁵ Teófilo Braga, *idem*, p. 129.

grandes nacionalidades em voga na França do II Império e com o pangermanismo e 3) a união ibérica como federação, único modo de Portugal e os outros estados peninsulares constituírem uma *liga ibérica*, respeitando a autonomia das duas nacionalidades peninsulares: a seu ver esta era a única solução que se situava na linha da evolução natural³¹⁶.

Como se articulava federalismo e nacionalismo no pensamento político de Teófilo? Os dois conceitos não são contraditórios: “A República federal só é legítima quando tem uma base étnica e histórica para o reconhecimento da individualidade política dos estados confederados”. Pragmaticamente, Teófilo considerava que o regime republicano começaria por se implantar como estado unitário, aproveitando assim a “unificação material e administrativa que a realeza desde o século XVI impôs aos estados”³¹⁷. A educação republicana é que poderia dar origem a múltiplas unidades políticas federadas. E, ao invés de Oliveira Martins e de Antero, Teófilo invocava as experiências cantonais (o Sul da França contra a monarquia franca, a Bretanha contra a República e a I República espanhola) para defender o federalismo como instrumento de construção de harmonia política. O que pode parecer desmentir o insucesso do federalismo em França e em Espanha. Mas nada disto é contraditório com um nacionalismo que caldeia argumentos cívicos (a adesão republicana ao Estado) e étnicos: “o federalismo deriva-se [sic] dos factos históricos e só pode implantar-se onde existirem condições de individualismo étnico”³¹⁸. A preocupação de compreender a separação de Portugal e a sua permanência histórica é, aliás, uma constante no seu percurso teórico, em larga medida marcado por um determinismo étnico

³¹⁶ Id., “Bibliografia, Las Nacionalidades por Pi y Margall”, *O Positivismo*, vol. 1, n.º 4, Abril-Maio de 1879, pp. 306-307.

³¹⁷ Id., “Lisboa, 28 de Dezembro de 1880”, *A República*, 28-12-1880.

³¹⁸ *Ibid.*

que o leva a sobrevalorizar ora os moçárabes, ora os celtas. Adepto de um conceito de nação orgânica e natural, viria a sublinhar a diferença étnica entre a raça lusitana e a raça ibérica.

No entanto, o seu nacionalismo republicano leva-o a aderir à ideia irrealista da vocação hegemónica de Portugal na Península Ibérica, que um correlegionário seu – Horácio Esk Ferrari – formulara. Com que argumento? Para Teófilo a capacidade para assimilar facilmente outras culturas, particularmente “os progressos e os estrangeirismos” facilitaria a missão hegemónica de Portugal na futura federação³¹⁹. Compreende-se bem a sua proposta de recorrer à história como instrumento de revivescência nacional atendendo ao diagnóstico muito negativo que traçou dos séculos de decadência. Atribuía esta última à desnacionalização de que fora vítima a sociedade portuguesa³²⁰ – um tópico então muito corrente não só entre liberais e republicanos mas entre conservadores e tradicionalistas. Ainda assim, em 1906, Teófilo prefaciou o livro de um conhecido iberista catalão, Ribera i Rovira. Mas acabaria por esquecer o seu federalismo em nome da I República unitária a cujo primeiro governo presidiu, em 1910. O que não impediu que, em 1928, num texto significativamente intitulado “O iberismo de Teófilo Braga”, aquele escritor lusófilo catalão, seu admirador, lhe atribuísse retrospectivamente as seguintes palavras:

“– Portugal e Espanha só no federalismo hão-de encontrar a lógica solução do seu problema político. Viver contrariando a própria natureza é absurdo. É definhar e morrer. O unitarismo é uma ameaça, um elemento dissociador. (...) O Federalismo, que

³¹⁹ Id., *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*, Porto, 1896, p. 59. Entre outras fontes, esta ideia da facilidade de assimilação doutros povos viria a inspirar o lusotropicalismo de Gilberto Freyre.

³²⁰ Teófilo Braga, “Plano para a História de Portugal”, in Fran Paxeco, *Portugal não é ibérico*, Lisboa, 1932, pp. 9-10 (texto que fora publicado em Separata dos *Trabalhos da Academia das Ciências de Portugal*, 1.ª série, tomo I, Lisboa, 1908, pp. 267-270).

consagra a coexistência comum das pátrias ibéricas, destruindo hegemonias e ponderando devidamente os vários elementos nacionais, é o único sistema que pode restabelecer o equilíbrio peninsular e colocar face a face Portugal e a Espanha para que se vejam nos olhos”³²¹.

Donde, pode concluir-se que, consoante as conjunturas, o Autor da *História da Literatura Portuguesa* ora acentuou o seu ideal federalista (inspirando-se largamente em Pi y Margall), ora marcou mais a individualidade étnica da pátria portuguesa, projetando-a não apenas no passado mas no futuro e conferindo-lhe até um certo carácter messiânico. Interessante seria rastrear as apropriações do seu pensamento histórico pelos mais variados herdeiros da sua obra, de tradicionalistas como António Sardinha a republicanos radicais, passando por iberistas como o já citado Ribera i Rovira.

Oliveira Martins: “cremos em uma vindoura Espanha”

Se, como vimos, nas obras de Antero, Eça e Teófilo a Espanha ocupa um lugar relevante, em Oliveira Martins esse lugar acaba por ser estruturante. Não por acaso, o historiador iniciou a sua Biblioteca das Ciências Sociais pela publicação da *História da civilização ibérica* (1879). Martins foi porventura o intelectual português do seu tempo que melhor conheceu a Espanha e as culturas hispânicas. Ocupa, a este respeito, um lugar à parte entre os seus contemporâneos. E deixaria também neste domínio uma poderosa marca no século xx.

³²¹ Ribera i Rovira, “O iberismo de Teófilo Braga”, *In memoriam do Doutor Teófilo Braga*, Lisboa, 1934 [texto datado de 1928], p. 332.

O autor da *História da civilização ibérica* definiu, com sucesso, uma estratégia de divulgação das suas obras entre a elite intelectual espanhola, cultivando uma República das Letras transnacional e peninsular. A sua relação com historiadores, romancistas e até com alguns políticos espanhóis foi muito intensa (e única no meio cultural português), sobretudo a partir de 1880, como atesta a numerosa correspondência guardada no seu espólio, na Biblioteca Nacional de Portugal. Aí se encontram 153 cartas de 45 personalidades, na maior parte ainda inéditas, que testemunham o muito apreço mas também algumas discordâncias que as suas obras suscitaram em Espanha. Através deste conjunto precioso de cartas, percebe-se que o historiador cultivou estreitas relações intelectuais e de amizade com os mais qualificados historiadores e homens de cultura espanhóis como Juan Valera (a quem dedicou a terceira edição da *História da Civilização Ibérica*), Menéndez y Pelayo, Rafael Altamira, Sánchez Moguel, Rafael de Labra, Pérez Galdós, José Maria de Pereda e Tamayo y Baus, entre outros. Políticos como Cánovas del Castillo, Emílio Castelar e Pi y Margall também com ele se corresponderam.



Oliveira Martins, gravura publicada n'A *Ilustração. Revista quinzenal para Portugal e Brasil*, vol. IV, n.º 8, 20-04-1887, p. 121.

Oliveira Martins ofereceu as suas obras a estes seus contemporâneos e são numerosas as impressões de leitura muito positivas, algumas entusiásticas, que estes lhe testemunharam. Foi convidado a integrar associações científicas e culturais espanholas como a Real Academia de la Historia (1883)³²², a Real Academia de Jurisprudencia (1883), o Ateneo de Madrid (1891) e a Asociación de Escritores y Artistas Españoles (1893). Teve um relevante papel na participação portuguesa nas Comemorações do centenário da viagem de Cristovão Colombo (1892), e nesse contexto proferiu uma conferência muito aplaudida no Ateneo sobre “Navegaciones y descubrimientos de los portugueses anteriores al viaje de Colón”³²³ (1892), em que se referia à identidade de carácter e unidade de ação das nações peninsulares. Colaborou na imprensa periódica, com destaque para *La Ilustración Española y Americana* (1892). E foi-lhe concedida uma condecoração pelo governo espanhol: a Gran Cruz del Merito Naval (1891).

Nada linear foi o modo como pensou a relação Portugal-Espanha, que evoluiu a par das transformações do seu ideário político. O seu pensamento a este respeito suscitou aliás interpretações tendenciosas, a partir de preconceitos ideológicos que dificultam a compreensão da sua hispanofilia. A mais frequente, tanto em Portugal como em Espanha ainda no século xx (caso do jovem António Sardinha), foi a de que Martins teria sido um grande mentor do iberismo político³²⁴.

³²² Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Espólio de Oliveira Martins [E20], Carta de Nicolás de Goyri, Lisboa, 15- 01-1883. Por indicação de Juan Valera, envia a Oliveira Martins o título de sócio correspondente da Real Academia de la Historia, com um exemplar dos Estatutos e Programa.

³²³ Viria a ser publicada em 1892 e, posteriormente, em *Portugal nos mares*, vol. II, Lisboa, 1994 (1924), pp. 217-247.

³²⁴ Por exemplo, na contracapa de uma recente edição espanhola da *Historia de la civilización ibérica* afirma-se inequivocamente que Oliveira Martins defendia um ponto de vista “...iberista, esto es, *partidario de la unión de todas las nacionalidades ibéricas en un estado*. Demonstrando en su estudio que las generalidades, peculiaridades y grandezas de los pueblos peninsulares se han llevado a cabo cuando han estado unidos. Es por tanto un canto – basamentado en argumentos historicos – *hacia la unidad política para la formación de un ente estatal que abarque toda la Península*” (sublinhados)

Todavia, esta interpretação não respeita a autonomia e integridade da obra de Oliveira Martins reduzindo-a a uma mensagem que, em rigor, nela não se encontra. O ápodo de iberista – como vimos, rótulo muito instrumentalizado politicamente pelos mais variados setores ideológicos – foi sugerido e muito difundido pelos seus detratores políticos em Portugal e pelos iberistas espanhóis, estes interessados em contar com a sua argumentação histórica. Entre os primeiros, o jornalista monárquico Teixeira de Vasconcelos insinuava essa acusação, em 1875³²⁵. E o republicano Sampaio Bruno viu no iberismo do autor da *História da Civilização Ibérica* a dissolução de Portugal numa futura federação peninsular. Como mostrou Carlos Maurício, a conjuntura histórica de afirmação dos nacionalismos nos finais do século XIX não era favorável à adesão à hispanofilia de Oliveira Martins (que não encontrava muitos simpatizantes em Portugal), sobretudo entre os republicanos, que o acusavam de defender um unitarismo monárquico³²⁶. Em contrapartida, em Espanha, num tempo em que tendiam a afirmar-se movimentos culturais nacionalistas nas periferias, essa hispanofilia só podia ser bem vista. Foi o caso da *História da Civilização Ibérica*, em geral muito bem recebida pela *intelligentsia* espanhola, ou do seu projeto de uma Liga Ibérica, exposto na *Ilustración Española y Americana* (1892), a que adiante nos referiremos.

Iberismo político? A resposta só pode ser negativa, por duas razões. Oliveira Martins estava bem consciente de que o iberismo unitarista, tal como havia sido formulado pelo catalão Sinibaldo de Mas ou pelo português Adriano da Costa no decénio de 1850, constituía um produto da ideia liberal e utilitarista, voltada para o progresso

nossos). *Historia de la Civilización Ibérica*, Edição fac-similada da tradução de Luciano Taxonera (publicada em Madrid em 1894), 2.^a ed., Málaga, 1993, texto na contracapa.

³²⁵ Veja-se o meu estudo “Portugal e Brasil’ crónicas esquecidas de Oliveira Martins”, in J. P. de Oliveira Martins, *Portugal e Brasil*, Lisboa, 2005, pp. 16-18.

³²⁶ Carlos Maurício, *A invenção de Oliveira Martins*, Lisboa, 2004, pp. 86-87.

material e a construção da moderna rede de transportes e comunicações. “Era um iberismo positivo, prático, regenerador”, dele dirá o historiador no seu *Portugal Contemporâneo* (1880)³²⁷. Por outro lado, a este iberismo associava-se o humanitarismo social do socialismo “não cesarista” e de um republicanismo federal e cosmopolita. Torna-se evidente que Oliveira Martins não subscrevia quer a posição dos iberistas unitaristas como Sinibaldo de Mas ou Latino Coelho (cujas opiniões considerava “vagas e nebulosas”), nem tão-pouco o iberismo federalista que, a seu ver, comportava um risco maior de fragmentação e de anarquia social. Além disso, estava bem consciente de que o iberismo era instrumentalizado politicamente pelos conservadores, instigando a hispanofobia entre as camadas populares. Esta seria a sua tática de se oporem aos seus adversários políticos progressistas ou republicanos. Ora Oliveira Martins, ele próprio acusado de iberista em 1875, não estava, de todo em todo, interessado em alimentar o sentimento hispanofóbico entre o povo português, alimentado desde o século XVII pelo sentimento independentista.

Se dúvidas restassem a respeito do suposto iberismo político de Oliveira Martins, textos posteriores desfazem-nas inequivocamente. Em 1889, quando já era evidente a crise da Monarquia Constitucional, ele equacionava o risco da implantação de revoluções republicanas vingarem em Portugal e Espanha sob a forma de uma federação. O que poderia resultar em decomposição, desmembramento nacional e até regresso às formas de particularismo medievais. Na verdade, desde 1873-74, Martins tornara-se muito crítico em relação ao republicanismo federal e “doutrinário”, bem como ao jacobinismo revolucionário. O fracasso da I República espanhola estava bem vivo na sua memória. Daí que sugerisse uma relação Portugal-Espanha diversa, que obedecesse ao enunciado “União de pensamento e acção,

³²⁷ J. P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, 1953 (1.ª ed., 1881), p. 249.

independência de governo: eis, a nosso ver, a fórmula actual, sensata e prática do Iberismo”³²⁸. Era, no seu modo de ver, um retomar da tradição da política de cooperação diplomática da dinastia de Avis (1385-1580), pondo de lado quaisquer intenções de união política. Oliveira Martins não enfeitava, contudo, o termo Iberismo para designar esta política que propunha de aliança diplomática e aproximação cultural com a Espanha.

Em 1894, pouco antes de morrer, ante as críticas que o historiador espanhol Sánchez Moguel teceu às suas biografias históricas (na exaltação dos heróis ligados à dinastia de Avis estaria a enveredar por um “particularismo regional” e a postergar o seu iberismo, fustigava-o Moguel), Oliveira Martins daria um derradeiro e precioso esclarecimento a este respeito: “Sim, eu admito dois patriotismos: o ideal – o hispânico, e o real – o português. Porém, em nada o *ideal* diminui em mim a dedicação pela minha Pátria”. E rematava:

“Quanto a iberismo não falemos mais nisso. O meu iberismo foi, é e será sempre, antes que Sánchez Moguel me dispensou a sua protecção, sob a égide dela, e agora que a perdi, *nunc et semper usque ad mortem*, o que está nos meus livros, sem ambições de honras, nem de cruces, nem de nada”³²⁹.

Oliveira Martins mantinha-se, pois, coerente com a filosofia da história proposta no decénio de 1870. Permanecia fiel a uma inspiração hispanista, um iberismo cultural que não esquecia a dimensão diplomática – daí a sua aposta, com Sánchez Moguel, na “fraternidade ibérica” e a sua ideia no sentido de se criar uma Liga Ibérica

³²⁸ Id., “Iberismo”, *Jornal*, Lisboa, 1960 [texto de 1889], p. 228.

³²⁹ Id., Carta a Sánchez Moguel, Julho de 1894, *Correspondência de J. P. de Oliveira Martins prefaciada e anotada por F. d’Assis Oliveira Martins*, Lisboa, 1926, pp. 271-273. Sobre as relações entre Oliveira Martins e Sánchez Moguel, veja-se F. A. Oliveira Martins, *Oliveira Martins e os seus contemporâneos*, Lisboa, 1960, pp. 144-162.

(ideia bem diversa da liga ibérica a que se referia Teófilo Braga). Este hispanismo não entra, contudo, em contradição com as suas posteriores considerações críticas acerca do iberismo político.

Nos primeiros anos da produção intelectual de Oliveira Martins (1867-70), duas temáticas assumiram especial relevância na sua reflexão política: a crítica da monarquia constitucional portuguesa (a par de um diagnóstico da crise em que o regime mergulhara desde 1868) e, em alternativa, a apologia de um estado republicano federal. Nessa época, para o jovem cronista, um regime federal seria o grande expediente no sentido de resolver a antítese autoridade/liberdade e de superar os efeitos nocivos da centralização que dominava as monarquias liberais em Portugal e Espanha. Seria esse o meio de alcançar uma administração descentralizada. Com os olhos postos na experiência suíça (e não nos Estados Unidos na América, como sucedia com alguns republicanos federais), Martins via numa federação o regime ideal de “associação de homens livres” e, mais do que isso, uma condição indispensável para alcançar a liberdade³³⁰.

A história e a vida política de Espanha, então a viver os anos efervescentes do Sexénio Revolucionário (1868-74), despertavam grande interesse entre os republicanos e socialistas portugueses, incluindo Antero e Oliveira Martins. Como atrás deixei claro, o autor da *História da Civilização Ibérica* era um crítico do iberismo monárquico unitarista, posição aliás muito difundida nos meios nacionalistas portugueses. Em 1867 afirmara:

“A fusão da nacionalidade portuguesa com o cadáver da monarquia de Carlos V ser-nos-ia no século XIX incomparavelmente mais funesta do que o foi no XVI (...). No estado actual da Espanha,

³³⁰ J. P. de Oliveira Martins, “Do princípio federativo e sua aplicação à Península Hispânica”, *O Jornal* [texto de 1869], pp. 14 e 37.

e sob o influxo dominante ainda no ocidente da actual política francesa, uma união seria uma absorção”³³¹.

A Revolução de 1868 não alterou o seu ponto de vista a este respeito. Na verdade, em 1870, denunciava em termos contundentes as intenções iberistas de Prim e de Saldanha, numa altura em que ele, Martins, só via duas soluções para Portugal: a instauração da República ou a anexação à Espanha monárquica³³². Como vimos atrás (capítulo I), datavam desse tempo as diligências do ex-embaixador em Lisboa, Fernández de los Ríos, no sentido de convencer D. Fernando (viúvo da rainha D. Maria II) e o seu filho o rei D. Luís, para que aceitassem a coroa unida de Espanha e Portugal. E numa conjuntura de crise, o federalismo, que vinha a ser difundido entre uma pequena elite republicana desde meados do século, ganhava maior número de adeptos.

Para Oliveira Martins, os regimes monárquicos constituíam então um obstáculo ao progresso e à liberdade. Uma “federação de estados autónomos e independentes, unidos por um pacto de garantia mútua”³³³ seria a alternativa para realizar a democracia e o *self-government*. Nestes trabalhos de juventude de Oliveira Martins, na esteira de Proudhon, é evidente a procura de uma fundamentação histórica da ideia federal. E a explicação da singularidade da história espanhola é já um dos problemas que o motiva. Seguindo Herculano, Martins atribuía esta “diferença” ao domínio árabe e à reconquista que teria impedido a realização do feudalismo na península³³⁴. Temática que em especial o motivava eram as *hermandades* castelhanas.

³³¹ Id., “Nota final”, *Febo Moniz*, Lisboa, s.d., p. 327.

³³² Id., “O golpe militar de 19 de Maio de 1870 e a ditadura de Saldanha”, *Política e História*, vol. I, Lisboa, 1957, pp. 128-130, e “Republica ou iberismo”, *A República. Jornal da democracia portuguesa*, n.º 6, 1870, p. 3.

³³³ Id., “Do princípio federativo...”, *O Jornal*, pp. 12-13.

³³⁴ Id., *Teoria do socialismo*, pp. 121-122.

Baseando-se em Martinez Marina e em Manuel Colmeiro, Martins considerava-as “federações municipais” comandadas por um sentimento de “independência pessoal”. E explicava-as invocando uma noção essencialista do carácter espanhol então muito em voga, que o caracterizava como “heróico, independente e forte”³³⁵. Dava ainda atenção às constituições locais e ao movimento dos *comuneros*. Estes tópicos muito invocados pela historiografia liberal e laica seriam retomados na *História da Civilização Ibérica*.

Muito crítico em relação ao republicanismo unitário, não tardaria que Oliveira Martins se desiludisse também com o republicanismo federal e até, em parte, com o pensamento político de Proudhon. A experiência da I República espanhola leva-o, já em 1874, a uma reflexão do maior interesse sobre o seu insucesso e sobre a relação dialética igualdade/liberdade. Porque razões tinha o radicalismo político levado à reação carlista, à insurreição cantonalista e à ditadura? Este era o grande problema que então formulava. A seu ver a nação é um todo orgânico. Assim se compreende que rejeitasse uma conceção atomista que nela via uma soma de regiões e localidades e que visse no federalismo um risco de fragmentação e de deriva anarquizante. Em termos abstratos, considerava o federalismo político coerente com o princípio da liberdade. Mas, desligado de um ideal de igualdade tornava-se absurdo. Poderia funcionar eficazmente na Suíça ou nos Estados Unidos. Não se adequava, todavia, ao carácter idealista e às tradições dos povos latinos³³⁶. Na Península Ibérica, conduziria à “tirania das plebes” (aqui ecoava Herculano). Era necessário ter em conta a especificidade histórica da Espanha e da sua experiência municipalista medieval que, como mostrara alguma historiografia liberal, fora um dos esteios da monarquia. Esta era uma

³³⁵ Id., *idem*, pp. 130-133.

³³⁶ Id., “Socialismo e democracia”, *Democracia*, 5-03 e 6-03-1874 (também reprod. em *Política e história*, vol. 1, pp. 204-208).

das lições que Oliveira Martins retirava da sua vivência em Espanha: liberdade e igualdade eram indissociáveis e era necessário atender às condições específicas de cada sociedade.

Compreende-se que, nos princípios de 1875, regressado da sua intensa experiência de quatro anos a viver na Andaluzia, de novo em Portugal, Oliveira Martins fosse convidado pelos seus amigos Jaime Batalha Reis e Antero de Quental a colaborar na *Revista Ocidental*, uma revista bilingue (em português e castelhano), por eles dirigida. Como outras publicações periódicas que a antecederam (caso da *Revista Peninsular* e da *Revista del Mediodía*), a *Revista Ocidental* visava estreitar os contactos culturais entre intelectuais portugueses e espanhóis, sem esquecer as nações americanas de expressão hispânica³³⁷. Nela colaboravam, além de um grupo de jovens intelectuais portugueses (muitos deles geralmente associados à chamada Geração de 70), entre outros, Cánovas del Castillo, Patrio de la Escosura, Rafael de Labra, F. Pi y Margall, F. María Tubino, Ramón de Cala e Fernández de los Ríos³³⁸. O propósito da revista situava-se na linha de intenções das anteriores Conferências do Casino: abrir Portugal à modernidade cultural europeia. Mas nela havia uma novidade de monta: procurava definir uma identidade cultural hispânica e hispano-americana, tendo em conta, claro, o Brasil. Num tempo em que se alargava a globalização económica e financeira centrada na Grã-Bretanha e no seu império, torna-se evidente a intencionalidade de resistência à hegemonia anglo-saxónica e de sublinhar bem a autonomia intelectual do mundo hispano-luso. Crítico da aliança luso-britânica, Oliveira Martins não escondeu a sua

³³⁷ Cf. "Prospecto da *Revista Ocidental*" in Maria José Marinho, "A *Revista Ocidental* 1875 um projecto da Geração de 70", *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, vol. 7, n.º 1, 1991, p. 66.

³³⁸ É de admitir que Oliveira Martins tenha tido um papel relevante no contacto com estes autores espanhóis. Infelizmente, no seu espólio não existe correspondência destes anos.

preferência por uma aliança diplomática entre Portugal e Espanha. Esse seria até o melhor meio de Portugal preservar a sua independência³³⁹. A sua posição evoluiu, contudo, consideravelmente do princípio do decénio de 1870, em que fazia a apologia de uma federação peninsular republicana, para uma posição bem diversa no decénio de 1880: a “união de pensamento e acção” entre as duas nações politicamente independentes.

Como mudou a sua atitude em relação à Espanha? Momento decisivo nesse processo é a já referida colaboração na *Revista Ocidental* (1875)³⁴⁰. Em 1875, recém-regressado da Andaluzsia, o problema que preocupava Oliveira Martins era o da definição de uma identidade peninsular ibérica. Num contexto mais global, europeu e americano, qual poderia ser o contributo dos *hispano-portugueses* para a civilização moderna? Num tempo em que o domínio económico do império britânico e a emergência dos Estados Unidos como grande potência do continente americano eram já indiscutíveis e em que era comum o diagnóstico do declínio e ruína dos impérios espanhol e português, a pergunta não parecia de difícil resposta.

Oliveira Martins não punha em causa a teoria da decadência das nações peninsulares herdada da historiografia liberal. Mas, centrando-se nos tópicos generalistas de *génio peninsular* e de *carácter nacional* e na sua caracterização, vincava bem o “sentimento de independência” e o heroísmo como traços fundamentais desse carácter permanente. A raça hispano-portuguesa tivera a missão histórica de explorar um mundo diverso do mundo dominado pelos anglo-saxónicos. E se estes estavam voltados para o utilitarismo, o empirismo e a dimensão material da vida, a missão dos hispânicos era a da sua “compreensão ideal”. O modo de ser inglês (a que chama

³³⁹ J. P. de Oliveira Martins, “Alianças”, *Política e história*, vol. II, Lisboa, 1957 (1890), p. 266.

³⁴⁰ Em especial a respetiva introdução, texto que poucos anos depois viria a inspirar a *História da Civilização Ibérica*.

anglomania) adequara-se a toda essa época utilitária do século XVI ao século XIX. Mas não dominaria sempre, acreditava Martins. No futuro, à Espanha estaria destinada uma função de “iluminar o mundo”³⁴¹. Poder-se-á admitir que estamos perante uma leitura historicista do passado (no sentido que lhe atribuiu Karl Popper)? Não creio. Na verdade, Oliveira Martins advertia para os riscos de um olhar retrospectivo e triunfalista sobre o passado, tão habitual aliás nas culturas históricas hispânicas oitocentistas:

“Cumpre que não nos lancemos, não, fora da estrada do progresso, que não nos esterelizemos na contemplação dum passado que o é na mais ampla significação da palavra; a história não se repete: *non bis in idem*. Não se repetem as circunstâncias, não podem repetir-se os tipos. Gonçalo de Córdova, hoje, devia responder ante os tribunais; e D. João de Castro, ser acusado como mau cidadão...”³⁴².

Ilusão seria querer restaurar o catolicismo e a grandeza da Espanha moderna de Filipe II, como pretendiam os conservadores³⁴³. Acrescente-se que os exemplos e lições da história europeia não eram, a seu ver, aplicáveis às jovens nações americanas. Mas estava convencido de que o Brasil, ainda então um Império com um Bragança como chefe de Estado – o seu admirado imperador Pedro II – era o representante do pensamento europeu na América. A grande nação sul-americana seria a continuadora do génio nacional no Novo Mundo. E em conjunto com as ex-colónias da Espanha e as nações peninsulares poderia vir a constituir uma liga ibérica ou hispânica de

³⁴¹ Id., “Os povos peninsulares e a civilização moderna”, *Política e história* (1875), p. 236.

³⁴² Id., *idem*, pp. 244-245.

³⁴³ Id., Carta a Juan de Valera, 18-04-1884, *Correspondência de J. P. de Oliveira Martins*, p. 47.

todas as nações de língua portuguesa ou castelhana, de todos os “descendentes” dos povos peninsulares. Escrevia ele em 1892, aquando das comemorações do centenário da viagem de Colombo, na *Ilustración Española y Americana*:

“Portugal, com o Brasil que é seu filho, ocupa mais de quatro milhões de milhas quadradas de terra, sobre que vivem trinta e dois milhões de homens, falando a língua de Camões. A Espanha, com as suas colónias; a Espanha com o feixe de nações americanas (...) ocupam nove milhões, quase, de milhas quadradas, sobre que vivem mais de sessenta milhões de homens, falando a língua de Calderon. O nosso império ibérico, ou hispânico, hoje desmembrado, ocupa quase a quarta parte da superfície terrestre do globo, e conta cerca de cem milhões de homens.”

Desta verificação, o olhar etnocêntrico de Oliveira Martins retirava a ideia de que era necessário reatar a tradição histórica da política das monarquias peninsulares e “cerrar fileiras no propósito da defesa e da conquista, quando o saxão por toda a parte alastra, invade e domina”³⁴⁴.

Acarinhada por Sánchez Moguel, a ideia da Liga Ibérica terá alcançado receção favorável nos meios intelectuais de Madrid³⁴⁵. Este historiador espanhol visitou Portugal diversas vezes e estava empenhado em cultivar uma “fraternidade peninsular” que não se devia limitar a estreitar os laços culturais e diplomáticos entre Portugal e Espanha, mas a escrever a história num sentido que transcendesse as dimensões regionais. O lema desse movimento – *laboremus* – surge diversas vezes na sua correspondência com Oliveira Martins. Mas,

³⁴⁴ Id., “A Liga Ibérica”, *Política e história*, vol. II, pp. 301-302.

³⁴⁵ Biblioteca Nacional de Lisboa [BNP], Espólio de Oliveira Martins [E 20], M. Sánchez Moguel, Carta a Oliveira Martins de Barquillo, 17-09-1892.

como veremos, as relações entre Sánchez Moguel e Martins não foram isentas de escolhos.

Já no final do século, após o Ultimatum britânico de Janeiro de 1890, tempo dominado por nacionalismos expansionistas, Martins adotava uma estratégia hispano-americanista³⁴⁶ como resposta à hegemonia anglo-saxónica. Note-se que o historiador chegava a responsabilizar a Inglaterra pela fragmentação do império hispano-americano. Todavia não enjeitava a experiência do império britânico e dos seus políticos que, nesses finais de século, idealizavam já uma liga aduaneira das suas colónias. Era necessário aprender com essa experiência. E sobretudo, acreditava num futuro de nova grandeza para a Espanha, como deixaria bem claro em diversos momentos: em 1875 (na já citada introdução à *Revista Occidental*) e, em 1879, na *História da Civilização Ibérica*. Os últimos parágrafos da obra são, a este respeito, eloquentes:

“Nós acreditamos firme, e diremos até piamente – exprimindo com este advérbio a nossa fé na Ordem universal – na futura organização das nações da Europa. Cremos, portanto, numa vindoura Espanha, mais nobre, mais ilustre ainda do que foi a do século XVI. Acreditamos que já hoje navegamos na viagem para este porto (...) Que papel destina o futuro à Península, e qual será a fisionomia dessas idades vindouras? A história não é profecia; mas o estudo das idades passadas deixa entrever muitas vezes as probabilidades futuras”³⁴⁷.

Na sua correspondência com Juan Valera (1884), a propósito da leitura do *Doutor Faustino* (livro que considerava o mais “genuína-

³⁴⁶ A distinção que estabelece Isidro Sepúlveda entre *hispano-americanismo* e *pan-hispanismo* que pode ser útil, no caso de Oliveira Martins afigura-se pouco operativa, dada a complexidade do pensamento do autor.

³⁴⁷ *História da Civilização Ibérica*, p. 327.

mente peninsular” que conhecia) a ideia ressurgiu com outros matices. O futuro promissor da Espanha estava inscrito no próprio carácter ibérico e na sua história: “de todas as nações ocidentais é ela [a Espanha], a meu ver, a que atravessou a crise do jacobinismo revolucionário estragando-se menos. De todos os povos ocidentais é o espanhol (deixe-me incluir, como português, na conta) o mais bem dotado”. No olhar organicista de Oliveira Martins, no seu idealismo místico, os peninsulares revelavam afinidades com os alemães. Mas com uma vantagem, “reunimos amor e força, não nos perdendo na névoa da indecisão metafísica”. E reforçava esta ideia geral comparativa: “O idealismo alemão, perdido em nevoeiros, acaba em aberrações: o espanhol, abraçado à realidade, consagra-se na acção e no heroísmo”³⁴⁸.

Obedecia esta convicção num destino de progresso e grandeza das nações peninsulares a uma ordem de racionalidade histórica? Ou havia nela algo de messiânico? Torna-se evidente que se fundamentava sobretudo num esboço de psicologia coletiva, tão em voga na segunda metade de Oitocentos. Por outro lado, prendia-se com o afeto, a admiração e – porque não dizê-lo –, a fé que o historiador nutria em relação ao génio peninsular e às culturas hispânicas (e também com a sua apurada intuição). Tal atitude traduz-se numa expectativa messiânica nas virtualidades do heroísmo peninsular. Deste ponto de vista, nada mais natural que enquanto homem peninsular culto, bom conhecedor das literaturas e das artes hispânicas, Oliveira Martins acreditasse íntima e explicitamente na capacidade de a Espanha poder renascer das ruínas do declínio em que cairia nos três séculos que antecediam o seu tempo. O que está em sintonia com as restrições que formulava em relação à ideia de um progresso unilinear e constante, habitual nas teleologias da história

³⁴⁸ Carta de Oliveira Martins a Juan Valera, Porto, 18-4-1884, *Correspondência...*, pp. 41-45.

que dominaram no século XIX: positivismo, materialismo histórico, providencialismo. Para tanto, havia que fazer um esforço de vontade cívica coletiva, de abertura à Europa e de regeneração. Um esforço de reconstrução da sociedade assente na cultura científica, no saber, na “ferramenta industrial”. E aprender com a experiência histórica dos dois processos de decadência por que tinha passado a península: a dos escombros da Espanha romana, ultrapassados pela lenta estruturação da Espanha moderna – a da monarquia católica –, seguidos de novo de um tempo de declínio desde o século XVI. Num tempo dominado pelo sentimento de decadência, as palavras de Oliveira Martins instigavam confiança e algum optimismo no futuro. Esta, sem dúvida, uma das razões por que a obra foi tão bem recebida pela crítica em Espanha.

uma obra pioneira

Em 1879, Oliveira Martins dava início à publicação da “Biblioteca das Ciências Sociais”, um projeto editorial de sua exclusiva autoria. Alheio a intenções doutrinárias e ao espírito de sistema dominante na época (o positivismo), nela não deixam de se encontrar fortes marcas de um organicismo social que, pontualmente, assume laivos de determinismo. Pelo largo fôlego e diversidade de matérias que pretendia abarcar - história peninsular, história nacional e ultramarina, história de Roma, antropologia, mitos religiosos, demografia, temas de economia e finanças - a coleção inaugurada pela *História da Civilização Ibérica* constituiu um projeto sem precedentes no meio cultural português com o objetivo de difundir todo um conjunto de saberes entre um público alargado, especialmente entre as classes médias e a população dos liceus (um dos lugares de formação das pequenas elites portuguesas da época). Daí que se demarcasse de um eruditismo estéril. O empreendimento editorial ficaria marcado

pelo autodidatismo de Oliveira Martins, uma curiosidade científica sem limites e um bem evidente pendor interdisciplinar e globalizante que o levou a integrar múltiplas ciências sociais e humanas. Aqui reside, como bem observou em 1970 Albert Silbert, uma das marcas mais evidentes da modernidade da sua obra³⁴⁹. Esse autodidatismo é, afinal, indissociável do próprio percurso biográfico e profissional de Oliveira Martins.

Como vimos, o interesse do historiador português pela história de Espanha e pelo estreitamento da relação entre as nações peninsulares remontava ao decénio de 1860. No primeiro projeto da Biblioteca das Ciências Sociais (1879), os quatro volumes dedicados à “Civilização Peninsular” (a *História da Civilização Ibérica*, a *História da nação portuguesa* e *As colónias e conquistas hispano-portuguesas*) surgiam em terceiro lugar, a seguir às obras referentes à “Pré-História e à História”. Significativo é que esta sequência fosse modificada em 1880, passando a “Civilização Peninsular” para primeiro lugar na ordem do plano (que coincidiria, aliás, com a ordem de publicação). Porque razão deu Oliveira Martins prioridade às publicações referentes à história nacional – e dentro dela àquilo que hoje designamos de história transnacional – abrindo a Biblioteca das Ciências Sociais com a publicação da *História da Civilização Ibérica*? Trata-se de uma pergunta-chave para compreender não apenas esta ambiciosa iniciativa editorial mas a própria obra. A intencionalidade de divulgação, alheia ao espírito erudito, bem como o diagnóstico nada favorável que Oliveira Martins tecia do meio cultural português – em que acentuava a ignorância das classes médias e o carácter anacrónico

³⁴⁹ Albert Silbert, “Oliveira Martins et l’Histoire”, *Regards sur la génération portugaise de 1870*, Paris, 1970, pp. 85-100. Para uma interpretação de conjunto da Biblioteca das Ciências Sociais veja-se AbdoolKarim Vakil, «Leituras de Oliveira Martins. História, ciências sociais e modernidade económica», *Revista da Universidade de Coimbra*, xxxviii, Coimbra, 1999, pp. 47-81.

da instrução secundária – explicam, em larga medida, a prioridade atribuída à civilização ibérica:

“Escasso como é o conhecimento geral da nossa história, quer nos seus factos particulares, quer no sistema das instituições e vida das classes sociais, quer no seu desenvolvimento orgânico e na influência que sobre o mundo exerceu aquilo a que devemos chamar *civilização peninsular-ibérica*, entendemos dever começar por aí a série de publicações que constituem a *Biblioteca*”³⁵⁰.

O imperativo da formação do público pesava na decisão. Mas não só. O seu intento de compreender o percurso histórico de Portugal a partir de um ângulo mais global, não apenas nacional (como habitualmente se praticava nas culturas históricas peninsulares) mas hispânico e europeu é a chave do seu enfoque. Por outro lado, o empenho em aprofundar a relação com intelectuais e políticos espanhóis pesou decerto na opção de dar prioridade à redação e publicação da *História da Civilização Ibérica*.

Relevante se torna igualmente perceber por que razão Oliveira Martins situava o volume *História de Portugal* a seguir à *História da Civilização Ibérica*. Nesta obra intentava estudar “o sistema de instituições e de ideias da sociedade peninsular, para expor a sua vida colectiva, orgânica e moral. Tomámos aí a sociedade como um indivíduo, e procurámos retratá-lo física e moralmente”. Nela domina o ponto de vista abrangente e integrado da história da civilização, da ciência nomotética das sociedades. Enquanto na *História de Portugal*, o objetivo é bem diverso, embora complementar: a história nacional, tomando “a sociedade portuguesa como molécula (...) do organismo

³⁵⁰ “Biblioteca das Ciências Sociais”, *Os Dois Mundos*, vol. II, n.º 22, p. 160. O primeiro sublinhado é meu.

social ibérico, peninsular, espanhol”³⁵¹. Aqui domina o ponto de vista do acontecimento numa narrativa dramática e animada que prende o leitor, da primeira à última página sem esquecer, todavia, as visões de conjunto sobre o todo social. Em ambos os casos, Oliveira Martins complementava um ensaio de história explicativa com uma história narrativa, esta mais atraente para o público. Resolvia assim de um modo harmónico um problema que os historiadores liberais nem sempre tinham realizado com êxito: a integração das dimensões institucional, social e cultural na narrativa histórica. Embora fazendo parte de um todo coerente, em conjunto com o *Brasil e as colónias portuguesas* (uma perspetiva sobre a colonização portuguesa no mundo, com destaque para o Brasil e em África) e o *Portugal Contemporâneo* (contundente olhar crítico sobre a monarquia liberal no período que vai de cerca de 1826 a cerca de 1868), cada uma daquelas obras – a *História da Civilização Ibérica* e a *História de Portugal* – foi concebida com intencionalidades diferenciadas, produzindo efeitos de receção bem diversos³⁵².

O conceito de história da civilização não era novo. No século XVIII, com o seu *Essai sur les Moeurs* (1754), Voltaire oferecera uma primeira tentativa de história universal da civilização em que tinha em conta sociedades extra-europeias. E já no século XIX, François Guizot contribuíra decisivamente para fixar o género com a sua *Histoire de la civilization en Europe* (1.^a ed. 1828) e uma *Histoire de la civilization en France* (1832). Guizot traçava uma perspetiva de conjunto sobre a civilização europeia num intento interpretativo que não se limitava à dimensão política mas procurava abarcar a civilização como um todo, nos seus tempos de progresso e declínio. O conceito de civilização tornava-se o objeto central do historiador, “o princípio e a síntese do desenvolvimento social e do desenvolvimento moral da

³⁵¹ “Advertência”, *História de Portugal*, vol. I, VIII-IX.

³⁵² Veja-se Carlos Maurício, *op. cit.*

humanidade” (Pierre Rosanvallon)³⁵³. Em Portugal, em meados do século, o termo circulava na linguagem de historiadores como Herculano ou Latino Coelho e em instituições como a Academia das Ciências³⁵⁴ ou o Curso Superior de Letras, fundado por D. Pedro V em 1859.

Em Espanha, Eugenio de Tapia publicara uma extensa *Historia de la civilización española* (1840), em que todavia, por razões políticas, não incluía Portugal (tratava-se de um “reino distinto”)³⁵⁵. Nela frisava bem a excecionalidade da Espanha e do sistema municipal medieval, que era diverso do das outras nações europeias marcadas pelo feudalismo. E Fermín Gonzalo Morón publicou pouco depois um *Curso de historia de la civilización de España* (1841-1846) (obra que Oliveira Martins não cita e não consta no catálogo da sua biblioteca privada). Por essa época, num livro clássico sobre os judeus na Península Ibérica, Amador de Los Ríos usava o conceito de *civilização espanhola*. E o mesmo se poderá dizer, posteriormente, de Menéndez Pelayo³⁵⁶. A expressão estava, pois, bastante difundida no século XIX em Espanha (por vezes usava-se igualmente *civilização de Espanha*) entre os historiadores. Viria a ser adotada e melhor fundamentada por Rafael Altamira na sua *Psicología del Pueblo Español* (1898). No parecer de J. M. Jover Zamora, seria, aliás, D. Rafael o “principal promotor de la historia de la civilización en el marco de la historiografía española” do século XX, no quadro de “una orientación plena-

³⁵³ Pierre Rosanvallon, “Présentation”, François Guizot, *Histoire de la civilization en Europe* (1.ª ed. 1828), Paris, 1985, p. 31.

³⁵⁴ Cf. *Discurso recitado na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa em 20 de Fevereiro de 1859*, Lisboa, 1859, pp. 26-27.

³⁵⁵ Eugenio de Tapia, *Historia de la civilización española desde la invasión de los arabes hasta la época presente*, vol. I, Madrid, 1840, p. 40.

³⁵⁶ José Amador de Los Ríos, *Estudios históricos, políticos y literarios sobre los Judios de España*, Madrid, 1848, p. XXIII e Menéndez Pelayo, “Letras y literatos portugueses”, *Estudios y discursos de crítica histórica y literaria* (ed. E. Sánchez Reyes), vol. V, Santander, 1942 (texto datado de 1876), pp. 256-257.

mente ‘moderna’, prospectiva y abierta al futuro”³⁵⁷. Acrescentamos nós: o mesmo se poderia dizer de Oliveira Martins (que Jover muito admirava) em relação à historiografia portuguesa.

Antero de Quental, em 1871, na sua perspectiva peninsular sobre Portugal e Espanha já adotara as noções de *raça* e de *gênio peninsular*. Poucos anos depois, Menéndez y Pelayo referiu-se às “leyes de la civilización peninsular” e numa perspectiva metodológica de história da literatura, incluiu Portugal na história de Espanha. Mas foi Oliveira Martins o primeiro historiador a adotar o conceito de uma *civilização ibérica*, correspondente ao todo peninsular – contudo a expressão já surgira antes nas páginas do periódico *A Revolução de Setembro* em 1853³⁵⁸. O tópico teria posteriormente alguma fortuna, sendo retomado pelo catalão Ribera i Rovira e pelos portugueses Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Fidelino de Figueiredo e António Sardinha³⁵⁹, entre outros.

Oliveira Martins distanciava-se do providencialismo histórico e das suas representações míticas das origens das nações. Criticava o conceito positivista de história naquilo que este encerrava de teleologia – a seu ver o progresso não era linear, embora falasse da igualdade como um fim ideal a atingir. Mais tarde, em 1884, mudando de ideias, pôs em causa a possibilidade de se definirem leis e de prever a evolução futura das sociedades. Leitor de Cournot, considerava que a indeterminação e o acaso tinham o seu lugar no seu devir. Dissociava história e ciência e, ao invés de Teófilo Braga, não admitia a

³⁵⁷ J. M. Jover Zamora, Prólogo, Rafael Altamira, *Historia de España y de la civilización española*, Barcelona, 2001, p. XII-XIV.

³⁵⁸ A 14-12-1853, segundo Ángel Fernández de los Ríos, *Mi misión en Portugal. Anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris, s.d. [1877], p. 688.

³⁵⁹ Ignasi Ribera i Rovira, *La integridad de la patria. Cataluña ante el espíritu de Castilla*, Barcelona, 1907, p. 15. Cf. O meu estudo, “Conceitos de iberismo em Portugal”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007, pp. 184-188. É certo que Martins chega a usar, pelo menos uma vez, a já consagrada expressão *civilização espanhola*.

viabilidade de uma história universal³⁶⁰. Mas também se demarcava da filosofia da história liberal – sobretudo no que respeita à conceção atomista e individualista do social – embora aceitasse algumas das suas interpretações, por exemplo no que respeita à teoria política e voluntarista da formação de Portugal e ao seu declínio, tal como Alexandre Herculano a formulara. Estimulantes são muitas das perguntas e sugestões que formula. E como já tem sido sugerido por historiadores e ensaístas portugueses do século xx – António Sérgio, Vitorino Magalhães Godinho, António José Saraiva, Eduardo Lourenço – foi mais longe do que qualquer outro autor português na sua indagação acerca de Portugal.

Na *História da Civilização Ibérica*, o historiador-ensaísta parte de uma caracterização sumária do meio geográfico da Península Ibérica (como Michelet procedera em relação à França) para notar que a sua diversidade de bacias hidrográficas e de relevo eram favoráveis à formação de distintas unidades nacionais. Afirma de passagem que o rio Ebro constituía “o sólido alicerce de uma nacionalidade” (Aragão). Mas logo observa que essas diferenças não haviam obstado à afirmação de “um pensamento ou génio peninsular, carácter fundamental da raça, fisionomia moral comum a todas as populações de Espanha”. O mote estava delineado. Ao longo de todo o livro tentará definir essa singularidade peninsular em relação às outras nações do ocidente europeu.

O autor diferencia cinco grandes períodos no percurso histórico dos povos peninsulares: constituição da sociedade, remontando aos Iberos e salientando o período do domínio romano; a “dissolução” deste último (domínios visigótico e árabe); formação das nações peninsulares (até ao início do século xvi); domínio ultramarino, no

³⁶⁰ J. P. de Oliveira Martins, “Teoria da História Universal”, *Política e história*, vol. II, pp. 8-11. Acerca da teoria da história de O. Martins veja-se Fernando Catroga, “História e ciências sociais em Oliveira Martins”, *História da História em Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, 1996, pp. 117-159.

qual o máximo esplendor é indissociável da decadência e, por último, as “ruínas” (séculos xvii e xviii) e a Espanha contemporânea (século xix). A esta periodização original, bem diversa, por exemplo da de Eugenio de Tapia, corresponde uma teorização mais abstrata e sintética, que divide a história de uma civilização em três épocas ou ciclos, aos quais correspondem diferentes planos de explanação historiográfica: 1) agregação de elementos (narrativa de factos e descrição de condições “naturais”: etnias, línguas, religiões, dimensão jurídica); 2) organização (instituições, costumes, classes e conflitos sociais) e 3) dedução de ideias e suas concretizações (teorias jurídicas e económicas). Inspirando-se nesta teoria evolucionista – a civilização como um processo em que se definem tempos de ascensão e queda – Oliveira Martins ora estuda instituições e classes sociais obedecendo a um critério lógico e de sequência cronológica (livros i, ii e iii), ora se detém em caracteres e biografias do seu ponto de vista mais significativas (livro iv), sem todavia perder o fio condutor de uma narrativa que põe em evidência grandes sucessos históricos (livro v).

Como integrava o historiador a história de Portugal na *História da Civilização Ibérica*? Vimos atrás que, desde 1872, era para Oliveira Martins muito claro (também neste ponto ao invés de Teófilo Braga) que Portugal não era uma nação natural, não resultara de uma diferença geográfica e étnica em relação ao feixe de nacionalidades que compunha a Espanha. A sua autonomização devera-se a uma vontade, a um pensamento de independência, como aliás já sublinhara Herculano. Mas num ponto Oliveira Martins divergia de Herculano: no diagnóstico do carácter português, que considerava pouco definido, “sem colorido”, com “falta de vida” ao contrário dos outros “tipos” peninsulares: o castelhano, o catalão, o biscaíno. A singularidade do carácter português residiria no seu cosmopolitismo, na “falta de afirmação” do seu génio e na sua permeabilidade à assimilação das qualidades de

outros povos³⁶¹ – como notei atrás para Teófilo Braga, o tópico viria a ser explorado mais tarde pelo antropólogo brasileiro Gilberto Freyre na sua teoria do luso-tropicalismo.

A que perguntas procurava responder o autor da *História da Civilização Ibérica*? Num determinado tempo do seu percurso histórico, nos séculos XV e XVI, os povos peninsulares haviam ocupado um lugar da maior relevância no mundo, ao liderarem os descobrimentos e conquistas ultramarinas que abriram novos horizontes ao mundo. Como compreender então que tivessem entrado em decadência³⁶². E como explicar a resistência de Portugal à hegemonia de Castela e a sua permanência histórica? Em resposta a esta última interrogação considerava a condicionante da posição geográfica, a imprimir um carácter marítimo à nação portuguesa. E, sobretudo, valorizava o fator político: a par da resistência ao resto da Espanha nascera a afirmação marítima e ultramarina.

Mas aquele olhar crítico sobre o carácter nacional contrastante levava-o a ir mais longe na indagação comparada, já sugerida no ensaio de 1872 (*Os Lusíadas, ensaio sobre Camões*), registada em 1875 na *Revista Ocidental* e agora aprofundada na *História da Civilização Ibérica*. Na génese deste percurso, em 1872, há conceitos fundamentais que o historiador utiliza e diferencia. São eles *nação*, *império*, *nacionalidade* e *pátria*. No que respeita ao primeiro, e considerando a Europa do seu tempo, Martins distingue três tipos de nações: “as que representam uma raça, as que resultam de uma situação geográfica [e] as que provêm de uma necessidade política” (e esclarecia que, embora um destes fatores fosse predominante, habitualmente, coexistia com os outros)³⁶³. Nesta tipologia, Martins situava casos

³⁶¹ Id., *História de Portugal*, edição crítica (introd. de Isabel de Faria e Albuquerque e pref. de Martim de Albuquerque), vol. I, Lisboa, s.d. (1.ª ed., 1879), p. 48.

³⁶² Id., *Os Lusíadas, Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença*, Porto, 1872, pp. 170-171.

³⁶³ Id., *idem*, p. 208.

como a Alemanha e a Espanha na primeira categoria, a Suíça na segunda, e Portugal, a Holanda e a Grécia na última. Com uma classificação aparentemente redutora, coexistia o contraste entre nação moral e nação natural a que acima me referi. Mas num outro plano de análise – o das comunidades políticas – o ensaísta distinguia Impérios e nações. Se os primeiros eram “agregações etnológicas inorgânicas, determinadas por um princípio de moral ou religiosa ou política”, as segundas traduziam-se na “unificação de todos os representantes de uma mesma individualidade etnológica num corpo político” (caso da Itália, da Espanha, da França ou da Alemanha)³⁶⁴. Note-se ainda que, referindo-se à Espanha no passado, considerava-a um “feixe de nacionalidades”. Tudo isto mostra que estava bem consciente da complexa problemática nacional da Europa da época.

O conceito de nação que adota surpreende pela sua modernidade: “uma reunião de homens congregados por um sistema de instituições fixas e gerais, e unidos, não só por um pensamento moral, mas também por laços de ordem civil, política, militar, intelectual”. Oliveira Martins era, aliás, a par de Herculano, dos raros historiadores que não adotava o termo nação de um modo anacrónico – estava bem consciente de que uma nação não é uma entidade natural e eterna, mas sim uma comunidade historicamente situada. É certo que a marca organicista está bem presente: “As nações são (...) seres colectivos, e o seu desenvolvimento é em tudo análogo ao dos seres individuais. A biologia, ou ciência da vida, abraça também, a história dos povos”. Mas logo esclarece que uma nação não é apenas um ser mecânico ou biológico, “mas sim humano – isto é, além de vivo, animado por uma ideia”³⁶⁵. Aqui se encontra uma das chaves do seu pensamento histórico: no tempo da sua maturação, quando alcança o seu momento culminante de grandeza, uma nação é comandada

³⁶⁴ Id., “Da moral religiosa...”, *Literatura e filosofia*, p. 283.

³⁶⁵ Id., *História da Civilização Ibérica*, 8.ª ed., Lisboa, 1946, p. 67 e pp. 212-213.

por um pensamento, uma alma nacional que se exprime, por excelência, nos seus grandes homens.

Aparentemente, nem sempre na *História da Civilização Ibérica* estes conceitos são utilizados com o mesmo critério. O autor tanto se refere ao plural “nações espanholas”, como se refere a uma “nacionalidade peninsular”. Lembre-se, contudo, que para Oliveira Martins, nacionalidade é “um agregado de homens a que uma tradição de ascendência comum dá uma base etnogénica”³⁶⁶ (compreende-se assim que considerasse Portugal uma nação, não uma nacionalidade: os Portugueses, povo cosmopolita, não correspondiam a uma unidade étnica). Tocamos aqui num ponto controverso: ao considerar que na Península apenas duas línguas (o castelhano e o português) haviam conservado total autonomia, correspondente a duas nações independentes, o historiador reduzia o catalão e o galego a um “estado de cultura literária”. É certo que no mesmo capítulo referia-se à formação das múltiplas unidades políticas em que se repartiu o território – os reinos de Leão, Castela, Aragão, Navarra e Portugal. Mas logo relativizava a relevância desse fracionamento na formação da nação peninsular e reconhecia a função agregadora de Castela-Leão naquilo que viria a chamar-se monarquia espanhola. Sem deixar de referir os outros reinos e culturas peninsulares, Oliveira Martins valorizava sobretudo o ponto de vista do todo peninsular. E dentro dele, duas nações: Portugal e Espanha. Nas suas palavras, “a unidade desta civilização, expressa por um dualismo político, aparece principalmente (...) quando a manifestação da sua energia atinge o ápice”³⁶⁷. A seu ver, este dualismo político não punha em causa um pensamento comum, ou seja a unidade de uma civilização bem caracterizada. Torna-se evidente que o historiador-ensaísta não desvalorizava a independência de Portugal, antes pelo contrário. A

³⁶⁶ Id., *Política e economia nacional*, 2.^a ed., Lisboa, 1954 (1885), p. 44.

³⁶⁷ Id., *História da Civilização Ibérica*, p. 258.

diferença portuguesa integrava-se, contudo, num todo civilizacional, aproximação sem a qual não seria compreensível.

Numa Europa em que a redefinição do mapa político era bem recente – lembre-se a unificação italiana no decénio de 1860, a Guerra Franco-Prussiana (1870-71) e a constituição do Império Alemão (1871) – a reflexão sobre o princípio das nacionalidades estava na ordem do dia. Em Espanha, o debate sobre a nação era bastante vivo³⁶⁸. Entre outras reflexões sobre a matéria, destaque-se a de Pi y Margall (1877) acerca dos fatores que explicam a formação das nações, em que negava os critérios linguístico e de uma suposta unidade rática na sua origem e dava o exemplo dos Portugueses: com afinidades étnicas e linguísticas com os espanhóis tinham-se, contudo, distanciado destes últimos, tornando-se-lhes estrangeiros. Adepto de uma federação política, Pi y Margall reconhecia a relevância das pequenas nações na dialética diversidade/unidade, um dos tópicos centrais da sua obra. E, deste ponto de vista, enaltecia o exemplo da história de Portugal³⁶⁹. Outras reflexões, a partir de perspetivas bem diversas, quer no que respeita ao conceito de nação quer no olhar sobre o passado são, em França, o texto clássico de Ernest Renan e em Espanha o de Cánovas del Castillo (1882) que tem com ele diversos pontos de convergência (caso do conceito de nação espiritual), mas também dele se demarca, nomeadamente em relação à conceção eletiva daquele historiador francês³⁷⁰.

³⁶⁸ A bibliografia produzida sobre o tema nos dois últimos decénios é muito vasta. Salientem-se, entre muitos outros, os estudos de José Álvarez Junco, Borja de Riquer, Justo Beramendi e Enric Ucelay da Cal, referidos na bibliografia final.

³⁶⁹ Francisco Pi y Margall, *Las nacionalidades* (introd. Juan Trias Vejarano), Madrid, 2002 (1.ª ed. 1877), pp. 63-64 e 105-114.

³⁷⁰ Ernest Renan, *Qu'est-ce qu'une nation? et autres essais politiques* (introd. de Joel Roman), Paris, 1992 (1882) e Antonio Cánovas del Castillo, "Concepto de nación", *Obras Completas*, I, Madrid, 1981 [1882], pp. 131-152. Veja-se a este respeito Pedro Ruiz Torres, "Representaciones del pasado en la cultura nacionalista española de finales del siglo XIX", *Los 98 Ibéricos y el mar*, vol. III, Madrid, 1998, pp. 144-148.

As vicissitudes da história da Europa desde os finais do século XVIII em que a Polónia perdera a independência política às perturbações da época napoleónica, seguidas pelo perturbado século XIX, da independência da Grécia e da Bélgica à Guerra Franco-Prussiana, mostravam precisamente que as nações e estados não são eternos, antes estavam em permanente mudança e rearrumação política. Poucos intelectuais portugueses estariam tão abertos a compreender este problema do princípio das nacionalidades num tempo de incerteza como Oliveira Martins. Na verdade, embora aderisse ao biologismo social então em voga e chegasse a referir-se a uma lei fundamental da história – o encontro entre povos e civilizações –, divergia do determinismo étnico (tal como Ernest Renan o faria) e não deixava de admitir a indeterminação no curso do devir. Demarcando-se de um necessitarismo excessivo, perfilhava, contudo, o conceito hegeliano de uma história como teatro onde o Espírito se revela³⁷¹.

Para além do debate sobre a questão nacional em que os nacionalismos periféricos começavam a ocupar um lugar destacado, num outro plano, internacional, desenvolvia-se há longa data um confronto entre hispanistas e hispanófobos³⁷². Sobre a Espanha dos finais do século XVI e do século XVII tinha-se difundido uma persistente lenda negra³⁷³ entre os protestantes holandeses e ingleses. Os espanhóis eram não raro vistos nesses meios culturais do noroeste europeu como bárbaros e fanáticos, sequiosos de riquezas. Os relatos dos viajantes europeus no século XVIII contribuíram para sedimentar a ideia de filósofos iluministas como Voltaire – uma nação dominada pelo fanatismo e pela superstição que administrava mal as riquezas

³⁷¹ Cf. J. P. de Oliveira Martins, *O Helenismo e a Civilização Cristã*, pp. 4-11.

³⁷² Uma boa orientação bibliográfica em Rafael Altamira, *Psicología del pueblo español*, Madrid, 1978, pp. 228 e ss.

³⁷³ Sobre a lenda negra veja-se Ricardo García Cárcel, *La leyenda negra. Historia y opinión*, Madrid, 1992 e Jesús Villanueva, *Leyenda negra. Una polémica nacionalista en la España del siglo XX*, Madrid, 2011.

ultramarinas. A Espanha era há muito um caso estudado no mundo anglo-saxónico. As obras do historiador americano William Prescott sobre os reinados dos Reis Católicos e Filipe II eram bem conhecidas entre as elites peninsulares³⁷⁴. Catolicismo e monarquia absolutista – em contraste com atributos positivos manifestos na Idade Média – teriam conduzido ao atraso, estagnação cultural, fraqueza e decadência moral. E a obra do inglês Henry Thomas Buckle – *History of Civilization in England* (1857) – constituía mais um passo na construção dessa imagem negra do lugar que os espanhóis ocupavam no mundo. Marcado pela filosofia positivista da história, Buckle esboçava uma história da civilização liderada pela Inglaterra e direcionada para a liberdade individual. Em contraste, fazia da Espanha um exemplo em que o progresso tinha sido violado: era, pois, um paradigma negativo, um exemplo a evitar.

Ora a *História da Civilização Ibérica* deve ser vista como uma resposta, pensada durante largos anos (pelo menos desde 1872), à tão difundida interpretação negativa da sua história e do seu carácter nacional: a lenda negra. Compreendem-se, assim, as questões centrais que ocupam o seu autor: qual a originalidade da civilização ibérica? Como se caracteriza o génio peninsular? Porque razões entrou a Espanha em decadência? Eram velhas questões, mas o mundo tinha mudado muito e eram necessárias novas respostas.

Não que Oliveira Martins negasse todo o diagnóstico traçado pelos historiadores anglo-saxónicos. Na verdade coincidia, em alguns pontos, com o drástico diagnóstico formulado por Buckle: o isola-

³⁷⁴ William Prescott, *History of the Reign of Ferdinand and Isabella the Catholic of Spain*, 2 vols., Londres, 1862 (1.ª ed., 1837) e id., *History of the Reign of Philip the Second of Spain*, 3 vols., Boston, 1855. Veja-se Richard. L Kagan, “Prescott’s Paradigm: American Historical Scholarship and the Decline of Spain”, *American Historical Review*, vol. 101, n.º 2, Abril 1996, pp. 429-430. Sobre a recepção das obras de Prescott em Espanha, veja-se Secundino Villoria e Juan Lanero, *La historia traducida. Versiones españolas de las obras de W. H. Prescott en el siglo XIX*, Leon, 1992. Também em Portugal as obras de Prescott eram conhecidas e citadas pelos historiadores.

mento em relação ao mundo; a ideia de que o indivíduo obedece às tendências do seu tempo e da nação em que se insere (caso de Carlos V); o poder da Igreja e das ordens religiosas nos séculos XVII e XVIII; a avaliação da política do reinado de Carlos III, ou as metáforas da decadência e morte da nação aplicadas àquela época. Mas o historiador português distanciava-se de argumentos centrais do criticismo anti-ibérico de Buckle: o medo, a intolerância e a superstição alegadamente devidos a frequentes catástrofes naturais como os sismos na origem da corrupção do carácter espanhol; a caracterização deste carácter – Buckle negava a propensão dos espanhóis para a independência e a liberdade, bem como a sua ombridade, acentuando, ao invés, a sua reverência e o carácter pastoril; a interpretação das beatrias, dos municípios e da revolta dos *comuneros* (segundo Oliveira Martins, o historiador inglês teria esquecido tudo isso, bem como o facto de grande parte do território espanhol não ser sujeito a sismos). O que sobretudo censurava ao britânico era o facto de reduzir as suas fontes aos “documentos da decadência”, fazendo a história obedecer a um preconceito político. Na verdade, Buckle valorizava bastante a função da opinião pública no êxito das reformas políticas – daí as restrições que formulava em relação à continuidade e sucesso de monarcas como Filipe V e Carlos III, o progresso que promoveram teria sido interrompido pelos seus sucessores e até pelo próprio espírito nacional espanhol³⁷⁵. Como se todos os povos fossem como os ingleses, dirá Oliveira Martins:

“A regra de Buckle de que uma civilização só é progressiva quando o povo reage, porque só a fraqueza dos governos faz a força das nações, traduz a mesquinha pretensão de subordinar todos

³⁷⁵ Henry T. Buckle, *History of Civilization in England*, 4.^a ed., vol. II, Londres, 1864 (1.^a ed., 1857), pp. 113-130.

os génios ao génio britânico, e o processo de desenvolvimento de todas as civilizações ao da civilização inglesa”³⁷⁶.

O autor da *História da Civilização Ibérica* não podia ser mais explícito na rejeição da tese de Buckle. Preferia a historiografia alemã de um Ranke e de um Gervinus, “espíritos superiores aos preconceitos de escola e de partido, eminentemente científicos e objectivos” na visão que deixaram da Espanha do século XVI, dos descobrimentos e conquistas ultramarinas³⁷⁷. E, na verdade, no seu intento de compreender e não de julgar, bem como na sua distância crítica em relação a um ponto de vista estreitamente nacional, Oliveira Martins aproximava-se de Leopold von Ranke.

Outro tópico controverso com que o Autor português se confronta é o das origens dos povos peninsulares. Quem eram os Iberos? Embora não perfilhasse uma atitude de determinismo étnico (que criticava aliás em Teófilo Braga), como homem do seu tempo Martins era sensível à questão, tanto mais que, no quadro do biologismo então aceite, ela se prendia com a originalidade das culturas peninsulares. E o seu tempo era o de uma terminologia muito difundida desde os finais do século XVIII, por um Herder ou Mme de Stael – *raça, alma nacional, carácter* – que levava os intelectuais europeus a uma persistente indagação das origens étnicas e linguísticas dos povos europeus. Admitia-se geralmente que estes eram Arianos, indo-europeus, vindos do Oriente numa migração recuada. Ora no que respeita aos Iberos, Oliveira Martins aceitava a tese da sua origem africana que o historiador alemão Niebhuhr formulara e que autores

³⁷⁶ Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*, p. 39. Note-se que esta crítica explícita a Buckle não está presente na primeira edição da obra: foi acrescentada na segunda edição, na sequência da crítica de Teófilo Braga que adiante consideraremos.

³⁷⁷ Oliveira Martins refere na bibliografia da *História da Civilização Ibérica* a *Histoire des Osmanlis et la monarchie espagnole pendant les XVI et XVII siècles*, Paris, 1839, de Ranke.

como o antropólogo espanhol Francisco María Tubino tinham adotado, invocando os estudos sobre megalitismo e craniologia³⁷⁸. Não sendo nova, esta tese estava longe de reunir consenso na época e é hoje considerada sem fundamento. Do lado português, Teófilo Braga logo manifestou a sua discordância a este respeito³⁷⁹. Em Espanha, Modesto Lafuente, cuja influente obra constituía como que o paradigma da historiografia nacional, perfilhara uma tese bem mais comum: os primeiros povoadores da península Iberos e Celtas teriam vindo da Ásia³⁸⁰. Pelo seu lado, Juan Valera negava qualquer influência berbere e até árabe na civilização ibérica. Para o escritor, aquando da queda do Império Romano, a Espanha seria até a nação mais marcada pela civilização europeia de matriz clássica, grega e romana. O espanholismo estaria já definido por essa altura, sem que povos como os suevos, alanos, vândalos ou berberes o tivessem modificado. Sem deixar de louvar as qualidades da *História da Civilização*

³⁷⁸ Francisco María Tubino, *Los aborígenes ibéricos los Bereberes en la Peninsula*, Madrid, 1876, p. 117. Note-se, contudo, que Tubino (tal como Oliveira Martins) se opunha à ideia de uma unidade étnica e civilizacional dos Iberos. Por seu lado, Joaquín Costa valorizava a componente árabe e berebere nas origens étnicas e culturais da nação espanhola. David Parra Monserrat, *La Narrativa del Africanismo Franquista: Génesis Y Prácticas Socio-Educativas* [policop.], Valencia, 2012, pp. 28-31. A origem africana dos Iberos será também defendida pelo hispanista alemão A. Schulten e por Miguel de Unamuno. E considerada inconsistente por Julio Caro Baroja.

³⁷⁹ Teófilo Braga, “História da Civilização Ibérica”, *O Positivismo*, vol. 1, 5, Junho-Julho, 1879, pp. 388-389. Teófilo reconhecia a afinidade de dolicocefalia entre bascos e berberes mas opinava que daí não se podia deduzir que os Iberos fossem africanos. Em contrapartida, sublinhava a forte componente semítica (fenícios, cartagineses, judeus e árabes) nas populações peninsulares, na base da sua tendência separatista. A seu ver, Oliveira Martins não teria visto um fenómeno capital da oscilação entre a tendência para a unificação e a tendência para o separatismo, já assinalada por Pi y Margall.

³⁸⁰ Em 1821, W. von Humboldt sustentara esta componente celta e ibérica da população hispânica vd. Fernando Wulff, *Las esencias patrias. Historiografía e Historia Antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*, Barcelona, 2003, p. 139. Sobre Modesto Lafuente veja-se Mariano Esteban de Vega, “Castilla y España en la Historia general de Modesto Lafuente”, *¿Alma de España? Castilla en las interpretaciones del pasado español* (Antonio Morales e Mariano Esteban Eds.), Madrid, 2005, pp. 87-140, e Juan Sisinio Pérez Garzón, “Modesto Lafuente, artífice de la Historia de España”, prólogo a Modesto Lafuente, *Historia general de España. Discurso preliminar*, Pamplona, 2002, pp. IX-XCVII.

Ibérica e a atividade intelectual de Oliveira Martins, Valera distanciava-se, pois, do africanismo:

“Tal manera de discurrir me parece poco fundada por varias razones; porque no es evidente que seamos más bereberes que otra qualquiera casta, y porque, aun siéndolo, no es lícito afirmar, en todos los bereberes habidos y por haber, cierta irremediable propensión á mil cosas malas: cierto fermento o levadura viciosa en la masa de la sangre”³⁸¹.

Mas para Oliveira Martins, mais do que as origens étnicas – problemática sempre obscura – relevante se lhe afigurava aproximar as características do carácter de berberes e espanhóis: a ombridade e a independência a marcarem um génio comum que, embora sob formas diversas (islamismo, cristianismo) se exprimia também no fanatismo. Além disso, Martins sublinhava bem a relevância da presença árabe e da sua tolerância religiosa, bem como o papel cultural e político (mas não étnico, ao invés do que pretendia Teófilo) dos moçárabes, que teriam vitalizado a vida municipal à medida que o processo da reconquista avançava. O que, evidentemente, não sucedera na Europa central. Para Oliveira Martins a ocupação árabe não mudou as estruturas. Na linha do arabista José Antonio Conde³⁸², valoriza o seu contributo civilizacional e a sua tolerância. Integra-os no património hispânico e questiona até a usual expressão “conquista” aplicada à imposição do seu domínio. Distanciava-se assim de uma tradição historiográfica que considerava o legado islâmico alheio à tradição nacional. Entre muitos outros, Lafuente assumira esta posição. Longe do ponto de vista primário segundo o qual poderia ter havido

³⁸¹ Juan Valera, “Historia de la Civilización Ibérica”, *Revista de España*, t. cxviii, n.º 467, p. 298.

³⁸² José Antonio Conde, *Historia de la Dominación de los Árabes en España*, Paris, 1840.

substituição de raças, Oliveira Martins acentuava a ideia – que ainda hoje se afigura pertinente – da permanência da população hispano-romana durante e depois do domínio muçulmano. A relevância dos moçárabes, já assinalada por Herculano (e exagerada por Teófilo Braga), prende-se com o seu papel na dinamização económica dos concelhos e explica, a seu ver, a singularidade da Península na Europa medieval: a ausência de feudalismo “sistemático”.

O autor estava bem consciente do carácter multiétnico e multicultural – como hoje é comum dizer-se – da Espanha medieval, com muito diversas origens – judeus, mouros, francos, etc. –, que, nas suas palavras, aumentaram “a complexidade dos elementos componentes da futura sociedade peninsular”³⁸³. Os estudos orientalistas em França, assentes numa sólida tradição de aprendizagem das línguas orientais e no interesse pelo mundo islâmico³⁸⁴ contribuíram, decerto, para esta visão. Os historiadores liberais e republicanos tendiam a valorizar esta diversidade – embora não esquecessem a relevância da unidade católica na construção da unidade política. Todavia, o modo de ver o legado árabe não reuniu consenso na cultura histórica do século XIX. Alguns católicos e tradicionalistas (mas também parte significativa da tradição liberal) consideravam o Al-Andaluz e os orientalismos exteriores à identidade nacional espanhola. E se muitos arabistas salientavam a componente étnica semítica na origem dos espanhóis, é de admitir que a maior parte deles fosse católica, identificando o Islão com atraso. As virtudes que estes arabistas viam na cultura árabe na península estavam no substrato hispânico³⁸⁵. E até historiadores do cristianismo como Ernest Renan não hesitavam em considerar o desenvolvimento intelectual

³⁸³ Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*, p.157.

³⁸⁴ Cf. Gabriel Martínez Gros, “L’historiographie des minorités dans l’Espagne des années 1860», *Nations en quête de passé* (dir. Carlos Serrano), Paris, 2000, pp. 55-57.

³⁸⁵ David Parra Monserrat, *op. cit.*, p. 39 e pp. 43-44.

dos árabes superior ao das nações cristãs e de ver nas instituições e práticas políticas dos berberes a expressão de um ideal democrático. Oliveira Martins retomou estas ideias³⁸⁶.

A compreensão que Oliveira Martins nos dá dos períodos de domínio romano, visigótico e árabe, embora ultrapassada em diversos aspetos, encerra pontos de vista ainda hoje válidos, pela pertinência da sua intuição. A seu ver, todos estes períodos teriam contribuído, cada um deles à sua maneira, numa sucessão de domínios políticos que antecedem a constituição dos reinos cristãos medievais, para forjar um sentido de unidade civilizacional. O que se afigura válido. Os Visigodos teriam deixado escassa influência na população preexistente. Em contrapartida, no que respeita ao período do seu domínio, Oliveira Martins valoriza o carácter eletivo da monarquia, os concílios a sua subordinação a uma ideia teocrática: o cristianismo e a Igreja terão desempenhado uma função relevante na legitimação da monarquia e na construção da unidade nacional. Na verdade, em diversos momentos o autor acentua a função do cristianismo e, em especial, do catolicismo no passado e até na construção do futuro, identificando-o com a alma nacional, nos grandes sucessos e nos momentos de decadência. A ideia estava aliás em voga entre os historiadores liberais moderados (caso de Modesto Lafuente) e católicos conservadores, ligados à Real Academia de la Historia³⁸⁷. Oliveira Martins insistia no entusiasmo religioso – que, note-se, já o historiador americano William Prescott assinalara – e no misticismo associados ao heroísmo no seu melhor – traços, todos eles, dessa identidade que na sua perspetiva essencialista permanecia na história: o génio peninsular. Mas são esses mesmos traços identitários que, no entender do historiador português, motivaram a introdução da Inquisição

³⁸⁶ Decerto baseado em Ernest Renan, *Mélanges d'histoire et de voyages*, Paris, Calmann Lévy, 1878, e A. Haneteau e Letourneux, *La Kabylie*, Paris, A. Challanel, 1873.

³⁸⁷ Veja-se Benoît Pellistrandi, *Un discours national? La Real Academia de La Historia entre science et politique (1847-1897)*, Madrid, 2004, pp. 206-222.

e da Companhia de Jesus no século XVI e conduzem à “purificação da fé” (tópico que será mais tarde adotado pelo ensaísta António Sérgio). Esse mesmo carácter nacional explicaria a grandeza e a ruína da Espanha. Nesta ideia dialética, a decadência era indissociável da grandeza anterior, encontrava-se nela inscrita. Oliveira Martins distanciava-se a este respeito claramente dos historiadores liberais (e até do seu amigo Antero de Quental) que, numa lógica causalista, estavam sobretudo empenhados em identificar os responsáveis do declínio, entre eles, a Inquisição e a Companhia de Jesus, consideradas instituições estrangeiras, exteriores à nação.

E no que respeita à forma do estado? Como perspetivava a relação entre o centro e as regiões? E a experiência imperial? Aproveitando a interpretação municipalista de Herculano, Oliveira Martins leva-a mais longe: os concelhos, unidades políticas “quase independentes”, teriam chegado a constituir uma federação política, perdendo no entanto a sua autonomia no século XIV, quando Afonso XI passara a nomear os alcaides e jurados municipais. Por momentos, a argumentação histórica de Oliveira Martins parece deixar a porta aberta para a justificação de um regime político federal. Mas depressa essa impressão se desvanece. Não se esqueça que o autor criticara em termos muito claros de uma história tribunal que avaliava negativamente todo o percurso histórico da península, do domínio romano à monarquia absoluta, para sublinhar a necessidade de um fim no federalismo político³⁸⁸. E a sua evidente valorização do “cesarismo democrático”, da monarquia absoluta – associando-o à afirmação do carácter independentista –, que se define com D. João II em Portugal e, sobretudo, com os Reis Católicos em Espanha, não deixa margem para dúvidas. Oliveira Martins idealizava esse momento solar de construção do estado absoluto. A crítica de Teófilo Braga à obra só

³⁸⁸ Cf. J. P. de Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*, Introdução, III. “O carácter e a história”.

confirma a profunda divergência de pensamento histórico e de cultura política que separava os dois autores: o autor da *História da Civilização Ibérica* não teria visto que a tendência separatista e federalista se devia à forte componente rática de origem semítica e que a decadência se teria ficado a dever à imposição do unitarismo monárquico e católico³⁸⁹. Ao invés de Teófilo e da historiografia liberal e republicana, que exautorava em termos definitivos os longos períodos de centralização do poder estatal e de afirmação da unidade hispânica, Oliveira Martins levava a sua idealização do génio peninsular ao ponto de considerar que a Espanha sempre fora uma democracia, até mesmo no século xv: uma “democracia presidida por uma monarquia”³⁹⁰. Esta fora, de resto, a ideia sustentada por Donoso Cortés em 1838 e, posteriormente, por um número considerável de historiadores académicos espanhóis de todos os setores políticos³⁹¹. Oliveira Martins vai mais longe: na sua conceção dialética, associou o cesarismo a essa democracia, referindo-se a um “cesarismo democrático”. Significativo é que considere Carlos V o primeiro rei moderno da Europa como chefe de uma nação, enquanto a Alemanha, a França e a Itália estariam ainda dominadas pelo feudalismo. Mesmo no tempo de D. João III ou de Filipe II, insiste, a Espanha não era governada pelo clero: zelosos do poder da Coroa, estes “reis-sacerdotes” terão reforçado o seu poder político, inclusivamente através da Inquisição.

³⁸⁹ Teófilo Braga, *op. cit.*, pp. 389-391.

³⁹⁰ J. P. de Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*, p. 202 e p. 326. Oliveira Martins chega ao ponto de considerar que a sociedade romana era uma democracia e que, antes do domínio muçulmano, havia uma organização de “democracia municipal governada por uma aristocracia de origem germânica” (p. 142).

³⁹¹ Benoît Pellistrandi, *op. cit.*, pp. 274-276, e Javier Fernández Sebastián, “Democracia”, *Diccionario político y social del siglo XIX español* (dir. J. Fernández Sebastián e J. Francisco Fuentes), Madrid, 2002, p. 221. Mais tarde, António Sardinha retomaria esta ideia, inspirando-se em parte em Fustel de Coulanges.

A este respeito, a interpretação histórica de Oliveira Martins contrasta também com a de Alexandre Herculano e dos primeiros teóricos do liberalismo, que viam na centralização do Estado moderno o princípio da decadência. Por outro lado, opunha-se à teoria de Teófilo Braga. Ao invés deste último, Oliveira Martins não valorizava a ação do povo na evolução das sociedades e na sua compreensão histórica. Para ele, a chave do progresso encontra-se no pensamento e na vontade das elites e dos grandes homens, não nas massas (embora não fosse essa a sua intenção, Oliveira Martins era assim coerente com o socialismo catedrático que, entre outros tópicos, sustentava a necessidade de um estado forte, protetor, reformista). Compreende-se, pois, que aderisse à ideia então muito difundida na historiografia liberal de que a representação do Terceiro Estado nas cortes se aliou à Coroa contra os nobres. Quer isto dizer que esquecesse completamente o povo na construção da sua narrativa historiográfica? Não creio. Embora a sua atenção se centre em instituições, caracteres e biografias, não deixa de prestar atenção às classes sociais e às atividades económicas. E até, embora marginalmente, à pintura do século XVII como expressão da alma espanhola e do seu misticismo (Zurbarán, Ribera, Murillo). Sobretudo põe em evidência as mentalidades coletivas (sem empregar este conceito), o espírito da época, as tendências do tempo.

Outro aspeto que convém notar na *História da Civilização Ibérica* é o conceito de heroísmo e de herói. Se o heroísmo é uma das componentes essenciais (a par do entusiasmo religioso) do génio peninsular, o herói é aquele cujo pensamento e ação exprime superiormente o espírito nacional. É o conceito hegeliano, segundo o qual o herói é como que a síntese da alma nacional. O que quer dizer que Oliveira Martins vê nos grandes homens a expressão suprema da originalidade da civilização ibérica. A idealização do génio peninsular leva-o a sobrevalorizar o seu espírito de “individualismo heróico”: este teria sido superior ao dos homens de toda a Europa moderna.

O historiador seleciona algumas das figuras típicas desse carácter peninsular: Santo Inácio de Loyola, paradigma do misticismo peninsular e figura épica; o imperador Carlos V que um acaso teria colocado à frente da monarquia espanhola e que enaltece no seu génio político; o poeta Camões, figura já largamente reconhecida na Europa oitocentista na qual vê “a essência do génio peninsular”, num tempo em que Portugal teria sido “o intérprete” da civilização ibérica no mundo, o século XVI. Estes e outros heróis³⁹² são homens representativos no sentido que Emerson atribuía ao termo. São heróis à maneira de Carlyle. Representam tendências e ideias do seu tempo. Mas também exprimem sentimentos inconscientes. São comandados por um dever-ser, e, todavia, não deixam de ser humanos: “Todo o homem tem em si a semente de que se fazem os heróis”³⁹³.

Para além da etnia e do génio comuns dos povos peninsulares, o historiador diferencia o heroísmo português do espanhol. A este respeito, sonda a psicologia coletiva tão em voga no seu tempo, no seu impressionismo caracterológico: “O sentimento afectivo, o sentimento heróico, são mais suaves e tristes, mais graves e dignos, mais amplos, mais iguais, mais épicos nos portugueses; mais dramáticos e ruidosos nos espanhóis”³⁹⁴. E na história ultramarina distingue o “drama castelhano” da “tragédia portuguesa”. Unidade de civilização e diversidade nacional continuam a ser uma chave explicativa da perspectiva peninsular integrada de Oliveira Martins. Este era, aliás, um dos problemas com que se confrontava a historiografia espanhola da época: perante o desafio suscitado pelos nacionalismos culturais periféricos (os “regionalismos”), como construir uma

³⁹² Oliveira Martins não esquece, todavia, a referência a outras figuras maiores como Gil Vicente, Cervantes, Calderon de la Barca, Lope de Vega ou Santa Teresa de Ávila, e ainda a navegadores e conquistadores.

³⁹³ Id., *História da Civilização Ibérica*, p. 253.

³⁹⁴ Id., “Os povos peninsulares e a civilização moderna”, *Política e história*, vol. 1, pp. 226-227.

narrativa nacional de toda a Espanha? Menéndez Pelayo, Juan Valera e Sánchez Moguel procuram responder ao problema, de um ponto de vista castelhano.

Sublinhe-se que na *História da Civilização Ibérica* não há uma ideia linear de evolução, uma teleologia da história que aponte para a necessidade de uma revolução ou de um regime federal como ponto último de chegada, como final do percurso histórico das nações peninsulares. Também aqui reside a singularidade da sua perspetiva. Oliveira Martins distanciava-se de um modo inequívoco do radicalismo revolucionário que inspirara a Revolução Francesa e do republicanismo federal que chegara ao poder na I República Espanhola. E, todavia, como já observámos, há na sua narrativa uma ideia difusa de destino promissor a cumprir, uma ideia de necessidade histórica segundo a qual há condições e processos que se sobrepõem à vontade individual e em certas circunstâncias a comandam: por exemplo, ao fazerem doações de terras aos nobres, os monarcas medievais do tempo da Reconquista obedeciam à “fatalidade das condições” da época. O Autor chegava a admitir que enquanto organismos, as sociedades são regidas por leis, por um princípio vital, uma espécie de força ingénita que, no entanto, não explica tudo, porquanto para além dela há uma dimensão espiritual, um carácter coletivo, um mistério que sempre resistem à racionalidade científica.

Sendo assim, no seu ponto de vista compreensivo, não tinha sentido julgar personalidades e factos do passado. “Em vez de condenar, expliquemos pois”, diz ele a encerrar a introdução da obra. Ou seja, havia que separar história e doutrina política, história e sentimento patriótico. Conseguiu Oliveira Martins manter-se fiel a este propósito de distância crítica e imparcialidade em relação a ideologias e preconceitos políticos em voga na época? Deve reconhecer-se que fez um esforço muito meritório nesse sentido. Exemplos disso são a clara distinção entre as cortes medievais e os parlamentos oitocentistas (a identificação de umas e outros era muito

comum na historiografia liberal, procurando assim justificar a necessidade destes); um conceito de nação que, como se viu, nada tem a ver com a ideia abstrata em voga entre os teóricos do nacionalismo da época – a nação como uma entidade absoluta e eterna, identificada linearmente com uma raça; a consciência da relevância da diversidade étnica da sociedade hispânica medieval: judeus, árabes, francos, etc.; a compreensão histórica dos descobrimentos e conquistas ultramarinas tendo em conta as suas consequências necessárias, negativas algumas (caso da escravidão e do desenvolvimento do utilitarismo), outras muito positivas para o futuro da humanidade (alargamento do conhecimento e difusão do crédito), demarcando-se assim de toda uma corrente crítica da expansão ultramarina, incluindo a filosofia da história de Alexandre Herculano que interpretava muito negativamente essa época, identificando-a com a decadência (Antero de Quental retomara esta ideia em 1871); a apreciação das personalidades históricas e da sua ação política no contexto histórico em que viveram e não seguindo critérios doutrinários do presente (Oliveira Martins criticava Herculano por este último qualificar o rei português D. João III de “fanático” e “inepto”, esquecendo a sua sinceridade e o facto de obedecer ao espírito do seu tempo e do próprio carácter peninsular – a exaltação religiosa); a noção de que a compreensão histórica – por exemplo no que respeita à “decadência” das nações peninsulares – não pode reduzir-se à lógica explicativa causa/efeito então corrente nas ciências humanas: há uma complexidade causal e, sobretudo, um princípio de indeterminação e acaso que não aconselham a aplicação redutora do paradigma causalista newtoniano às sociedades humanas.

Mas a idealização da Espanha e do génio peninsular levava o autor a exagerar os seus encómios à civilização ibérica, deixando-se levar pelo seu patriotismo ideal, hispânico. Índícios dessa atitude podem notar-se quando sobrevaloriza a força dos antigos municípios romanos (que supostamente teriam forjado cidadãos) e das classes

médias, quando ao valorizar este municipalismo e a tradição imperial que colocava restrições ao sistema feudal considera a Península superior às outras nações feudais europeias ou quando, indiferentemente, aplica o conceito de democracia a todo o percurso histórico das sociedades peninsulares, incluindo o período de domínio romano. O enaltecimento das políticas de monarcas como D. João III e Carlos V (a quem chama monarcas-sacerdotes) aponta também nesse sentido.

Houve quem visse na *História da Civilização Ibérica* uma justificação da necessidade de um estado forte (a par da negação do federalismo) como condição de grandeza nacional. Assim o entendeu certamente um categorizado estudioso do pensamento de Oliveira Martins, ele próprio um hispanista confesso: Fidelino de Figueiredo³⁹⁵. O que significa que embora sustentasse prevenções em relação à instrumentalização política do passado, como homem do seu tempo e cidadão empenhado na *res publica*, com a sua formação cívica e cultural, o historiador não deixou de ser permeável ao seu ideário. Outras obras de Oliveira Martins são exemplos dessa história-tribunal e desse anacronismo que ele, antecipando os cuidados críticos da melhor historiografia do século xx, fustigou de um modo certo na *História da Civilização Ibérica*. É o caso da *História de Portugal* e do *Portugal Contemporâneo*, no que respeita ao modo controverso como julgou a maior parte dos monarcas da dinastia de Bragança ou (com raras exceções) os políticos da monarquia liberal portuguesa no século xix. Contradição do autor? Pode admitir-se. No entanto, sublinhe-se que o ponto de vista e o método adotado nestes últimos livros é outro – a história entendida como drama humano, com heróis e vilões, com caracteres típicos, na intenção realista de ressurreição integral do passado entendida em grandes quadros históricos à maneira de Jules Michelet.

³⁹⁵ Fidelino de Figueiredo, *História d'um "Vencido da Vida"*, Lisboa, 1930, pp. 92-93.

um conceito esquecido?

Tendo em vista o seu carácter sintético e inovador, o conceito de civilização ibérica poderia ter tido maior ressonância. Ainda assim, foram numerosas as recensões da obra e a correspondência de Oliveira Martins (grande parte dela inédita) revela uma receção muito favorável da obra³⁹⁶, que teve mais duas edições portuguesas revistas em vida do autor (1880 e 1885). O empenho que o seu autor teve em que fosse traduzida, bem como a abundante correspondência que desenvolveu com intelectuais espanhóis mostram bem a sua preocupação em divulgá-la em Espanha. Sendo assim, é inevitável a pergunta: porque razões Oliveira Martins não continuou a usar o conceito de *civilização ibérica* noutros textos de circunstância em que regressou à problemática das relações entre Portugal e Espanha? A questão é tanto mais pertinente quanto este tópico teve considerável fortuna não apenas em Portugal como em Espanha, incluindo a Catalunha, pelo menos até aos anos 30 do século seguinte³⁹⁷.

Nas *Cartas Peninsulares*, derradeiro testemunho da sua paixão por Castela, crónicas de viagem pela Meseta, escritas no último ano da sua vida³⁹⁸, nunca topamos com o conceito. Nem tão-pouco nos diversos artigos de imprensa periódica que dedicou às relações com a Espanha, no decénio de 1880 e nos primeiros anos 90. É certo que Oliveira Martins defendeu a aliança diplomática prioritária com este país e não a aliança luso-britânica de que era um crítico sistemático. Martins era apologista da aproximação com a Espanha,

³⁹⁶ Sérgio Campos Matos, “Una perspectiva peninsular y transnacional sobre España y Portugal”, J. P. de Oliveira Martins, *Historia de la civilización ibérica*, Pamplona, 2009, pp. XLIX- LXXII.

³⁹⁷ Veja-se a este respeito Id., “Civilisation ibérique: genèse et fortune d’un concept”, *Langages de l’identité et de la différence. Classes, “castas” et races dans le monde iberoaméricain* (Ed. Fátima Sá e Melo Ferreira, Lúcia Bastos e Joelle Chassin), Paris (no prelo).

³⁹⁸ Publicadas postumamente (1895) pelo seu irmão Guilherme de Oliveira Martins.

argumentando com a experiência histórica. Por exemplo, em 1885, perante o conflito diplomático entre o Império alemão e a Espanha a propósito das ilhas Carolinas, num contexto de afirmação das grandes potências na Europa e no mundo, Martins não hesitava em defender esta posição. A seu ver, Portugal teria ficado desfavorecido, sempre que estivera contra a Espanha no passado: em 1641, perdera o domínio do Oriente, em 1801, grande parte da sua marinha, e em 1807-10, desenhava-se a perda do Brasil³⁹⁹. Ao mesmo tempo, embora continuasse a admirar profundamente a Espanha, alertava para o risco do iberismo, tendo em conta a afirmação da teoria das grandes nações e o facto de a ideia de união ibérica estar viva em todos os partidos espanhóis como “instinto”. Delineava até uma estratégia geral para lhe resistir: não tanto com a força das armas mas com tino, ciência e bem-estar⁴⁰⁰. A crise de 1890-92 e o Ultimatum britânico acentuariam a convicção da necessidade da aliança espanhola, justificada por motivos de diversa ordem, entre outros a identidade das duas nações, quer do ponto de vista das suas aspirações no mundo, quer da “comunidade de génio e de história”⁴⁰¹. Só aliados, Portugal e Espanha poderiam “contar nos conselhos europeus como uma grande potência, capaz de infundir respeito ou medo, protegendo assim *o grande império colonial latino, isto é, luso-hispânico, espalhado por todos os continentes do mundo*”⁴⁰². Há uma ideia simultaneamente defensiva e ofensiva nesta intenção de regenerar um império luso-hispânico, algo de utópico (que o próprio historiador reconhecia) e messiânico, de resto já inscrito no último parágrafo da *História da Civilização Ibérica*, que, como vimos, transbordava de optimismo e

³⁹⁹ J. P. de Oliveira Martins, “Espanha, a guerra e nós”, *A Província*, vol. I (texto de 7-09-1885), Lisboa, 1958, pp. 221-222.

⁴⁰⁰ Id., “Portugal e Espanha”, *O Repórter*, 8-03-1888, Lisboa, 1958, pp. 227-229.

⁴⁰¹ Id., “Alianças”, *Política e história*, vol. II, Lisboa, 1957, pp. 259-271.

⁴⁰² Id., *idem*, p. 265.

confiança no futuro: ainda um dia a Espanha voltaria a ser grande. Ideia promissora que exprime uma teoria cíclica da história de Espanha à maneira de Vico que já tinha de resto sido formulada por outros historiadores, caso do francês Charles Romey⁴⁰³, e, nos finais do século, por Ángel Ganivet também crente numa futura idade de ouro⁴⁰⁴. Não por acaso, em 1921, num Congresso Científico luso-espanhol, Ricardo Jorge (outro adepto de uma comunidade espiritual hispânica) retomaria as palavras de Oliveira Martins: “cremos numa vindoura Hispânia mais nobre e mais ilustre ainda que a do século XVI”⁴⁰⁵.

Talvez agora se torne mais claro por que razões Oliveira Martins não voltou a usar o conceito de civilização ibérica (embora, como vimos, expusesse a intenção de uma Liga Ibérica). Em primeiro lugar há que referir que, a partir de 1885, abandonando o seu projeto da “Biblioteca das Ciências Sociais, iniciara a sua intervenção mais direta no campo político, do lado do Partido Progressista de Anselmo Braamcamp. O que evidentemente o distanciava ainda mais do iberismo – até mesmo do iberismo cultural. Por outro lado, na conjuntura internacional dos anos 80, as ameaças sobre as pequenas potências adensavam-se, quer na Europa quer à escala global. A memória da Guerra Franco-Prussiana de 1871 permanecia bem viva e o imperialismo e expansão colonial estavam na ordem do dia. O que o levou, como vimos, a valorizar a aliança espanhola e a esboçar uma estratégia hispano-americanista. Mas o seu sucesso na República das Letras peninsular não terá deslumbrado o

⁴⁰³ Charles Romey, *Histoire d'Espagne*, Paris, 1858, p. iv.

⁴⁰⁴ Ángel Ganivet, *Idearium Español*, 2.ª ed., Madrid, 1905 (1898), pp. 178 e ss. Há aliás muitas afinidades entre os dois autores. Tal como Oliveira Martins, Ganivet não via como viável uma confederação política ibero-americana que considerava um ideal de tão difícil realização que tocava “en las esferas de lo imaginario”. Admitia, contudo, uma “confederação intelectual ou espiritual”, pp. 118-119.

⁴⁰⁵ Ricardo Jorge, *A Intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro* (pref. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos), Porto, 1921, p. 52.

historiador. E a expectativa que alimentou durante anos de intervir no campo da política – incluindo a governação – em Portugal não estimulava, antes pelo contrário, o recurso ao tópico *civilização ibérica*.

Em 1879, na *História da Civilização Ibérica*, Oliveira Martins deu vida a um conceito em que se exprimiu um olhar descentrado sobre Portugal e o seu percurso histórico – um conceito voltado para a dimensão espiritual e cultural (não tanto para a dimensão material), aberto a um plano transnacional e multiétnico, tanto no que respeita ao passado distante como ao futuro. Numa época em que se afirmavam os determinismos étnicos na Europa e o darwinismo social encontrava terreno fértil para se difundir (o próprio Oliveira Martins não lhe foi imune), o conceito de civilização ibérica distanciava-se da tendência no sentido de reduzir a compreensão das nações ao fator orgânico. A singularidade desta civilização resultara, para Oliveira Martins, do encontro da Europa e das suas sociedades com um fundo civilizacional e étnico de origem extraeuropeia, africana, árabe, berbere. O olhar de Martins descentrava-se para integrar a alteridade. Atento à geografia e à escala de um *dentro*, o autor não esquecia o *fora*. E chega a afirmar que o que há de mais íntimo no génio peninsular é extraeuropeu. Estamos já distanciados de um conceito abstrato e unilinear de civilização no singular, dominante até meados do século XIX.

No essencial (mas não na forma), o conceito de civilização ibérica já estava presente em 1875 na *Revista Ocidental*. Foi uma resposta pensada durante anos, a uma interpretação negativa da história da Espanha e do seu carácter nacional, muito difundida em França e no mundo anglo-saxónico e protestante, e a que, em meados do século XIX, haviam dado expressão historiadores de língua inglesa como William Prescott e Thomas Buckle.

O conceito de civilização ibérica teve também significativa, embora discreta fortuna nas culturas de elite peninsulares – caso, entre

outros, de Fernando Garrido⁴⁰⁶ em Espanha ou, já no século xx, de Fernando Pessoa⁴⁰⁷ em Portugal. No entanto, não chegou a ter em Portugal uma expectativa de futuro que se tornasse apelativa. Nem podia ter, num contexto em que dominava uma cultura histórica nacionalista centrada no referente identitário nação e muito voltada para o passado. Era, como hoje se diz, uma expressão politicamente incorreta, tanto mais quanto, desde 1885 Oliveira Martins se envolvia mais diretamente na vida política. Em contrapartida, em Espanha a ideia iberista mantinha-se viva e a resistência aos regionalismos e aos nacionalismos periféricos era evidente da parte de intelectuais como Menéndez Pelayo e Juan Valera. Compreende-se, pois, o acolhimento que a *História da Civilização Ibérica* teve neste país e na América hispânica⁴⁰⁸: ia ao encontro da leitura unitária que aqueles autores desenvolviam da Espanha e do seu lugar no mundo.

para uma comparação com a Geração de 98

O Sexénio Democrático (1868-74), a crise internacional de 1890-92 e a Guerra Hispano-Americana de 1898, em cenários internacionais marcados pela era dos impérios e pelo darwinismo social, em Espanha e Portugal, velhos impérios em recessão – “dying nations” lhes chamou Salisbury nesse último ano – as elites viveram uma consciência de crise que afinal é uma das características da modernidade cultural e estética. Os intelectuais ganharam nesses contextos – sobretudo no final do século – um especial protagonismo. As chamadas

⁴⁰⁶ Fernando Garrido, *Los Estados Unidos de Iberia*, Madrid, 1881, pp. 104-105.

⁴⁰⁷ Fernando Pessoa, *Ibéria, Introdução a um Imperialismo Futuro* (Ed. de Jerónimo Pizarro e Pablo J. Pérez López), Lisboa, 2012 (texto datado de c. 1916), pp. 119-120.

⁴⁰⁸ Está por fazer um estudo da fortuna do conceito de civilização ibérica no mundo ibero-americano. Algumas pistas no meu estudo “Una perspectiva peninsular y transnacional sobre España y Portugal”, p. LXXI.

Geração de 70 em Portugal e a Geração de 98 em Espanha viveram momentos de afirmação dos intelectuais enquanto grupos portadores de uma consciência social projectada no futuro. Depressa cada um desses grupos se autonomou de geração, o que revela bem a consciência de pertença e identificação de que eram portadores⁴⁰⁹.

Geração é uma construção conceptual, é um tópico muito em voga a partir dos anos 10 e 20, também na Península Ibérica, pelas vozes de ensaístas como Ortega y Gasset e Fidelino de Figueiredo⁴¹⁰. Concedendo-lhe um lugar central na história, sobrevaloriza-se, inevitavelmente, a função de um pequeno grupo, de uma pequena elite. Importado da biologia, o uso deste conceito comporta riscos, entre eles o de se cair numa visão unitária, abstrata e indiferenciada de uma elite, esquecendo por vezes que cada autor tem a sua singularidade, o seu percurso próprio. Mas o recurso ao conceito de geração pode ter, entre outras virtualidades, vantagens para compreender numa determinada conjuntura cultural, a estruturação da memória histórica até mesmo numa escala transnacional. Há muito que se alude ao paralelismo entre a Geração de 70 e a Geração de 98 em Espanha (Fidelino de Figueiredo ou, mais tardiamente Pilar Vásquez Cuesta chamaram a atenção para esse facto), um paralelismo que todavia não é sincrónico.

No que respeita ao olhar sobre a Península, esboce-se uma aproximação entre Oliveira Martins e Ángel Ganivet. Tal como a *História da Civilização Ibérica*, o *Ideárium español* de Ganivet é um ensaio de reflexão histórica, não assente em investigação histórica

⁴⁰⁹ Consciência de geração bem evidente na carta Antero de Quental a Wilhelm Storck, o seu tradutor alemão, datada de 1880. A primeira vez que surge o conceito de *geração de 98* foi pela voz de Azorín no diário *ABC*, em Fev. de 1913. Mas em 1908 Gabriel Maura já se referira a «generación del desastre», um dos antecedentes del concepto de la «generación de 1989». Vd. J. Luis Comellas, *Del 98 a la Semana Tragica. Crisis de conciencia y renovación política*, Madrid, 2001, p. 63.

⁴¹⁰ Ortega y Gasset, *El tema de nuestro tiempo*, 2.^a ed., 1928. Veja-se o pertinente ponto de vista crítico de Manuel Tuñón de Lara, *Medio siglo de cultura española (1885-1936)*, 3.^a ed., corregida y ampliada, Madrid, 1984, pp. 16-18.

propriamente dita. Em ambas as obras se exprime consciência de crise e uma atitude crítica. Ganivet ecoa diversos modos de ver os problemas peninsulares que já encontramos em Oliveira Martins, designadamente: uma caracterização do carácter espanhol marcado pela geografia (a Espanha como “quase ilha”)⁴¹¹ e pelo isolamento, a favoreceram a constituição de duas nações; uma identidade caracterizada pelo espírito de independência, espírito religioso, misticismo e fanatismo; “espírito guerreiro”, e a ideia de que a superioridade de uma nação depende do seu carácter⁴¹². Refira-se ainda que em Ganivet o diagnóstico da ‘doença’ de que sofriam os espanhóis coincide com o de Eça de Queiroz, Antero e Oliveira Martins: a *abolia* (do grego: extinção da vontade), com uma consequência: agilidade tão-só para ressuscitar a memória do passado.

Como encaram Martins e Ganivet o problema da unidade ibérica? Ambos adotam um ponto de vista civilizacional e espiritual (ainda que este último possa não perfilhar o conceito de civilização ibérica). Oliveira Martins insistia na dualidade nacional e política a par da unidade de ideal entre as duas nações. A posição de Ganivet coincide: a separação Portugal-Espanha (e não a união artificial) deveria servir para fundar “sentimientos de fraternidad”, incompatíveis com a construção de uma unidade por via violenta. Por outras palavras, a aproximação e renovação espiritual das duas nações poderia conseguir-se sem a unidade política, sem um império multinacional. Tendo em conta a “antipatia historica entre Castilla y Portugal, nascida acaso de la semejanza, del estrecho parecido de sus caracteres”, dever-se-ia aceitar a dualidade política peninsular para “fundar la unidad intelectual y sentimental ibérica”⁴¹³.

⁴¹¹ Id., *Idearium Español*, 2.^a ed., p. 35. Também Jaime Cortesão em 1925 falará de Portugal como ilha.

⁴¹² Id., *idem*, p. 18 e p. 62. Já Antero de Quental se referira ao “espírito guerreiro”.

⁴¹³ Id., *idem*, pp. 92-93.

Outro ponto de convergência entre os dois autores: a posição crítica relativamente à possibilidade de concretização futura de uma confederação hispano-americana: para Ganivet era um horizonte da “esfera do imaginário”, de muito difícil realização. Só seria viável uma “confederación intelectual e espiritual”. Refira-se ainda a coincidência no que respeita a atitudes em relação ao passado: crítica do positivismo e da ideia de que a história não se repete. E, por último, no que respeita ao ideário político, o reconhecimento da necessidade de uma autoridade forte, a par de crítica à “ficção parlamentar” e ao regionalismo – que também encontramos em Joaquín Costa⁴¹⁴.

Para recensear o que há de comum entre estes intelectuais espanhóis e portugueses dos finais do século XIX, sugiro um itinerário. Todos eles exprimem consciência de crise e um pensamento crítico. Há um *sentido de autognose nacional* no seu pensamento marcado por uma *teoria do desvio histórico*: isto é, a ideia de que, após um passado medieval visto como tempo forte de origens, em dado momento as nações peninsulares teriam entrado numa deriva marcada por um tempo de decadência (três séculos segundo Antero de Quental, quatro segundo Joaquín Costa). Expressam a ideia da ausência de elites que estivessem à altura dos problemas nacionais e de um espírito de cidadania moderno: pátria e nação estariam por fazer na Península Ibérica, Oliveira Martins chega a interrogar-se se Portugal era uma verdadeira nação. Há na *História de Portugal* e no *Portugal Contemporâneo* uma interpretação do percurso nacional como *tragédia* (Unamuno, muito sensível a esta problemática associar-lhe-á o sentimento trágico da vida). O parlamentarismo e o caciquismo são considerados em termos muito críticos. A expectativa de mudança estava no Estado como instrumento de regeneração ao serviço do interesse nacional – contra o interesse particular. E num contexto de crise justificava-se a necessidade de um homem forte, de um salvador,

⁴¹⁴ Id., *idem*, pp. 76, 93, 98 e 174.

a par da ideia de uma *revolución de arriba*⁴¹⁵, em nome de um ideal de nação europeia. Oliveira Martins refere-se ao “aperto de mão directo” entre o monarca e o povo como modo de prestigiar a monarquia. E Joaquín Costa alimentava a expectativa na emergência de um *cirujano de hierro* que desse um impulso decisivo à regeneração nacional⁴¹⁶. Ambos acentuavam a necessidade de criar a nação e de a regenerar com recurso à educação⁴¹⁷. A regeneração como um problema de educação é afinal uma herança do pensamento iluminista e liberal – uma ideia de modernização que supõe secularização e distância crítica em relação ao ultramontanismo (o que não é contraditório com a sua distanciação relativamente ao sistema liberal). Todavia, no que respeita concretamente à questão ibérica, Costa afastava-se da posição de Oliveira Martins (conheceria ele a *História da Civilização Ibérica*?): o intelectual aragonês via Portugal como parte integrante da pátria peninsular, com a mesma história, as mesmas glórias, a mesma raça, o mesmo espírito. Em suma, Portugal como “un pedazo de la metrópoli”. Sendo assim, compreende-se a sua apologia da união económica entre os dois países, admitindo que se deveria começar por “limpiar la frontera imaginaria que los divide, des eses cuerpos extraños que se llaman aduanas y carabineros”⁴¹⁸ (nada que a futura União Europeia não viesse a levar a cabo). Ao

⁴¹⁵ Joaquín Costa, “Política quirúrgica”, http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/politica-quirurgica--0/html/feef53c6-82b1-11df-acc7-002185ce6064_4.html#I_4_.Consut. 27-07-2016. Uma comparação de outro ponto de vista, em Rui Ramos, “Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins. Joaquín Costa e Gaetano Mosca (c. 1880-c.1900)”, *Análise Social*, vol. xli (178), 2006, pp. 31-53.

⁴¹⁶ Ricardo Macías Picavea ia mais longe na expectativa messiânica de *un hombre*, um homem histórico, homem genial, encarnación de un pueblo (...) por ley social y por ley histórica la única fuerza adecuada para producir el efecto útil” – ou seja a redenção do povo, sacudindo-o da modorra em que estava mergulhado. *El problema nacional*, Madrid, 1899, pp. 502-504.

⁴¹⁷ Joaquín Costa, *Antología* (sel. y prólogo de Jose Rodríguez Sánchez) [2.^a ed.] [Madrid], [1968], pp. 42-43.

⁴¹⁸ Id., *Estudios jurídico-políticos*, Madrid, 1884, pp. 358-363.

invés do protecionismo martiniano, Costa via numa união aduaneira o caminho para uma confederação política a curto prazo.

Na aproximação que se estabeleça entre estes intelectuais portugueses e espanhóis observar-se-á que muitos dos conceitos históricos e sociológicos que usavam eram comuns e tinham os mesmos sentidos. Refiram-se, entre outros, *decadência*, *degenerescência*, *raça*, *carácter nacional*, *oligarquia* e *caciquismo*, configurando um vocabulário frequentemente povoado por metáforas do organismo. As leituras que faziam da história peninsular eram muito próximas. E traçavam um diagnóstico crítico da situação política e social das duas nações muito similar. Ceticismo, pessimismo e descrença nas possibilidades de regeneração das sociedades peninsulares marcaram o pensamento das chamadas Geração de 70 e Geração de 98.

Página deixada propositadamente em branco.

5. DO FIM DE SÉCULO ÀS DITADURAS

As campanhas de propaganda anti-iberista lançadas pela Comissão 1.º de Dezembro talvez não tenham sido inócuas. Até que ponto a participação de intelectuais e políticos nestas campanhas foi da sua própria iniciativa individual ou se deveu a convite desta associação é uma questão relevante para a qual não pode formular-se uma resposta linear. Admito, contudo, que muitos dos autores que publicaram panfletos anti-ibéricos o fizeram por sua própria iniciativa⁴¹⁹. A identificação da união ibérica com uma memória negra do passado (a monarquia dos monarcas espanhóis) e com um futuro desconhecido, terão contribuído para dessorar as simpatias pelo ideal de uma grande Ibéria. A conferência de Berlim (1885) e a reação nacionalista de 1890 a uma imposição da diplomacia britânica em relação ao império português terão contribuído para estimular o investimento português nas suas colónias africanas, acentuando assim a dimensão atlântica da sua política externa. Note-se que a própria crise nas relações diplomáticas luso-britânicas resultara já de uma aproximação em relação a outras potências coloniais como a França e a Alemanha, estratégia que, no entanto, não tivera qualquer sucesso. Mas o realismo acabaria por se impor. Já em 1890, entre os políticos mais radicais difundia-se a tese segundo a qual, destituído das suas colónias,

⁴¹⁹ Mas houve também intelectuais convidados a pronunciarem discursos em comemorações do 1.º de Dezembro, posteriormente publicados.

Portugal perderia o direito de existir e acabaria por ser absorvido pela monarquia espanhola⁴²⁰.

Donde, acabaria por prevalecer, até mesmo entre os republicanos, a ideia de que para desenvolver o seu império colonial, Portugal deveria manter boas relações com o poder marítimo dominante no Atlântico: a Grã-Bretanha. Esta estratégia simultaneamente defensiva e ofensiva levaria mais tarde a República a apostar decididamente na entrada na Grande Guerra, ao lado dos ingleses. Outra era, naturalmente, a perspectiva dos que defendiam uma federação ibérica nesse final de século. É que no Partido Republicano continuava a exprimir-se a corrente federalista. O seu período áureo fora nos anos 70, quando sob influência dos acontecimentos em Espanha (revolução de 1868 e república de 1873-74) se tornara a tendência hegemónica entre os republicanos. Por essa época, os intelectuais republicanos mais marcantes eram federalistas⁴²¹. Mas, não raro, este horizonte de expectativa não passava de um tópico de propaganda que, embora pudesse incutir confiança no futuro, constituía uma bandeira algo nebulosa e não definida programaticamente.

Entre alguns federalistas a firme oposição ao iberismo era bem evidente: refiram-se, entre outros, Teófilo Braga e Teixeira Bastos⁴²². Havia entre alguns federalistas uma intenção defensiva em relação ao risco da união ibérica sob a forma unitarista. Entre múltiplos estados peninsulares federados, Portugal equiparar-se-ia a uma

⁴²⁰ *A Pátria*, 16-08-1890, p. 1. Significativa a advertência aos federalistas: “E aqueles que, sonhando com o ideal generoso da Federação Ibérica, julgavam ainda ver a Península unida por um pacto dos povos amigos hão-de vê-la unificada para sustentar falsamente o prestígio dum trono por meio da conquista, e o nome de vencedores há-de substituir o de irmãos. *Finis Portugaliae!*”.

⁴²¹ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro em 1910*, vol. I, Coimbra, 1991, p. 29.

⁴²² Teixeira Bastos escreveu um artigo anti-iberista, “Não somos ibéricos”, *A Vanguarda*, 14-02-1881, cf. Amadeu Carvalho Homem, “O anti-iberismo dos republicanos radicais portugueses 1870-1910”, *Actas dos 3.º Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 3, Cascais, 1997, pp. 212-215.

Catalunha ou a uma Andaluzia, não a um grande estado peninsular hegemónico. Os federalistas opunham-se à teoria dos grandes estados-nações unitários, então em voga. E houve até quem defendesse uma federação “lusitana” (caso *d’A República Federal* em 1869 e de Carilho Videira). Ou a ideia da hegemonia de Portugal na futura federação peninsular (Horácio Esk Ferrari).

perante o Ultimatum: uma reaproximação

O Ultimatum britânico de 11 de Janeiro suscitou forte movimentação social e política nacionalista antibritânica entre diversas camadas da população portuguesa, com destaque para os grupos urbanos mais politizados, entre eles logistas, artesãos e estudantes, simpatizantes do republicanismo⁴²³. Especialmente de um republicanismo radical, muito ligado à juventude das escolas superiores de Lisboa e Porto.

Compreende-se que entre estes setores ressurgisse com alguma expectativa a vontade de encontrar uma alternativa à tradicional aliança inglesa, afirmando-se então a simpatia pela Espanha e o horizonte de uma *federação ibérica*. Que significado poderia ter este tópico, numa época em que o iberismo em voga nos decénios de 1850 e 1860 parecia desacreditado? Segundo Pilar Vásquez Cuesta, dado o seu nacionalismo, os republicanos portugueses não eram de todo iberistas, antes pelo contrário, seriam completamente avessos ao iberismo⁴²⁴. Mas, do lado de lá da fronteira, os republicanos espanhóis

⁴²³ Vd. Amadeu Carvalho Homem, “O Ultimatum inglês e a opinião pública”, *Da Monarquia à República*, Viseu, 2001, pp. 95-109, e Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, 1990, pp. 105-134.

⁴²⁴ Pilar Vásquez Cuesta, *A Espanha ante o “Ultimatum”*, Lisboa, s.d., p. 116. Mas segundo Pilar Vásquez, o republicanismo espanhol terá contribuído muito pouco ou

manifestavam efusivamente o seu apoio à causa portuguesa, inclusive no parlamento. Numa sessão em finais de Janeiro de 1890, o intelectual e político republicano Rafael de Labra pronunciou um longo discurso em que manifestou grande simpatia pela causa portuguesa, sem deixar de exprimir a sua expectativa numa futura confederação peninsular, e aconselhou o governo a aproximar-se decididamente de Portugal e dos portugueses, cuja história e carácter muito admirava⁴²⁵. O governo espanhol, pela voz do ministro Vega de Armijo, escudava-se numa cautelosa posição de circunspeção e reserva para evitar problemas com a Inglaterra. Em Portugal circulava então o boato de que tropas espanholas se concentravam na fronteira portuguesa, mas Vega de Armijo garantiu que não, que nem um único soldado tinha sido deslocado. Em Fevereiro, estudantes de Salamanca visitaram Coimbra e o Porto, associando-se às manifestações antibritânicas, sendo recebidos calorosamente em Coimbra com vivas à Espanha e à federação ibérica. E alunos de outras universidades espanholas manifestaram a sua solidariedade em relação aos portugueses. Uma representação de cerca de cem estudantes portugueses visitou Salamanca e Madrid. Nessa visita manifestou-se a intenção de se criar uma federação escolar ibérica, entendida como prólogo da futura confederação peninsular. E diversos intelectuais republicanos espanhóis empenharam-se na aproximação com Portugal e a cultura portuguesa⁴²⁶.

Entre os republicanos continuava, pois, a exprimir-se a corrente federalista. Significativo é que tenha sido agitada entre jovens republicanos radicais que viveram a experiência histórica do *Ultimatum* britânico. Mas havia formas mais recuadas de aproximação com a

até negativamente para a afirmação do republicanismo em Portugal, uma vez que este último seria “furiosamente nacionalista” (*idem*, p. 152).

⁴²⁵ *Congreso de los Diputados. Diario de Sesiones*, Legislatura 1889-1890, 27-01-1890, n.º 79, pp. 2216-2221.

⁴²⁶ Pilar Vásquez Cuesta, *idem*, pp. 125-151.

Espanha. Na imprensa periódica em que se exprimiu o republicanismo radical, em Abril de 1890, surgiu pela voz de Hígino de Sousa, um finalista da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, a defesa de “uma aliança íntima, apertada e duradoura” entre Portugal e Espanha. Esta aliança passaria por tratados comerciais, equiparação de graus de ensino e reciprocidade de títulos – mas no quadro de um compromisso segundo o qual as duas nações se manteriam independentes. Comportar-se-iam como uma só nação só quando fosse necessária a resistência em relação a ameaças de outras nações⁴²⁷. Privilegiar uma aliança com os povos latinos – a começar pela Espanha – era uma ideia que não era nova e andava no ar. Fora sustentada na câmara dos deputados por Augusto Fuschini no início de 1890. E, poucos anos depois, a propósito do tratado comercial luso-espanhol (1893), deputados como o Visconde de Pindela (ligado ao Partido Progressista) e Constâncio Roque da Costa (um independente de origem indiana), defenderiam esta aliança. Para este último, tal opção teria um valor estratégico para o controlo do estreito de Gibraltar pelas nações peninsulares, passando estas a terem um papel decisivo não só no Mediterrâneo, mas também na Índia e no Extremo Oriente. Pelo contrário “o espantinho da união ibérica” teria afastado de um modo sistemático as duas nações⁴²⁸.

No 1.º de Dezembro de 1890 houve manifestações públicas de simpatia em relação à Espanha junto à sua embaixada e consulado, logo vistas por setores nacionalistas como uma capitulação e um protesto contra a independência. Tratava-se, evidentemente de procurar uma alternativa à tradicional aliança luso-britânica, agora posta em causa num ambiente de revolta patriótica. Não surpreende pois, neste contexto, que Teófilo Braga se mostrasse adepto da fraternidade dos

⁴²⁷ Hígino de Sousa, “Espanha”, *A Pátria*, 19-04-1890, p. 1.

⁴²⁸ *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, n.º 55, 21-06-1893, p. 36, e *idem*, n.º 40, 31-05-1893, p. 14.

povos peninsulares e que um republicano histórico e iberista como Latino Coelho aludisse a uma federação das repúblicas peninsulares como “prólogo e preparação para a grande e gloriosa Federação das nações latinas”⁴²⁹. Mas o realismo ditado pela necessidade de preservar os seus territórios coloniais ditaria a reaproximação diplomática com a Inglaterra e a subalternização das intenções de convergência com a Espanha.

Lembre-se que, em 1879, Teófilo Braga se demarcara em termos contundentes do federalismo de Antero que, como vimos, pusera em causa o próprio conceito de nacionalidade. Mas significa isto que Teófilo se distanciasse do federalismo ibérico de Henriques Nogueira? Sem o fazer, o professor do Curso Superior de Letras centrava a sua argumentação na ideia de que Portugal manteria a sua unidade natural na futura federação⁴³⁰.

o encontro de Badajoz e o seu valor instrumental

Em 24 de Junho de 1893 realizou-se em Badajoz um acontecimento que viria a ter grande repercussão, não tanto no campo republicano como no dos seus críticos: na verdade, por estranho que pareça, este encontro internacional viria a inscrever-se na memória coletiva mais pela voz negativa dos seus críticos do que pela voz apologética dos seus adeptos. Vejamos os factos.

Naquele dia, no Teatro Ayala de Badajoz teve lugar um congresso que reuniu republicanos espanhóis e portugueses, presidido por Nicolás Salmerón – antigo presidente do poder executivo da I República (1873) – e por Magalhães Lima – um dos mais destacados

⁴²⁹ Pilar Vázquez Cuesta, *op. cit.*, pp. 75-76.

⁴³⁰ Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, 1983 (1880), p. 161. Veja-se a este respeito, Amadeu C. Homem, Teófilo Braga, *Ramalho Ortigão, Antero de Quental Diálogos difíceis*, Coimbra, 2009, pp. 32-33.

republicanos federais portugueses. No dia seguinte, 25, houve um banquete no casino da cidade. A ideia não era nova⁴³¹. Houve brindes, saudações e leitura de telegramas de ausentes. No comício de dia 24, presidido por Rubén Landa, Salmerón e Eduardo de Abreu falou-se de fraternidade, aproximação e federação. Nas palavras de Salmerón, federação não excluía respeito mútuo e independência de cada povo⁴³². Do lado espanhol, alguma imprensa associou-se ao espírito de fraternidade e de estreitamento de laços entre os republicanos dos dois países. Segundo o republicano *La Justicia*, mais de seis mil participantes teriam estado em Badajoz, entre eles, professores, jornalistas, médicos, advogados, industriais, agricultores e ainda deputados e senadores⁴³³. Alguns desses periódicos davam conta das intervenções que tiveram lugar no casino da cidade estremenha. Receberam-se mais de 400 telegramas de apoio, vindos dos dois países. E afirmaram-se expectativas otimistas de mudança para o futuro próximo na relação Portugal-Espanha. Por exemplo, Rubén Landa terá dito que o conclave significava “la ruptura de la muralla que por espacio de siglos nos separaba de un pueblo hermano. Esa muralla ha caído por tierra”⁴³⁴. Outro orador, Salas Antón, considerou a federação ibérica condição *sine qua non* da futura federação latina. E a encerrar os trabalhos, Salmerón, adotando como base o princípio da independência de Portugal, referiu-se à federação ibérica como

⁴³¹ Em Maio de 1871 tivera lugar no *ayuntamiento* de Madrid um banquete hispano-lusitano em que participaram destacados jornalistas espanhóis e portugueses. Veja-se Pablo Hernández Ramos, *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874 Análisis cualitativo-discursivo del nacionalismo ibérico desde los textos periodísticos* [policop.], Madrid, 2015, p. 681. Sobre o congresso de Badajoz, veja-se Teodoro Martín Martín, *El movimiento iberista: aproximación a la historia de una idea*, Madrid, 2009, p. 27.

⁴³² “Notas várias”, *A Voz Pública*, 27-06-1893.

⁴³³ “La reunión de Badajoz”, *La Justicia*, 25-06-1893. Este número é também adiantado em “Portugueses y Españoles. El ‘meeting’ de Badajoz”, *El Liberal*, 26-06-1893.

⁴³⁴ “Los republicanos peninsulares”, *La Justicia*, 3-07-1893.

horizonte expectável, uma federação assente nas diferenças e autonomias regionais para alcançar uma *pátria comum*⁴³⁵.

No entanto, contrastando com estas declarações otimistas, o conclave de Badajoz suscitou larga especulação na imprensa monárquica portuguesa, insinuando-se que lá se congeminara a absorção de Portugal e de que os republicanos seriam traidores⁴³⁶. Barbosa Colen interpretaria mais tarde do seguinte modo esta estratégia:

“Havia a necessidade de criar contra o partido republicano português uma atmosfera de traição que lhe alienasse todas as simpatias, de maneira que a nação o escorraçasse do parlamento, dos municípios, e de todas as corporações administrativas que ficariam de posse das oligarquias políticas conservadoras sem receio de uma fiscalização directa que mais ou menos as não deixariam cortar o bolo à sua vontade”⁴³⁷.

O governo de Hintze Ribeiro e João Franco aproveitou, pois, a onda anti-iberista que se iniciara na esfera pública para lançar a ofensiva contra o Partido Republicano na principal instância política de debate: a câmara dos deputados. Tudo começou em Julho de 1893, no parlamento, onde, inesperadamente, se leu um telegrama enviado pelo presidente da câmara municipal de S. Pedro do Sul, manifestando desagrado pela ideia de federação ibérica expendida pelos republicanos portugueses em Badajoz, considerando-a “anti-patriótica e ofensiva da (...) autonomia e independência” nacionais. Logo a este pretexto, o jovem deputado Carlos Lobo d’Ávila, um dos Vencidos da Vida, desferiu um forte ataque ao conclave de Badajoz, que qualificou

⁴³⁵ *Ibidem* e “Portugueses y Españoles. El ‘meeting’ de Badajoz”, *El Liberal*, 26-06-1893.

⁴³⁶ F. A., “Descortesia ou esquecimento”?, *A Província*, 5-07-1893.

⁴³⁷ Barbosa Colen [Pinheiro Chagas], *História de Portugal popular e ilustrada*, vol. XIII, Lisboa, 1908, p. 543.

de iberista e de “erro desastrado”. É que, a seu ver, o federalismo conduziria ao desmembramento e à absorção de Portugal⁴³⁸. Lobo d’Ávila situava-se assim na linha de resistência crítica dos seus amigos Oliveira Martins e Eça de Queiroz que se haviam manifestado nesse sentido em relação ao Brasil (ambos viam na instauração de um regime republicano neste país um risco de fragmentação do Estado e do território)⁴³⁹. Lobo d’Ávila esclarecia contudo que não o movia qualquer sentimento de hostilidade em relação a Espanha, antes estimava que as nações peninsulares vivessem em harmonia. E lembrava que, quando estivera em Madrid, notara “a nobreza cavalheirosa do carácter espanhol”. Veiga Beirão, em nome da maioria progressista, apoiou a intervenção antifederalista e antirepublicana de Lobo d’Ávila, convocando uma retórica patriótica:

“*Amigos sempre, unidos nunca! Nunca, sob que forma politica for. Nunca, nunca e nunca!* (Muitos apoiados.) Lavro aqui o meu protesto, e creio que todo o país me acompanha neste sentimento. (Apoiados.) Pois quê? Porque a pátria ferida, sofre e geme, havemos de dividi-la? Oh! sr. presidente, razão de mais para lhe querermos, pois que nessa hora triste sentimos mais juntar-se ao supremo amor a suprema piedade. Mais uma razão para *nos unirmos na pátria unida*. Sim ! Mais do que a união, é a unidade que faz a força! (Calorosos aplausos.) Unamo-nos, pois, neste momento nós deputados da nação, e unamo-nos todos protestando manter firme a unidade da pátria! (Muitos apoiados.)”⁴⁴⁰.

⁴³⁸ DCSD, n.º 74, 14-07-1893, p. 10.

⁴³⁹ Veja-se Sérgio Campos Matos, “Oliveira Martins e o Brasil”, *Portugal-Brasil: memórias e imaginários*, vol. I, Lisboa, 2000, pp. 739-740.

⁴⁴⁰ DCSD, n.º 74, 14-07-1893, p. 6.

O republicano histórico Jacinto Nunes reagiu a esta escalada, denunciando que a discussão sobre o encontro de Badajoz não fora agendada, antes programada intencionalmente a partir do telegrama enviado de S. Pedro do Sul. E, invocando o direito de os povos se unirem e coligarem contra os monarcas (tal como estes o faziam contra os povos), afirmava que não se arrependia de ter ido ao encontro de Badajoz. Lembrava que o Partido Republicano estava unanimemente com os republicanos que tinham ido a este conclave. E, em nome do ideal municipalista e descentralizador, invocando o federalismo de Pi y Margall, rejeitava a acusação de que ele próprio quizesse a unidade política da península.

Mas quem mais tirou partido da situação foi João Franco, então ministro do Reino. Na sua presença na câmara, desenvolveu um longo e duro ataque aos republicanos, acusando-os de conspirarem para derrubar governos legais e invetivando Jacinto Nunes. A intervenção de João Franco desdobrava-se nos seguintes argumentos: 1. os republicanos teriam ido a Badajoz “conjurar e conspirar” com os seus correlegionários espanhóis a entrega de Portugal “a uma nação estrangeira” – e assim, regressar ao passado de 1580; 2. todos acabavam por “victoriar a união ibérica, a confederação ibérica, a união dos dois povos da península”: ou seja, identificava confederação com união ibérica, reduzindo assim diferentes formas políticas a uma só; 3. independentemente dos credos políticos, punham em causa “o que há de mais sagrado” – isto é a independência nacional de “cinco milhões de almas que há sete séculos vivem independentes” – o que constituiria um ato de “meia dúzia de loucos”; 4. Os republicanos estariam a sacrificar “tudo” (leia-se, a independência) a interesses e caprichos pessoais, tal como sucedera em 1580.

João Franco terminava o seu discurso com uma declaração muito pragmática, que retirava uma diretiva do debate para a ação política, apontando no sentido de uma política repressiva:

“O governo não consentirá que espanhóis, colectiva ou isoladamente, venham a Portugal conspirar contra as instituições, que nós temos e queremos, enquanto legalmente, por portugueses, e só portugueses, não forem derruidas ou substituídas. O governo tem sido liberal e tolerante (...) e continuará a sê-lo (...) mas *saberá punir e reprimir até à dureza todo e qualquer manejo, todo e qualquer esforço que se faça, quer no sentido de combater as instituições que temos, com a ajuda e auxílio de espanhóis, quer no de atentar ciente ou conscientemente, contra a autonomia e independência do país que é o glorioso património de todos nós*”⁴⁴¹.

Jacinto Nunes ainda argumentou racionalmente, explicando que nada de positivo tinha saído da conferência de Badajoz quanto ao futuro dos regimes republicanos de Portugal e Espanha: nada teria ficado assente a esse respeito. E que não haveria qualquer prova de que os republicanos aí tivessem selado um projeto unitarista ou federalista. O deputado republicano invocava, pois, um argumento de verificação jurídica e já histórica (o encontro tinha tido lugar três semanas antes, referia-se pois a um passado próximo). Em nome do individualismo e do municipalismo, negava terminantemente que fosse adepto do iberismo (como mais tarde faria António José de Almeida). Mas acabava por afirmar que os republicanos portugueses tinham ido a Badajoz concertar “com os republicanos espanhóis àcerca dos melhores meios de combater as monarquias”. O que num certo sentido alimentava o argumento nacionalista de Franco. A instrumentalização política do federalismo republicano pelos seus adversários políticos do republicanismo animaria a sessão do parlamento, enchendo longas páginas do *Diário da Câmara....* E o progressista José Frederico Laranjo não perdeu a oportunidade de juntar a sua voz à de João Franco e reduzir o encontro de Badajoz

⁴⁴¹ *Idem*, p. 8, sublinhado meu.

a uma “desacato”, acusando os republicanos de “loucos” e “levianos”. Para além da desqualificação dos adversários políticos, o mais interessante na argumentação de Laranjo é o modo como contraria o federalismo e o pensamento de Proudhon e defende a forma unitária de estado (que considerava superior à federal). O deputado progressista e professor da Universidade de Coimbra conotava federação com anarquia e destruição. E os casos da Suíça, dos EUA?

Para refutar o federalismo, Laranjo invocava a história e os casos destes países – em que esta forma política só se justificava respetivamente pela diversidade de nacionalidades que haviam integrado a nação (franceses, alemães, italianos) e de emigrantes que haviam colonizado a América. A forma federativa não seria senão um modo de integrar populações diversas que não conseguiram integrar-se numa nação. Donde, adotar o federalismo seria regredir: “ ir de nação unitária para o federalismo seria descer de uma forma social superior para outra inferior; o municipalismo autónomo é da infância das nações; voltar para ele seria um retrocesso sem nome”⁴⁴². E afirmava, concluindo, que recusava uma confederação com a Espanha, porque “seria uma dualidade, uma rivalidade organizada, nociva para o mais fraco”. Este era decerto um dos argumentos mais eficazes contra a integração de Portugal numa confederação ou numa federação: a dimensão do país implicava uma indesejável relação de subordinação à Espanha. Argumento ao qual os federalistas respondiam, como sabemos, com a lógica precisamente contrária: num regime federal ou confederal haveria equilíbrio de poder entre as partes (a Espanha fragmentar-se-ia num conjunto de estados em torno de um pacto peninsular). E como vimos, para alguns – caso de Horácio Esk Ferrari – haveria até a possibilidade de Portugal ser, no conjunto, a nação hegemónica.

⁴⁴² *DCSD*, n.º 74, 14-07-1893, p. 10.

A sessão da Câmara dos Deputados em que se desenvolveu este debate acabaria com uma intervenção do progressista José de Alpoim que terminou com um brado de «viva a independência da pátria». Significativo é que o republicano Jacinto Nunes interviesse logo de seguida, secundando Alpoim com as seguintes palavras: “Peço que se consigne na ata que eu gritei: ‘Viva a independência nacional’”. Pela voz deste deputado, o Partido Republicano acusava o toque: num momento polémico em que se punha em causa o seu patriotismo, os republicanos acabavam por convergir com os deputados monárquicos num viva à independência – unanimemente enaltecida como valor sagrado.

A retórica nacionalista e anti-iberista tinha subliminarmente um propósito (ou um efeito) de favorecer a promoção política dos seus agentes⁴⁴³. Poder-se-ia pensar que os ecos do *meeting* de Badajoz ficariam por aqui. Mas não foi o caso. A instrumentalização política do iberismo continuou a demonizar o encontro para efeito de política interna. Tratava-se, como acima se sugeriu, de execrar o republicanismo. Lembrem-se dois outros momentos.

O primeiro data de 1894. Nesse ano, Nicolas Salmerón, que presidira ao encontro de Badajoz no ano anterior, esteve na Granja e em Lisboa, cerca de dois meses, em férias. Como denunciaria o deputado republicano Francisco Gomes da Silva (um destacado republicano que também participara no encontro de Badajoz), logo foi acusado de vir fazer política republicana a Portugal. E terá sido vigiado pela polícia judiciária portuguesa. Ora João Franco ameaçara na câmara dos deputados no ano anterior que se os conferencistas de Badajoz voltassem a Lisboa para fazer política, não o consentiria: daí a expulsão de Salmerón. João Franco terá assim cumprido a sua

⁴⁴³ Barbosa Colen diria mais tarde que com as intervenções parlamentares acima referidas, Carlos Lobo d’Ávila e José de Alpoim, “tinham lançado na caixa do reconhecimento os seus requerimentos para ministros”, *op. cit.*, p. 546.

promessa, denunciava Gomes da Silva: era como que uma desforra do encontro de Badajoz⁴⁴⁴. Mas a sanha persecutória do governo de Hintze Ribeiro/João Franco não se teria ficado por aí: pouco antes, um cantor italiano republicano – De Bassini –, que viera desempenhar um papel na Carmen de Bizet, foi também acusado de iberismo e posto na fronteira espanhola.

A expulsão de Salmerón foi muito controversa. No próprio dia em que tencionava retirar-se para Madrid, a convite dos seus amigos portugueses, deveria comparecer a um almoço no Tejo. Ora esse almoço teria, no entender de João Franco, um carácter político. E uma vez que tinha anunciado antes que não permitiria a repetição em Portugal do encontro de Badajoz, Franco contactara o chefe da polícia Morais Sarmiento no sentido de o convidar a sair de Portugal. Na retórica de Franco, a amizade luso-espanhola cumpria a sua função: mostrava-se muito empenhado em cultivar “relações cordiais e afectuosas”, considerando a Espanha a nação irmã (a par do Brasil, visto como “filho”). E concluía:

“Estimo a Espanha, estimo o Brasil, mas quero ver o meu país livre, autónomo e independente, não segundo uma forma filosófica, empírica ou ambiciosa, mas como tem vivido há sete seculos, *com a única interrupção de sessenta anos, que não pertencem à nossa história*”⁴⁴⁵.

A convocação da memória da união ibérica acaba por ter um lugar central no discurso de João Franco: é que, não obstante a sua estima pela Espanha, excluía o período da união ibérica da memória nacional – como se se tratasse de um lapso, fora da história.

⁴⁴⁴ DCSD, n.º 14, 26-10-1894, p. 181.

⁴⁴⁵ DCSD, n.º 17, 30-10-1894, p. 304.

Mas não só no campo do republicanismo a expulsão de Salmerón foi controversa. José Dias Ferreira e Frederico Laranjo manifestaram-se muito críticos em relação à decisão do Ministro do Reino João Franco. Dias Ferreira lembrava que Salmerón não era um exilado político mas tão-só um estrangeiro que viajava em Portugal e se encontrava numa reunião privada. E explicava:

“Para mim a principal responsabilidade do governo está em expulsar do território português um cidadão estrangeiro com violação da lei portuguesa e com infracção manifesta de todos os preceitos internacionais, pois que o sr. Salmerón, longe de dar causa a procedimento tão violento, portou-se sempre de modo irrepreensível no nosso país, segundo a confissão do próprio governo! O acto arbitrário do ministério, além de contrário aos princípios que regulam as relações internacionais, pode ser muito pernicioso a um povo, como Portugal, que tem compatriotas seus noutros países e até colónias numerosas, como no Brasil...”

Advertia criticamente o governo acerca da sua atitude em relação ao encontro de Badajoz:

“A proclamação constante da criminalidade do acto de Badajoz cria-nos, ainda por outro lado, uma situação difícil, porque importa a censura indirecta ao governo espanhol, ao qual cumpria, desde que soube que no seu território se tramava contra a independência da nação portuguesa, tomar as providências que os deveres internacionais aconselham a um país vizinho e amigo”.

Concluía considerando “A desconsideração infligida ao sr. Salmerón a pretexto do acto de Badajoz, além de representar a fábula do lobo e do cordeiro, é simplesmente uma puerilidade, e nada mais”.

E apresentava uma moção crítica: “A câmara reconhece que o ministério, na expulsão do território português do cidadão espanhol Salmerón, nem prestou homenagem às disposições do direito vigente, nem honrou as tradições liberais do povo português”.

Por seu lado, José Frederico Laranjo considerava que a expulsão era “contrária a todo o direito” e que o governo não tinha quaisquer provas que a justificassem. E o republicano Eduardo de Abreu invocava pormenores menos edificantes relativos à prisão e expulsão de Salmerón, insistindo na ausência de quaisquer provas de conspiração. João Franco ainda acusou Eduardo Abreu de ter tomado a iniciativa do banquete no Tejo (tal como fora, juntamente com Magalhães Lima, o organizador do conclave de Badajoz). A estratégia de ataque de Franco centrava-se em atribuir um carácter político e subversivo das instituições nacionais ao almoço oferecido ao republicano espanhol no rio Tejo, recusando que tivesse um carácter privado. Ou seja, o almoço de Lisboa teria sido uma réplica do encontro de Badajoz. Daí a atitude do governo em relação a Salmerón. Na Câmara, João Franco só colheu o apoio de Teixeira de Vasconcelos, um anti-iberista de longa data.

João Franco combatia o republicanismo num terreno em que este, desde as comemorações do centenário de Camões, em 1880, e, sobretudo desde o Ultimatum britânico de 1890, se vinha tornando hegemónico. Franco insinuava assim que os republicanos estariam prontos a aceitar uma federação ibérica, o que comprometeria a independência nacional. Qual a estratégia dos republicanos ante as acusações de traição à pátria? Por um lado foi a de sublinharem o seu indefectível amor à autonomia da nação (caso de Jacinto Nunes). Por outro lado – e esse foi o caso de António José de Almeida em 1906 – a de recusarem liminarmente o iberismo. O que poderia constituir uma cedência ao ataque governamental.

Em que contexto? Numa sessão da câmara dos deputados que teve lugar nos finais de 1906, Moreira Júnior (líder da bancada

progressista e ex-ministro da Marinha) pediu a palavra para “um assunto urgente”: queria interrogar o Governo sobre a atitude que este iria adotar em relação a notícias publicadas na imprensa, segundo as quais, republicanos espanhóis tencionavam vir a Lisboa com uma mensagem dirigida aos deputados republicanos portugueses. João Franco e Moreira Júnior manifestaram-se veementemente contra quaisquer intromissões na vida política nacional: “nunca o consentiremos!”. O aproveitamento político da circunstância tornou-se evidente: este último deputado propunha uma moção que obrigaria os republicanos a definirem-se:

“A Câmara dos Deputados da Nação Portuguesa saúda Espanha no seu Governo, e, protestando energicamente contra a pretensão de elementos estrangeiros se envolverem na política interna do nosso país, espera que os deputados republicanos portugueses enjeitem e repilam quaisquer manifestações de aplauso e de solidariedade com elementos estrangeiros que se mostram partidários da união ibérica”⁴⁴⁶.

Moreira Júnior obteria logo apoio do regenerador Conde de Paçô Vieira, que declarou concordância com esta moção. E, a propósito de uma alegada alusão a uma comum aspiração no sentido da união ibérica nas cortes espanholas, Pedro Gaivão (líder do grupo regenerador-liberal que apoiava Franco) também protestou contra quaisquer ideias de estrangeiros virem intrometer-se nos negócios portugueses. Mas o republicano João de Menezes (próximo de Brito Camacho), em nome de uma atitude explicitamente anti-iberista, afirmou-se contra parte da moção de Moreira Júnior em que se esperava que os deputados republicanos portugueses rejeitassem manifestações de aplauso aos seus correligionários espanhóis.

⁴⁴⁶ *DCSD*, n.º 37, 26-11-1906, p. 3.

Perante esta frente dos partidos monárquicos, como poderiam reagir os deputados republicanos? A palavra decisiva coube a António José de Almeida que se demarcou inequivocamente de qualquer suspeita de estar motivado por intentos iberistas. E para que não restassem quaisquer dúvidas, leu na câmara o conteúdo de dois telegramas que, em nome do directório do PRP, mandara a Salmerón, líder do partido republicano espanhol, e a Alexandre Lerroux, deputado da União Republicana espanhola:

“Madrid, Congresso. – D. Nicolas Salmerón. – O directório do Partido Republicano Português chama a atenção de V. Exa., como digno chefe do Partido Republicano Espanhol, para as palavras de Lerroux, *que tão profundamente agravam os nossos sentimentos de amor pela autonomia da patria, indestrutivelmente radicados no coração e no espirito da democracia portuguesa*”.

“Madrid, Congresso – D. Alexandre Lerroux. – O directório do Partido Republicano Português, agradecendo as suas palavras de simpatia pelos nossos queridos deputados, não pode deixar de repelir, solene e categoricamente, a grave ofensa por V. Exa. feita aos nossos indestrutíveis sentimentos de amor, sem limites, até ao último sacrifício, pela absoluta autonomia da Pátria Portuguesa, quer na Península, quer no mundo”.

Perante este inequívoco anti-iberismo, João Franco não se mostrou convencido:

“O ilustre Deputado Sr. António José de Almeida pode querer justificar que entre ele e o seu partido e os elementos republicanos espanhóis há uma absoluta divisão de sentimentos e de ideias, mas nem por isso deixou de se mostrar solidário com o Partido Republicano Espanhol, podendo aceitar os seus aplausos sem quebra de dignidade da nação, e até como exemplo S. Exa.

foi buscar a harmonia que existe entre os socialistas franceses e os socialistas alemães, para demonstrar que nada impede cada um de defender o seu país”.

João Franco voltava a agitar a memória do jantar de Badajoz e o perigo do incremento das relações entre republicanos portugueses e espanhóis. Perante estas insinuações, António José de Almeida insistiria numa mensagem nacionalista:

“Entende o Sr. Presidente do Conselho, que os republicanos portugueses não têm sabido tirar do espírito dos republicanos espanhóis a ideia de que um dia possa a pátria portuguesa vir a ser absorvida pela pátria espanhola. Ora, deve o orador dizer que *o Partido Republicano Português tem-se sempre conservado num isolamento completo de todos os partidos combatentes da Europa e da América; no seu directório não se recebe um único jornal espanhol*; e se há homens no Partido Republicano, em Portugal que tem amor afectuoso pela Espanha, como Bernardino Machado e Guerra Junqueiro, entretanto são eles os primeiros a demonstrar que o seu partido tem, em todos os tempos, sustentado a integridade dos seus direitos e dos seus deveres”⁴⁴⁷.

A resposta do deputado republicano não encerrou a diatribe de João Franco. O diálogo entre o Ministro do Reino e António José de Almeida prosseguiu como uma conversa de surdos:

“António José de Almeida: – Já disse a V. Exa. que o Partido Republicano Português não tem relações íntimas com o Partido Republicano Espanhol.

⁴⁴⁷ *DCSD*, n.º 37 26-11-1906 , p. 8.

O Orador [João Franco]: – Não as terá hoje, mas teve o jantar de Badajoz.

O Sr. António José de Almeida: – Mas que tenho eu com o jantar de Badajoz, que já foi ha muitos anos?

O Orador: – O que era necessário era que os jornais do seu partido não se tivessem prestado à publicação, sem protesto, da vinda de espanhóis a Portugal, contra a resolução da câmara dos deputados do país a que V. Exa. pertence”.

João Franco continuava a insistir no iberismo dos republicanos espanhóis e portugueses, pelo que António José de Almeida convidou-o a dizer quais os grupos republicanos filiados no PRP que queriam a união ibérica. A longa sessão parlamentar acabaria com a aprovação “por aclamação” da moção de Moreira Júnior. Apesar da acutilância do ataque político de João Franco, a unanimidade nacional acabou por prevalecer. O confesso anti-iberismo dos republicanos exprimiu-se antes do 5 de Outubro. O que mostra a força do anátema iberista=traidor=inimigo da pátria. Mas não só. O federalismo republicano era crítico em relação à união ibérica tal como tinha sucedido no século xvii peninsular, e tal como alguns a queriam reeditar a partir de um conceito unitarista e monárquico, se possível a partir da união das duas coroas. Afinal, no republicanismo português havia uma enraizada tradição de rejeição do iberismo entendido como absorção de uma pequena nação por uma grande nação, de “um estado fraco por um estado forte”⁴⁴⁸. O que se compreende, se lembrarmos que esta atitude de imposição ia à revelia de qualquer ideia contratualista de adesão voluntária a uma nação, antes se inscrevia no darwinismo social que, nos finais do século, se difundia no Ocidente.

⁴⁴⁸ Amadeu Carvalho Homem, “O anti-iberismo dos republicanos radicais portugueses 1870-1910”, *Actas...*, vol. 3, pp. 212-215.

Outra conclusão se impõe desta controvérsia: mais do que qualquer impacto na opinião pública e no republicanismo português, o encontro internacional de Badajoz teve sobretudo relevância enquanto instrumento de combate ideológico ao serviço de uma manipulação memorial para efeitos de combate político interno. O que, de algum modo, é comparável ao eco das Conferências do Casino, em 1871: tiveram maior repercussão devido à controvérsia que se instalou com a sua proibição pelo marquês de Ávila, do que real influência imediata que suscitaram no escasso público que a elas assistiu (cerca de 100 pessoas, entre elas uma única mulher). Já em meados de 1905, João Franco afirmaria triunfante na câmara dos deputados que o Partido Republicano enfraquecera devido ao pacto de Badajoz e à coligação liberal, que levara ao poder o Partido Progressista⁴⁴⁹. Mostrava-se, pois, convicto do êxito da sua campanha de execração do republicanismo, centrada na identificação do seu adversário político com o anátema iberista e a perda da independência. E no ano seguinte, voltaria a insistir nessa tática de diabolizar os adversários. Terá ela alcançado sucesso? Os anos que viriam demonstraram que não: os resultados eleitorais do PRP em Lisboa – passando a dominar a câmara municipal da capital a partir de 1908⁴⁵⁰ – e o próprio êxito da revolução republicana atestam que a campanha não correspondeu às expectativas de Franco.

1898: os bravos espanhóis

O contexto em que se deu a guerra hispano-americana de 1898, os fatores que a ela conduziram e as suas consequências já foram

⁴⁴⁹ *DCSD*, n.º 10, 01-05-1905, p. 13-14.

⁴⁵⁰ Pedro Tavares de Almeida, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)”, *Análise Social*, n.º 85, Lisboa, ICS, 1985, pp. 111-153.

bem estudados, assim como a posição de Portugal nesta conjuntura. De uma maneira geral, a opinião pública em Portugal era favorável à Espanha e contra os Estados Unidos⁴⁵¹. A imprensa periódica – incluindo a ligada ao Partido Progressista que então se encontrava no poder – elogiava e enaltecia o carácter espanhol. Estava ainda viva a memória do Ultimatum britânico de 1890 e condenava-se a aliança anglo-saxónica (Grã-Bretanha e EUA) contra uma Espanha isolada no panorama internacional. Portugal tinha muito de comum com a Espanha – ambas as nações peninsulares eram velhas potências coloniais detentoras de extensos e fragmentados impérios, ambas eram portadoras de uma memória histórica grandiosa que contrastava com um presente de declínio, ambas podiam incluir-se na categoria das *dying nations* de que falara Salisbury no seu célebre discurso da Prime Rose League, em Maio desse ano de 1898⁴⁵². A debilidade da posição portuguesa, particularmente no que respeita ao endividamento externo do Estado, era evidente para qualquer observador minimamente informado: em caso de qualquer ameaça internacional sobre as suas colónias, o país não tinha meios materiais e humanos a que pudesse recorrer para as defender. A sua marinha não dispunha de um número suficiente de unidades de guerra modernas que pudessem eficazmente defender o território nacional e o seu império. No Verão de 1898, na sequência de um pedido de empréstimo extraordinário à Casa Rothschild, decorreram negociações entre Londres e Berlim com vista a uma possível renegociação da áreas de influência na

⁴⁵¹ Sérgio Campos Matos, “A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal”, *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. II, Porto, 2002, pp. 149-161.

⁴⁵² João da Câmara transcreveu parte do discurso de Salisbury em “Crónica ocidental”, *O Ocidente*, vol. XX, n.º 697, 10-05-1898, p. 98. Veja-se a este respeito Javier Krauel, *Imperial Emotions: Cultural Responses to Myths of Empire in Fin-de-siècle Spain*, Liverpool, 2013, pp. 165-166.

África Austral nas colónias portuguesas⁴⁵³. Ante a desproporção de forças em relação às grandes potências, compreende-se, pois, a prudência diplomática adotada pelo governo de José Luciano de Castro, confinando-se à “mais estrita e absoluta neutralidade” em relação às nações beligerantes⁴⁵⁴. Esta tomada de posição seguiu-se ao estacionamento da esquadra espanhola do almirante Cervera no arquipélago de Cabo Verde, para reabastecer carvão, o que evidentemente não podia agradar à administração americana. Os Estados Unidos terão exigido que em nenhuma possessão portuguesa se permitisse o abastecimento das armadas espanholas. No entanto, a neutralidade portuguesa não tranquilizou a opinião pública. Multiplicavam-se os boatos, entre outros, a propósito da armada de Cervera nas ilhas de Cabo Verde: os Estados Unidos teriam ameaçado Portugal com um ultimatum. Ou, no final de Abril, o boato de que a cidade de Nova Iorque estaria a ser bombardeada por uma armada espanhola. Por outro lado, difundiu-se, desde o início da guerra, a convicção de que na sequência do conflito ocorreria uma revolução em Espanha, com a consequente queda da monarquia – o mesmo podendo suceder em Portugal⁴⁵⁵. Instalava-se um ambiente de incerteza e insegurança em relação ao futuro. Houve até nos meios jornalísticos quem receasse o envolvimento de Portugal na guerra. Lembre-se que de Janeiro a Março desse ano de 1898, vários navios de guerra norte-americanos tinham estado fundeados no estuário do Tejo e que a 13 de Março, precisamente no dia em que a armada de Cervera largara de Cádiz em direcção à Canárias, deixaram o porto de Lisboa⁴⁵⁶.

⁴⁵³ António José Telo, *Lourenço Marques na política externa portuguesa 1875-1900*, Lisboa, 1991, pp. 144-149.

⁴⁵⁴ “Presidência do Conselho de Ministros”, *Diário do Governo*, n.º 93, 29-04-1898, p. 1090.

⁴⁵⁵ Eça de Queiroz, Carta a Emília de Castro de 22-04-1898, *Correspondência epistolar* (ed. de A.Campos Matos), Porto, 1995, pp. 505-506.

⁴⁵⁶ Emilio de Diego, “Portugal y el 98 español, a través de nuestra diplomacia en aquel país”, *António Pedro Vicente. Estudos em Homenagem*, Lisboa, 2014, pp. 156-157.

Não surpreende assim que após a declaração de guerra dirigida pelos EUA à Espanha, alguns navios de guerra portugueses tenham sido postos em estado de prevenção. Certo é que a guerra de 1898 suscitou profunda comoção na opinião pública em Portugal. E que até à celebração do protocolo de Washington (11 de Agosto), que antecedeu o Tratado de paz de Paris (10 de Dezembro), chegou a delinear-se a possibilidade de uma esquadra americana atravessar o Atlântico e bombardear portos espanhóis como meio de pressionar a Espanha a capitular. A guerra foi, pois, vivida como uma terrível ameaça sobre Portugal e o seu frágil império. Uma ameaça dos anglo-saxónicos? Sem dúvida. Mas sentia-se a ameaça também do outro lado da fronteira: na verdade, chegou a especular-se acerca da possibilidade de, após a sua derrota, a Espanha compensar *El Desastre* e a conseqüente perda do seu império ultramarino com a ocupação de Portugal: foi o caso do político-poeta regenerador Tomás Ribeiro, velho militante da causa anti-iberista que, na câmara dos pares, se revoltou contra uma voz que no congresso espanhol alvittrara que, embora se perdessem as Filipinas, seria fácil “recuperar o perdido porque se [tinha] à mão e perto Portugal”⁴⁵⁷. Ainda assim, o sentimento mais difundido terá sido o de comunhão e de “identificação na desgraça” ante as agressões anglo-saxónicas⁴⁵⁸.

A Guerra Hispano-Americana terá contribuído para estreitar o sentimento de solidariedade interpeninsular entre a opinião pública portuguesa (mas porventura não entre a espanhola), ainda antagónica em relação ao domínio anglo-saxónico. Mas, por outro lado, ao contribuir para exacerbar de novo o sentimento de receio em relação à Espanha a guerra terá ajudado a debilitar o iberismo⁴⁵⁹.

⁴⁵⁷ Cit. Sérgio Campos Matos, “A Guerra Hispano-Americana...”, p. 160.

⁴⁵⁸ Emilio de Diego, *op. cit.*, p. 159.

⁴⁵⁹ Rui Ramos, “Medo e expectativas. Portugal e a Guerra Hispano-americana de 1898”, *Relações Internacionais*, n.º 24, Dez. de 2009, p. 44.

Não constituiu no entanto um ponto de viragem significativo na atitude dos republicanos em relação ao iberismo. Na verdade, há muito que este se encontrava em refluxo e, como se viu, até mesmo os republicanos federalistas eram anti-iberistas. O fracasso de uma reaproximação⁴⁶⁰ das diplomacias de Portugal e Espanha contribuiria para descentrar as relações entre os dois estados agora no âmbito de uma geografia mais ampla: a América hispânica. Estavam já em voga as expectativas pan-hispanistas e hispano-americanistas a que me referirei no próximo capítulo.

Iberismo e anti-iberismo durante a I República Portuguesa

A Guerra Hispano-Americana desmentiu a proximidade do futuro promissor que Oliveira Martins idealizara para a Espanha na sua *História da civilização ibérica*. Em contrapartida, suscitou um intenso debate sobre o destino nacional que encontrou ecos em Portugal. Os receios de que Portugal também fosse objeto dos interesses dos EUA ou que o império colonial português fosse partilhado entre a Inglaterra e a Alemanha coexistiram com manifestações de apoio face à situação vivida pela Espanha em *El Desastre* – lembre-se o caso de Eça de Queiroz. Ou ainda a convergência nas apreensões e indignação em relação ao célebre discurso do primeiro ministro britânico Salisbury. Nesta conjuntura difícil para os dois estados ibéricos, acentuava-se o sentimento de crise de civilização e do receio do fim da monarquia em Portugal. Expressava-se uma

⁴⁶⁰ As sociedades de geografia dos dois países tiveram um relevante papel nessa tentativa de reaproximação. Veja-se José Antonio Rodríguez-Esteban, "Geopolitical perspectives in Spain: from the Iberism of the 19th Century to the Hispanoamericanism of the 20th", *Finisterra*, xxxiii, n. 65, 1998, pp. 185-193.

mentalidade apocalíptica em que o tópico *Finis Patriae* se difundia entre as elites⁴⁶¹.

Por outro lado, a ideia da federação dos povos peninsulares como etapa para a construção de uma federação europeia dos povos latinos⁴⁶², cultivado pelos republicanos portugueses e espanhóis que haviam participado no Congresso de Badajoz em 1893, era uma compensação ideal, embora, como vimos, alimentasse expectativas de futuro. E, todavia, figuras destacadas do republicanismo federal português difundiam-na (caso de Sebastião de Magalhães Lima ou de Teófilo Braga). E do lado espanhol, Salmerón, Rubén Landa ou Rafael Altamira lá tinham estado nesse muito comentado encontro. Para Magalhães Lima, a federação latina incluiria o Brasil, a Espanha e as repúblicas da América hispânica que, a seu ver, tinham uma comunidade, um legado de tradição, raça, história, língua e aspirações comuns⁴⁶³. Mas, como vimos, a ideia era instrumentalizada pelos seus opositores monárquicos agitando a velha ameaça de absorção de Portugal pela Espanha. Compreende-se, pois, que Magalhães Lima denunciasse o iberismo em Portugal como uma “mentira patriótica” dos partidos monárquicos. E Teófilo Braga que desde o decénio de 1870 justificara em termos históricos a necessidade do federalismo, considerava que o unitarismo ibérico levava à decadência moral e material da Hispânia. Teófilo distinguiria já nos princípios do século xx, em sintonia com os federalistas catalães (caso de Ri-

⁴⁶¹ Sérgio Campos Matos, “*Finis Patriae* e consciência de crise no Portugal contemporâneo”, *Estudos do Século XX*, n.º 10, 2010, pp. 361-384

⁴⁶² Sobre este tópico veja-se Pierre Rivas, “Utopie ibérique et idéologie d’un Fédéralisme Social Pan-Latin”, *Utopie et socialisme au Portugal au XIX^e siècle*, Paris, 1982, pp. 319-330, e Hermínio Martins, “O federalismo no pensamento político português”, *Penélope*, n.º 18, 1998, pp. 13-49. Alargando a geografia da federação em que Portugal se integraria, a ideia panlatinista esbatia o receio de assimilação de Portugal na Espanha.

⁴⁶³ Sebastião de Magalhães Lima, *La fédération ibérique*, Paris, s.d. (1893?), pp. 197-198. Sobre este autor veja-se Maria Rita Lino Garnel, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, 2004, e António Ventura, *Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, 2012.

bera i Rovira) três tipos históricos e étnicos na Península: Portugal, Castela e Catalunha, reconhecendo nas duas primeiras nações as propulsoras da civilização peninsular⁴⁶⁴. Significativo é que Ribera i Rovira, o intelectual catalão que mais contribuiu para a aproximação entre a Catalunha e Portugal, se tenha considerado a si próprio discípulo de Teófilo⁴⁶⁵.

No entanto, a Revolução do 5 de Outubro de 1910 levou à implantação de uma República unitária em Portugal – ao invés do que estava previsto no programa federalista do Partido Republicano Português de 1891 para o qual contribuía o próprio Teófilo – e à consequente subalternização do ideal federalista que, todavia, continuaria a manifestar-se esporádica mas recorrentemente e a ser usado pelos seus adversários para combate político⁴⁶⁶.

Já em 1907, Afonso XIII acalentava a intenção de rever a diplomacia do seu país no sentido da “hispanização do espaço peninsular”, numa orientação ofensiva. Em 1909, a estes desígnios associava-se a vontade de resolver o risco de “anarquia” em Portugal mediante a possibilidade de uma união ibérica⁴⁶⁷. As incursões monárquicas dos opositores da recém-instaurada República a partir da Galiza (1911-12) e os projetos acalentados por Afonso XIII de intervir em Portugal em finais de 1910 e princípios de 1911, receoso que estava do “contágio

⁴⁶⁴ Teófilo Braga, “D’Iberisme”, in Ignasi Ribera i Rovira, *Iberisme*, Barcelona, 1907, pp. 12-17.

⁴⁶⁵ Ribera i Rovira, “O Iberismo de Teófilo Braga”, *In Memoriam do Dr. Teófilo Braga*, Lisboa, 1934, pp. 329-333. Sobre Ribera i Rovira veja-se Victor Martínez-Gil, *El naixement de l’iberisme catalanista*, Barcelona, 1997, pp.98-203.

⁴⁶⁶ Em 1913 Teófilo Braga denunciou que no parlamento, quando era presidente do governo provisório em 1911, fora alvo de uma tentativa de liquidação política, insinuando que teria a intenção de criar um conflito com o governo espanhol. Como essa tentativa falhasse, procurou-se invocar a sua convicção federalista fazendo evidenciar a sua não aplicação prática. Alguém ter-se-ia empenhado para que um jornalista espanhol de *El Liberal*, o entrevistasse. Segundo Teófilo, este último pretendia que lhe dissesse se o federalismo era seguido por todo o partido republicano. *DCD*, n.º 67, 8-04-1913, pp. 68-69.

⁴⁶⁷ Hipólito de la Torre Gómez, *El Imperio del Rey. Alfonso XIII, Portugal y los Ingleses (1907-1916)*, Mérida, 2002, pp. 13 e 83-84.

revolucionário” portugueses⁴⁶⁸, acentuaram na opinião pública portuguesa o sentimento do “perigo espanhol”, em diversos setores políticos incluindo os democráticos de Afonso Costa. A ideia imperialista de uma união ibérica era acalentada em Espanha por setores carlistas, integristas e católicos, e andava associada à política expansionista deste estado em Marrocos. No entanto, encontraria a oposição de dirigentes políticos como José Canalejas e Antonio Maura⁴⁶⁹. Teve, contudo, uma larga difusão em Espanha entre 1912 e 1915, por parte de autores como Luís Antón del Olmet (jornalista redator do *ABC*), Nido y Segalerva ou Vicente Gay. Em 1912, Antón del Olmet dá-nos um olhar muito negativo acerca do Portugal republicano, a viver no medo e no silêncio. E, aquando da sua viagem a Lisboa, alimenta uma impressão marcada pela diferença étnica dos Portugueses, logo à chegada à estação de Santa Apolónia: “Se veen caras negras de congolezes, caras morenas de brasileños, caras bermejas de iberos puros”⁴⁷⁰. A solução para os problemas portugueses estaria na unidade ibérica.

A ideia da aproximação diplomática e até de um projeto de aliança com a Espanha, formulada pouco antes do início da Grande Guerra (Julho-Agosto de 1914) teria o apoio de republicanos como Magalhães Lima ou José Relvas (ex-embaixador em Madrid). E fora defendida um ano antes pelo histórico operacional do 5 de Outubro, Machado Santos. Mas a divergência de posições dos dois estados peninsulares face ao conflito europeu entrouvrou a orientação de aproximação peninsular. Entre os republicanos portugueses, no poder

⁴⁶⁸ César Oliveira, *Cem anos nas relações luso-espanholas*, Lisboa, 1995, p. 20. Tais intenções exprimiram-se de diversas formas até 1927, cf. José Medeiros Ferreira. *Um Século de Problemas. As relações luso-espanholas da união ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, 1989, p. 43.

⁴⁶⁹ Vd. Hipólito de la Torre Gómez, *Antagonismo y fractura peninsular España-Portugal 1910-1919*, Madrid, 1983, pp. 148-160.

⁴⁷⁰ Luís Antón del Olmet, *Nuestro abrazo a Portugal (catecismo de la raza)*, Madrid, 1912, p. 25.

em 1914-15, revalorizava-se a aliança com a Inglaterra como meio de defesa do império colonial africano, ameaçado pela Alemanha e também se esconjuravam assim os receios da ameaça iberista sempre presentes em setores da opinião pública.

Há dois tópicos no livro do jornalista Antón del Olmet que ressurtem com frequência na literatura iberista: um conceito que vinha do iberismo unitarista do século XIX referia-se a Portugal como uma *região* da Espanha; em segundo lugar, a ideia de que os portugueses viviam voltados sobre o seu passado⁴⁷¹. A este último respeito, lembre-se que já Rafael de Labra, no final do século XIX, ficara surpreendido com a profusão de estátuas dedicadas à memória de heróis nacionais que encontrara em Lisboa e referira-se à “nostalgia do impossível” dos Portugueses⁴⁷². No entender deste republicano iberista espanhol, Portugal não tinha razão de existir, o seu destino só poderia ser, no futuro, a união com a Espanha – obedecendo assim a uma suposta lei geral, a concentração de famílias. Mas, embora se declarasse iberista convicto, Labra não era adepto da união por via da conquista⁴⁷³. Outros intelectuais espanhóis retomariam o tópico da fixação dos Portugueses no seu passado, entre outros, o jornalista Luis Antón del Olmet e Martín-Granizo. Em 1917, este último, na sequência de uma viagem em Portugal, notou aliás nisso mesmo uma afinidade entre ambos os povos (Portugueses e Espanhóis): “les pesaba demasiado el pasado, aquel glorioso pasado”⁴⁷⁴. Miguel de Unamuno não deixaria de sugerir esta ideia da fixação dos portugueses no passado.

Nos finais de 1914, alguma imprensa periódica de Madrid deu voz a uma intensa campanha iberista – foi o caso de *La Tribuna*, jornal

⁴⁷¹ Id., *op. cit.*, pp. 176 e ss.

⁴⁷² Rafael de Labra, *Portugal Contemporâneo*, Madrid, s.d., pp. 57-58.

⁴⁷³ Id., *Lisboa y los Portugueses*, Porto Rico, 1888, pp. 11-13.

⁴⁷⁴ Martín-Granizo, *Portugal*, Madrid, 1917, p. 53. Luis Antón del Olmet, *op. cit.*, p. 87. Olmet atribuía essa ideia a um republicano, que não identifica.

defensor de uma posição germanófila. O político e publicista conservador Nido y Segalerva⁴⁷⁵ publicou nesse mesmo ano uma controversa obra em que considerava a ideia de união ibérica uma aspiração de sempre dos povos peninsulares: *La Unión Ibérica. Estudio crítico, histórico de este problema...* Nela reunia um extenso conjunto de documentos e citações, reatualizando os argumentos expendidos pelo catalão Sinibaldo de Más em meados do século anterior. A união ibérica seria o único meio de salvar as duas nações de uma decadência vivida dramaticamente como “maldición” e “irremediable apocalipsis”, resposta a um profundo sentimento de crise e às ameaças externas. E só não teria tido êxito por faltar um homem adequado às circunstâncias, como tinha sido no seu tempo Filipe II⁴⁷⁶. Mas ao invés de Sinibaldo de Más, Nido y Segalerva alimentava a ideia de reconstituir um império que seria uma federação de monarquias como a seu ver tinha sido a Espanha de Filipe II, incluindo Portugal. Nido y Segalerva conciliava a ideia imperial com a da regionalização. O ponto de partida para a união seria o projecto de administração local que Maura adoptara.

A reacção a esta obra em Portugal foi imediata. Terá partido de João do Amaral⁴⁷⁷, e logo se tornou sistemática: em Abril de 1915, pouco antes da queda da ditadura de Pimenta de Castro, os jovens integralistas lusitanos organizaram uma série de conferências nacionalistas que tiveram lugar na Liga Naval⁴⁷⁸. A seguir a essa violenta revolução que reconduziu o Partido Democrático de Afonso Costa ao poder, uma esquadra espanhola constituída por três unidades de

⁴⁷⁵ Juan del Nido Segalerva (18.?-1918), historiador, jurista e político espanhol ligado ao partido conservador, chegou a ser governador civil, deputado e conselheiro de estado.

⁴⁷⁶ *La Unión Ibérica. Estudio crítico, histórico de este problema...*, Madrid, 1914.

⁴⁷⁷ No semanário *Pátria Nova*, cit. por José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires*, Lisboa, s.d., pp. 213-214.

⁴⁷⁸ Depois publicadas em *A questão ibérica*, Lisboa, 1916.

guerra visitou o estuário do Tejo – o que não deixou de alimentar o receio do perigo espanhol. Este sentimento alimentava-se também de frequentes informações, agitadas no parlamento e na imprensa periódica acerca de barcos espanhóis a pescarem ilegalmente em águas portuguesas, alegadas campanhas contra Portugal na imprensa periódica de Madrid ou incidentes fronteiriços. A propósito dos pesqueiros espanhóis em águas nacionais, comentava o deputado evolucionista por Faro, Celorico Gil, em 1917:

“se estivesse presente o Sr. Ministro das Finanças, ou o Sr. comendador Afonso Augusto da Costa, eu queria perguntar a S. Exa. se é certo a tal união ibérica que os espanhóis querem. A união serve apenas para explorar aquilo que é nosso, o muito nosso! Eu não quero nada dos espanhóis, mas quero que os espanhóis ricos se contentem com o que é deles e não nos venham roubar o que é nosso, e só nosso”⁴⁷⁹.

Insinuava-se assim que os espanhóis exploravam riquezas que pertenciam aos portugueses, neste caso o pescado⁴⁸⁰. Naquele mesmo ano, um outro deputado evolucionista (este último eleito pelo círculo de Penafiel), o jornalista Eduardo de Sousa, denunciava os jornais espanhóis que promoviam campanhas “contra nós”: o *ABC*,

⁴⁷⁹ *DCSD*, n.º 74, 01-06-1917, p. 4.

⁴⁸⁰ Estas denúncias no parlamento e na imprensa não eram novas. Em 1913 e 1914, quando chegou a seu termo o tratado de comércio de 1893, foram particularmente insistentes, com uma promessa por parte do ministro das finanças, Tomás Cabreira, de que se intensificaria a fiscalização da pesca na costa do Algarve. O então Ministro da Marinha, Augusto Noupert, lembrava que a linha de águas territoriais para todas as nações estava marcada oficialmente em 3 milhas. Mas depois da denúncia do tratado de 1893, a Espanha estabelecera para si indevidamente o limite das 6 milhas, apreendendo barcos portugueses nas linhas compreendidas entre as 3 e as 6 milhas da costa espanhola, enquanto os espanhóis pescavam nas águas portuguesas entre aqueles limites. Cf. *DCSD*, n.º 109, 29-05-1914, p. 15. Cf. também *Tratado de comércio e navegação entre Portugal e Espanha assinado em Madrid a 27 de Março de 1893*, Lisboa, 1893. O artigo 2.º deste tratado consignava precisamente o limite das 6 milhas.

A Tribuna, *El Mundo*, ou o *Correo Español*. Já em 1916, durante a Grande Guerra, estando, como se sabe, a imprensa sujeita a censura, este deputado pedira a interdição destes periódicos que traziam *sueños* sobre Portugal. E em 1920, o chefe do ministério então vigente, António Maria Baptista, lembrava que havia em Espanha duas agências de informações falsas contra a República: uma em Tui, outra em Badajoz⁴⁸¹. Evidentemente referia-se a propaganda monárquica contra a República Portuguesa que se desenvolvia em alguns periódicos espanhóis.

Qualquer incidente era pretexto para alimentar a campanha anti-espanholista e as suspeitas em relação às intenções anexionistas. Assim, a morte do português Joaquim Satúrio Marques, natural da Castanheira (distrito da Guarda), pelos carabineiros espanhóis, na raia, em território espanhol, em 17 de Junho de 1917, daria azo a comentários em tom nacionalista por parte dos deputados António Mantas (também ele evolucionista) e Alfredo de Magalhães (por essa época ainda apoiante do partido democrático)⁴⁸².

Mas, do lado espanhol, escarneciam-se os excessos de suspicácia e inquietação geral dos portugueses, bem notada pelos diplomatas em Lisboa. Alguns deles viam nessa atitude de extrema suscetibilidade e receio uma verdadeira obsessão. Por exemplo, em Março de 1915, o ministro plenipotenciário espanhol em Lisboa, o Marqués de Villasinda (Luis Valera y Delavat), indignava-se contra a ideia difundida em Portugal de que a Espanha alimentava planos secretos para intervir no país vizinho⁴⁸³. Não surpreende, pois, que ca-

⁴⁸¹ *DCSD*, n.º 155, 10-03-1920, pp. 32-34.

⁴⁸² *DCSD*, n.º 92, 27-06-1917, p. 6.

⁴⁸³ AHN, H. 1706, Portugal 1914-1915, n.º 76, Lisboa, 10 de Março de 1915. Alguns manifestaram ao seu governo a indignação em relação ao modo como a imprensa periódica portuguesa tratava os espanhóis: foi o caso de Villalobar em 1912 cf. AHN, H. 1705. Portugal. 1912-1913, n.º 462, 23 de Setembro de 1912.

racterizasse a psicologia coletiva dos portugueses sobretudo marcada pela suspicácia:

“...en los periódicos republicanos como en los monárquicos portugueses, se está removiendo continuamente el tan monoseado tema del ‘peligro español’, lo que tiene alarmada de continuo la tan vidriosa como fantástica opinión publica lusitana, que sobre tan frárgiles é infundadas bases como esos caprichosos artículos de prensa (...). Aún que procuro por todos los médios a mi alcance desvanecer tan temerosas creencias, no resulta fácil lograrlo por la misma desastrosa situación interna política e económica del país y por *el carácter pesimista y receloso de estas gentes que están sempre á la mira de cuanto acerca de tales particulares se dise, no siempre con acierto, en periódicos españoles*”⁴⁸⁴.

outros debates: da Harmonia Ibérica às ditaduras

Como se compreendem os surtos de indignação contra o perigo espanhol na imprensa portuguesa? Evidentemente, tratava-se de manter viva a chama nacionalista e anti-iberista. Reforçava-se assim um sentido identitário de unidade e inclusão. Mas seriam também reações à chamada Harmonia Ibérica, uma campanha iniciada em princípios de 1917 pelo periódico *El Imparcial* que insistia na necessidade de estreitar a amizade com Portugal, da diplomacia às relações económicas, passando pela política e a cultura⁴⁸⁵. Tratava-se de uma estratégia liberal, de respeito pela autonomia dos povos e que não punha em causa a separação de Portugal. Mas colheu o apoio de diversos

⁴⁸⁴ AHN, H. 1706, Portugal 1914-1915, n.º 38, Lisboa, 8-02-1915.

⁴⁸⁵ Veja-se a este respeito Hipólito de la Torre Gómez, *Na encruzilhada da Grande Guerra*, Lisboa, 1980, pp. 170-192.

sectores iberistas (entre eles os germanófilos) e não iberistas. Félix Lorenzo, o diretor de *El Imparcial*, estivera em Lisboa em 1915, onde obtivera um salvo-conduto do então ministro da Justiça, Afonso Costa, para circular livremente e obter facilidades na sua investigação sobre o Portugal republicano. Da sua estadia resultou um livro em que já se encontrava o tópico *armonia*. Aí falava de Portugal e Espanha como “dos naciones hermanadas por la naturaleza, coniventes hoy, coincidentes por fuerza en una hora mas o menos lejana de armonia cordial”⁴⁸⁶. Em Fevereiro de 1917, sintetizava assim as intenções da Harmonia Ibérica:

“Primeiro. Em vésperas da recomposição do mundo, é necessário que a Península Ibérica se mostre com toda a sua força territorial. Segundo. Há na Península Ibérica duas nacionalidades distintas, mas perfeitamente harmonizáveis, na integridade da sua organização política. Terceiro. A união aduaneira e a absoluta concordância económica são os elementos primordiais e necessários, para chegar a uma aliança político-militar, que faça deste extremo da Europa o centro da união latina ou do acordo ocidental”⁴⁸⁷.

Esta campanha desenvolveu-se até ao verão desse mesmo ano de 1917. E se foi relativamente pacífica entre a opinião pública espanhola, em Portugal as reações foram muito desencontradas, mas predominantemente negativas. Quer republicanos quer monárquicos empenharam-se na denúncia das alegadas intenções ocultas desta propaganda iniciada em Espanha a favor de uma aproximação entre as nações peninsulares por meio de uma união aduaneira e uma aliança. Compreende-se, se atendermos aos antigos receios de assimilação e perda de identidade nacional por parte dos nacionalistas

⁴⁸⁶ Félix Lorenzo, *Portugal (cinco años de República)*, Madrid, 1915, p. 230.

⁴⁸⁷ *El Imparcial*, 18-02-1917, apud Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*, p. 185.

portugueses. E, por outro lado, ao facto de Félix Lorenzo ter construído uma imagem crítica do Portugal republicano, no livro que publicara em 1915. No entanto, periódicos tão divergentes como o *Opinião* (conservador) e *O Mundo* (este último, como se sabe, favorável aos democráticos) mostraram-se abertos à campanha⁴⁸⁸. Mas muitos outros exprimiram ceticismo, quando não inequívoca resistência à ideia. O jornalista Augusto de Castro considerou a Harmonia Ibérica – conceito que criticou – um instrumento da política de aproximação aos aliados por parte do líder liberal Romanones⁴⁸⁹. Numa conferência na Liga Naval, Alfredo Pimenta distinguiu múltiplos conceitos de Harmonia Ibérica, da fusão peninsular que a seu ver reduziria Portugal a uma província da Espanha, ao significado usado pelo *Imparcial*, passando pelo seu próprio conceito que não ia além de uma “harmonia comercial”, ou seja, as condições do tratado de 1893. Para Pimenta, os Portugueses recusavam ser espanhóis e não esqueciam Aljubarrota. Portugal deveria, pois, alinhar com a Grã-Bretanha⁴⁹⁰. Tecendo um balanço da Harmonia Ibérica, Brito Camacho diria que “não encontrou positivamente um eco simpático, antes despertou receios e desconfianças [que] se manifestaram com particular vivacidade na imprensa governamental”⁴⁹¹. Na verdade, a imprensa periódica portuguesa reagiu desencontradamente à cam-

⁴⁸⁸ Paulo Rodrigues Ferreira, *Iberismo, hispanismo e os seus contrários. Portugal e Espanha (1808-1931)*, [policop.], Lisboa, 2015, p. 241.

⁴⁸⁹ Augusto de Castro, *O que eu vi e ouvi em Espanha Janeiro a Agosto de 1917*, Lisboa, 1917, p. 52. No entanto, Unamuno denunciou que os que em 1917 falavam de harmonia ibérica tinham sido os mesmos que, quatro anos antes, “sonhavam com a conquista de Portugal”. “Deber de defesa para con Portugal” [7-06-1917], *Escritos de Unamuno sobre Portugal* (ed. de Ángel Marcos de Dios), Paris, 1985, p. 248. Ou seja, tinham a expectativa da vitória alemã e perante o seu insucesso, mudaram de atitude em relação a Portugal.

⁴⁹⁰ Alfredo Pimenta, “A Harmonia Ibérica”, 5-05-1917, Arquivo da SHIP, Arquivo de Recortes de Imprensa Iberismo, 1917-1924 D.

⁴⁹¹ Brito Camacho, “Harmonia Ibérica”, *A Luta*, 7-06-1917, p. 1.

panha promovida por *El Imparcial*⁴⁹². E são conhecidas as palavras de Afonso Costa dirigidas a este periódico, durante uma estadia em Madrid, em Março de 1916, em consonância com a atitude dominante no republicanismo em Portugal e excluindo o conceito de *iberismo* do seu léxico político:

“Sobre a base indiscutível da independência absoluta das duas nações, tudo pode intentar-se e tudo pode conceber-se. *Não se pode sequer falar de iberismo* (...). Pode-se e deve-se falar de íntima amizade, de cordial fraternidade, compatível com o respeito mútuo dos dois povos pelas suas instituições políticas e pelos seus interesses materiais”⁴⁹³.

Como se vê, o discurso de Afonso Costa alinhava na mesma atitude em relação à Espanha que inspirara António José de Almeida em 1906, nas suas respostas às acusações de João Franco: independência, amizade mas recusa do iberismo. E Brito Camacho não andava longe deste registo. Os principais líderes republicanos convergiam, pois, numa atitude nacionalista que, admitindo a irmandade e fraternidade luso-espanhola, não aceitava qualquer abertura a iberismos, sequer na versão federalista (no campo republicano, o federalismo ibérico estava absolutamente ultrapassado e não passava agora de um epifenómeno). Não deixa de ser significativo que um periódico monárquico como *O Dia* se exprimisse em termos críticos em relação à hispanofobia dos republicanos:

“A fobia espanhola foi uma das muitas doenças que atacaram o jacobinismo nacional, que sempre teve do patriotismo uma noção

⁴⁹² Dois exemplos, um de reação negativa – Ayres d’Ornelas, “Harmonia Ibérica”, *Diário Nacional*, 8-03-1917, p. 1 –, outro de uma atitude de abertura à aproximação entre as duas nações: A. Pereira de Matos, “Harmonia Ibérica”, *O Dia*, 04-08-1917, p. 1.

⁴⁹³ *El Imparcial*, 3-04-1916, apud Hipólito de la Torre Gómez, *idem*, p. 187.

muito estreita e muito sectária e em tudo vê, mais do que o perigo pátrio, a ameaça à estabilidade de um regimen que, acima de tudo, é preciso defender do que por aí chamam os *inimigos da pátria...*⁴⁹⁴.

A campanha da Harmonia Ibérica esgotou-se em meados de 1917. Mas, é claro, o sentimento do perigo espanhol e a denúncia da “propaganda” contra Portugal feita por iberistas espanhóis prosseguiria. Em em 1919 e 1920, esta campanha foi alimentada na câmara dos deputados pelas vozes de republicanos de sensibilidades diversas como Almeida Pires, Nuno Simões ou até de um chefe de governo, António Maria Baptista, um militar.

Embora cordial, a entrevista dada por Afonso XIII a Augusto de Castro do *Diário de Notícias* (publicada em 22 de Setembro de 1922) suscitou dúvidas em Portugal e exacerbou a desconfiança dos nacionalistas portugueses em relação às intenções de um monarca que – era sabido – tinha alimentado uma ideia de um grande império peninsular⁴⁹⁵. Até mesmo o insuspeito António Sardinha, numa entrevista dada à *Nação Portuguesa* exprimiu uma crítica frontal às palavras do monarca: “...como defensor da amizade com a Espanha, considero a entrevista do Rei Afonso XIII um prejuízo grave para o entendimento das duas pátrias. Não pelo que ela contenha de perigoso. Mas pelas suspeitas e pelas reticências de que justamente as

⁴⁹⁴ “La armonía”, *O Dia*, 4-04-1917, p. 1.

⁴⁹⁵ O deputado Nuno Simões denunciou-as no parlamento: *DCSD*, n.º 161, 1-11-1922, pp. 10-12. Este deputado referia-se a uma “entrevista de carácter confidencial entre o encarregado dos negócios de Portugal e o rei de Espanha, tornando-se públicas algumas declarações do soberano espanhol”, que coincidiam em grande parte com aquelas que o *Diário de Notícias* então publicara. E lembrava que “em 1918 já o Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha notícias de palavras pronunciadas por esse monarca, aliás pouco diferentes daquelas que o Sr. Dr. Augusto de Castro teve ocasião de referir no *Diário de Notícias*”. Veja-se também Hipólito de la Torre Gómez, *El Imperio del Rey. Alfonso XIII, Portugal y los Ingleses (1907-1916)*, pp. 100-103, e Paulo Rodrigues Ferreira, *Iberismo, hispanismo e os seus contrários*, p. 325.

pode rodear o nosso patriotismo alarmado”⁴⁹⁶. Em Fevereiro de 1918, o rei disse ao encarregado de negócios de Portugal em Madrid que tinha em mente “um vasto plano de aproximação peninsular”, e logo acrescentava: “Isto já não vai com palavras, são preciso factos, para fazer desaparecer antigos receios e preconceitos. Esta ideia de que os queríamos conquistar, por mim nunca ela passou”. Afonso XIII negava a intenção que alimentara anos antes. Mas qual era agora a sua política em relação a Portugal? Tratava-se afinal de recuperar e atualizar instrumentos fundamentais de aproximação entre as nações peninsulares: um novo traçado para a linha de caminho de ferro Madrid-Lisboa, que diminuísse o tempo de deslocação entre as duas capitais para 8 horas (inferior ao que é ainda hoje!); um tratado de comércio que não prejudicasse os interesses portugueses; um acordo aduaneiro que evitasse conflitos e contrabando. Mas não só: o monarca sugeria ainda a constituição de um *trust* para facilitar a colocação de produtos peninsulares como vinhos e cortiça no mercado mundial e o aproveitamento hidroelétrico do rio Douro⁴⁹⁷.

Outros depoimentos e entrevistas dados por responsáveis políticos a jornalistas portugueses confirmam a existência de um espaço público peninsular e transnacional. Dois exemplos: as entrevistas dadas por López Muñoz, ministro da Espanha em Portugal, em 1917 e de Romanones a Vitorino Nemésio, na primavera de 1923⁴⁹⁸. Estes e vários outros exemplos mostram bem como a comunicação política não se desenvolvia apenas pelos canais oficiais, mas tinha uma

⁴⁹⁶ “Hispanismo e Espanholismo. Ainda a entrevista de Miramar”, *Nação Portuguesa*, II série, n.º 5, 1922, p. 212.

⁴⁹⁷ “Relatório do que S. M. o Rei de Espanha Afonso XIII disse ao encarregado de negócios de Portugal em Madrid, em audiência de 12 de Fevereiro de 1918 no Palácio do Oriente”, *A Noite*, 22-01-1921, p. 1.

⁴⁹⁸ Respetivamente publicadas n’*A Manhã* de 4-04-1917 e n’*O Diário de Lisboa*, de 4-05-1923, p. 1. Refira-se ainda a entrevista de Romanones a Leal da Câmara no seu livro *Miren Ustedes*, e reproduzido no *Jornal da Noite*, a 14-04-1917, pp. 1-2, com declarações de grande interesse sobre a fronteira, as relações entre Portugueses e Espanhóis e a política de aproximação.

dimensão pública muito apreciável, com grandes destaques de primeira página e reprodução de fotos dos políticos espanhóis entrevistados. Respondia-se assim a inquietações da opinião pública que se intentava tranquilizar: assim, Vitorino Nemésio afirmava no seu artigo/entrevista: “O conde de Romanones é amigo de Portugal, é mesmo o Presidente dos Amigos de Portugal nesta corte”⁴⁹⁹.

Em plena campanha crítica contra a I República movida pelos monárquicos, o tópico da defesa da nação e da sua tradição histórica como reação ao iberismo prestava-se à circunstância e à afirmação do ideário que os Integralistas defendiam. Nas conferências da Liga Naval teve destaque a intervenção de António Sardinha. Inspirando-se sobretudo em Teófilo Braga, Sardinha fundamentava a separação política de Portugal em argumentos étnicos – a suposta individualidade étnica dos portugueses – e geográficos. Justificava a autonomia de Portugal, invocando a diferença de raça, de território e de psicologia coletiva: “Sem raça, nem território, que somos nós? Porque é que vivemos? Não somos mais que um imprevisto – somos apenas o erro das circunstâncias”⁵⁰⁰. Sardinha sustentava a ideia de uma homogeneidade antropológica da raça – ressaltando apenas o “estrangeiro do interior” (liberais e maçons)⁵⁰¹.

Nido y Segalerva responderia com dois pequenos opúsculos às críticas surgidas do lado português (sem citar os nomes dos seus críticos) e sem grandes novidades: falava enquanto “ibero”, apologista de uma grande pátria única que era toda a Península. Para ele, união ibérica não era sinónimo de unidade ibérica (esta última, sim, traduzir-se-ia na absorção de um povo por outro) e apontava como

⁴⁹⁹ E ainda: “S. Exa. afirma a isenção completa de Espanha perante as coisas portuguesas (...) e até a neutralidade em face das mudanças de regime, quantas e tais nós quisermos. Isto, de resto, é o dever primeiro de uma nação que tem a outra por tal, mas na boca do ministro e neste instante dos receios é conveniente por excesso se declare”.

⁵⁰⁰ António Sardinha, “O território e a raça”, *A questão ibérica*, p. 30.

⁵⁰¹ Id., *idem*, pp. 13-14.

exemplo de união a experiência da unificação alemã, em contraste com o da unidade italiana. Na União ibérica de 1580-1640 teria havido autonomia regional, com um laço de união que fora o monarca⁵⁰².

Mas é claro, a maioria dos iberistas defendiam uma estratégia de estreitamento de relações com Portugal, por vezes adotando uma retórica de cordialidade e irmandade entre as duas nações (caso de Maluquer y Salvador em 1916). O jornalista Llanos y Torriglia explicava porque razões não fazia sentido anexar Portugal:

“¿Conquistar Portugal? ¿Para qué? Nos sumariamos su deuda abrumadora, su pobreza económica, su política tumultuosa, las heces que ella removi6; no vendrían a España ni la riqueza de sus colonias, que otros recogerían; ni el amor de sus naturales, educados generación tras generación en el recelo antiespañol. Forzaríamos pêro no disfrutaríamos. La permanencia en la posesión nos costaría mil veces más que el atropello. Y no está nuestra madurez ni nuestra bolsa para aventuras tales./ No, España no puede hoy ser otra cosa que la amiga, la hermana mayor de Portugal”⁵⁰³.

A pergunta de Llanos Torriglia fazia sentido. Como ele próprio dizia havia um “perigo português”: Portugal podia transformar-se num grande Gibraltar de 90 000 km². Daí a necessidade de uma convergência do interesse peninsular para além das fronteiras. Ou seja, a longa fronteira ocidental da Espanha tornar-se-ia vulnerável.

Mas a posição iberista radical difundia-se entretanto na conjuntura da Grande Guerra. Em 1915, o germanófilo Requena Ortiz imaginava a ocupação de Gibraltar e de Portugal como expressão de um

⁵⁰² Nido y Segalerva, *Opúsculo. Defensa motivada de mi libro*, Madrid, 1916, pp. 12-14.

⁵⁰³ F. Llanos y Torriglia, *Mirando a Portugal. El interés de España*, Madrid, 1917, p. 89.

sentimento irredentista e nacionalista. Com argumentos mais desenvolvidos, assentes na natureza e na história, também o germanófilo Vicente Gay dava expressão a este nacionalismo expansionista e germanófilo e via no conflito militar que então dividia a Europa uma oportunidade para levar a cabo a fusão ibérica. Por seu lado, adotando uma posição tradicionalista, o carlista Vázquez de Mella, então deputado, sustentava a ideia de integridade peninsular (o que supunha o domínio de Gibraltar e do estreito) e correspondendo a uma raça espiritual hispânica que abarcava o mundo ibero-americano, como condição para que a Espanha cumprisse o seu destino, fiel à sua história⁵⁰⁴. Daí a sua oposição à Inglaterra e a sugestão de uma confederação com Portugal sob a “forma de monarquia dual ou de império” que abrangeria também os estados hispano-americanos. Se considerava que, quer do ponto de vista étnico, quer geográfico e histórico, Portugal era “membro da nacionalidade espanhola”, reconhecia-lhe todavia o direito a uma “completa independência”⁵⁰⁵. No que se aproximava da posição de Sardinha posterior ao seu exílio em Espanha (1919-21). E tal como muitos outros teóricos iberistas, denunciava a tutela britânica sobre Portugal que o teria transformado numa fronteira que passava pelo interior da península. No congresso nacional, em 1912, Vázquez de Mella dava expressão a uma posição germanófila. Mas na opinião pública espanhola coexistiam aliadófilos e germanófilos. Na verdade, a sua diplomacia estava dividida entre uma “dependência geoestratégica em relação à França e à Inglaterra”⁵⁰⁶ e afinidades com os interesses alemães. Também a opinião pública estava dividida. E a política externa espanhola era

⁵⁰⁴ Vázquez de Mella, *El ideal de España. Los tres dogmas nacionales*, Madrid, 1915, pp. 87-88. Veja-se a este respeito António Cordeiro Lopes, “Dois projectos de geopolítica ibérica, de matriz tradicionalista – Vázquez de Mella e António Sardinha”, *Revista da Faculdade Letras*, 16/17, 1994, pp. 102-103.

⁵⁰⁵ Vázquez de Mella, *ibid.*

⁵⁰⁶ Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*, p. 226.

em larga medida orientada em três direções: Marrocos, Portugal e o mundo ibero-americano. Compreende-se assim a neutralidade que a Espanha assumiu ante a Grande Guerra e, posteriormente, as posições assumidas pela ditadura de Primo de Rivera.

Significativas de uma orientação em relação ao mundo ibero-americano foram a fundação de uma Oficina de Relaciones Culturales con America (1925), uma reforma da Junta Nacional del Comércio Exterior en Ultramar (1927) e a integração no Ministério de Estado (correspondente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português) do Instituto de Economia Americana e da Casa da América (1928). Também no pessoal das representações diplomáticas, dos convénios e tentativas de estreitar laços económicos e culturais houve progressos, sem esquecer o culto do dia da raça – o 12 de Outubro –, instituído a partir de 1918 como festa nacional (dia da chegada de Colombo à América) e adotado pelas repúblicas hispano-americanas⁵⁰⁷. No que respeita a Portugal, com o regime de Primo de Rivera verificou-se uma orientação realista de cordial aproximação, sem propósitos de pôr em causa a autonomia portuguesa.

múltiplos modos

Num âmbito cada vez mais inevitavelmente transatlântico e ocidental, as relações Portugal/Espanha enunciaram-se de múltiplos modos. No entanto havia ainda vozes que continuavam a colocar os problemas num quadro exclusivamente nacional e numa atitude isolacionista, de reação defensiva face ao exterior. Exemplo extremo de anti-espanholismo militante, foi o de um militar português – um ex-combatente na I Guerra Mundial – que em 1922 publicou um inflamado panfleto intitulado *Nós e a Espanha*. Este capitão, de seu nome

⁵⁰⁷ Id., *idem*, p. 234.

Aníbal de Azevedo⁵⁰⁸, apelava exaltadamente ao ódio contra a Espanha, convicto de que “só pelo caminho agressivo do ódio se poderá refazer a ideia de pátria, de que tão esquecidos andamos”⁵⁰⁹. António Sardinha mandou este folheto aos seus amigos Antonio Ballesteros e ao Marquês de Lozoya. Em Outubro de 1922, depois de uma estadia em Portugal, já o historiador Ballesteros perdia as ilusões no que respeita à possibilidade de aproximar as nações peninsulares, mostrando-se agora convencido de que:

“El pueblo portugués no quiere a los españoles mejor dicho los odia. No debe esforzarse el distinguido escritor []; las campañas de unos cuantos intelectuales amigos de España no trocarán el sentimiento del pueblo lusitano. Para un cambio de relaciones eran precisas dos cosas esenciales: que España saliera de su *indiferencia* respecto a Portugal y de que el pueblo portugués dejase *de odiarnos*. El cambiar la indiferencia en simpatía y amor es relativamente fácil pero trocar el odio en amor es muy difícil (...) *Es muy triste pero creo que debemos abandonar nuestras quimeras de aproximación de pueblos*. Mantengamos nuestra amistad cordial y lamentemos que las respectivas naciones no puedan entenderse. *Este afán de aproximación quizás sea temerario y produzca hondas excisiones antes no soñadas. Dejemos al tiempo que haga su obra*. La obcecación de los hombres dura siglos y la mentalidad de las multitudes tarda en comprender las ideas más nuevas; viven siempre atrasados, de lo antiguo. Y lo antiguo es la malvada España, la enemiga de Portugal; el viento malo viene de

⁵⁰⁸ Capitão de Infantaria, combateu na Grande Guerra, em França. Foi 2.º Comandante do Corpo de Polícia Cívica de Lisboa, Comandante Militar de Manatulo e Lantem, em Timor e teve várias condecorações.

⁵⁰⁹ Aníbal de Azevedo, *Nós e a Espanha*, Figueira da Foz, 1922 [pp. 5-6].

Castilla, ahora (yo lo he oido a gente del pueblo) España tiene la culpa de la baja del escudo portugués”⁵¹⁰.

O que teria feito mudar a visão de Ballesteros em relação às relações entre portugueses e espanhóis? A estadia em Portugal ter-lhe-ia revelado que a diferenciação política de Portugal assentava na “odiosidad contra España” e confessava-se agora descrente na possibilidade de aproximação das dois povos. A leitura daquele panfleto do referido militar português terá confirmado aquela convicção. Tal como Ballesteros, também Lozoya ficou muito desconsolado com a sua leitura do folheto. Mas de passagem este foi dizendo ao seu amigo português que não lhe dava valor, uma vez que exprimia uma “mentalidade troglodítica”. E logo reconhecia: “Verdaderamente es muy difícil la situación de los amigos de España en Portugal [referia-se à recém-criada Sociedade de Amigos de Espanha em Portugal]; siempre sospechosos a los portugueses que persisten en la vieja tradición de odio”⁵¹¹.

Nem todas as reações portuguesas foram, contudo, de suspicácia em relação a alegadas intenções iberistas. Em princípios de 1919, o deputado Almeida Pires regozijava-se na câmara dos deputados com a notícia de que o congresso espanhol tinha aprovado uma saudação à República Portuguesa, numa “demonstração do seu afecto e amizade”, à qual se associou Romanones, o líder do governo espanhol (mas este deputado não deixava de chamar a atenção “para os manejos dos revoltosos monárquicos em Espanha e para a campanha vil que vários

⁵¹⁰ BJPII, Espólio de A. Sardinha, Carta de A. Ballesteros, s.l., 21-10-1922, p. [2-3].

⁵¹¹ BJPII, Espólio de A. Sardinha, Carta do Marquês de Lozoya de Madrid, 6-11-1922, p. [1]. Juntamente com este folheto de Anibal Azevedo, Sardinha mandou-lhe um artigo de Fidelino de Figueiredo. Trata-se muito possivelmente do artigo “Perigo Espanhol”, *O Dia*, 13-10-1922, em que destoando da sua hispanofilia, Fidelino referia-se à “invasão económica” e à “conquista pacífica” espanholas, a propósito da vontade de compras de terrenos e investimentos de espanhóis em Portugal, tema que então era muito explorado pela imprensa nacionalista em Portugal.

jornais espanhóis, a soldo dos mesmos revoltosos, estão fazendo”)⁵¹². E em 16 de Maio de 1922, em retribuição da visita feita por aviadores espanhóis a Portugal, três aviões largaram de Lisboa em direção a Madrid: os Bréguet n.ºs 2, 3 e 10 (Hércules, Condestável e Nemo), tripulados, respetivamente, pelo capitão António Maia e pelos tenentes Paiva Simões e Pais Eamos. Os aviões partiram cerca das 7h da manhã e chegaram a Madrid às 11 horas e 15 minutos. Em 1926, vários deputados saudaram no parlamento o primeiro voo transatlântico entre a Espanha e a Argentina dos aviadores Ramón Franco e Julio Ruiz de Alda – o Plus Ultra, designação que remetia para o lema que fora de Carlos V e que significava *mais além*. Essa saudação transportava consigo a alusão à prioridade da viagem aérea transatlântica portuguesa de Gago Coutinho e Sacadura Cabral⁵¹³. Mas também o regozijo pelo êxito da iniciativa, frisando a irmandade das duas nações num propósito “civilizador” que constituía, agora em pleno século xx, uma réplica moderna dos descobrimentos e da expansão ultramarina. Também o governo, pela voz do ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasco Borges, se associava à saudação.

Todavia, um velho condicionalismo da política de Portugal em relação à Espanha continuava a fazer-se sentir, como lembrava em 1922, o deputado Nuno Simões:

“A nossa política com a Espanha tem uma limitação natural, que deriva da desconfiança mútua em que os dois países vivem de há séculos, desconfiança que por vezes parece ter desaparecido para irromper depois ainda mais acentuadamente, tão acentuadamente que dá razão àqueles que dizem que de Espanha nem bom vento, nem bom casamento”⁵¹⁴.

⁵¹² *DCSD*, n.º 21, 07-02-1919, p. 12.

⁵¹³ António Cabral, *DCSD*, n.º 13, 12-02-1926, p. 10.

⁵¹⁴ *DCSD*, n.º 160, 31-10-1922, p. 28.

No congresso em Madrid, muitos deputados estavam bem conscientes desta atitude de desconfiança e prevenção por parte dos políticos portugueses⁵¹⁵ em relação à Espanha, facto que não deixou de pesar na definição da política em relação a Portugal.

Concluindo, podemos distinguir quatro atitudes em relação à Espanha:

1. o anti-espanholismo militante daqueles que viviam empenhados em denunciar o que consideravam ser a propaganda anti-portuguesa da imprensa espanhola, as incursões de pesqueiros portugueses em águas portuguesas ou a compra de propriedades no Alentejo para acirrar o ódio ao castelhano (caso de Aníbal de Azevedo).

2. aqueles que, frisando a amizade luso-espanhola, sempre insistiam na independência de Portugal e numa atitude de recusa do iberismo que vinha do tempo da Monarquia Constitucional e de muito antes: republicanos como A. José de Almeida ou Afonso Costa; dentro desta atitude, alguns sublinham a dimensão atlântica de Portugal, a conexão luso-brasileira (João de Barros) que poderia até traduzir-se numa federação.

3. os apologistas de uma federação ibérica como passo intermédio para a constituição de uma federação dos povos latinos ou que alimentava a expectativa de um pacto entre nações hispano-americanas ou latinas; Sebastião de Magalhães Lima é um dos melhores exemplos deste republicanismo federal. Em setores anarquistas – caso da Federação Anarquista Ibérica, fundada em 1927 – exprimiu-se uma vaga representação ideal de uma Federação Ibérica que, todavia, não se traduziu em qualquer programa de ação política concreta.

4. os defensores do pan-hispanismo, dando prioridade a um estreitamento da relação entre Portugal e Espanha como ponto de

⁵¹⁵ Cf., por exemplo, o discurso de Canalejas logo a seguir à revolução do 5 de Outubro de 1910 em Portugal *Congreso de los Diputados. Legislatura 1910-1911*, 06-10-1910, n.º 34, p. 881. Ou o discurso de Rafael Labra, aquando do Ultimatum britânico de 1890: *idem, Legislatura 1889-1890*, 27-01-1890, n.º 79, p. 2216-2017.

partida para alargar a área cultural e política hispano-americana, sobretudo enquanto unidade de civilização de matriz católica.

Do lado dos iberistas espanhóis, houve diferentes relações com o tempo, para alcançar diferentes metamorfoses políticas na Península:

1. uma estratégia imperialista, de urgência da formação de um grande estado peninsular: a união ibérica alcançada pela conquista militar (exemplos: Pio Gullón, 1861, Vicente Gay, 1914); a conjuntura da Grande Guerra deu algum alento a esta ideia em setores germanófilos.

2. uma estratégia de aproximação lenta, de “dar tempo ao tempo” no caminho para a união ibérica, no estreitamento das relações diplomáticas, culturais e económicas entre as nações e no respeito pela independência dos povos (ex. o general Prim).

3. uma estratégia explicitamente contratualista, respeitando a vontade e a livre adesão das nações (exemplos: federalistas portugueses e espanhóis – com destaque para os catalães, Sebastião de Magalhães Lima, I. Ribera y Rovira, Joan Maragall), valorizando a persuasão, num processo mais ou menos longo de construção da unidade ibérica.

Com estas diferentes estratégias, que coexistiram em diferentes momentos históricos, relacionaram-se diversas atitudes em relação a Portugal, que variaram muito e transversalmente em todo o espectro político e ideológico:

1. O esquecimento e a indiferença da nação portuguesa: associados ou não à ignorância das realidades do país vizinho. A este respeito, dizia Salvador de Madariaga, já em 1931:

“Do lado da Espanha, a nova fase histórica determina uma espécie de inibição das questões portuguesas. *A quase total indiferença em relação a Portugal, a ignorância da vida portuguesa, o aniquilamento quase completo de Portugal na consciência espanhola*, são factos que têm sido observados com frequência.

Mas não se tem reparado tanto no facto destes fenómenos datarem, precisamente, do momento que entra em cena a Inglaterra”⁵¹⁶.

2. Portugal como mais uma nação a integrar numa federação peninsular (ou como mais uma região da Hispânia, dotada de uma literatura regional), enaltecendo o percurso histórico de Portugal e as qualidades de carácter dos portugueses e representando-os por vezes como bravos marinheiros e descobridores (Ricardo Molina) ou como uma “sociedad tranquila, de costumbres dulces, morigeradas” (Rafael de Labra).

3. Uma atitude de aproximação e respeito pela independência de Portugal: foi o caso da atrás referida posição realista de Primo de Rivera. Como veremos, esta estratégia diplomática, levou a um estreitamento de relações entre os dois estados peninsulares em múltiplos domínios, da navegação fluvial ao comércio passando pela política memorial (caso da Exposição Iberoamericana de Sevilha, de 1929, em que Portugal participou com um pavilhão próprio⁵¹⁷). Mas noutros quadrantes ideológicos, antes e depois do regime de Primo de Rivera, topamos esta posição: refiram-se Ángel Ganivet e Salvador de Madariaga.

4. Representações negativas de Portugal: como nação atrasada dependente e tutelada (Andrés Borrego), um protectorado (F. González), fronteira artificial, ilha próxima da Inglaterra (Vasquez de Mella), ou como país atrasado, com uma população africana (Alca-

⁵¹⁶ Salvador de Madariaga, “Portugal”, *Descobrimento. Revista de Cultura*, vol. II, Lisboa, 1932 [original espanhol de 1931], p. 80. Sublinhado meu. A tendência dominante seria essa. Mas Madariaga exagerava: sempre houve intelectuais espanhóis conhecedores da cultura portuguesa.

⁵¹⁷ Cf. *Pavilhão de Portugal na Exposição Ibero-Americana de Sevilha* https://www.researchgate.net/publication/237101896_Pavilhao_de_Portugal_na_Exposicao_Ibero-americana_Sevilha_1929.

lá Galiano, Villasinda). Este último, num desabafo dirigido ao seu governo:

“Así son todos estos portugueses de las clases gobernantes, que tienen mentalidad de negros e sangre de ellos, desde que en el siglo XVIII, se pobló Lisboa de esclavos y de esclavas africanos, que es la razón fundamental de que esto sea hoy en día una republiquilla á lo Santo Domingo”⁵¹⁸.

Mas esta estava longe de ser uma visão comum sobre Portugal e os Portugueses. Sugestiva mas não surpreendente é a metáfora das mulheres abandonadas, usada por Pastor Díaz quando foi representante de Madrid em Lisboa. Os Portugueses seriam como uma mulher obcecadas com a perseguição que lhes movia um homem que as desejava. Fascinadas por ele, acabariam por se render aos seus encantos (veja-se acima o capítulo 1)⁵¹⁹.

⁵¹⁸ AHN, H. 3055 Política Guerra Europea Ind. 73, n.º 14, Lisboa, 7 de Julho de 1915.

⁵¹⁹ AHN, legajo H-1692. Despacho reservado dirigido ao 1.º Secretario de Estado, 13-3-1860 [pp. 5-6].

Página deixada propositadamente em branco.

6. METAMORFOSES: IBERISMOS E HISPANISMOS

No período que vai do final do século XIX à instauração da II República em Espanha (1931) o uso do conceito de iberismo sofreu a concorrência de vários outros termos que surgem ou ganham novos significados nessa época: *hispanismo*, *hispanidade*, *hispano-americanismo*, *pan-hispanismo*, *latino-americanismo*. São conceitos que envolvem relações das nações peninsulares com outras nações e a consciência histórica de diversas comunidades nacionais – ou seja atitudes em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Estas foram mudando de significado ao longo do tempo, até mesmo no período relativamente curto de cerca de quarenta anos que aqui tenho em conta (c.1890- c.1931). Tempo curto mas atribulado, na Europa e no mundo, marcado pela irrupção das massas na vida política, pela afirmação de nacionalismos étnicos e expansionistas (a palavra imperialismo surgida em 1870 entra então em voga), em que se delineou um padrão global de política internacional, com a afirmação de potências extraeuropeias – os Estados Unidos da América vencem a guerra naval de 1898 com a Espanha, e o Japão vence o Império Russo numa guerra naval em 1905.

Tempo que era já de mundialização, marcado por extraordinárias inovações tecnológicas que alteraram profundamente a vida das classes médias das nações mais desenvolvidas: a luz elétrica, o telégrafo, o telefone, o motor de explosão, a aviação, os modernos transportes rodoviários e a melhoria dos transportes ferroviários – entre muitas

outras. Foi o tempo acelerado das vanguardas modernistas que difundiram uma nova atitude em relação à vida: a atração pelo novo e a velocidade alteraram a experiência da temporalidade. A I Guerra Mundial tornaria evidente o declínio dos poderes europeus no mundo e transformaria profundamente a estrutura social das economias e mentalidades europeias. Caíram quatro velhos impérios no centro e leste europeu. Mas outros velhos impérios ultramarinos europeus mantinham-se ainda e, em alguns casos, expandir-se-iam – o britânico e o francês⁵²⁰. A crença racionalista no progresso que vinha sendo alimentada pelas extraordinárias conquistas da ciência e pela mentalidade iluminista, já posta em causa nos finais de Oitocentos, era agora radicalmente afetada. A Espanha perdera em 1898 o que restava de um imenso império que fora em tempos da América às Filipinas. Portugal, ameaçado pelas grandes potências na partilha de África, apesar das adversidades, e com a habilidade da sua diplomacia, num exercício de equilíbrio entre poderes muito superiores, conseguiu definir as fronteiras de um extenso e desproporcionado domínio colonial na África Austral. Era, pois, um tempo de redefinição do lugar no mundo dos velhos estados da Península Ibérica – cujo poder no panorama internacional estava longe do que fora nos finais do século XVIII e, muito antes, no século XVI.

Dilaceradas pelo sentimento de decadência e crise, acossadas pela lenda negra anti-hispânica tão vulgarizada no mundo protestante, sobretudo anglo-saxónico, e difundida entre os viajantes estrangeiros⁵²¹, desde os princípios do século XIX, as elites portuguesas e espanholas interrogavam-se sobre a possibilidade de regenerar (ou seja de gerar de novo) as suas nações. Seria possível retomar a senda do progresso? Ou apenas sonhar com a grandeza perdida? Num contexto

⁵²⁰ Para uma visão de conjunto, veja-se Jean Baptiste Duroselle, *L'Europe. Histoire de ses peuples*, Paris, 1990, pp. 521 e ss., e Andrew Porter, *O imperialismo europeu (1860-1914)*, Lisboa, 2011.

⁵²¹ Sobre a lenda negra veja-se capítulo 3, p. xx, nota 88.

de mundialização, que significados tiveram os diferenciados ideários iberistas e hispanistas? Certo é que configuraram visões transnacionais distintas.

relações Portugal-Espanha: convergências e divergências (1890 e 1898)

Como referimos noutro capítulo, há muito o paralelismo e a sincronia na história de Portugal e de Espanha contemporâneos foram notados pelos historiadores. Mas também foram estudadas as divergências entre os percursos das duas nações⁵²². Por exemplo, o facto de a Espanha ter perdido parte muito significativa do seu império colonial em 1898, enquanto por essa época Portugal estava empenhado na ocupação efetiva e na “pacificação” de territórios na África austral.

Vulgarizou-se entretanto a ideia de que Portugal e Espanha teriam vivido desde meados do século xvii e até ao último quartel do século xx relativamente isolados e de costas voltadas. Trata-se, contudo, de uma ideia geral só até certo ponto válida e que deve ser matizada. Na verdade, desde o tempo da resistência à ocupação francesa e dos primeiros regimes liberais (1820-23) houve, como vimos, numerosos contactos entre políticos e intelectuais portugueses e espanhóis. É conhecida a influência que teve a Constituição de Cádiz (1812) em Portugal e os estreitos contactos entre as elites liberais dos dois países. Notámos (capítulo 1) que as comunicações terrestres foram durante muito tempo difíceis e as relações económicas entre os dois lados da fronteira escassas, se excetuarmos o intenso contrabando (sempre difícil de avaliar), e o trânsito de exilados e migrantes. Mas

⁵²² João Medina, “Iberizar e desiberizar: pulsões de africanização e de europeização desde a crise peninsular dos anos noventa do século xix”, *Los 98 ibéricos y el mar*, vol. III, Madrid, 1998, pp. 139-152, e António J. Telo e Hipólito de la Torre Gómez, *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, 2000.

não se deve esquecer a colônia espanhola em Lisboa: em 1915, o jornalista Félix Lorenzo estimava em cerca de 30 000 os espanhóis a viver em Lisboa –, é de admitir que fossem mais - na sua maioria galegos e 99% republicanos⁵²³. Por outro lado, no decénio de 1920 haveria milhares de portugueses a trabalhar em Espanha, em minas e caminhos de ferro (Astúrias e Rio Tinto, na Andaluzia). Os exilados políticos, de um lado e de outro da fronteira – por exemplo os liberais radicais e republicanos espanhóis no tempo de Narvaéz em Portugal ou os monárquicos portugueses que conspiraram contra a I República em Espanha –, cumpriram também um papel relevante no estreitamento de laços peninsulares. E as associações culturais espanholas em Portugal (ainda não estudadas) contribuíram, decerto, para difundir as outras culturas hispânicas. Segundo o mesmo Lorenzo, havia em 1915 três centros culturais espanhóis em Lisboa: o Centro Espanhol, subsidiado por Afonso XIII, mas que teria, no seu parecer, gente de todos os matizes políticos; o Centro Escolar Democrático Espanhol, republicano (fundado em 1911), e a Associação Galega⁵²⁴.

Mas houve também evidentes divergências no percurso histórico entre as duas nações. Em Janeiro de 1890, na sequência do conflito diplomático com a Inglaterra, o projeto português de expansionismo na África Austral – um novo Brasil em África – era atalhado. É sabido como o republicanismo radical capitalizou o descontentamento suscitado pelo Ultimatum inglês (1890) e pela crise financeira. E, como vimos, em Espanha houve sinais de apoio a essa reação nacionalista em Portugal. A conjuntura do Ultimatum era propícia à afirmação da

⁵²³ Félix Lorenzo, *Portugal (cinco años de Republica)*, Madrid, 1915, p. 81. Em 1890, Rafael de Labra referia-se num discurso no Congresso aos 40 000 espanhóis que viveriam em Lisboa. Cf. *Congreso de los Diputados. Diario de Sesiones* Legislatura 1889-1890, 27-01-1890, n.º 79, p. 2217. Hipólito de la Torre Gómez admite – mas para toda a comunidade espanhola em Portugal – o mesmo número de cerca de 40 000 pessoas. *El Imperio del Rey. Alfonso XIII, Portugal y los Ingleses (1907-1916)*, p. 151. Não há dúvida é que os espanhóis constituíam a maior comunidade estrangeira a viver em Portugal.

⁵²⁴ Félix Lorenzo, *op. cit.*, pp. 64-65.

corrente crítica em relação à aliança luso-britânica e à voga do federalismo ibérico. Mas não só. Por essa época, diversos adeptos de uma aproximação diplomática e cultural com a Espanha fizeram ouvir as suas vozes dentro e fora do parlamento: Oliveira Martins (que chegou a ser ministro da Fazenda em 1892) e Casal Ribeiro (antigo iberista, embaixador em Madrid em 1893). Há muito que o iberismo unitarista tinha entrado em declínio – pelo menos desde o decénio de 1880, quando o desafio de um Império africano se tinha afirmado.

Insistia-se na distinção entre um conceito mais restritivo de iberismo político (unitarista ou federalista, monárquico ou republicano) e um conceito mais amplo de iberismo que, recusando a integração de Portugal e Espanha numa unidade supranacional, sustentava a necessidade de uma integração económica, de uma aproximação diplomática ou de uma intensificação das relações culturais, ou seja, um alargamento do conhecimento entre os povos peninsulares. Só mediante esta distinção poderemos compreender o pensamento de intelectuais tão relevantes como Oliveira Martins, Miguel de Unamuno, António Sardinha ou Maeztu.

O iberismo político entrara em refluxo em Portugal nos finais do decénio de 1870, quando o desafio do Império africano se intensificou e na sequência de prolongadas polémicas políticas que aliás alimentaram intensas reações nacionalistas. Em 1875, Oliveira Martins deslocara já a problemática das relações com a Espanha para a dimensão cultural: como vimos acima (capítulo 3) o projeto da *Revista Ocidental*, em que colaborou juntamente com os seus amigos da geração de 70 e outros intelectuais espanhóis operara esta metamorfose. A intencionalidade da revista era a de aproximar os intelectuais de expressão espanhola e portuguesa promovendo uma “renascença” cultural não apenas dos povos latinos europeus, mas também dos povos ibero-americanos (note-se o uso do termo renascença, que seria posteriormente recorrente, quer em Portugal, quer em Espanha). Mas as palavras *Ibéria*, *iberismo* e *união ibérica* continuariam a ter

ressonâncias polémicas, não só em Portugal, mas também em Espanha. E, como se viu, a *História da Civilização Ibérica* (1879) constituiu a primeira visão integrada da História de Portugal e Espanha nas suas grandes tendências civilizacionais. Acentuou as características do génio peninsular numa leitura transnacional dos problemas portugueses que deixaria marcas nas culturas históricas peninsulares.

Todavia, do lado espanhol, o léxico dos historiadores não coincidia exatamente: poucos anos depois, aquando do centenário de Calderón (1881), Menéndez Pelayo saudava os professores portugueses presentes numa cerimónia oficial, evitando o vocabulário iberista, e considerando-os

“hermanos, por lo mismo que hablan una lengua *española*, y que pertenecen a la raza española; y no digo *ibérica*, porque estes vocablos de *iberismo* y de *unidad ibérica* tienen no sé qué mal sabor progresista (Murmillos). Si: *española*, lo repito, que españoles llamé siempre a los portugueses Camoens, y aún en nuestros días Almeida Garrett, en las notas de su poema Camoens, afirmó que españoles somos y que de españoles nos debemos preciar todos los que habitamos en la Península Ibérica” (sublinhados do Autor)⁵²⁵.

Para Menéndez y Pelayo, Portugal pertencia à *civilização peninsular* e não havia história de Espanha sem Portugal. Reconhecia o brilho da literatura portuguesa que qualificava de “rica y poderosa”, embora a limitasse a uma escala regional, paralela à castelhana⁵²⁶. O seu espanholismo tinha um inequívoco sentido de “unidade da cultura hispânica”, remetendo não só para uma geografia peninsular

⁵²⁵ Menéndez Pelayo, “Brindis del Retiro”, *Estudios y discursos de crítica histórica y literaria* (ed. E. Sánchez Reyes), vol. III, Santander, 1941 (texto de 1881), p. 385.

⁵²⁶ Id., “Letras y literatos portugueses” (1876-77), *Estudios...* v, p. 257.

mas também para o mundo hispano-americano. Já nos finais do século, o historiador abraçava o conceito de *hispanismo*, considerando que os povos espanhóis e hispano-americanos pertenciam à mesma raça ou nação⁵²⁷.

Torna-se evidente, por essa época, o desgaste que em Portugal sofrera o substantivo *Ibéria* e os respetivos derivados no seu campo semântico. Não surpreende pois que, pelos finais do século, Rafael de Labra afirmasse que o iberismo continuava a ser “la biesta apocalíptica del reino vecino”⁵²⁸. Na verdade as sugestões iberistas eram de imediato rotuladas de atos de traição ou de assassínio da Pátria.

pan-hispanismo, hispano-americanismo, ibero-americanismo

Os adeptos de uma aproximação cultural entre Portugal e Espanha e o imenso espaço das nações ibero-americanas começavam então a falar de *hispanismo* como sinónimo de *hispanidade* num sentido que já não era o original. Nos princípios do século XIX (no *Diccionario da Real Academia*, 1803, em que surge já *hispanidad*), a palavra era usada no sentido de um modo particular de falar a língua espanhola, tal como se falava de galicismo ou de anglicanismo, num sentido pejorativo. Depois passaria a designar os estudos hispânicos, que se desenvolveram dentro e fora da Espanha – nomeadamente nos Estados Unidos, onde se foi construindo uma tradição universitária nesta área. Mas já no século XX adquiriria um sentido mais marcadamente histórico-cultural e identitário⁵²⁹. Também aqui o vocabulário estava longe de ser uniforme.

⁵²⁷ Richard Kagan, *Marcelino Menéndez Pelayo y el hispanismo norteamericano*, Santander, 2013, pp. 25-26.

⁵²⁸ Rafael de Labra, *Portugal y sus códigos*, Madrid, s.d., p. 142.

⁵²⁹ Pedro C. González Cuevas, “Hispanidad”, *Diccionario político y social del siglo XX español* (dir. Javier Fernández Sebastián y Juan F. Fuentes), Madrid, 2008, p. 617, e

Desde os finais do século XIX entrou em voga o chamado *hispano-americanismo* para designar um projeto cultural de intencionalidade política que procurava envolver e unir os países ibéricos (Portugal e Espanha) e as nações americanas de língua espanhola e portuguesa que tinham feito parte dos impérios coloniais espanhol e português numa mesma comunidade espiritual, de língua, direito e filosofia⁵³⁰. Mas também se lhe atribuiu um sentido mais filosófico e “como uma corrente ideal sentimental”⁵³¹.

Significativo se afigura que o vocabulário geopolítico e cultural relacionado com o hispanismo tenha sido dicionarizado mais cedo em Portugal do que em Espanha. Os termos *ibero-americano* e *hispano-americano* surgem nos dicionários pela primeira vez em Portugal em 1899, em sentidos diferentes: *hispano-americano*, relativo à Espanha e à América, e *Ibero-americano*, relativo aos povos americanos que procederam da Península Ibérica⁵³². Enquanto no dicionário espanhol da Real Academia, *hispanoamericano* surge apenas na edição de 1914. E *iberoamericano*, muito mais tarde, na edição de 1956⁵³³. Assincronia que aliás já sucedera com o termo *iberismo*

Antonio Heredia Soriano, “Hispanismo filosófico: problemas de su constitución”, *El reto europeo: identidades culturales en el cambio de siglo I Jornadas de Hispanismo Filosófico* (coorden. José Luís Abellán), Madrid, 1994, pp. 133-135.

⁵³⁰ *A Enciclopèdia Universal Ilustrada Europea-Americana*, Bilbao-Madrid-Barcelona, 1923, definia o termo no seguinte sentido: “Denominase de este modo la tendencia y aspiración a una íntima unión entre España y las Repúblicas hispanoamericanas, unidas ya por la comunidad de orígenes, religión, lengua, tradiciones y costumbres, y consistente en una especie de confederación-alianza, en pie de igualdad, pero con la supremacía de honor para España, como madre común, que trascienda al orden social, jurídico y económico. Veja-se também Isidro Sepúlveda, *El sueño de Madre Patria, Hispanoamericanismo y nacionalismo*, Madrid, 2005, p. 126, e David Marchilacy, *Raza hispana. Hispanoamericanismo e imaginário nacional en la España de la Restauración*, Madrid, 2010, p. 13.

⁵³¹ Aimer Granados, *Debates sobre España*, Mexico, 2005, p. 19.

⁵³² Cândido de Figueiredo, *Novo dicionário da língua portuguesa*, Lisboa, Tavares Cardoso e Irmão, vol. I, p. 706, e *idem*, p. 917.

⁵³³ Resultado de pesquisa feita em *Nuevo Tesoro Lexicográfico de la Lengua Española*. <http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0>. Consult. em 21-06-2016.

(em dicionário português em 1913, quando em castelhano só a partir de 1970). O que denota uma maior preocupação do lado dos Portugueses com a diferenciação e precisão de um léxico político que envolvia outras culturas peninsulares e americanas no que respeita a estes tópicos identitários de grande centralidade. Como explicar a prioridade portuguesa neste campo? Talvez pela maior necessidade de uma pequena nação definir muito claramente o seu lugar em relação a uma grande área cultural. Adiante intentarei explicar melhor.

O tempo era marcado por uma consciência de crise de civilização, decadência e, por outro lado, por ideias regeneracionistas cuja genealogia se poderia fazer remontar aos primeiros regimes liberais de 1820-23. O conceito de *hispano-americanismo* difundiu-se muito sobretudo desde os finais do século XIX entre as elites em Espanha. Entre os seus teóricos destacam-se nomes como os de Rafael Maria de Labra e o grande historiador Rafael Altamira. Desde as independências dos estados sul-americanos, a relação entre a Espanha e as suas ex-colónias passara por diversos momentos, do afastamento e ressentimento à aproximação diplomática e cultural. Nesta aproximação tiveram papel relevante diplomatas e intelectuais, designadamente através de revistas (caso da *Ilustración Española y Americana*, publicada desde 1857, e da *Revista Hispano-Americana*, desde a década seguinte).

Marco significativo nesse surto de uma ideia hispano-americana foi o Centenário da viagem de Colombo (1892), em que colaboraram Oliveira Martins e outras personalidades portuguesas⁵³⁴. Depois, com *El Desastre* (1898), do lado português, Oliveira Martins, atento observador da vida política da Espanha e conhecedor da sua história, teorizou uma estratégia pan-hispanista alternativa à hegemonia anglo-

⁵³⁴ Veja-se Salvador Bernabeu Albert, *1892: El IV Centenario del Descubrimiento de América en España: coyuntura y conmemoraciones*, Madrid, 1987 e José M. Pimenta Silva, *Portugal no IV Centenário do Descubrimiento da América (1892-1893)* [policopiado], Lisboa, 2012.

-saxónica. Essa teorização passa por diversos momentos que vão da reflexão sobre a história europeia e as suas vicissitudes desde o período dos descobrimentos e da expansão europeia à caracterização da psicologia coletiva dos povos e à sua missão histórica – tópicos que, como é sabido, estavam muito em voga com o biologismo e o organicismo sociais no século XIX. A oposição à lenda negra da Espanha teve aqui um papel fulcral. Era a Espanha o paradigma de nação que tinha abandonado a linha do progresso no século XVI, entrando em decadência precisamente no momento alto do seu império e da sua tentativa de domínio da Europa, com Carlos V e Filipe II, como pretendiam os mentores dessa lenda negra no século XIX, num e no outro lado do Atlântico – caso do historiador americano William Prescott ou do britânico Thomas Buckle?⁵³⁵

Num tempo em que se alargava a globalização económica e financeira centrada na Grã-Bretanha e no seu império, e o contraste entre um Norte desenvolvido e um Sul supostamente arcaico e atrasado⁵³⁶, torna-se evidente a intencionalidade de resistência à hegemonia anglo-saxónica e de sublinhar bem a “autonomia intelectual” do mundo hispano-luso. Oliveira Martins não escondeu a sua preferência por uma aliança diplomática entre Portugal e Espanha. Esse seria até o melhor meio de Portugal preservar a sua independência⁵³⁷.

Já no final do século, após o Ultimatum britânico de Janeiro de 1890, tempo dominado por nacionalismos expansionistas – pan-americanismo, pangermanismo, pan-eslavismo – Martins adotava,

⁵³⁵ Richard. L Kagan, “Prescott’s Paradigm: American Historical Scholarship and the Decline of Spain”, *American Historical Review*, vol. 101, n.º 2, 1996, pp. 423-446, e o meu estudo “Una perspectiva peninsular y transnacional sobre España y Portugal”, *op. cit.*, pp. XXXIX-XLI.

⁵³⁶ Pierre Bourdieu assinalou essa leitura étnica para o século XVIII, com destaque para o que designa de «efeito Montesquieu». Vd., «Le Nord et le Midi: Contribution à une analyse de l’effet Montesquieu», *Actes de la recherche en sciences sociales, L’identité*, vol. 35, Nov. 1980, pp. 21-25.

⁵³⁷ J. P. de Oliveira Martins, “Alianças”, *Política e história*, vol. II, Lisboa, 1957 (1890), p. 266.

pois, uma estratégia pan-hispanista como resposta à hegemonia anglo-saxónica⁵³⁸ e chegava a responsabilizar a Inglaterra pela fragmentação do império hispano-americano. Mas não enfeitava a experiência do império britânico e dos seus políticos que, nesses finais de século, idealizavam já uma liga aduaneira das suas colónias. Era necessário aprender com esse caso paradigmático. E como vimos atrás, acreditava num futuro de nova grandeza para a Espanha: deixou-o bem claro em diversos momentos: em 1875 (na já citada introdução à *Revista Occidental*) e, em 1879, no final da sua *História da Civilização Ibérica*.

Nos finais do século XIX, estava na ordem do dia a realização de múltiplas iniciativas culturais e políticas transnacionais: comemorações de centenários como a viagem de Colombo (1892) ou de Vasco da Gama (1898), exposições universais, congressos científicos e culturais. Portugal e Espanha empenhavam-se na renovação das relações diplomáticas e culturais com os novos estados americanos. Em tempo em que se aprofundava a mundialização alargava-se a convicção de que só no estreitamento dessas relações seria possível recuperar a projeção nacional num mundo dominado por grandes impérios: o britânico, o russo, o francês e, a partir dos finais do século, o império alemão, sem esquecer os Estados Unidos da América que, desde essa época, iam alargando o seu poder no Atlântico e no Pacífico, passando a intervir no mundo como um poder global.

Nos decénios de 1880 e 1890 realizaram-se diversos congressos hispano-americanos⁵³⁹, quase todos centralizados em Madrid. No

⁵³⁸ Veja-se a este respeito Rui Ramos, “Portugal e Brasil perante a primeira globalização. A crítica de Oliveira Martins”, *Relações Internacionais*, Dez. 2005, pp. 73-90.

⁵³⁹ O Congresso Ibero-Americano de Geografia Colonial y Mercantil (Madrid, 1885), o Congreso Geográfico Hispano-Portugués-Americano (Madrid, 1892), o Congreso Jurídico Iberoamericano (Madrid, 1892), o Congreso Literario Hispano-Americano (Madrid, 1892), o Congreso Literario Hispano-Americano (Madrid, 1892), o Congreso Militar Hispano-Portugués-Americano (Madrid, 1892), o Congreso Pedagógico Hispano-Portugués-Americano, Madrid, 1892) e o Congreso Social y Económico Hispano-

decurso da organização de um destes congressos houve uma pequena controvérsia: como nomeá-lo? Em 1885, a Sociedade Geográfica de Madrid endereçava um convite à Sociedade de Geografia de Lisboa para cooperar na organização de um Congresso Ibero-Americano de Geografia Colonial e Mercantil. A SGL mostrou-se aberta a essa colaboração declarando, todavia, reservas acerca do nome proposto para o congresso: *ibero-americano*? Esta designação afigurava-se-lhe “incientífica” e alegadamente não dava conta da “perfeita individualidade história e política da nação portuguesa”. Moret, Presidente da Sociedad Geográfica de Madrid, explicou então que se optara pela designação de *ibero-americano* para abranger os estados peninsulares e os americanos, mas relativizava a importância do nome, mostrando abertura para que pudesse ser mudado. Acabou por ser adotada a designação de Congresso Hispano-Português-Americano, “com amável aquiescência”⁵⁴⁰ da Sociedade Geográfica espanhola e da Comissão Organizadora do Congresso. A designação *ibero* despertava desconfiança e resistência do lado da Sociedade de Geografia de Lisboa, imbuída que estava de uma cultura histórica de fundo nacionalista: despertava certamente a memória do “cativeiro” de 1580.

Um outro exemplo. Em princípios de 1923, no parlamento, o deputado nacionalista Francisco Ramos da Costa, dirigente da Comissão 1º de Dezembro, insurgia-se contra a designação de um congresso em Lyon, da imprensa ibero-americana:

“É esta a tendência permanente de Castela: sujeitar a península inteira a um único indivíduo, que é um excelente patriota, mas que não tem autoridade suficiente para encobrir o nome de Portugal,

-Americano (Madrid, 1900). Refira-se ainda o Congreso Internacional de Americanistas (Madrid, 1881).

⁵⁴⁰ Carta de Francisco Maria da Cunha, presidente da SGL, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Marinha e Ultramar, 28-07-1888, *Congresso Hispano-Português-Americano. Correspondência*, Lisboa, 1891, pp. 33-34.

porque Portugal é independente há oito séculos. O congresso é feito entre a imprensa latina, Itália, Portugal, Espanha, etc., mas há uma sessão só para a imprensa portuguesa e espanhola» e lá vem o têrmo ibérico para fazer desaparecer Portugal”.

Augusto de Vasconcelos, homem de cultura cosmopolita, que tinha sido embaixador em Madrid, retorquiu-lhe que Ibéria era tão-só uma nomenclatura geográfica para designar a península, incluindo Portugal e Espanha. Também a palavra Espanha estava ausente. Mas Ramos da Costa não se deu por vencido, ripostando: “V. Ex.^a aceita isso porque tem um coração delicado; por qualquer amabilidade fica convencido”⁵⁴¹.

No ano seguinte, Alejandro Padilla, ministro plenipotenciário espanhol em Lisboa, não viu com bons olhos que o mesmo Ramos da Costa, numa conferência pronunciada na câmara de Lisboa, tivesse reagido de forma tão dogmática aos usos dos termos *Ibérico* e *ibero americanos*, e criticado tentativas de aproximação ibérica ocorridas entre 1916 e 1919⁵⁴².

Mas também do lado espanhol as designações estavam longe de ser consensuais. Aquando da preparação da exposição que teria lugar em Sevilha em 1929, Juan de Cebrián, um militar e engenheiro crítico da lenda negra sobre a Espanha e que viveu grande parte da sua vida nos EUA, criticou duramente a mudança de designação daquele evento para *Exposición Iberoamericana* – quando em seu entender deveria nomear-se *Hispano-Americana*. E porquê? Porque o que importava era projetar o nome Espanha (proveniente de *Hispania*) no presente e no futuro e não um nome a seu ver voltado para o passado, que remetia para os “incivilizados iberos, incapazes

⁵⁴¹ *Diário do Senado da República*, n.º 16, 06-02-1923, p. 11.

⁵⁴² AHN, H. 1712 B, n.º 490, Lisboa 17 de Junho de 1924.

de comprender las complicaciones de la vida moderna”⁵⁴³. Daí a sua rejeição do conceito de *Ibero-americanismo*, em nome do *Hispano-americanismo*. Cébrian rejeitava também os conceitos de *iberismo* e *ibero*, bem como o adjetivo *ibérico*. Ao usar-se este vocabulário que considerava ambíguo quando aplicado aos tempos modernos⁵⁴⁴, apagava-se o nome da Espanha e dos espanhóis. Por outro lado, no seu entender, os antigos iberos teriam contribuído com uma componente ínfima para as populações hispânicas, sobretudo para a população portuguesa. Daí que para se referir aos povos peninsulares no seu conjunto preferisse as designações *Hispano-lusitano* ou *Hispano-portugués*, chegando a sugerir que a exposição de Sevilha se viesse a chamar “Exposición Hispano-Luso-Americana” ou “Exposición Hispano-Portuguesa-Americana”, o que também teria a vantagem de não suscetibilizar os portugueses⁵⁴⁵. Mas Primo de Rivera recusou-se a alterar a designação do evento, que permaneceu *Exposición Iberoamericana*⁵⁴⁶.

Na visão de Cebrián, enquanto os iberismos estavam circunscritos a uma dimensão literária (ou, no século XIX, à dimensão política), o hispanismo estaria relacionado com progresso e modernidade. Refira-se ainda que este autor se distanciou criticamente da designação *América Latina* – em lugar de *América Hispânica* (no que coincidia com Menendez Pidal) – que, a seu ver, valorizava outras nações europeias – a França e a Itália – e também apagava o lugar

⁵⁴³ Juan Cebrián, “La exposición hispano-americana de Sevilla y el porvenir de la raza”, *Nuestra raza española (ni latina ni ibérica)*, Madrid, 1926, pp. 5-13, e *id.*, “El apelativo IberoAmericano”, *idem*, pp. 45-48. Também o termo América Latina não era de todo pacífico.

⁵⁴⁴ Por isso pensava que deveria deixar-se o seu uso para arqueólogos, historiadores antigos e poetas.

⁵⁴⁵ Juan Cebrián, “Comunicación del académico honorario excelentísimo señor don Juan C. Cebrián leída en la sesión del día 10 de diciembre de 1926”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Tomo 89, Madrid, 1926, p. 315.

⁵⁴⁶ Hipólito de la Torre Gómez, *Do perigo espanhol à amizade peninsular, Portugal-Espanha (1919-1930)*, Lisboa, 1985, p. 112, nota 11.

da Espanha no mundo. Com ele concordavam, pelas mesmas razões, outros intelectuais como Blanca de Los Rios e A. M. Espinosa. Segundo este último – um hispanista norte-americano –, Cebrián teria sido aliás o primeiro a protestar, em 1916, contra as novas designações de *América Latina* e *Latinoamericanismo*⁵⁴⁷. Mas no pós-guerra, o nome *América Latina* foi amplamente difundido nos Estados Unidos e até mesmo adotado na Sociedade das Nações⁵⁴⁸.

António Sardinha e a renovação conceptual

Do lado português, António Sardinha teve um papel decisivo na renovação do vocabulário político que colocava Portugal em relação não apenas com a Espanha mas com as restantes nações de língua espanhola. Destacou-se aliás, como é sabido, na teorização da relação Portugal-Espanha. Os seus contactos com autores espanhóis remontavam a 1906⁵⁴⁹. Vimos que em 1915 os Integralistas aproveitaram a conjuntura e, a partir de um ciclo de conferências na Liga Naval, reagiram à ameaça iberista para se afirmarem na ação pública. Mas a sua atitude em relação a Espanha, especialmente no caso de Sardinha, modificou-se profundamente (o que também sucederia com

⁵⁴⁷ A. M. Espinosa, “El término ‘America Latina’ es erróneo” [texto datado de Set. 1918], *Nuestra raza...*

⁵⁴⁸ O termo *América Latina*, datado de meados do século XIX, também estava longe de ser consensual: foi discutido no primeiro Congresso Hispano-Americano de História e Geografia (Sevilha, 1914). Aí foi esquecido a favor de América Hispânica ou América espanhola, nomes considerados mais adequados. Vd. José Luis Bendicho Beired, “Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano”, *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 30, n.º 54, Set/Dez 2014, pp. 631-654, e as perspetivas críticas de Arturo Ardao, *España en el origen del nombre America Latina*, Montevideo, 1992, e Walter Mignolo, *La idea de America Latina: la herida colonial y la opción decolonial*, Barcelona, 2007, pp. 81-116.

⁵⁴⁹ Veja-se a este respeito Susana Rocha Relvas, *António Sardinha e as suas relações com a Espanha* (policop.), Lisboa, 1998, pp. 94-96, e Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925): Um Intelectual no Século*, Lisboa, 2006.

Fidelino de Figueiredo, depois da sua vivência em Madrid). Em ambos os casos, as experiências de exílio tiveram decerto um relevante papel na abertura às culturas hispânicas.

Mantendo a sua posição acerca do iberismo, após o exílio de dois anos em Madrid (1919-21), Sardinha manifestava agora claramente admiração pela história e pela cultura castelhanas. Sublinhava a unidade do destino histórico e o paralelismo social e político de Castela e Portugal, adotava o conceito de *hispanismo* (tão frequente na cultura histórica espanhola desde os finais de Oitocentos⁵⁵⁰), e chegava a considerar a aproximação com a Espanha como condição para que Portugal pudesse recuperar a sua influência no mundo. O seu conceito de *hispanidade* (sinónimo de *hispanismo*) correspondia à ideia de uma nova convivência humana moldada por uma espiritualidade e mundividência cristãs de que as nações ibéricas seriam os porta-estandartes. Hispanidade constituía o paradigma ocidental da civilização: a Península Ibérica como essência da civilização cristã e de fronteira⁵⁵¹. Por outro lado, o mestre do Integralismo tinha uma noção muito singular de *latinidade*, vendo no hispanismo a “base fundamental” desta última⁵⁵². Latinidade que, como é sabido, teve larga fortuna por essa época nas culturas políticas do Sul da Europa, não só no campo republicano mas também no campo tradicionalista (caso de Maurras e da Action Française). No entanto, não raro, este

⁵⁵⁰ Esse culto da ideia hispanista desenvolveu-se com particular intensidade a partir da Guerra Hispano-Americana de 1898. O historiador Rafael Altamira foi um dos seus principais teóricos. Sobre o hispanismo de Sardinha vd. George Manuel Gomes, “A construção do ‘hispanismo’ na obra política de António Sardinha (1915-1925)”, *Ler História*, n.º 68, 2015, 109-127.

⁵⁵¹ Fernando Catroga e Paulo Archer de Carvalho, “O Integralismo Lusitano e a ‘ressurreição da nação’”, *Sociedade e cultura portuguesas II*, Lisboa, 1996, pp. 339-346, e Paulo Archer de Carvalho, “Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista”, *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 237-240.

⁵⁵² António Sardinha, “Hispanismo e latinidade”, *À lareira de Castela*, s.l., 1943 (texto datado de 1922), p. 94.

latinismo era um instrumento da hegemonia cultural francesa, que Sardinha não aceitava⁵⁵³.

O teórico do Integralismo Lusitano integrava-se, a este respeito, num movimento de resistência que vinha detrás. A ofensiva contra o pan-latinismo⁵⁵⁴ tinha-se afirmado no I Congresso Hispano-Americano de História e Geografia (Sevilha, 1914) e prosseguiu no II Congresso (1921), onde a tensão entre hispanismo e latinismo se acentuou⁵⁵⁵. A Grande Guerra concorrera para a formação de grandes blocos de nações, radicalizara os nacionalismos e exacerbava os argumentos étnicos e geo-históricos. A Espanha, que adotara uma posição de neutralidade no conflito, tentou assumir no pós-guerra o papel de porta-voz do bloco de nações hispano-americanas na Sociedade das Nações.

A teorização hispanista inscreve-se neste contexto e foi afinal mais um instrumento de recusa de uma cultura política meramente importada da França. Esteve no entanto, longe de reunir o consenso entre os discípulos de António Sardinha. Após a sua morte (1925) e com a ascensão do Estado Novo, em nome de um nacionalismo exclusivista, os integralistas acabariam por esquecer o hispanismo⁵⁵⁶.

⁵⁵³ O que não impediu os integralistas de proporem no pós-guerra à Action Française a realização de um congresso internacional para discutirem a criação de uma liga internacional latina contra o democratismo e a maçonaria. Vd., António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o fascismo em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, 2015, p. 33.

⁵⁵⁴ O pan-latinismo foi estimulado por políticos e intelectuais franceses (caso de Poincaré, Clemenceau e Jaurès) e traduziu-se numa política diplomática e cultural direcionada para a América. Na década de 20, num novo contexto internacional do pós-guerra, o conceito de América Latina transportava consigo “um interesse estratégico, diplomático e militar” que tinha também uma dimensão económica e cultural (vd., David Marcihacy, *Raza Hispana...*, p. 155).

⁵⁵⁵ Sobre o conceito de América Latina e a ideia de latinidade na América Latina vd. José Luis Bendicho Beired, “Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano”, *art. cit.*, pp. 631-654, e Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro*, Brasília, 2014. Veja-se também acima as notas 548 e 554.

⁵⁵⁶ Hipólito Raposo e Pequito Rebelo mantiveram a sua independência intelectual – como nota Paulo Archer de Carvalho (“Três teses sobre a Ucrânia e a floresta utópica.

Sardinha valorizava o tópico *hispanismo* conferindo-lhe uma dimensão universalista – como sucederia depois com Maeztu. Recusando o conceito de iberismo, muito conotado negativamente desde meados do século XIX retomava, pois, o apelativo geográfico (de Hispânia). Deslocando a terminologia, procurava não ser confundido com os defensores da união política Portugal-Espanha, antes inspirado em Oliveira Martins acentuava a ideia do dualismo político peninsular. Ou seja, embora o génio hispânico católico tivesse, a seu ver, uma missão universal a cumprir, contando com as nações americanas, havia uma diferença fundamental entre unidade e unitarismo que era necessário preservar, pois a unidade alimentava-se da diversidade⁵⁵⁷.

Compreende-se assim a sua invocação de uma unidade hispânica (expressão que fora também usada por Menéndez Pidal), de civilização peninsular e civilização hispânica. Como de resto sucederia com o médico e cientista Ricardo Jorge, num esquecido ensaio apresentado no primeiro Congresso Científico Luso-Espanhol, realizado no Porto em 1921⁵⁵⁸. Também Ricardo Jorge adotava as expressões *civilização hispânica* e *génio hispano*, notando que não existia uma fronteira intelectual entre as nações peninsulares e sugerindo que nas escolas portuguesas se incentivasse a “integração hispânica”:

“Desde o banco das escolas importa cunhar no espírito dos alunos que somos parte de um todo. Ao ensinar-lhes a geografia,

A propósito do Integralismo Lusitano”, *Revista de História das Ideias*, vol. 24, 2003, pp. 398). Contudo, como que esqueceram o hispanismo em nome do seu combate anti-iberista. E o hispanismo suscitou forte resistência no próprio campo republicano (João de Barros e Carlos Ferrão, entre outros). Sem esquecer o combate que lhe moveu mais tardiamente Franco Nogueira, porventura o mais duro crítico de Sardinha no campo reaccionário. Vd. O meu estudo, “Conceitos de iberismo em Portugal”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007, pp. 180-184.

⁵⁵⁷ António Sardinha, “Madre Hispânia”, *À lareira de Castela*, p. 184.

⁵⁵⁸ Ricardo Jorge, *A intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro* (pref. de Carolina Michaëlis de Vasconcelos), Porto, 1921.

a história, a literatura, logo nos cursos secundários, faça-se a integração hispânica. Ponha-se ponto no vicioso sistema de cindir o solo e o clima, de apartar o passado, de separar as letras, numa unilateralidade onde, sob a aparência dum acto estritamente nacional, se esconde uma falsidade contra a natureza e contra a história, e um erro anti-pedagógico e anti-científico. Este ilogismo talvez domine mais em Portugal do que na Espanha; não há mais que olhar para os mapas do chamado continente português que tantas vezes recortam o perímetro da raia terrestre como se se tratasse de uma ilha”⁵⁵⁹.

Propunha ainda a criação de um colégio de hispanologia – uma escola superior “inteiramente binacional, com professores e discípulos daquém e dalém – centros de ensino e da investigação de tudo quanto interesse à literatura e à ciência dos povos ibéricos, em si e nas suas aplicações ao progresso peninsular em todos os seus modos”, equipada com bibliotecas e laboratórios, irradiando para as nações sul-americanas e que congregaria os cultores do hispanismo na Europa e nos EUA (note-se que Ricardo Jorge emprega aqui o termo no sentido de estudos hispânicos). Este cientista prolongava a ideia de uma espiritualidade ibérica na linha das reflexões de Oliveira Martins, chegando até a adotar o conceito de *civilização ibérica*. Mas as suas palavras, que anteciparam muito os tempos que hoje vivemos de aprofundamento de relações interculturais, científicas e económicas entre as nações peninsulares, não tiveram eco imediato, a não ser em raras figuras do pensamento hispanista como Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Ao invés de Ricardo Jorge, António Sardinha não perfilhava o conceito de civilização ibérica que, como vimos, teve alguma fortuna em Espanha desde o final do século XIX (por exemplo adotado por

⁵⁵⁹ Ricardo Jorge, *idem*, p. 45.

um autor espanhol como Fernando Garrido)⁵⁶⁰. Mas contribuiu decisivamente para a renovação da relação peninsular, recorrendo aos conceitos de *hispanismo*⁵⁶¹ e *peninsularismo*.

Há evidentemente algo de messiânico na sua ideia de uma Península Ibérica salvadora da Europa e da sua civilização, em crise. Compreende-se assim a sua adesão à Unión Ibero-Americana em 1921, na sequência do contacto com o Marquês de Figueroa, então seu diretor⁵⁶². O hispanismo de Sardinha convive com a ideia de um Portugal maior que deveria afirmar-se por meio do poder naval (aqui inspirado pela sua leitura da teoria do americano Mahan). E embora alguns dos seus críticos o acusassem de um iberismo que punha em causa a autonomia de Portugal, não há dúvida que na teoria do integralista português acerca de um supernacionalismo hispânico, Portugal e o Brasil teriam um lugar de grande relevo, a par das outras nações hispano-americanas.

É porventura secundário saber quem usou pela primeira vez o conceito de *hispanidade*. Certo é que, como atrás sugerimos, só nos princípios do século xx adquiriu um significado que remete para a identidade nacional nas suas relações com as nações ibero-americanas. O termo imbuu-se de um marcado sentido ideológico, recorrendo a elementos da civilização hispânica num propósito político⁵⁶³. Maeztu, que só mais tarde, no final dos anos 20, aderiria ao tradicionalismo, referiu-se a Sardinha como “uno de los grandes profetas de la Hispanidad”, no prólogo que escreveu para a edição castelhana de *A Aliança Peninsular*, de Sardinha (1930, 1.^a ed. portuguesa, 1924).

⁵⁶⁰ Fernando Garrido, *Los Estados Unidos de la Iberia*, Madrid, 1881, p. 63. Sardinha preferia o conceito de *civilização hispânica*, sublinhando a sua diferença em relação a *civilização ibérica* e a *civilização espanhola* cf. *A Aliança peninsular*, p. 196.

⁵⁶¹ Segundo António Sardinha, a palavra *hispanismo* teria sido usada pela primeira vez por Epitácio Pessoa (1865-1942), presidente da república brasileira (1919-22). Sardinha esquecia Menéndez Pelayo.

⁵⁶² Susana Relvas, *op. cit.*, p. 65.

⁵⁶³ Ilan Stavans e Ivan Jaksic, *What is hispanidad?*, Austin, 2011, p. 3.

E no conhecido livro que dedicou a esta temática, *Defensa de la Hispanidad* (1932), encontram-se diversos pontos de contacto com o pensamento do integralista português: um conceito espiritual e não racial de *hispanidade*, o universalismo cristão como sua essência, uma certa ideia messiânica de salvação da humanidade.

Terá sido durante a sua estadia na Argentina como embaixador (1928-30) que a ideia de *hispanidade* amadureceu na mente do filósofo espanhol. E significativo nos parece que começasse o seu ensaio pela pergunta: Portugal e Brasil poderiam incluir-se nela? Para logo responder, invocando André de Resende, Camões e Almeida Garrett: “Hispânicos son (...) todos los pueblos hispanos de la Península”. O seu conceito de hispanidade abrangia, pois, todos os povos hispanos ou de origem hispânica. Mas explicava que não se tratava de um conceito étnico ou produto da natureza, antes remetia para uma comunidade espiritual transnacional, um espírito de vocação universal, portador de uma missão histórica: “enseñar a todos los hombres de la tierra, que se quieren, pueden salvarse, y que su elevación no depende sino de su fe y su voluntad”⁵⁶⁴. Ideia ecuménica, prospetiva mas fortemente ancorada no passado (especialmente no século XVI, tempo áureo da hispanidade no mundo), não coincide todavia com a ideia de império, que Maeztu só aceita no sentido de possibilidade que todos os homens se salvem. Conceito essencialista e historicista, hispanidade enraíza-se no passado de maior projeção das nações peninsulares, é redenção do humano numa aceção muito próxima da dos jesuítas dos séculos XVI – serviço, hierarquia, irmandade. Ao invés de Sardinha e de outros intelectuais portugueses, Maeztu não estava preocupado em demarcar-se das correntes iberistas suas contemporâneas ou que o

⁵⁶⁴ Maeztu, *Defensa de la Hispanidad* (pref. de F. Svarez), Madrid, 2005, p. 56. Sobre o percurso de Maeztu, veja-se Pablo Sánchez Garrido, “Maeztu y Portugal. Análisis político e intelectual sobre la Primera República”, *Hispania*, vol. LXXVI, n.º 254, 2016, pp. 721-749.

antecederam – em Espanha o tópico iberismo não tinha as conotações negativas que ganhara em Portugal. E reconhecia até em Oliveira Martins um caso “único e incierto” de um pensador que soubera “iluminar los hechos y darles su valor y sentido”. Ou seja, via nele um dos profetas da hispanidade⁵⁶⁵.

Compreende-se que nos decénios de 1910 e 1920, Portugal se antecipasse na procura de alternativas aos conceitos de iberismo que dominavam no espaço público. Eram necessárias mudanças semânticas para designar o todo peninsular que não ferissem a suscetibilidade de um nacionalismo hispanofóbico. Acresce que era tempo de “perigo espanhol” e de ameaças externas sobre a jovem e instável República portuguesa. Nos anos 10, o regime republicano português era um caso atípico numa Europa dominada por grandes impérios e monarquias (só a França e a pequena Suíça eram repúblicas). A I República portuguesa não conseguiu resolver um problema político central que vinha detrás, e que se agudizou: o da debilidade do Estado. Num contexto em que a sua base social de apoio era limitada e em que a expectativa de sucesso se ia reduzindo, havia que enfrentar ameaças externas, ameaças que vinham não apenas da parte da Espanha de Afonso XIII, mas também do Império alemão sobre as colónias portuguesas em África. A relação com a Espanha e a hispanidade (sem esquecer o Brasil) era pois uma questão prioritária, tanto mais que foi uma das razões decisivas para a entrada de Portugal na Grande Guerra. Porque não regressar ao apelativo geográfico, tão em voga aliás até ao século XVII – *Hispânia* – ou, em alternativa, ao ainda mais neutro substantivo *península*?

Ora foi essa precisamente a mudança conceptual operada por Sardinha, a partir do seu exílio espanhol. Em alternativa ao iberismo (que reduzia à posição unitarista, assim esquecendo o federalismo), criava o já referido conceito de *peninsularismo*:

⁵⁶⁵ Maeztu, *idem*, p. 19.

“...se o Iberismo, como doutrina unitarista, é a cada passo desmentido pela geografia e pela História, o *Peninsularismo*, na sua expressão de solidariedade afectuosa, é, exactamente, uma indicação constante da mesma Geografia e da mesma História. Assim nós vemos a todo o instante os dois países – Portugal e a Espanha, por mais desavindos que andem, regressarem pela força dos acontecimentos a um princípio de colaboração e entendimento, que antigos factores de divisão não deixam depois consumir-se em consequências duradouras ou fecundas”⁵⁶⁶.

A teorização de Sardinha acerca do hispanismo encontrou receção muito favorável por parte de setores conservadores da intelectualidade madrilena. Em 1930, Maeztu refere-os: Vázquez de Mella, o conde de la Mortera, Ballesteros (historiador), o acima referido marquês de Figueroa, Blanca de los Rios, o marquês de Lozoya, Ángel Herrera⁵⁶⁷ e o marquês de Quintanar (Santibáñez del Río)⁵⁶⁸. Este último, amigo e tradutor de Sardinha em castelhano adotou no essencial as suas ideias e identificou dois momentos que poderiam ser a aurora do hispanismo: um Congresso das Juventudes Hispano-Americanas e o Centenário de Fernão de Magalhães (18 de Agosto de 1919)⁵⁶⁹. E citava uma carta de um amigo e poeta, Carlos Lobo de Oliveira, em que este último lhe falava da morte do iberismo e da emergência da “civilização peninsular” e do peninsularismo.

⁵⁶⁶ António Sardinha, “A unidade-hispânica”, *A aliança peninsular*, 3.ª ed., Lisboa, 1972 (1.ª ed. 1924), pp. 19-20.

⁵⁶⁷ Ángel Herrera (1886-1968), jornalista, político e sacerdote, viria a ser dirigente da Ação Católica. Sobre a receção de Sardinha em Espanha, em especial no que respeita à Acção Católica, vd. Mercedes Gutiérrez Sánchez e Fernando Jiménez Núñez, “La recepción del Integralismo Lusitano en el mundo intelectual español”, *Elites e poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* (Manuel Baiôa Ed.), Lisboa, 2004, pp. 303-321.

⁵⁶⁸ Maeztu, “Prologo...”, A. Sardinha, *idem*, p. LXVI.

⁵⁶⁹ Santibáñez del Río, *Portugal y el hispanismo*, Madrid, 1920, p. 55.

Haverá, contudo, que ir mais longe no estudo deste pan-hispanismo conservador em Portugal e Espanha nos anos 20 e 30 do século XX⁵⁷⁰. Em 1926, o Padre Zacarias Vizcarra propôs em Buenos Aires a substituição da designação Dia da Raça, já utilizada para designar o 12 de Outubro, por Dia da Hispanidade. Estes conceitos – *Hispanidade*, *Hispanismo*, *Pan-hispanismo* - estavam longe de se esgotar num sentido tradicionalista, conservador e católico. Um exemplo disso é a revista modernista *Contemporânea*⁵⁷¹, em que conviveram cosmopolitismo e casticismo, futurismo e tradicionalismo.

Em Junho de 1922, na *Contemporânea*, a propósito da comemoração do dia da Raça (12 de Outubro, descoberta da América), Sardenha refletia sobre o pan-hispanismo⁵⁷². Retomava este conceito usado pelo conde de la Mortera, uma síntese de lusitanismo e espanholismo, profundamente enraizado na “unidade moral duma civilização”. No pós-guerra estava muito vivo o princípio das nacionalidades que o presidente americano Wilson apregoara. A Sociedade das Nações, idealizada em 1919 em Versailes para regular os dissídios internacionais por via do diálogo, começara a funcionar em Genebra em 1920. Era a primeira instituição supranacional que dava os primeiros passos num mundo em crise e dominado ainda pelos nacionalismos. A par dos internacionalismos (socialista, comunista, anarquista, republicanos) estava ainda na ordem do dia, como vimos, a constituição de grandes blocos de nações. Constituía uma necessidade para as

⁵⁷⁰ Intentei fazê-lo em “Pode o vocabulário geo-político forjar novos mundos? Hispano-Americanismo, Ibero-americanismo e Pan-lusitanismo em Portugal e Espanha (c. 1890-c.1931)”, apresentado no colóquio *El Lenguaje Político más allá de la Política*, na Casa de Velázquez – em Setembro de 2016. George Gomes está a desenvolver uma tese intitulada *António Sardenha, l'Intégralisme Lusitanien et l'Espagne (1915-1930)*, na École Pratique des Hautes Études.

⁵⁷¹ Veja-se Luís Bigotte Chorão, “A ‘Contemporânea’ e o modernismo”, <http://malomil.blogspot.pt/2014/05/a-contemporanea-e-o-modernismo.html>

⁵⁷² António Sardenha, “O Pan-Hispanismo”, *Contemporânea*, n.º 2, Junho 1922, pp. 49-51 (texto incluído mais tarde em *À Lareira de Castela*, 1943).

pequenas nações integrarem-se num sistema internacional hegemonizado por grandes potências.

No caso de Portugal, procurava-se retomar a relação com o Brasil (abalada em 1894 com o corte de relações diplomáticas, mas depressa recuperadas). Por outro lado, discutia-se a possibilidade de aproximação com a Espanha e com as nações hispano-americanas como modo de expandir a influência cultural e política de Portugal. Nem todos, contudo, consideravam viável esta última possibilidade. Por exemplo, Martinho Nobre de Melo, professor da Faculdade de Direito de Lisboa e ex-ministro de Sidónio Pais, qualificava de quimérica a ideia de uma comunidade de Portugal e Espanha com as nações da América Latina anterior a um entendimento com o Brasil, que considerava prioritário⁵⁷³. E porquê? É que, a seu ver, “só as nações poderosas poderiam promover sistemas de alianças e criar círculos de influência no concerto mundial”⁵⁷⁴. Não era, pois, adepto de federações de nações. No entanto, como veremos de seguida, esta ideia estava então em voga. Os apologistas do ibero-americanismo eram justamente adeptos da formação de um bloco de pequenas nações que, na conjuntura internacional de grande instabilidade dos anos 20, resistisse ao panamericanismo e ao imperialismo anglo-saxónico. Como tem sido observado, a I Guerra Mundial prolongou-se em múltiplos conflitos militares comandados por nacionalismos e por profundas divergências ideológicas⁵⁷⁵. O que impunha cautelas pela parte das pequenas potências. Ora, nesse contexto dominado pelo darwinismo social, até mesmo nas relações entre as nações, como

⁵⁷³ Martinho Nobre de Melo, “As relações luso-espanholas. O pan-iberismo”, *Contemporânea*, vol. 2, n.º 4, 1922, p. 5.

⁵⁷⁴ Id., *idem*, p.6.

⁵⁷⁵ Vd. Filipe Ribeiro de Meneses, “Os limites cronológicos da I Guerra Mundial”, *Relações Internacionais*, n.º 42, Lisboa, Jun. 2014. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000200003.

alguns pensavam, a “hegemonia civilizadora”⁵⁷⁶ dos povos hispânicos poderia fazer frente às ambições dos povos do Norte. Mas havia quem resistisse à ideia ibero-americanista em nome de um nacionalismo cultural que sublinhava a diferença histórico-cultural e linguística entre Portugal e Espanha.

pan-lusitanismo e pan-iberismo

Invocando a dimensão atlântica de Portugal, alguns intelectuais contrariavam a prioridade da aliança com a Espanha e, preferindo a aproximação com o Brasil, afirmavam o conceito de *pan-lusitanismo*. Em alternativa ao pan-hispanismo ou ao que por vezes se designava de *pan-iberismo*, tratava-se de acentuar a ideia de uma nacionalização dos povos de língua portuguesa agora num plano transnacional (o que pode parecer, mas não era contraditório), reclamando uma herança cultural portuguesa que se prolongara no Brasil. A sugestão de uma aliança privilegiada com o Brasil tinha raízes muito anteriores. Em Portugal, nos últimos anos da monarquia tinha sido defendida por Coelho de Carvalho, então presidente da Academia das Ciências (1908), e por Consiglieri Pedroso na Sociedade de Geografia (1909). Quer entre as elites intelectuais portuguesas, quer entre as elites brasileiras circulava então a convicção de que as respetivas sociedades estavam desnacionalizadas (Sívio Romero e Teixeira de Pascoaes, entre muitos outros). A ideia de uma comunidade luso-brasileira pode ser vista também como uma resposta a este diagnóstico e como afirmação de uma missão atlântica na história nacional.

⁵⁷⁶ A expressão é de Celestino Soares, “Os primeiros”, *Contemporânea*, 3.^a série, n.º 2, 1926, p. 54.

Mas encontrou resistência entre setores nacionalistas brasileiros (caso da revista *Gil Blas*)⁵⁷⁷.



O Atlântico visto por Bettencourt Rodrigues, na capa de *Uma Confederação Luso-Brasileira*. Lisboa, 1923, p. 93

Entre os grandes arautos da utopia de uma comunidade luso-brasileira lembrem-se Bettencourt Rodrigues e o pedagogo republicano João de Barros, ambos ligados à revista *Atlântida* (1915-20), que teve especial protagonismo na afirmação deste tópico. Bettencourt Rodrigues retomou a ideia de uma confederação luso-brasileira⁵⁷⁸,

⁵⁷⁷ Luciana Lilian Miranda, “Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que devemos ser”: a causa luso-brasileira em João de Barros, 1912-1922 [policop.], Lisboa, 2014, pp. 101-102.

⁵⁷⁸ A *Atlântida* deu voz a muitos dos apoiantes desta ideia, citando, entre outros, Fortunato de Almeida, Henrique Lopes de Mendonça, Sebastião de Magalhães Lima, Jaime de Magalhães Lima, Nunes Ribeiro, João de Almeida, Teixeira de Queiroz e Ricardo Severo. Sobre a *Atlântida*, veja-se Lucia Maria Paschoal Guimarães, Luís Andrade e Zília Osório de Castro, *Atlântida. A invenção da comunidade luso-brasileira*, Rio de Janeiro, 2013. Sobre a ideia de confederação luso-brasileira vd. Ernesto Castro Leal. “A Ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século xx”, *Ibérica*, n.º 12, Juiz

que já tinha sido proposta episodicamente no século XIX. Percebe-se que este projeto atlantista surgisse como alternativa à Harmonia Ibérica, como vimos no capítulo anterior, difundida pelo periódico madrilenho *El Imparcial*. Bettencourt Rodrigues admitia a ideia de uma união política, mas só com uma nação de língua portuguesa, o Brasil⁵⁷⁹. Todavia, numa entrevista dada em 1922, também se mostrava expectante em relação à emergência de um “grande e poderoso bloco luso-hispano-americano”⁵⁸⁰. O que mostra que o luso-brasileirismo e o pan-hispanismo eram, de algum modo, entendidos como estratégias culturais e políticas complementares. Era a política de blocos de nações, em voga desde os princípios do século XX.

Por seu lado, Alberto de Oliveira, cônsul de Portugal no Brasil, numa sessão na Academia das Ciências em 1916, reduzia o nome *Ibéria* a um apelativo geográfico e contrapunha-lhe o nome de *Lusitânia*:

“...a Ibéria define sem dúvida, um agrupamento de povos afins de raça, mas cujo destino nunca foi conscientemente comum, e logo se diferenciou desde que foi consciente. A Lusitânia, essa é já um passado várias vezes secular, um presente vivo e forte, e nada a deterá de ter um futuro glorioso e indestrutível”⁵⁸¹.

João de Barros era muito crítico em relação à integração de Portugal na civilização latina por intermédio da Espanha – é que esta

de Fora, Dez. 2009-Março 2010, pp. 5-20 <http://www.estudosibericos.com/arquivos/iberica12/confederacao-luso-brasileira.pdf>

⁵⁷⁹ Bettencourt Rodrigues, *Uma confederação luso-brasileira. Factos, opiniões e alvitres*, Lisboa, 1923, p. 11.

⁵⁸⁰ Entrevista dada ao *Diário de Notícias*, 5-02-1922, cit. em “O Ibero-americanismo. Depoimentos que em Portugal o justificam”, *Contemporânea*, 3.ª série, n.º 1, Maio de 1926, p. 49.

⁵⁸¹ Apud. Bettencourt Rodrigues, *Uma confederação...*, p. 90. Veja-se também, Alberto Oliveira, *Pombos-correios (notas quotidianas)*, Coimbra, 1913, pp. 187-189.

última nunca, a seu ver, teria servido de elo de ligação de Portugal com o mundo. Havia, sim, que cultivar a missão atlântica e a relação com o Brasil e com as colónias portuguesas. Em alternativa, e como resistência ao que designava de *pan-iberismo* (a seu ver formulado por Romanones) e a outros imperialismos – o pan-germanismo, o pan-eslavismo, etc. –, Barros sonhava com um “grande império lusitano”. Pela sua ação e influência cultural e civilizadora, este pan-lusitanismo poderia vir a ter uma forte presença num mundo em que dominavam grandes grupos de nações⁵⁸².

É significativo que Barros recorresse a este conceito pouco comum – *pan-iberismo* – para combater a ideia da prioridade da aproximação com a Espanha. Decerto porque o conceito de *iberismo* correspondia a uma memória marcada pela conflituosa questão ibérica e, como vimos, sobre ele tinha caído um anátema. Apesar disso (ou talvez por isso?) ainda estava em voga: em 1923, Alejandro Padilla, Ministro da Espanha em Lisboa, mandava o seguinte parecer para Madrid: “Creo de mi deber exponer a V.E. *la irritación que causa en general en Portugal el término iberismo* cuando sobretodo es explicado en el sentido de ligar al mismo ideas de unión aduanera, confederación de las dos Naciones, etc.”⁵⁸³.

Dir-se-ia que o conceito de *pan-iberismo* foi mais adotado num sentido de imperialismo ibérico⁵⁸⁴. Tal como os seus congéneres pan-eslavismo e pangermanismo situar-se-ia sobretudo no campo

⁵⁸² J. de B., “Uma ideia a defender a confederação luso-brasileira. Será possível uma nova e grande Lusitânia?”, *Atlântida*, vol. 5, n.º 20, 15-06-1917, pp. 659-673, e João de Barros, *Portugal, terra do Atlântico*, Lisboa, 1923, pp. 93-97. Sobre aqueles “macro-nacionalismos”, veja-se Louis Snyder, *Macro-nationalism. A history of the Pan-movements*, Westport-London, 1982. O pan-lusitanismo não chegou contudo a passar de uma vaga ideia.

⁵⁸³ Sublinhado meu. AHN, H. 3182 Congressos Conferências – I-L 1869-1930, n.º 140, Lisboa, 17 -02-1923 [Política JP 72].

⁵⁸⁴ Maximiliano Fuentes Codera, “Imperialismos e iberismos en España: perspectivas regeneradoras frente a la Gran Guerra”, *Historia y Política*, 33, Jan-Jun. 2015, pp. 30-35.

político conservador. Mas em Portugal, a realidade nem sempre coincidiu com esta identificação. Vejamos o caso de Álvaro Viana de Lemos, um livre-pensador e adepto da escola nova. Numa conferência realizada na Universidade Livre de Coimbra, em 1926, Lemos retomava uma terminologia que estava já longe do vocabulário do republicanismo em Portugal: para ele o futuro promissor tinha os nomes de *Ibéria*, *Grande Ibéria* e *Pan-iberismo*. E via na Exposição Internacional de Sevilha uma oportunidade de lançar uma campanha pan-ibérica “fecunda e pacífica” – a preparação desta grande Exposição que viria a realizar-se em 1929 constituiu, aliás, um momento significativo em que as elites intelectuais se centraram no hispano-americanismo, suscitando em Portugal, desde 1926, um eco significativo em certos círculos intelectuais⁵⁸⁵.

Que entendia Viana de Lemos por *Grande Ibéria*? Seria uma comunidade de povos constituídos numa união fraterna transatlântica, uma “verdadeira Atlântida espiritual” que estreitaria os laços entre os povos ibéricos. Lemos estabelecia uma comparação entre os povos anglo-germânicos e os povos Ibéricos que incidia sobretudo nas respetivas diferenças de comportamento em relação aos povos colonizados. Enquanto os primeiros, mais materialistas, calculistas e artificialistas teriam substituído a raça dos indígenas não se fundindo com eles, os segundos teriam promovido o cruzamento étnico e espiritual, através do sentimento, “brandura e atracção”, criando “simpatia e amizade” e criando assim raízes mais profundas ⁵⁸⁶. A este respeito, Lemos aproximava-se da teorização do lusotropicalismo que Gilberto Freyre desenvolveria alguns anos depois. Viana de Lemos não estava em sintonia com o Integralismo Lusitano. Mas admirava António Sardinha e o seu livro *Aliança Peninsular*.

⁵⁸⁵ A ideia de organizar uma exposição para cultivar as relações entre a Espanha e a América remonta à celebração do IV centenário da viagem de Colombo (1892).

⁵⁸⁶ Álvaro Viana de Lemos, *Pan-Iberismo*, Coimbra, 1926, pp. 11-12.

Se a maior parte daqueles que estavam empenhados numa aproximação cultural com a Espanha tinham erradicado os termos *iberismo* e *pan-iberismo* do seu vocabulário político, os anti-iberistas, por razões de ordem instrumental, continuavam a usá-lo. É o caso do já citado Ramos da Costa: em princípios de 1923, denunciava no Senado da República que um catedrático espanhol [Las Casas] andava pelo Norte de Portugal a proferir “conferências de propaganda do *pan-iberismo*”, uma propaganda alegadamente no sentido da formação de um império ibérico e no sentido de “destruir a nossa nacionalidade”⁵⁸⁷. Contra essa situação, Ramos da Costa pedia a expulsão do dito professor. Nos antípodas da atitude radical de Costa, Augusto de Vasconcelos, que tinha sido embaixador em Madrid, retorquia que o professor Las Casas (esse era o seu nome) era um “amigo de Portugal”, acrescentando que não conhecia qualquer político espanhol que tivesse a intenção de atentar contra a independência de Portugal. Vasconcelos ia até mais longe: embora reconhecesse que após a instauração da República em Portugal chegara a haver “veleidades de intervenção” espanhola (a que se opusera Moura), afirmava categoricamente que o pan-iberismo nunca existira nos meios intelectuais espanhóis. Procurava assim tranquilizar os receios anti-espanholistas mais exaltados, intenção coincidente aliás com a do chefe do governo, Romanones, quando, ainda durante a Grande Guerra, este declarara a Leal da Câmara: “Portugal talvez pense que pode um dia sofrer uma invasão por parte da Espanha, mas pode estar certo de que não há um só político espanhol que pense numa coisa semelhante”⁵⁸⁸. A obsessão anti-espanhola prendia-se com uma mania que, em 1915, Villasinda caracterizara do seguinte modo: “Pa-décese aqui de un verdadeiro caso de manía persecutória en relación

⁵⁸⁷ *Diário do Senado*, n.º 10, 16-01-1923, p. 3.

⁵⁸⁸ “Portugal e Espanha. O Conde de Romanones entrevistado por Leal da Câmara”, *Jornal da Noite*, 14-04-1917, p. 2.

con España, manía que nace de (...) la exagerada importância que á si mismo se atribuye el lusitano”⁵⁸⁹.

Voltemos, porém, a João de Barros, representativo de uma atitude nacionalista muito marcada num certo republicanismo: como compreender o seu recurso ao conceito de *pan-iberismo*? Sem dúvida com o objetivo de o exorcizar. Num mundo cada vez mais global, em que quer em meios tradicionalistas quer em meios liberais se difundia uma atrativa ideia pan-hispanista, por vezes associada à modernidade e a uma estética modernista, tal como outros contemporâneos seus, Barros insistia na nacionalização cultural dos Portugueses.

O pan-hispanismo era portador de um passado comum que não obliterava a dualidade política na Península e seria obra do presente e do futuro. Mais do que isso, havia uma dimensão económica, de mercado, no hispanismo. Como dizia o engenheiro e arquiteto Juan de Cebrián a propósito da organização da Exposição Hispano-Americana de Sevilha, em 1926, “la vida moderna es esencialmente comercial”, donde, “hay que anunciar a España”⁵⁹⁰. Daí que, como vimos, Cebrián fosse apologista dos apelativos *Hispânia* e *hispano*.

Havia, pois, uma dimensão prospetiva neste pan-hispanismo (não raro esquecida) que levava Sardinha a falar de internacionalismo hispânico. Não surpreende aliás que também a revista *Contemporânea* associasse o hispanismo à promoção do comércio e da indústria e fizesse publicidade a muito variados produtos industriais ligados a modernas tecnologias e artes. Tradição e modernidade, passado e futuro enlaçavam-se de um modo nada linear. Fidelino de Figueiredo, cuja trajetória vivencial e intelectual é um bom exemplo dessa osmose cultural, refletiu acerca desta problemática:

⁵⁸⁹ AHN, H. 3197 Congressos Conferências – Sa-Si 1869-1930, n.º 238, Política S 1891 E 1918 25 de Junho de 1915.

⁵⁹⁰ Juan de Cebrián, “La Exposición Hispano-Americana de Sevilla y el porvenir de la raza”, p. 12.

“Conhecer e acatar a tradição não é propugnar o regresso, nem sequer cristalização de imobilidade, é movimento de projecção para o futuro, é solidariedade viva do passado, é sentir com espírito histórico a lição constante das eliminações do que perde a função útil, das diferenciações do que se adapta e da criação de organismos novos, correspondentes a necessidades novas, como as palavras novas são criadas pelas novas coisas que surgem”⁵⁹¹.

Como vemos, as atitudes em relação à Espanha e ao iberismo não estão necessariamente correlacionadas com posições políticas assumidas. Isto é, ao republicanismo democrático não corresponde inevitavelmente uma utopia iberista. E ao conservadorismo católico tradicionalista não corresponde um necessário anti-pan-hispanismo. Se encontramos intelectuais de cultura democrática e republicana a assumirem posições inequivocamente anti-iberistas – e a defenderem a República em nome da resistência à conspiração vinda da Espanha de Afonso XIII –, também encontramos adeptos do tradicionalismo a perfilharem ideias pan-hispanistas (rejeitando, contudo, a designação de iberismo). E intelectuais de mentalidade conservadora – caso de Júlio Dantas – a defenderam uma estreita aproximação com a Espanha, não apenas no plano da política internacional mas no plano cultural e científico⁵⁹². A República das Letras e as afinidades culturais, artísticas e científicas, transcendiam não raro a linearidade das opções políticas em relação à Espanha. Todavia, como também pudemos verificar, o ápodo de iberismo foi muito frequentemente atribuído por monárquicos conservadores a republicanos (durante a Monarquia Constitucional) ou, mais tarde, já durante a II República espanhola, acusações de iberismo soviético

⁵⁹¹ Fidelino de Figueiredo, *Notas para um Idearium Português. Política e Literatura*, Lisboa, 1919, p. 40.

⁵⁹² *Diário do Senado*, n.º 20 02-09-1921, p. 15.

foram dirigidas a republicanos. E em sentido inverso, tradicionalistas e até adeptos da Ditadura Militar foram acusados de subserviência em relação a interesses espanhóis.

No entanto, por essa época, o termo iberismo continuava a ser episodicamente usado como sinónimo de hispanismo, de ambos os lados da fronteira: é o caso de Andrenio (Gomez de Baquero), escritor e jornalista de ideias democráticas que, em 1928, sugestivamente falava do *hispano-americanismo* como uma nebulosa que estaria a viver um tempo de vontade e conhecimento⁵⁹³. De um modo realista, Andrenio não via neste hispano-americanismo qualquer programa político concreto nem nenhuma doutrina ideológica clara. No essencial, Fidelino de Figueiredo concordava com o autor espanhol. Se por um lado reconhecia no ibero-americanismo, para além de uma liturgia externa, uma “finalidade ética”, por outro, ia ao cerne da questão ao caracterizá-lo do seguinte modo:

“... como movimento essencialmente sentimental, o seu conteúdo está ainda muito mal definido não passa de uma generosa tendência de simpatia e de entendimento. Ele nasceu à mesa dos banquetes, à hora emotiva dos brindes, traduz aquela cordial disposição dos parentes, que mourejam muito longe uns dos outros, diversificando-se dia a dia, mas que uma vez por ano, no Natal, se vêem, e nessa hora apressada querem resgatar um ano de separação ou indiferença”⁵⁹⁴.

Quer isto dizer que Fidelino menosprezasse o ibero-americanismo? De modo algum. O ensaísta via neste movimento, isso sim, um dos aspetos das relações transnacionais que Portugal deveria cultivar,

⁵⁹³ Andrenio [Gómez de Baquero], *Nacionalismo e hispanismo y otros ensayos*, s.l., 1928.

⁵⁹⁴ Fidelino de Figueiredo, *Notas para um Idearium Português*, p. 90.

depois de ter participado nesse esforço coletivo e coligado dos aliados na I Guerra Mundial. Ao contrário do que poderia pensar-se, já nesta época (e portanto antes da sua longa estadia no Brasil e nos Estados Unidos), Fidelino de Figueiredo era já um homem de cultura cosmopolita, crítico de uma mentalidade provinciana, consciente das vantagens da internacionalização cultural e dos limites de um propósito de nacionalização. Compreende-se, pois, que visse no ibero-americanismo uma oportunidade dentro de um programa mais amplo de “reabertura de convívio”, em que um “sentido ético da existência” marcaria a presença dos povos peninsulares no mundo. Prolongando a problemática de Oliveira Martins, Fidelino preocupava-se com o isolamento de Portugal e mostrava-se adepto do restabelecimento das conexões culturais com a Europa. Ao contrário do que poderia supor-se, não estava longe do espírito dos seareiros, com os quais se incompatibilizara.

Neste contexto de transformação do vocabulário político, ainda havia contudo quem usasse o conceito de iberismo num sentido não negativo. Refira-se Luís de Magalhães, que lhe atribuía o sentido de fraternidade independente⁵⁹⁵. Mas na época estes eram já casos excepcionais. A ditadura de Primo de Rivera (1923-1931) distanciara-se das intenções integradoras de Afonso XIII no decénio de 1910, cultivando agora uma atitude de relação cordial com Portugal. Do lado português, o termo iberismo era mais usado pela oposição republicana para desqualificar a Ditadura Militar instalada, acusando-a de submissão à Espanha⁵⁹⁶.

⁵⁹⁵ Arquivo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Recortes de Imprensa, Iberismo, 1917-29. D. Luís de Magalhães, “A Jornada de Espanha” [29-10-1929, não refere em que periódico foi publicado].

⁵⁹⁶ Cf., por exemplo, “Manifesto da Liga dos Estudantes Republicanos de Lisboa. Ao país” [5-10-1927], *Literatura clandestina em Portugal* (ed. de A. H. de Oliveira Marques), vol. I, Lisboa 1990, p. 104.

a Hispanidad de Unamuno

Desde o século XIX, as palavras Ibéria e iberismo tinham sido em Portugal tão frequentemente instrumentalizadas e conotadas politicamente – sobretudo identificadas com traição e inimigo da Pátria – que tinham perdido a sua eficácia. Era necessário adotar outras. Podemos então admitir o hispanismo como um sucedâneo do iberismo? Creio que sim, sobretudo se pensarmos que as expressões de iberismo refluíram para o domínio cultural. Na verdade, hispanismo e hispanidade (esta mais conotada com o pensamento tradicionalista) teriam larga aceitação ao longo do século XX – em teorizações diversas e não sem ambiguidades. Consciente dessas ambiguidades, Unamuno, o maior lusófilo espanhol do seu tempo, explicava em 1927 as razões por que adotava o conceito de hispanidade, para não esquecer os Portugueses e os Catalães:

“Digo Hispanidad y no Españolidad para atenerme al viejo concepto histórico-geográfico de Hispania, *que abarca toda la Península Ibérica*, la Iberia occidental – porque hubo otra, la oriental –, el extremo occidente, y que acaso por ello, pues los extremos se tocan toco el extremo Oriente (...). Digo Hispanidad y no Españolidad para incluir todos los linajes, a todas las razas espirituales, a las que han hecho el alma terrena (...) y a la vez celeste de Hispania, de Hesperia, de la Península del Sol Poniente, entre ellos a nuestros orientales hispanicos, a los levantinos, a los de la lengua catalana (...)”⁵⁹⁷.

⁵⁹⁷ Miguel de Unamuno, “Hispanidad” (1927), *Escritos de Unamuno sobre Portugal* (ed. de Ángel Marcos de Dios), Paris, 1985, p. 273. Convirá contudo matizar o iberismo cultural de Unamuno: como nota Victor Martínez-Gil, noutros contextos, o ensaísta mostrou-se favorável a um futuro de uma só língua peninsular – o castelhano – e contrário à fragmentação política. Vd. Victor Martínez-Gil, “Modernidad, política e ibericidad en las relaciones literarias intrapeninsulares”, *Revista de Filología Románica*, 2015, pp. 35-36.

Unamuno fazia de Hispanidad uma categoria histórica que remetia para uma unidade espiritual, uma alma ligada a um território, atravessada por contradições. E explicitava melhor a sua ideia:

“Un alma de contradicción es un alma profética. El profeta que siente dentro de sí la contradicción de su destino se yergue frente a Dios y le interroga a Dios, le escudriña, le enjuicia, le somete a enquisa. Y a esto es a lo que he llamado en otra parte el sentimiento trágico de la vida”.

Hispanidad que teria partido a devassar o oceano, em busca de si própria, encontrando “otro cuerpo que era alma, com la americanidad. “Que busca también su próprio destino”⁵⁹⁸. Para o autor *Del sentimiento tragico de la vida...*, *hispanidad* era um conceito dinâmico, em devir, remetia para transnacionalidade ultramarina.

O filósofo que tão bem conhecia e amava Portugal e que se correspondeu com diversos intelectuais e artistas portugueses (Pascoaes, Manuel Laranjeira, Vitorino Nemésio e tantos outros) referiu-se, por diversas vezes à “alma trágica de Portugal” e à sua história como um naufrágio⁵⁹⁹ – marcas da sua profunda admiração por Oliveira Martins, que considerava o único historiador artista da Península. Adepto de uma ideia iberista que respeitasse a singularidade das diversas nações peninsulares – Castela, Catalunha e Portugal –, não surpreende assim que denunciasse as intenções unitaristas da campanha a favor da Harmonia Ibérica, desenvolvida na imprensa espanhola em 1917. Ou que criticasse a ideia muito comum em Espanha

⁵⁹⁸ Id., *idem*, pp. 275-276.

⁵⁹⁹ Id., “Prólogo a cartas de Manuel Laranjeira” (1913), *idem*, p. 210, e id., *Por terras de Portugal e de Espanha*, Lisboa, 1989, p. 59.

de que Portugal estaria anglicizado – a seu ver essa influência cultural reduzia-se a exterioridades⁶⁰⁰.

Como se torna evidente, as posições adotadas no que respeita às relações Portugal-Espanha, pró-iberistas ou anti-iberistas, hispanistas ou hispanofóbicas não se podem reduzir linearmente a correspondentes correntes políticas e doutrinárias que se afirmaram nas duas nações. Na verdade, sempre houve liberais e tradicionalistas adeptos de uma aproximação cultural e diplomática com a Espanha (lembrem-se os casos de Gama e Castro⁶⁰¹ no princípio do século XIX ou de António Sardinha um século depois). O mesmo se poderá dizer de republicanos e de socialistas – embora os republicanos federais fossem mais frequentemente iberistas. Houve monárquicos e republicanos anti-iberistas e anti-hispanistas, como também os houve hispanófilos e hispanófobos.

A recorrente afirmação de propósitos de iberismo político em Madrid – por exemplo nos anos que vão de 1910 a 1917 – alimentou em Portugal intensos debates sobre as relações económicas, políticas, diplomáticas e culturais entre as duas nações, sublinhando as suas diferenças ou, pelo contrário, aquilo que sempre as aproximou. Ao invés do que por vezes se afirma, houve nos séculos XIX e XX momentos de intensa circulação de ideias num espaço cultural e político peninsular, das margens do Atlântico às margens do Mediterrâneo. Nesse grande espaço, de ambos os lados da fronteira, afirmaram-se posições convergentes e divergentes que muito contribuíram para a problematização das identidades nacionais em Portugal, Castela e Catalunha.

As estadias prolongadas de diversos intelectuais portugueses em Espanha (Oliveira Martins, António Sardinha, Fidelino de Figueiredo)

⁶⁰⁰ Id., “Relaciones entre España y Portugal. La influencia intelectual”, *idem*, p. 190.

⁶⁰¹ Vd. Luís Reis Torgal, *Tradicionalismo e contra-revolução. O Pensamento e acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, 1973.

e de espanhóis em Portugal (Sixto Cámara, Unamuno, Ribera i Rovira), sem esquecer o papel de embaixadores (como Juan Valera, Fernández de los Ríos, José Relvas ou Sánchez-Albornoz) muito contribuíram para estreitar os laços culturais entre as elites e para fomentar ideias iberistas e hispanistas. Sem esquecer os Congressos Científicos (caso do já referido Luso-Espanhol realizado de 16 de Junho a 1 de Julho de 1921 no Porto por iniciativa da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, em colaboração com a sua congénere espanhola)⁶⁰². Desde o pós-guerra houve uma mudança sensível na política de Madrid em relação a Portugal, que se traduziu numa atitude de não ingerência nos assuntos internos portugueses e de vontade de aproximação, respeitando a soberania do estado vizinho. Numa nova conjuntura internacional resultante da Grande Guerra, esta posição era bem diversa da tentação iberista e da cumplicidade espanhola para com as tentativas de restauração da monarquia, nos primeiros anos da República⁶⁰³. Foi neste novo ambiente diplomático que, também noutros planos, se multiplicaram nos anos 20 as iniciativas transnacionais e peninsulares – Jogos Florais Hispano-Portugueses realizados em Badajoz em 1924 (em que participou António Sardinha) ou a Exposição do Livro Português em Madrid (1928) – que também aproximaram intelectuais e cientistas. Outros encontros transnacionais de incidência política, económica e técnica foram-se multiplicando: uma conferência sobre

⁶⁰² Os Congressos luso-espanhóis para o Progresso das Ciências que teriam continuidade ao longo do século xx destacaram-se quer no campo das ciências da natureza quer no campo das ciências humanas. O I Congresso Português (1921) foi organizado conjuntamente com o VIII Congresso realizado pela Associação Espanhola para o Progresso das Ciências. E daí em diante estas iniciativas passaram a ser partilhadas conjuntamente pelas associações espanhola e portuguesa. Maria de Fátima Nunes, “O público entendimento da ciência nos congressos da Associação para o Progresso das Ciências: Portugal e Espanha”, *Elites e poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* (Ed. Manuel Baião), Lisboa, 2004, pp. 381-395, e Paulo Rodrigues Ferreira, *op. cit.*, pp. 299-312.

⁶⁰³ Hipólito de la Torre Gómez, *Do perigo espanhol à amizade peninsular*, p. 43 e p. 63.

pescas (1924), um primeiro acordo sobre o Douro Internacional (1927), uma Conferência Económica Luso-Espanhola (1928) e um Tratado de Conciliação e Arbitragem de fronteiras (também em 1928). Por outro lado, as comunicações foram-se facilitando com o estabelecimento do telefone direto Madrid-Lisboa e do cabo submarino Málaga-Lisboa⁶⁰⁴. Como mostrou Hipólito de la Torre, no período de vigência da ditadura de Primo de Rivera em Espanha e da ditadura militar em Portugal, nos anos de 1926 a 1930, com o recuo das intenções iberistas, tornou-se viável um estreitar das relações entre os dois estados. Será que essa aproximação política se traduziu numa intensificação de contactos entre as populações portuguesas e espanholas, em particular no que respeita às classes médias?⁶⁰⁵ Não sabemos. Certo é que se multiplicaram, em Espanha e em Portugal, manifestações que exprimiam uma vontade de aproximação entre as duas nações. Gago Coutinho e Sacadura Cabral foram afetuosa-mente acolhidos em Madrid. Professores universitários (caso do matemático Gomes Teixeira) e estudantes foram também bem recebidos em universidades espanholas⁶⁰⁶.

Significa isto que estivesse ultrapassado o receio do perigo espanhol? De modo algum. Apenas que se foram criando vias de comunicação política e diplomática a partir do topo. No Estado Novo, a relação com a Madrid da II República espanhola foi crispada e acentuou a desconfiança. E já durante o franquismo, a par de uma intenção de manter um bom relacionamento com a Espanha, o salazarismo alimentou, na sombra, esse velho sentimento de recusa da tradicional ameaça espanhola⁶⁰⁷.

⁶⁰⁴ J. Miguel Ruiz Morales, *La economía del bloque...*, p. 327.

⁶⁰⁵ Importaria desenvolver uma investigação sobre esta problemática, por exemplo acerca do desenvolvimento do turismo, viagens e movimentos dos correios.

⁶⁰⁶ Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*, p. 101.

⁶⁰⁷ Vd. Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo*, 2.^a ed., Coimbra, 2009, pp. 285-312.

Sociedades de amigos de Portugal e Espanha

Uma das tentativas de construir uma base orgânica para uma aproximação entre Portugal e Espanha foi a Sociedad de Amigos de Portugal – uma designação de origem hispânica que remontava aos grupos ilustrados de finais do século XVIII –, constituída em Madrid, na primavera de 1922. Por essa época, o marquez de Lozoya, amigo de António Sardinha envolvido na dinamização desta sociedade, em carta a este último, dava conta da iniciativa:

“Se fundó al cabo la Sociedad de Amigos de Portugal, con asistencia de mucha y buena gente y con gran entusiasmo; acordamos un curso en conferencias semanales y que comenzará en el próximo octubre sobre historia, arte, política, etc. de Portugal; traer a Madrid a los Portugueses de más valia y enviar a Portugal a los más insignes españoles; ocuparse cada cual con cariño en el libro, en el periódico, de asuntos portugueses; defender a Portugal de imputaciones calumniosas y de noticias tendenciosas o inexactas. ¡Que hermoso programa! ¿Verdad? ¡Dios nos dé fuerzas y constancia para cumplirlo!”⁶⁰⁸.

Pouco sabemos sobre esta associação que era presidida pelo conde de Romanones, dirigente do Partido Liberal e ex-chefe de governo. Nela incluíam-se os amigos tradicionalistas de António Sardinha: além do já citado Lozoya, o Marquês de Figueroa, o Conde de la Mortera, o Conde de Las Navas (bibliotecário do Rei), o Conde de Viñaza, bibliófilo, a escritora Blanca de los Ríos, diretora de *La Raza Española*, o arquiteto D. Vicente de Lamperez, o escritor e diplomata Almagro y S. Martín; o historiador Antonio Ballesteros, a sua

⁶⁰⁸ BJPII, Espólio de A. Sardinha, Carta do M. de Lozoya para A. Sardinha, Segovia, 6-05-1922.

mulher Mercedes Ballesteros e o Marquês de Quintanar. Entre muitos outros. Este último terá tido uma função relevante na organização do grupo. Pretendiam promover conferências, estudos, saraus, festas e passeios universitários⁶⁰⁹. Numa reunião que teve lugar no Ateneu de Madrid, decidiram enviar ao Presidente da República portuguesa felicitações pelo êxito da viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. O marquês de Lozoya tinha a intenção de intensificar a campanha de estreitar os laços com Portugal, que ia “dando sus frutos” já que, era sua convicção, “Portugal esta hoy *de moda* en España”⁶¹⁰. Todavia, o entusiasmo de Lozoya depressa esmoreceu. Como vimos, ainda em 1922, tomou conhecimento através de Sardinha de um folheto nacionalista, da autoria de um militar português violentamente anti-espanhol. Em Novembro do mesmo ano, ou seja, 5 meses depois, já desabafava: “Verdaderamente es muy difícil la situación de los amigos de España en Portugal; siempre sospechosos a los portugueses que persisten en la vieja tradición de odio”⁶¹¹.

Como réplica a esta associação espanhola, tentou fundar-se em Lisboa uma Sociedade dos Amigos de Espanha, da iniciativa de artistas e intelectuais, que não terá singrado. Numa assembleia-geral fundadora desta associação, que teve lugar na Sociedade Nacional de Belas Artes, José Pacheco (director da revista *Contemporânea* e arquiteto), apresentou a ideia e propôs Romanones para sócio honorário. A comissão organizadora era composta por homens ligados às artes e à Universidade: José Alexandre Soares (vice-presidente da SNBA), Luciano Freire (presidente da direcção da SNBA), Columbano

⁶⁰⁹ A 23 de Abril de 1922, Vasco de Quevedo, Encarregado de Negócios de Portugal em Madrid, deu a conhecer ao Ministro dos Negócios Estrangeiros a constituição desta Sociedade, com informação detalhada sobre os membros da sua Junta Directiva. Vd. Hipólito de la Torre Gómez, *Do perigo espanhol à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*, Lisboa, 1985, pp. 180-184.

⁶¹⁰ Carta do M. de Lozoya para A. Sardinha, Segovia, 30-09-1922.

⁶¹¹ BJPII, Espólio de A. Sardinha, Carta de Lozoya para Sardinha, de Madrid, 6-11-1922, p. [1].

Bordalo Pinheiro, José de Figueiredo (diretor do Museu de Arte Antiga), José da Silva Pessanha (professor), Arnaldo Ressano Garcia (professor da Faculdade de Ciências e artista), o já referido José Pacheco e o cineasta José Leitão de Barros⁶¹². Em Janeiro de 1923, a par de um discurso de Ramón Gomez de la Serna, a revista *Contemporânea* publicava um discurso de Rogerio García Pérez num banquete da revista, que terminava com um brinde às sociedades Amigos de Portugal e Amigos de Espanha. Nele afirmava a dado passo:

“...debo afirmar que soy Portugués y tan Portugués que no admito, ni en hipótesis, la posibilidad de anexionen venidas de España que ya experimentó nuestra ansia indomable de independencia y hoy respeta nuestra secular nacionalidad”⁶¹³.

A revista *Contemporânea* é aliás um bom exemplo de uma nova atitude de abertura cultural à Espanha, com a colaboração de diversos intelectuais e poetas espanhóis e sul-americanos⁶¹⁴. Nela conviveram nacionalismo político e cultural com um arrojado vanguardismo modernista, enraizamento tradicionalista e atitude cosmopolita de incentivo ao estreitamento de trocas transculturais entre as nações peninsulares e nações hispano-americanas. Em 1922, a revista foi acusada de colaboracionismo com os interesses da nação vizinha. Um tal O. M. [Oliveira Mouta] respondeu logo na primeira página:

“Oiçam! – não é preciso aplicar muito o ouvido para ouvir – é voz corrente que estamos vendidos à Espanha. Vieram do Porto e de Coimbra amigos nossos pedindo para modificar esta atitude.

⁶¹² AHN, H. 1710 1922, n.º 461, Política, Lisboa, 6 de Junho de 1922.

⁶¹³ “Discurso de Rogerio García Pérez”, *Contemporânea*, n.º 7, Janeiro de 1923, p. 5.

⁶¹⁴ Caso do Marquês de Lozoya, de Santibáñez del Río (Marquês de Quintanar) ou de Antonio Rex Soto.

Que fomos ludibriados, nós, e um dos principais jornais de Portugal. Que embora sinceros, auxiliamos o jugo duma entidade anónima que pretende ganhar”.

E numa atitude desassombrada, defendia-se a continuação de uma relação descomplexada entre os povos peninsulares:

“Mais inteligência e mais sinceridade! *Esfarrapem de vez o pa-pão de Castela*, porque a Espanha de hoje, se por um erro político pensasse em invadir-nos não pensava decerto em dominar-nos. *Corpos de gigantes projectam sombras de igual tamanho! Senhores da política: - aos seus lugares!*”⁶¹⁵.

Outras vozes exprimiam-se em termos muito diversos. Por exemplo, o conservador Martinho Nobre de Melo, rejeitando a prioridade da integração de Portugal numa comunidade hispano-americana apelava a que se reconsiderasse a relação com a Espanha em termos de reciprocidade que não prejudicassem os interesses económicos de Portugal, e reclamando-se das condições do tratado de 1893⁶¹⁶. É que, como vimos, havia problemas por resolver que, com frequência, eram agitados na imprensa portuguesa: as pescas, o aproveitamento da energia hidroelétrica do Douro ou a compra de propriedades em Portugal pelos espanhóis.

Nos séculos XIX e XX, as relações culturais entre as elites portuguesa e espanhola não foram, pois, tão de costas voltadas como por vezes se pensa⁶¹⁷. Do lado português, a recusa de integração ibérica,

⁶¹⁵ O. M., “Nós e a Espanha”, *Contemporânea*, vol. 2, n.º 4, 1922, p. 1. Sublinhados meus.

⁶¹⁶ Martinho Nobre de Melo, “As relações luso-espanholas...”, *Contemporânea*, vol. 12, n.º 4, Out. 1922, pp. 1-6.

⁶¹⁷ Ignacio Chato Gonzalo também defende este ponto de vista em “Miradas cruzadas: diplomacia, iberismo e identidad nacional en la península ibérica (1850-1910)” [inédito]. Agradeço ao autor a amável oferta deste estudo.

bem evidente na afirmação identitária de uma cultura política nacionalista, esconde não raro o conhecimento da vida política espanhola tal como era dada a conhecer no parlamento e pela imprensa (sobretudo de Madrid). Como é bem sabido, atitudes de oposição não excluem, antes podem até incentivar a necessidade de conhecer o outro⁶¹⁸. Talvez seja de admitir que, do lado espanhol, a ignorância do seu parceiro peninsular fosse mais comum – o que não quer dizer que não houvesse intelectuais, jornalistas e políticos interessados e informados sobre a situação no país vizinho.

Exemplo maior é-nos dado por Unamuno. Como lembrava o reitor da Universidade de Salamanca, era mais fácil nos princípios do século xx encontrar em Espanha livros ingleses, alemães ou italianos do que portugueses, enquanto em Portugal, na Faculdade de Medicina, em Histologia, se usavam obras de Ramón y Cajal em língua francesa⁶¹⁹. O que mostra bem a ascendência que a relação Lisboa-Paris tinha sobre a relação Lisboa-Madrid. Seja como for, a par da repulsa, a atração pela Espanha e pelas suas culturas tão diversas sempre se afirmou em Portugal. Iberismo, hispanismo e hispanidade foram durante muito tempo ideias minoritárias (sobretudo em Portugal). Porquê? Sem dúvida devido ao facto de serem aspirações futurantes que estavam do lado da transnacionalidade, embora também enraizadas em argumentos históricos. Coexistiram e sucederam-se no tempo, pois como vimos os iberismos refluíram, quer no Portugal dos finais do período da Regeneração, quer na Espanha da Restauração, sobretudo a partir da ditadura de Primo de Rivera (1923-31). Em qualquer destes tópicos, fosse no âmbito de correntes de pensamento liberal, republicano ou socialista, fosse no âmbito do pensamento tradicionalista, católico e conservador, exprimiu-se

⁶¹⁸ Exemplo disso verificou-se na França da III República, posterior à derrota de Sédan, em relação à Alemanha.

⁶¹⁹ Miguel de Unamuno, “A literatura portuguesa contemporânea”, *Por Terras de Portugal e Espanha*, p. 8.

uma nostalgia da grandeza perdida. Especialmente nesta última versão, a nostalgia de um grande Império hispânico, uma Hispânia Maior, é bem evidente. Ora o tópico da *Hispania máxima* por oposição à *Hispânia mínima* (Angel Ganivet) era central na reflexão de vários autores da chamada Geração de 98. Para Unamuno, o seu ressurgimento só poderia processar-se do lado da Pátria interior. Por seu lado, Maeztu negava a identificação de Hispanidade com império (este seria espiritual, mas o seu pensamento depressa seria apropriado pelo nacionalismo exclusivista). E não é, pois, estranho que Fernando Pessoa – ele que colaborou na *Contemporânea* e viria a ser muito crítico em relação ao Estado Novo e a Salazar – tenha simpatizado com um iberismo federal como caminho possível para alcançar um império espiritual – um V Império. Mas iberistas e hispanistas não se limitaram a olhar para o passado. Alguns estavam também voltados para o futuro, numa atitude prospetiva, transnacional e universalista. É que a partir da ideia de uma comunidade espiritual de destino, o hispanismo também foi redenção. Assente num passado mítico atemporal, o hispanismo serviu de “ponto de fuga teórico para o ensimesmamento e como tese de recusa à ‘diminuição’ das perspetivas históricas (e geográficas, económicas, etc.) da sociedade portuguesa”⁶²⁰. Sardenha manifestou-se contra a união ibérica – o velho iberismo – mas também contra as propostas de união da nações neo-latinas. Em qualquer caso, pode dizer-se que o hispanismo enformou sobretudo um nacionalismo defensivo – face aos nacionalismos expansionistas então dominantes, o alemão, o britânico e o pan-americanismo. Como sugeriu Unamuno em 1913, a evolução dos seres vivos não é senão “una lucha por la plenitud de conciencia através del dolor, una constante aspiración a ser otros

⁶²⁰ Paulo Archer de Carvalho, “Três teses sobre a ucronia e a floresta utópica. A propósito do Integralismo Lusitano”, *Revista de História das Ideias*, vol. 24, 2003, p. 408 e p. 406. Veja-se também, do mesmo autor, “Ao princípio era o verbo...”, *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 237-240.

sin dejar de ser lo que son, a romper sus límites limitandose”⁶²¹. O que também poderia, por analogia, aplicar-se às nações.

*

Como compreender então os hispanismos em Portugal? Tentativa de recuperar a grandeza perdida no plano internacional? Sucedâneos do iberismo? Ou até como expediente defensivo em relação às possibilidades de a nação se deixar absorver pela Espanha? Todas estas sugestões me parecem válidas.

Os iberistas de meados do século XIX projetaram-se num futuro de grandes nações europeias, de convergência e diálogo transnacional, idealizaram uma humanidade constituída por pactos entre nações. De um modo geral rejeitaram a união ibérica de Filipe II. No entanto, o iberismo liberal e democrático oitocentista tinha ficado conotado com um ideário universalista e progressista e com uma memória negra da união ibérica de 1580-1640 que, de resto, os iberistas também partilharam.

Vistos de hoje é fácil qualificar os iberismos de utopias. Mas não terão sido tão utópicos em 1869, quando os processos de unificação política da Alemanha e da Itália davam os últimos passos. Ou quando a I Grande Guerra não tinha ainda resultado na queda do Império alemão e na fragmentação do Império Austro-Húngaro.

Os pan-hispanismos e hispano-americanismos remeteram os iberismos oitocentistas para o passado (de tal modo que hoje no Brasil o conceito de iberismo ganhou todo um sentido que nada tem já a ver com os significados que ainda tem na Europa)⁶²². E, como vimos, alguns tradicionalistas dos anos 10 e 20 – caso do mais influente de

⁶²¹ Miguel de Unamuno, *Del sentimiento trágico de la vida en los hombres y en los pueblos*, Madrid (1913), p. 142.

⁶²² Veja-se Luís Werneck Vianna, *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1997. Para Wernwck Viana, *Ibéria e iberismo* remetem para

todos eles, António Sardinha – sem deixarem de se inspirar num passado de grandeza, projetaram no futuro o hispanismo e o peninsularismo. A maior parte deles empenharam-se na dualidade política Portugal/Espanha reificando o Passado e a tradição cristã num espaço universal. As nações peninsulares pareciam assim recuperar uma escala transcontinental, voltando ao passado e projetando-o num futuro ideal. O vocabulário político que se inscreve nos campos semânticos do hispanismo e do iberismo, muito diversificado e polémico, atendeu a interesses internacionais também eles muito diversos. São conceitos que pretendiam ser mobilizadores, antecipando um futuro desejado: a construção de uma unidade cultural (e se possível política) das nações de língua hispânica e portuguesa. Havia uma memória de impérios que se tinham dissolvido desde os princípios do século XIX. Mas no mundo anglo-saxónico e protestante a imagem desses impérios e das suas metrópoles era predominantemente negativa: dominava a lenda negra. E os hispanismos foram respostas a esta tão influente representação dos povos do Sul.

Hispano-americanismo, ibero-americanismo, latino-americanismo e pan-lusitanismo constituíram alternativas de projeção cultural e alargamento identitário à escala global de antigas metrópoles coloniais, alternativas que inevitavelmente acabavam por ter incidência política. Pode, contudo, perguntar-se se em alguns casos não se tratou de uma insistência no *mesmo* – ou seja nas velhas nações europeias e nos seus ideais – com aparências universalistas. Foram estes hispanismos lugar de intercâmbio cultural ou sobretudo tentativas de homogeneização cultural comandadas por nacionalismos culturais? Como sugeria em 1926 Manuel Múrias, um discípulo de António Sardinha que viria a aderir ao Estado Novo de Salazar, os conceitos de *hispanismo* e *latinidade* e até mesmo o conceito de

uma herança territorialista e patrimonialista que teria dominado na experiência política brasileira caracterizada por uma “revolução passiva”.

Ocidente configuravam “um complexo de vários patriotismos”: o português, o hispânico e o latino, “uma amálgama de vários interesses que uma força espiritual – o catolicismo – orientará e harmonizará”⁶²³. Múrias sugeria um nacionalismo alheio a qualquer forma de imperialismo. Ideia que deve compreender-se no contexto de uma estratégia defensiva.

Poderá admitir-se que *hispano-americanismo* foi uma expressão do nacionalismo espanhol. Mas também terá sido uma expressão do nacionalismo em diversos países hispano-americanos (onde, aliás, teve que enfrentar a resistência dos indigenismos): México, Argentina ou Colômbia⁶²⁴. Mais problemático é que se possa considerar um instrumento de nacionalização. Certo é que em Portugal – e creio que também em Espanha – os conceitos de que me ocupei não configuraram movimentos nacionalistas. Nasceram no contexto de ideologias nacionalistas de forte marca historicista, mas não produziram doutrina acerca do estado, não adquiriram uma base orgânica nem tão-pouco tiveram eficácia social. Não deram, pois, origem a dinâmicas sociais. É até discutível que tenham marcado de um modo continuado e coerente a política externa da Espanha⁶²⁵. Lembre-se o parecer de Américo Castro em 1928: “aunque ahora sea uso hablar de hispanoamericanismo *en realidad no hay sospecha de lo que sea una política exterior*”⁶²⁶. Também o facto de estes conceitos terem

⁶²³ Manuel Múrias, “Nacionalismo e catolicismo. Teoria do nacionalismo português”, *Nação Portuguesa*, série IV, n.º 5, t. I, 1916, p. 342.

⁶²⁴ Felipe García Pérez, *Hijos de la Madre Patria. El hispanoamericanismo en la construcción de la identidad nacional colombiana durante la Regeneración (1878-1900)*, Zaragoza, 2011, p. 61. Sobre os indigenismos, uma boa introdução em Henri Favre, *Le mouvement indigéniste en Amérique Latine*, Paris, 2009. Foi no contexto dos movimentos indigenistas que se afirmaram, sem grande sucesso, conceitos como Indo-América ou civilização indo-latina.

⁶²⁵ Vd., Isidro Sepúlveda, *El sueño de la madre pátria, hispanoamericanismo y nacionalismo*, Madrid, 2005, pp. 277-299.

⁶²⁶ Américo Castro, *De la España que aun no conocia*, Mexico, 1972 (texto datado de 1928), p. 57.

sido dicionarizados tardiamente em Espanha – *hispano-americanismo* ainda está ausente no dicionário da Real Academia de Espanha e só surge na edição de 1936 – é significativo⁶²⁷.

De facto, o vocabulário político dos hispanismos não correspondia a nenhum programa político concreto. Configurava uma “utopia de substituição”⁶²⁸, limitada ao campo cultural. Mas terá tido consequências no plano diplomático e de política internacional? (talvez a posição de Américo Castro seja demasiado radical). É de admitir que sim. Em todo o caso, foram tentativas de criar uma comunidade de destino e terão contribuído para estreitar as relações entre as elites peninsulares e as elites das nações hispano-americanas. No caso português, tudo indica que a resistência dos ideólogos do nacionalismo ao ibero-americanismo em nome do *pan-lusitanismo* ou até em nome do *pan-latinismo*⁶²⁹ terá contribuído para remeter estas ideias para uma margem política donde não sairiam durante o longo Estado Novo. Uma margem em que todavia se terão produzido retóricas que importará conhecer melhor.

⁶²⁷ *Iberoamericanismo* está ausente em todas as edições, incluindo a de 2001. *Iberoamericano* surge pela primeira vez em 1956.

⁶²⁸ Daniel Rivadulla Barrientos, *El discurso del Hispanoamericanismo español en el siglo XX: una utopía de sustitución*, Congreso de Jóvenes Historiadores y Geógrafos. Actas, Madrid, 1990. Esta interpretação é também adotada por David Marçilhacy.

⁶²⁹ Refiram-se os primeiros Congressos da Imprensa Latina, de que Augusto de Castro, director do *Diário de Notícias*, foi um dos promotores em 1923 (o primeiro), logo seguido, em 1924, em Lisboa, do II Congresso. O III seria em Florença, sucedendo-se depois outros congressos em Liège, Bucareste, Madrid, Havana e Tours. No II Congresso, venceu-se que Portugal não era uma “província de Espanha, nem um país refractário à civilização europeia”, *Diário de Notícias*, 2-02-1924, p. 1 (cit. por Clara de Melo Serrano, “Arte de falar e arte de estar calado”. *Augusto de Castro, jornalismo e diplomacia*, Coimbra, 2013, p. 168). Tome-se ainda como exemplo a revista *Alma Nova*, III série, 1924-1915, que cultivava a relação com a América do Sul e em que surge o projeto de se criar uma revista intitulada *Ilustração Latina* (o n.º 1 estava previsto para Março de 1916, mas não terá chegado a sair).

7. NOTAS FINAIS

O iberismo foi transversal a todas as correntes políticas. Ou dito de outro modo: houve uma larga diversidade de iberismos políticos, culturais e económicos. Não há uma correlação linear e necessária entre atitudes em relação à Espanha e correntes políticas específicas. É que os iberismos foram justificados com recurso a diferentes teorias políticas – do contratualismo liberal ao tradicionalismo providencialista, passando pelo internacionalismo anarquista – e a diferentes conceitos ideais de nação: uma só nação peninsular (conceito unitarista), duas ou três nações peninsulares, integradas ou não numa federação. O que significa que se esboçaram diferentes perfis de estado, por mais nebulosos que fossem. Não surpreende que no contexto da nebulosa iberista também se formulassem diversas visões de história: entre os iberistas liberais e democratas há uma visão negativa do século XVII, considerado tempo de decadência. Entre os tradicionalistas a decadência começou com o despotismo esclarecido e, sobretudo com a revolução liberal.

Soluções políticas iberistas, unitaristas ou federalistas, foram anatematizadas e instrumentalizadas politicamente, quer em Portugal, quer em Espanha e sentidas como ameaças para a independência nacional em ambos os países. Compreende-se, pois, que muitos dos que as contrariaram em ruidosas campanhas de propaganda e mobilização anti-ibérica – os sócios da Comissão 1.º de Dezembro, depois Sociedade Histórica da Independência de Portugal – vivessem

na dependência do estado português: funcionários públicos, militares, jornalistas e juristas. Os iberismos foram também vistos como rutura com o passado próximo e com o presente, e consequentemente identificados com um futuro que podia significar o regresso a um tempo distante de dois séculos, também ele anatematizado (os 60 anos de cativeiro da união ibérica de 1580-1640), ou uma fuga em direção a um horizonte desconhecido. Por outro lado, para os nacionalistas portugueses, os iberismos foram tomados como um corte com uma geografia secular: a abolição das fronteiras levaria a uma dissolução de barreiras e a um processo de desterritorialização de consequências letais para uma nação que se reclamava de um passado de mais de sete séculos. Para o historicismo nacionalista que os anti-iberistas sustentavam, era impensável. A memória da monarquia dual do século XVII estava bem viva entre as elites portuguesas oitocentistas.

Embora socialmente pouco mobilizadora, a nebulosa iberista incentivou a comunicação política entre portugueses e espanhóis, pois alimentou um vivo debate político transnacional (e não exclusivamente peninsular) a partir de meados de Oitocentos. Por outro lado, poderá ter paradoxalmente resultado num incentivo no sentido da nacionalização do povo português através da escola, da imprensa, do protagonismo das forças armadas ou do comemorativismo do 1.º de Dezembro. Digo paradoxalmente pois a intenção era, não raro, precisamente inversa: integrar política e socialmente as duas nações. Houve mesmo quem afirmasse que os projectos de união ibérica oitocentistas redundaram num obstáculo e acentuaram as dificuldades nas relações entre as duas nações. Mas, como vimos, os iberismos não se podem reduzir à dimensão política: houve intenções de integrar os mercados económicos e as culturas hispânicas; e houve quem pretendesse alinhar as diplomacias dos dois estados, sem, claro está, os reduzir a uma unidade estatal. Em Espanha, representaram tendências bem distintas: por um lado, constituíram uma ameaça para

os apoiantes da monarquia borbónica de Isabel II; por outro, foram um fator de afirmação do nacionalismo espanhol. Este último direcionava-se também no sentido das Américas e da África, por meio dos hispanismos.

Havia em certos iberismos, explícita ou implicitamente, uma dimensão imperial – ou mesmo imperialista, por vezes acompanhada de uma urgência de futuro: daí o aflorar da intenção da conquista, se necessário (Pio Gullón, Vicente Gay). Neste caso, o passado e o futuro reduziam-se a uma única nação – a Ibéria. Desde o início do século, os estados peninsulares tinham perdido poder e protagonismo na cena internacional, mas a memória dos respetivos impérios era frequentemente convocada. Espanha intentou alargar a sua ação em Marrocos (1859-60), interveio militarmente no Pacífico em guerras com o Chile, o Peru, a Bolívia e o Equador (1865-66) pelo controlo de riquezas naturais nas ilhas ao largo das costas americanas. Por seu lado, nos finais do século, Portugal envolveu-se sem sucesso no projeto de um grande império na África austral, do Atlântico ao Índico. Este fracasso acabaria contudo por transformar-se num relativo sucesso pois, na sequência do tratado de 1891 com a Inglaterra, o país passou a administrar territórios muito vastos no *binterland* africano.

Mais frequentemente afirmaram-se iberismos contratualistas, de raiz liberal, democrática ou republicana. Nestes casos, um futuro de convergência e unidade – não raro sob a forma federal – resultaria de um tempo longo de persuasão das portuguesas. Poder-se-ia caminhar no sentido de uma só nação (caso de Sinibaldo de Mas, como é bem evidente na sua “História da Península” em mapas, vd. capítulo 1) ou de uma federação que manteria a diversidade de três nações que vinha do passado – Portugal, Castela e Catalunha – como pretendiam os catalanistas iberistas Joan Maragall ou Ribera i Rovira. Outros, caso de Prat de la Riba, Víctor Balaguer ou Cases-Carbó vi-savam, sob formas diversas, um espaço geopolítico mais amplo de

união latina⁶³⁰. Estes teóricos do iberismo catalão intentavam compensar o centralismo hegemónico de Castela com o contrapeso de Portugal ou até da Ocitânia. Escusado será dizer que os iberismos de incidência cultural e diplomática (não tanto o de incidência económica) também operavam num horizonte de expectativa que era geralmente o do tempo longo.

Ao longo de Oitocentos, embora em termos nem sempre coincidentes, os iberistas propuseram conceitos diferenciados de identidade nacional relativamente aos conceitos nacionalistas não-iberistas: romperam com um modo exclusivamente nacional de perspetivar a memória nacional para lhe conferirem um sentido integrado à escala do todo peninsular. “*A nossa pátria é a Península. Estende-se de Lisboa aos Pirinéus*”, afirmava Henriques Nogueira em 1854, num tempo de euforia da ideia iberista. E Joaquín Costa, em 1883, na inauguração de um Congresso Espanhol de Geografia Colonial e Mercantil: “No son, no, extranjeros para nosotros los portugueses: *Portugal es nuestra patria* con igual derecho que Aragón, que Cataluña o que Andalucía”⁶³¹.

Já o anti-iberismo foi, à escala peninsular, um fenómeno quase exclusivamente português. Poder-se-á falar de adoção de uma estratégia de identidade nacional por parte dos anti-iberistas nas polémicas da questão ibérica? Qualquer processo de identificação envolve diferenciação em relação a Outros – os Espanhóis, os Iberistas, no caso português excluídos de uma identidade do *nós* pela propaganda nacionalista. Embora voltada para a denúncia da ameaça ibérica, esta propaganda não se reduziu a uma só estratégia: entre os

⁶³⁰ Não raro os catalanistas omitiam o País Basco e a Galiza. Sobre o iberismo catalanista Vd. Víctor Martínez-Gil, *El naixement de l'iberisme catalanista*, Barcelona, 1997, pp. 204-238, e Enric Uclay-Da Cal, *El imperialismo catalán...*, Barcelona, 2003, pp. 174-372 e 623-671.

⁶³¹ J. F. Henriques Nogueira, *O Progresso*, n.º 175, 17-12-1854, e Joaquín Costa, *Estudios jurídico-políticos*, Madrid, 1884, p. 358. Sublinhados meus.

panfletos emocionais e inflamados da autoria dos legitimistas, partidários de D. Miguel, e as reflexões históricas de um Casal Ribeiro (1852) ou de Rebelo da Silva (1860-71) vai uma grande distância. Poder-se-iam distinguir diversos graus nesta oposição. Em qualquer caso, tratou-se de uma afirmação do sentimento de pertença a uma comunidade nacional. Não surpreende que, de fora, um escocês, Henry Morse Stephens, tenha visto na vigorosa reação nacionalista das elites intelectuais portuguesas a grande razão da permanência histórica da autonomia nacional portuguesa. Mas do lado de alguns iberistas espanhóis, Portugal era visto como uma nação tutelada pela Inglaterra e a fronteira portuguesa, atravessada por numerosos exilados políticos, era por vezes considerada uma ameaça: para os partidários de Isabel II e para a monarquia de Afonso XIII no tempo da I República portuguesa. Fosse como fosse, os iberismos acicataram identidades ameaçadas. Real ou imaginária, fantasmática até, a ameaça espanhola funcionou como espelho deformador e alimentou um “síndrome de recusa”, um reflexo defensivo que constituiu poderoso fator de afirmação do nacionalismo em Portugal. Um nacionalismo retórico e voltado para o passado, destituído de movimento social e pouco eficaz na mobilização cívica? Sem dúvida. As iniciativas de propaganda dinamizadas pela Comissão 1.º de Dezembro, muito centradas nas comemorações da Restauração (1640), não chegaram a criar um movimento nacionalista, nem tão-pouco a alargar uma dinâmica nacionalizadora. Um nacionalismo sem base social, como foi sugerido recentemente, em relação ao caso português em geral⁶³². Mas não deixou de ser politicamente atuante como força de coesão.

Têm-se discutido as razões do fracasso do iberismo e do seu declínio a partir de meados do decénio de 1870. Algumas delas já têm

⁶³² David Justino, *Fontismo. Liberalismo numa sociedade iliberal*, Lisboa, 2016, p. 216.

sido explicitadas: do lado português, a intensa reação nacionalista e o investimento no chamado III Império africano, com a pujante afirmação da ideia colonial. Para se tornar hegemónico na opinião pública como alternativa ao constitucionalismo monárquico, o Partido Republicano tinha que o fazer em nome da nação, do seu passado e do seu futuro. A Revolução Francesa já consagrara esse modelo de República unitária depois também adotado pela III República –, que tanto marcou a atribulada experiência da I República portuguesa (esta acabaria por esquecer o ideário federalista). A recorrente identificação do iberismo com ameaça externa – a ponto de alguns iberistas de juventude se terem posteriormente retratado – acabaria por arrastar os líderes republicanos ainda no tempo da oposição à monarquia para uma assumida posição anti-iberista. O unitarismo republicano, de influência francesa, era o modelo mais conhecido. A ideia federalista, mais complexa, fracassara na Espanha da I República, em 1874, e não teria qualquer sucesso no caso português.

O iberismo foi sentido como uma ameaça à continuidade do Estado português, entendido como unidade de sobrevivência e de proteção. Como observa Norbert Elias, a ameaça do desaparecimento do estado leva a um esvaziamento de sentido e até a colocar-se em questão uma tradição cultural própria⁶³³. A sua eventual dissolução numa unidade mais ampla era vista como traição e morte. Numa comunidade em que o setor terciário tinha mantido estreita relação de dependência com as estruturas estatais, o desafio iberista foi vivido como uma ameaça à segurança por parte das pequenas elites portuguesas, de rutura na própria tradição nacional.

Teriam as camadas populares sentido do mesmo modo esta ameaça à identidade nacional? Não é fácil responder a esta pergunta. Alguns indícios parecem confirmar que sim. Mas seria necessário empreender uma pesquisa alargada, em múltiplas direções, no

⁶³³ Norbert Elias, *A sociedade dos indivíduos*, Lisboa, 1993 (1987), pp. 247 e ss.

sentido de confirmar ou infirmar esta possibilidade. Seja como for, um hábito nacional assente numa identidade coletiva fortemente localista e emocional, mais afetiva do que racional como era a portuguesa, dificilmente poderia superar-se no tempo curto, por via essencialmente contratual e racional, como pretendiam muitos iberistas. Os próprios iberistas liberais e republicanos estavam bem conscientes da resistência da especificidade periférica e convictos de que trabalhavam para o futuro: só na sequência de um longo trabalho cultural e político seria possível realizar a almejada união das nações peninsulares. Daí que muitos preferissem deixar essa possibilidade num horizonte aberto.

Na Espanha, as sucessivas guerras civis que o estado liberal manteve com o carlismo e o ambiente de crise que alimentaram, a aposta numa expansão no Norte de África e a divergência com o destino histórico de Portugal após a perda do que restava do império americano e oriental (1898) não favoreciam a voga dos ideais iberistas, a não ser como possível compensação para um certo síndrome de perda. Mas como lembrara Jaime Balmes em 1845, “el orden interior y la fuerza y prestigio en lo exterior son condiciones indispensables” para levar a cabo uma união ibérica. Ora, talvez se possa admitir que ao longo do século XIX a Espanha não dispusesse de nenhuma destas condições (deste ponto de vista só a Catalunha poderia ter sido a exceção). No entanto, as posições da Inglaterra e da França a respeito de uma união ibérica também não eram de feição: não interessava aos maiores impérios europeus ultramarinos da época uma solução de unidade política na Península Ibérica. Nisso não se enganavam Sinibaldo de Mas e muitos outros iberistas.

Compreende-se, pois, que nas suas análises históricas vissem na Inglaterra e na *anglomania* o principal adversário externo. Fernando Garrido, que teve que se exilar em Portugal em 1874, chegou a referir-se aos ingleses como “bárbaros del Norte” (1881). E Oliveira Martins, que dedicou diversos textos à *anglomania*, fez da sua *História da*

Civilização Ibérica (1879) uma resposta à lenda negra que dominava nos países protestantes do Norte da Europa e da América. A aproximação diplomática e cultural entre Portugal e Espanha – ou os Estados Unidos da Ibéria no caso de Garrido e de outros republicanos federais – eram afinal vistos enquanto modos de as nações peninsulares se fazerem respeitar pelas potências hegemónicas e enfrentarem as suas ameaças. A este tipo de propostas associou-se a tese martianiana segundo a qual os períodos mais gloriosos da história dos povos peninsulares teriam sido aqueles em que as suas relações tinham sido mais próximas e a sua colaboração mais estreita, tese que teve alguma fortuna⁶³⁴. A resistência à hegemonia dos estados do Norte – britânicos e norte-americanos – impunha estratégias alternativas, quer no plano político quer no plano da memória histórica. Oliveira Martins e Rafael Altamira foram, deste último ponto de vista, os melhores exemplos. Ao invés do que inculcava a tão difundida lenda negra, as nações ibéricas não tinham constituído – nem constituíam – um paradigma de superstição, fanatismo e preguiça. Politicamente, desde tempos medievais, diversas instituições tinham nelas equilibrado o poder real. Na península difundira-se no século XVII o neotomismo e uma tradição de limitação do poder central.

Sublinhe-se aliás que, quer em Portugal, quer em Espanha as culturas históricas foram de tal modo relevantes que até as revoluções liberais se fizeram em nome do passado, invocando uma época em que cortes e concelhos eram instituições que equilibravam o poder real. Não foram excepções na Europa oitocentista. Mas como alguns notaram, nas nações peninsulares o passado pesava demasiado. Não advertira Nietzsche em 1874 que esse excesso de história antiquária nas sociedades poderia constituir um obstáculo, dificultar a vida no

⁶³⁴ Um exemplo: o antigo reitor da Universidade de Lisboa, Pedro José da Cunha, no *Discurso na sessão inaugural do Congresso Luso-Espanhol do Porto em 18 de Junho de 1942*, Porto, 1942, pp. 9-10.

presente, paralisar a ação de um povo?⁶³⁵ E não era apenas o passado glorioso de descobrimentos e conquistas imperiais. Era também a memória da união ibérica de 1580, insistentemente representada de um modo traumático pelos nacionalistas portugueses, e por vezes em tom marcadamente crítico pelas narrativas históricas dos próprios iberistas espanhóis – caso de Cánovas del Castillo. Como bem observou Jaime Balmes em 1845, a experiência histórica de Filipe II (e dos seus sucessores) fora mais no sentido de fortalecer o sentimento da nacionalidade em Portugal do que no sentido de o debilitar⁶³⁶. Nesta perspetiva, as responsabilidades do patriotismo reativo dos Portugueses encontravam-se na ação dos espanhóis.

O problema das responsabilidades pela não comunicação de Portugueses e Espanhóis fez aliás correr muita tinta e não era de todo pacífico nas culturas hispânicas. Entre os iberistas espanhóis havia quem atribuisse a culpa desse afastamento aos Portugueses e ao seu sentimento de “altiva independência”, e quem culpasse os próprios espanhóis ao lhes voltarem as costas e os desprezarem. Outros atribuíram-na às culturas de importação: a imitação de modelos alheios levaria ao abandono dos valores da terra (neste caso da península). E embora tal questão não deva ser esquecida pelos historiadores, historicamente o problema não pode formular-se nestes termos. Em história o que menos interessa é identificar responsáveis e adjetivar personalidades e factos: este processo convém mais às lógicas políticas. Todavia, na época em questão, as marcas doutrinárias e os usos políticos ainda dominavam a maior parte dos trabalhos historiográficos.

Em que medida os ideais iberistas e hispanistas contribuíram para a nacionalização dos povos peninsulares? Note-se que os iberistas

⁶³⁵ Friederich Nietzsche, *Untimely Meditations* (Ed. D. Breazeale), Cambridge, 1997.

⁶³⁶ [Jaime Balmes], “Examen de la cuestión del matrimonio de la Reina Doña Isabel II”, *El Pensamiento de la Nación*, n.º 54, 12-02-1845, p. 98.

não puderam dispor do sistema de ensino como veículo de difusão das suas propostas, competindo assim eventualmente com os nacionalismos português e espanhol⁶³⁷. Em 1913, o insuspeito Alberto de Oliveira receava que o “desdém histórico” dos espanhóis em relação aos Portugueses se traduzisse negativamente na literatura escolar. Mas não era essa a conclusão que resultava do seu inquérito⁶³⁸: observou com surpresa que, nos livros escolares adotados em Espanha, Portugal era tão bem tratado como a própria Espanha: neles valorizava-se a história de Portugal e as ações dos Portugueses. Ou seja, não se esqueciam as qualidades e os feitos dos heróis Portugueses, os “erros” dos castelhanos durante a união ibérica e “a sua incapacidade de se fazer amar ou temer pelo povo conquistado”⁶³⁹. Também noutros campos os iberismos estavam numa situação de desvantagem em relação aos nacionalismos de estado. Se as forças armadas, através das suas escolas regimentais, forjaram sentimentos patrióticos de lealdade às respetivas nações, não é de admitir, evidentemente, que alimentassem ideais iberistas. O mesmo poderá dizer-se de outras instâncias e políticas estatais e de todo um conjunto de práticas, referências e símbolos que contribuíram para a nacionalização das populações: sistema de pagamento de impostos, monumentos públicos, moedas, selos, toponímia, bandeira e hino nacionais, etc.

Pode ver-se nas sugestões iberistas respostas a uma consciência de crise? Se admitirmos esta tese generalista logo nos confrontamos com um problema: as elites políticas e intelectuais portuguesas e espanholas viveram essa consciência de crise de um modo manifesto ou latente desde a ocupação francesa e até pelo menos aos anos 30 do século xx. Mas se considerarmos tempos mais delimitados, os

⁶³⁷ Jose A. Rocamora valorizou este ponto, cf. “Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico”, *Análise Social*, n.º 122, 1993, p. 644.

⁶³⁸ Evidentemente, isto não quer dizer que do lado espanhol só houvesse um olhar positivo sobre Portugal e os Portugueses.

⁶³⁹ Alberto de Oliveira, *Pombos Correios*, Coimbra, 1913, p. 408.

momentos de mais forte afirmação dos iberismos – o decénio de 1850, os anos que se seguem à Revolução de 1868 ou os primeiros anos da I República portuguesa – será mais fácil precisar melhor a resposta. Nos anos de 1868-1874, que correspondem às fortes expectativas de futuro suscitadas pelo Sexénio Democrático em Espanha, à interrupção do rotativismo e crise política em Portugal, não surpreende que se tenha agitado extraordinariamente a propaganda iberista e a conseqüente resposta nacionalista. Tal como era expectável que em momentos mais curtos de crises como a de 1890-91 (Ultimatum britânico, iminência de bancarrota, tentativa revolucionária de 31 de Janeiro de 1891 no Porto) e 1898 (Guerra Hispano-Americana) se assistisse a uma reaproximação das opiniões públicas nos dois países. Já no período que vai de 1908 a 1917, do regicídio em Portugal aos primeiros anos do regime republicano, tempo de grande turbulência política e crise económica acentuada pela Grande Guerra, as propostas iberistas surgem sobretudo sob a forma de uma estratégia imperialista, a partir do topo do estado espanhol, em torno de Afonso XIII. Por último, os anos de 1931 a 1936 – a II República espanhola – correspondem a aproximações entre as oposições republicanas portuguesas ao regime espanhol, na oposição à Ditadura Militar e depois ao Estado Novo. Que os iberismos foram respostas a sentimentos de crise nestes contextos tão diversos, pode admitir-se, sem contudo generalizar: não correspondendo a um tempo de crise, o decénio de 1850 foi, no entanto, um tempo de difusão alargada e debate de sugestões iberistas.

Mas, como vimos, estas não chegaram a constituir-se em propostas políticas estruturadas, concretas e mobilizadoras. Talvez tenha sido assim também porque, para além de serem transversais a todas as correntes políticas, do tradicionalismo contra-revolucionário ao anarquismo, os iberismos tiveram também expressões muito diferenciadas nas diversas regiões peninsulares. Nas regiões periféricas Catalunha, Portugal e Galiza, tendeu a dominar o iberismo federalista

pela voz de intelectuais e políticos a partir de baixo, de fora do poder. Mas não deixou de haver expressões de iberismo unitarista: lembrem-se os casos bem conhecidos do catalão Sinibaldo de Mas e do português Latino Coelho. Terá sido Castela a pátria de eleição do iberismo unitarista? Assim queriam fazer crer iberistas catalães como Ribera i Rovira: “El iberismo castellano nace del espíritu de la raza, hegemónico, unitarista, centralizador”⁶⁴⁰. Hegemónico dentro de um conceito de estado unitário, sem dúvida, e a partir do poder político: refiram-se os casos de Juan Prim, Cánovas del Castillo, o já referido Afonso XIII e, posteriormente, Manuel Azaña. Mas no seio dos federalismos não deixaram de se afirmar tentações hegemónicas. Não esperava o próprio Ribera i Rovira a hegemonia da Catalunha no seio da futura federação ibérica, atendendo ao seu dinamismo económico e tradição autonomista? Não pretendia Horácio Esk Ferrari (secundado aliás por Teófilo Braga) que Portugal tinha vocação hegemónica na Península dado o seu tão alegado pioneirismo marítimo e cosmopolita? E não confessou Sampaio Bruno que o sonho dos federalistas portugueses era que por meio da federação peninsular fosse “a cabeça da Ibéria”? Por detrás dos federalismos espreitava a chispa nacionalista. Como também sucedia com certos historicismos⁶⁴¹.

Voltando à questão inicial: podem os iberismos considerar-se nacionalismos? Se o nacionalismo é não apenas uma ideologia que envolve uma certa conceção de Estado mas também movimento político e social, é no mínimo discutível aceitar-se uma resposta positiva para esta pergunta. De facto não houve movimentos sociais e

⁶⁴⁰ Ignasi Ribera i Rovira, *Las primeras leyes de la República Portuguesa*, Barcelona, 1911, p. 11.

⁶⁴¹ Por exemplo, no País Basco, o chamado vasco-iberismo em voga na 2ª metade do século XIX, que nunca teve as características dos iberismos a que nos referimos: tratou-se de um historicismo, uma teoria retrospectiva, histórica e linguística que legitimou o foralismo e segundo a qual os bascos teriam sido os primeiros povoadores da Península, antes do domínio romano Pedro José Chacón Delgado, “El vasco-iberismo: nexo de unión entre vascos y resto de españoles desde el siglo XVI al siglo XX”, *Nobleza con libertad: biografía de la derecha vasca*, Bilbao, 2015, pp. 43-51.

políticos comandados por ideários iberistas. É verdade que numerosos intelectuais e políticos agitaram a expectativa de uma união ibérica, sob uma forma unitária ou federal. Mas nunca conseguiram forjar dinâmicas políticas mobilizadoras. Quando muito deram expressão a ideologias nacionalistas não-estatais que, destituídas de base social, não chegaram a concretizar-se. O que não é contraditório com a ideia de que se tratou de aspirações supranacionais que, em alguns casos, se limitaram a esboçar em termos abstratos a expectativa no advento de um estado multinacional, entendido como etapa intermédia na construção da futura união das nações europeias e da humanidade. Lembre-se, aliás, que muitos federalistas aderiram à proposta de uma federação dos povos latinos, em voga nos finais de Oitocentos, em alternativa ao poder anglo-saxónico, ao pangermanismo e ao pan-eslavismo, que apontava precisamente naquele sentido. Ideias utópicas? Decerto. Todavia, configuraram novas propostas de identidade coletiva. E se todas as identidades de grupo são abertas e multidimensionais, nelas coexistindo tensões internas, nos casos português e espanhol, em que, no período em análise, se viveram períodos de profunda crise de confiança nacional, os iberismos constituíram – a par das projeções coloniais – desafios históricos que não podem ser ignorados. Enquanto expressões de consciência hispânica e sugestões identitárias alternativas, descentraram o conceito de nação, contribuíram para que se aprofundasse a reflexão sobre as nações peninsulares e se alargasse o seu horizonte de possibilidades. Neste sentido, a sua relevância histórica ultrapassou muito a escassa influência social que adquiriram.

Por seu turno, *hispano-americanismo*, *ibero-americanismo*, *latino-americanismo* e *lusobrasileirismo* – poderíamos acrescentar a recente CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) – erigiram-se em alternativas de projeção cultural e afirmação à escala global, não só das antigas metrópoles coloniais, mas também das elites das nações americanas, tentativas de forjar comunidades transnacionais

de destino. Tentativas que inevitavelmente tiveram incidência política, embora de alcance limitado. As controvérsias e resistências que suscitaram em áreas geográficas bem distantes e nomeadamente da parte de correntes indigenistas, desenvolveram-se em larga medida a partir de uma forte componente conceptual. Não constituem estes conceitos marcadores geopolíticos e identitários de largo espectro? Seja como for, a problemática mantém-se bem viva, não só no plano das ciências humanas na Europa e na América – em particular no campo da história – mas também no campo político e diplomático. Refiram-se as cimeiras dos estados ibero-americanos que passaram a reunir os seus representantes desde 1991 e outros usos políticos recentes de conceitos como *Ibero-américa*, *Hispano-américa* e *pan-iberismo*⁶⁴².

É hoje pacífico no vocabulário dos políticos em Portugal o uso de expressões como *mercado ibérico*, *Ibéria cultural* ou *integração ibérica*. Esta é uma realidade recente, ainda há poucos anos termos como *Ibéria*, *iberismo* ou *ibérico* suscitavam resistência do lado português. Mas sempre houve intelectuais que não receram a exclusão deste léxico e continuaram a admiti-lo sem complexos.

A relação assimétrica Portugal-Espanha foi marcada por uma tensão entre aproximação e distância, comunicação e obstáculos à comunicação, resistência da periferia em relação à hegemonia castelhana, esquecimento de Portugal por parte de Castela. Em múltiplos planos, esta complexa relação foi particularmente evidente: sintonias e dissonâncias, atrações e repulsas, admiração e desdém. Mas torna-se necessário prosseguir em múltiplas direções: no estudo do pensamento e ação de diplomatas e exilados portugueses e espanhóis, para avaliar as tentativas que se delinearão em diversas áreas regionais (Lisboa,

⁶⁴² Um outro exemplo é o ISDIBER – Instituto de Estudios Panibéricos <file:///C:/Users/S%C3%A9rgio/Desktop/PAN/Paniberismo%20e%20Iberofon%C3%ADa%20-%20ISDIBER.html>.

Porto, Madrid ou Barcelona) no sentido de criar dinâmicas de integração ou apenas aproximação entre nações e culturas peninsulares; investigando as associações de espanhóis residentes em Portugal e de portugueses em Espanha; aprofundando o estudo das trocas culturais de elite entre intelectuais e artistas portugueses e espanhóis; tendo em conta o papel das universidades, de associações científicas, fundos de bibliotecas públicas e particulares, etc.; investigando as relações económicas e financeiras, o desenvolvimento dos transportes e comunicações, e os estreitos contactos entre populações raianas. E sobretudo alargando a compreensão dos problemas peninsulares numa escala mais ampla, não só tendo em conta as relações Norte-Sul mas também as relações Oriente-Occidente.

Página deixada propositadamente em branco.

8. FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. FONTES

1. manuscritas

1.1. Archivo Histórico Nacional (Madrid) (AHN)

Legajo H-1692, despacho n.º 30, 59, 61, 80, 1859, 1860, 1861.

Legajo H-1699, despacho n.º 176, 31-10-1883

Correspondência

H. 1703 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1903-1908.

H. 1704 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1908-1911.

H. 1705 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1912-1913.

H. 1706 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1914-1915.

H. 1707 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1916-1918.

H. 1708 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1919-1920.

H. 1709 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1921.

H. 1710 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1922.

H. 1711 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1923.

H. 1712 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1924.

H. 1713 B = Embajadas – Legaciones – Portugal 1925-1930/1836-1931.

H. 1938 C = Consulados – Lisboa – 1907-1923.

H. 1939 C = Consulados – Lisboa – 1924-1930.

Política

H. 2508 A = Política Exterior – Grã-Bretanha 1907-1915.

H. 2637 A = Política Exterior – Portugal 1901-1909.

H. 2638 A = Política Exterior – Portugal 1910.

H. 2639 A = Política Exterior – Portugal 1911.

H. 2640 A = Política Exterior – Portugal 1912.

H. 2641 A=Política Exterior – Portugal 1913-1914.

H. 2642 A=Política Exterior – Portugal 1915-1919.

H. 2643 A=Política Exterior – Portugal 1918-1919.

H. 2644 A=Política Exterior – Portugal 1911-1920.

H. 2645 A=Política Exterior – Portugal 1920-1926.

H. 2646 A=Política Exterior – Portugal/Porto Rico 1927-1929.

H. 3182 Congressos Conferências – I-L 1869-1930

H. 3197 Congressos Conferências – Sa-Si 1869-1930

1.2. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AMNE)

Espólio de Andrade Corvo, Cartas de Prim a S. Olozaga, 1869.

1.3. Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Caixa n.º 12. Cartões de identidade

Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 3 vols [n.º 1-400; n.º 401-750 e n.º 751-1066], s.l., n.d. [Livros de propostas de sócios]

Caixas n.º 16 (atas respeitantes à fundação e constituição).

n.º 2 (Instalações: palácio, museu e biblioteca).

n.º 3 Delegações (atas, correspondência, estatutos).

n.º 4 Publicações (periódicas e panfletos).

n.º 5 (atividades Comemorações / Dia da SHIP).

n.º 11 (corpos gerentes).

n.º 13 (pessoal).

Arquivo de recortes de imprensa [pastas]

A. Comemorações do 1.º de Dezembro: P. 1926-1931; P. 1941-72; P. 1938-88; P. 1932-39; P. 1978-87; P. 1989-2001.

B. Portugal-Espanha:

Iberismo: P. 1917; P. 1917-29; P. 1917-24 e P. 1931-89.

Relações políticas: P. 1919-29; P. 1925-39; P. 1934-35; P. 1924; P. 1930-33.

Relações económicas: P. 1917-21; P. 1925-26; P. 1928; P. 1933; P. 1922-23; P. 1927 e P. 1930-32.

Relações culturais: P. 1928; P. 1936-37 e P. 1934.

1.4. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (B.A.C.L.)

Cartas para José Maria Latino Coelho de várias personalidades espanholas, Manuscritos n.º 1219, Série Azul (correspondência de Sinibaldo de Mas – documentos n.º 1 a 37; n.º 39 a 47 e n.º 49 a 51, de 1852 a 1853).

Papéis referentes à união ibérica contendo alguns originais de José Maria Latino Coelho, Manuscritos n.º 1231, Série Azul.

1.5. Biblioteca João Paulo II

Espólio de António Sardinha. Correspondência

1.6. Biblioteca Nacional de Portugal

Espólio de Oliveira Martins [E20]

2. impressas

2.1. Mapas

Biblioteca Nacional de Portugal

Área de Cartografia

Série de Mapas de Portugal e Espanha dos séculos XIX e XX

Internet

<http://www.philaprintshop.com/iberia.html>, cons. 17-12-2015.

BLAIR, John, *Iberia sive Hispania vetus in tres praecipuas partes necnon in populos divisa* (de *Chronology & History of the World from the Creation to the Year of Christ 1768*, Londres, 1768.

DE WIT, Frederick, *Novissima et Accuratissima Regnorum Hispaniae et Portugalliae*, Amsterdam, c. 1680.

2.2. Fontes oficiais (debates parlamentares)

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842-1910, 1911-1926.

Diário da Câmara dos Pares do Reino, Lisboa, Imprensa Nacional, 1942-1910.

Diário do Governo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

Diário do Senado da República, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911-1926.

2.3. Dicionários da língua portuguesa

FIGUEIREDO, Cândido de, *Novo dicionário da língua portuguesa*, 2.^a ed, 2 vols., Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1913 [1.^a ed. 1899].

Grande dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015.

MACHADO, José Pedro (coorden. de), *Grande dicionário da língua portuguesa*, Lisboa, Amigos do Livro, 1981.

Novo dicionário da língua portuguesa..., Lisboa, Tip. Rolandiana, 1835.

ROQUETE, J. S., *Dicionário da língua portuguesa de José da Fonseca feito inteiramente de novo e consideravelmente aumentado por...*, Paris, Viúva J.P. Aillaud e Guillard, s.d. [1867].

SILVA, António Morais e, *Dicionário da língua portuguesa*, 7.^a ed., Lisboa, Tip. de Joaquim de Sousa Neves, 1878, e 8.^a ed., Rio de Janeiro/Lisboa, Emp. Literária Fluminense, 1891.

VIEIRA, Domingos, *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, Porto, E. Chardron e Bartolomeu Morais, 1871-1874.

2.4. Dicionários da língua espanhola

Nuevo Tesoro Lexicográfico de la Lengua Española

<http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtllle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0>.

2.5. Outros dicionários

Dicionário histórico, geográfico e mitológico, biográfico, artístico, bibliográfico e literário (dir. de M. Pinheiro Chagas), 16 vols., Lisboa, 1876-1890.

Dictionnaire politique. Encyclopédie du langage et de la science politique (dir. de Garnier-Pagès), 2.^a ed., Paris, Pagnene Ed., 1843.

Enciclopèdia Universal Ilustrada Europea-Ameicana, Bilbao-Madrid-Barcelona, 1923.

2.6. Publicações periódicas

2.6.1. Jornais e revistas

Aljubarrota, Lisboa, 1868.

Alma Nova, Lisboa, 1924-1925.

América, Lisboa, 1871.

Contemporânea, Lisboa, 1922-1926.

Democracia, Lisboa, 1874.

- O Dia*, Lisboa, 1917.
- Diário de Lisboa*, Lisboa, 1921-1923.
- Diário de Notícias*, Lisboa, 1911-1931.
- Diário Nacional*, Lisboa, 1917.
- Os Dois Mundos*, Paris, 1880.
- As Farpas – crónica mensal da política, das letras e dos costumes*, Lisboa, 1870-71.
- Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1808.
- Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1878.
- La Ilustración Ibérica*, Barcelona, 1883-1898.
- A Imprensa*, Lisboa, 1852.
- Jornal da Noite*, Lisboa, 1917
- La Justicia*, Madrid, 1893.
- El Liberal*, Madrid, 1893
- A Luta*, Lisboa, 1917.
- A Manbã*, Lisboa, 1917.
- O Mundo*, Lisboa, 1915-1917.
- A Noite*, Lisboa, 1921.
- O Ocidente*, Lisboa, 1898.
- A Opinião, Diário republicano conservador*, Lisboa, 1918-1920.
- A Ordem Nova*, Lisboa, 1926-1927.
- A Pátria*, Lisboa, 1890-91.
- A Península*, Porto, 1852.
- O Peninsular*, Lisboa, 1872.
- El Pensamiento de la Nación*, Madrid, 1845-1846.
- O Progreso*, Lisboa, 1854-1855.
- A Província*, Porto, 1893.
- O Regenerador. Jornal do Povo*, Lisboa, 1848.
- A República. Jornal do Povo* [Lisboa], 1848.
- A República. Jornal da democracia portuguesa*, Lisboa, 1870.
- A República*, Lisboa, 1880.
- O Republicano* [Lisboa], 1848.
- O Século*, Lisboa, 1911-14 e 1924.
- Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, Lisboa, 1859-1865.
- Revista del Mediodía*, Lisboa, 1851.
- Revista Militar*, Lisboa, 1849.
- Revista Occidental*, Lisboa, 1875.

Revista Peninsular, Lisboa, 1855-1856.

Revue Lusitanienne, Lisboa, 1852.

Seara Nova. Revista quinzenal de doutrina e crítica, Lisboa, 1921-1931.

O Século, Lisboa, 1911-1931.

A Voz Pública, Porto, 1893.

2.6.2. Almanques

Almanaque democrático para... 1852-1855, Lisboa, Tip. Social e Tip. Universal, 1851-54.

Almanaque da independência nacional, Lisboa, Tip. Ed. de Matos Moreira, 1874.

Almanaque da instrução pública em Portugal 1857, Coimbra, Imp. da Universidade, 1857.

Almanaque patriótico e anti-ibérico para 1869, Lisboa, Tip. Universal, 1868.

Almanaque patriótico para 1877, Ajuda, Tip. Belenense, 1876.

Almanaque Primeiro de Dezembro para 1903, Lisboa, 1902.

Almanaque Primeiro de Dezembro para 1906, Lisboa, 1905.

Almanaque progresso para 1880, Lisboa, Oficina Tip. da Empresa Literária de Lisboa, s.d.

2.7. Historiografia

ALMEIDA, Fortunato, *História de Portugal*, 6 vols., Coimbra, Ed. do Autor, 1926-1929.

ALTAMIRA, Rafael, *Psicología del pueblo español*, Madrid, Doncel, 1976.

Id., *Historia de España y de la civilización española* (prologo de J. M. Jover Zamora), Barcelona, Crítica, [2001].

AMADOR DE LOS RÍOS, Jose, *Estudios históricos, políticos y literarios sobre los Judios de España*, Madrid, Imprenta de D. M. Díaz, 1848.

ARRIAGA, José de, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, 4 vols., Porto, Livr. Portuense, 1886-1889.

BRAGA, Teófilo, *Soluções positivas da política portuguesa*, Lisboa, Nova Livr. Internacional, 1879.

Id., *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, Ed. Vega, 1983 (1880).

Id., *As modernas ideias da literatura portuguesa*, 2 vols., Porto, Ernesto Chardron, 1892.

Id., *A pátria portuguesa. O território e a raça*, Porto, Lello e Irmão, 1894.

- Id., *Introdução e Teoria da História da Literatura Portuguesa*, Porto, Livraria Chardron, 1896.
- BUCKLE, Henry T., *History of Civilization in England*, 4.ª ed., vol. II, Londres, Longman, R. G., 1864 (1.ª ed., 1857).
- CÁNOVAS DEL CASTILLO, Antonio, “Concepto de nación”, *Obras Completas*, I, Madrid, Fundación Cánovas, 1981 [1882], pp. 131-152.
- CASTRO, Américo, *De la España que aún no conocía*, México, Finiserra, 1972 (texto datado de 1928).
- COLEN, Barbosa [Pinheiro Chagas], *História de Portugal popular e ilustrada*, vol. XIII, Lisboa, Emp. da História de Portugal, 1908.
- CONDE, José Antonio, *Historia de la Dominación de los Árabes en España*, Paris, Baudry, 1840.
- GOMES, Marques, *História de Portugal popular e ilustrada*, vol. XII, Lisboa, Emp. da História de Portugal, s.d.
- GUIZOT, François, *Histoire de la civilization en Europe* (introd., Pierre Rosanvallon) (1.ª ed. 1828), Paris, 1985.
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal* (pref. e notas críticas de José Mattoso), 4 vols., Venda-Nova/Amadora, Livraria Bertrand, 1980 (1.ª ed., 1846-1853).
- MARCHENA, José, *Obra española en prosa (historia, política y literatura)*, introd. de Juan Francisco Fuentes, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1990.
- MARTINS, J. P. de Oliveira, *Os Lusíadas, Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença*, Porto, 1872.
- Id., *História da civilização ibérica*, 8.ª ed., Lisboa, Parceria A.M.Pereira, 1946 (1.ª ed., 1879).
- Id., *História de Portugal* (ed. crítica de Martim de Albuquerque e Isabel F. Albuquerque), vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-C. Moeda, s.d.
- Id., *Portugal contemporâneo*, 3 vols., Lisboa, Guimarães Ed., 1953 (1.ª ed., 1881).
- Id., *Política e história*, 2 vols., Lisboa, Guimarães Ed., 1957.
- Id., *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, Guimarães Ed., 1986.
- Id., *O Repórter*, 2 vols., Lisboa, Guimarães Ed., 1958.
- Id., *Jornal*, Lisboa, Guimarães Ed., 1960.
- Id., *Portugal e Brasil* (introd. Sérgio Campos Matos), Lisboa, Centro de História da UL, 2005.
- Id., *Correspondência de J. P. Oliveira Martins* prefaciada e anotada por F. d’Assis Oliveira Martins, Lisboa, PAMP, 1926.
- MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino, “Letras y literatos portugueses”, *Estudios y discursos de crítica histórica y literaria* (ed. E. Sánchez Reyes), vol.V, Santander, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1942 (texto datado de 1876), pp. 256-257.
- Id., “Brindis del Retiro”, *Estudios y discursos de crítica histórica y literaria* (ed. E. Sánchez Reyes), vol. III, Santander, CSIC, 1941 (texto de 1881), p. 385.

- MONTALVOR, Luis de (dir. de), *História do Regímen Republicano em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Ática, 1930.
- MÚRIAS, Manuel, *O Seiscentismo em Portugal*, Lisboa, [s.n.], 1923.
- Id., “Nacionalismo e catolicismo. Teoria do nacionalismo português”, *Nação Portuguesa*, série iv, n.º 5, t. 1, 1916, pp. 329-343.
- PRESCOTT, William, *History of the Reign of Ferdinand and Isabella the Catholic of Spain*, 2 vols, Londres, Routledge, Warne and Routledge, 1862 (1.ª ed., 1837).
- Id., *History of the Reign of Philip the Second of Spain*, 3 vols., Londres, Routledge, Warne and Routledge, 1859-1860.
- ROMEY, Charles, *Histoire d'Espagne*, Paris, Furne, 1858.
- SILVA, L. A. Rebelo da, *História de Portugal nos séculos xvii e xviii* (int. de Jorge Borges de Macedo), 6 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1971-72 (1.ª ed., 1860-1871).
- TAPIA, Eugenio de, *Historia de la civilización española: desde la invasión de los árabes hasta la época presente*, vol.I, Madrid, Imp. de Yenes, 1840.
- TUBINO, Francisco María, *Los aborígenes ibéricos os los Bereberes en la Peninsula*, Madrid, Sociedad Antropológica, 1876.
- VERTOT, René Aubert, *História das revoluções de Portugal escrita em francês...* (trad. Fr. Mateus da Assunção), Lisboa, Tip. Rollandiana, 1815.

2.8. Questão ibérica e hispanismos

- ALMEIDA, Miguel Ferreira de, *Discurso patriótico contra a Ibéria pregado na Igreja de Santa Maria Maior da Covilhã no dia 1.º de Dezembro de 1868*, Covilhã, Tip. Católica, s.d.
- ALMEIDA, P. Rodrigo António de, *A questão da Ibéria em duas partes*, Lisboa, Imp. de F.Xavier de Sousa, 1856.
- AZEVEDO, Aníbal de, *Nós e a Espanha*, Figueira da Foz, Imp. Lusitana, 1922.
- BARROS, João de, *Portugal, terra do Atlântico*, Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, 1923.
- BASTO, Artur Magalhães, *A fronteira hispano-portuguesa (ensaio de geografia política)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.
- BARZANALLANA, José García, *La Liga Aduanera Ibérica*, 2.ª ed., Madrid, Imp. y Lib. de Eduardo Martinez, 1878 (1.ª ed. 1861).
- BAENA, Visconde Sanches de, *Fastos históricos da Comissão Central 1º de Dezembro ou o monumento aos Restauradores de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Tip. de Matos Moreira, 1885-86.
- BARACHO, Sebastião de Sousa Dantas, *A questão ibérica*, Lisboa, Tip. do Diário Ilustrado, 1881.
- BORREGO, Andrés, *De la situación y de los intereses de España, en el movimiento reformador de Europa*, Madrid, Imp. de Francisco Andrés e Cª, 1848.

- Brado aos Portugueses. Opúsculo patriótico contra as ideias da união de Portugal com a Espanha* (introd. de S. J. Ribeiro de Sá), Lisboa, Tip. Universal, 1860.
- BRUNO, Sampaio, *Os modernos publicistas portugueses*, Porto, Livraria Chardron, 1906.
- CAETANO, Marcelo, “A Restauração de Portugal (discurso pronunciado no dia 1 de Dezembro na Juventude Católica de Lisboa), *Ordem Nova*, n.º 10, fasc. 9-10, Nov./Dez. 1927, pp. 303-315.
- CALVO ASENSIO, Gonzalo, *Lisboa em 1870*, Lisboa, Frenesi, 2009 [1.ª ed. 1870].
- CAMACHO, Brito, *Impressões de Viagem, Cartas a um jornalista*, Lisboa, Guimarães, 1913.
- CÂMARA, Xisto, *A união ibérica traduzida literalmente por Rodrigo Paganino*, 2.ª ed., Lisboa, Tip. Universal, 1859.
- CAMPOS, Ezequiel de, *Pela Espanha*, Porto, Renascença Portuguesa, s.d. [1916].
- CAMPUZANO, Joaquín Francisco, *Unión Peninsular*, Madrid, Imp. de Miguel de Burgos, 1841.
- CASTILHO, José Feliciano de, *Da união ibérica, por um português*, Rio de Janeiro, Tip. de Paula Brito, 1861.
- CASTRO, Augusto de, *O que eu vi e ouvi em Espanha Janeiro a Agosto de 1917*, Lisboa, J. Rodrigues, 1917.
- CASTRO Y LOPEZ, José de, *La frontera hispano-portuguesa: estudio descriptivo y militar*, Madrid, Imp. y Litografía del Dep. de La Guerra, 1973.
- CEBRIÁN, Juan, “Comunicación del académico honorario excelentísimo señor don Juan C. Cebrián leída en la sesión del día 10 de diciembre de 1926”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Tomo 89, Madrid, 1926, pp. 309-317.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, *Ministros, padres e reis*, Lisboa, Ed. C.S. Afra e Cª, s.d.
- Id., *Vermelhos, brancos e azuis*, Lisboa, Ed. C. S. Afra & Cª, s.d.
- As Conferências do Casino no Parlamento* (introd. e notas de José-Augusto França), Lisboa, Livros Horizonte, s.d.
- Congresso Hispano-Português-Americano. Correspondência*, Lisboa, Tip. do Comércio de Portugal, 1891.
- CORDEIRO, Luciano, *Sim. Resposta aos que nos perguntam se queremos continuar a ser portugueses. Opúsculo anti-ibérico*, Lisboa, Tip. da Rua da Vinha, 1865.
- CORVO, João de Andrade, *Perigos*, Lisboa, Tip. Universal, 1870.
- COSTA, C. A. da *Memória sobre Portugal e a Espanha*, s.l., Tip. de Castro e Irmão, 1856.
- COSTA, E. A. Ramos da, *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal 1861-1940*, Lisboa, Of. da Penitenciária, 1940,
- COSTA, Francisco António da, *Sermão pregado no dia 1.º de Dezembro na Sé de Lisboa por...*, Lisboa, Tip. Universal, 1886.
- COSTA, Joaquín, *Política quirúrgica*, http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/politica-quirurgica--0/html/feef53c6-82b1-11df-acc7_002185ce6064_4.html#I_4_

- Id., *Antologia*, sel. y prólogo de Jose Rodriguez Sanchez) [2.ª ed.], [Madrid], Doncel, [1968].
- Id., *Estudios jurídico-políticos*, Madrid, Imp. de la Revista de Legislación, 1884.
- CUNHA, Alfredo C. da, *Da formação da nacionalidade portuguesa e do estabelecimento da forma monárquica em Portugal*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1881.
- CUNHA, António Pereira da, *Não! Resposta nacional às pretensões ibéricas*, Porto, Tip. de F. Pereira de Azevedo, 1857.
- DIAS, J. Simões, *A Espanha contemporânea*, Porto, Imprensa Portuguesa Ed., 1877.
- DINIS, José Ferreira Garcia, *Sermão gratulatório do dia 1.º de Dezembro de 1640*, Lisboa, Tip. Universal, 1871.
- ENES, António, *A guerra e a democracia. Considerações sobre a situação política da Europa*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1870.
- Estatuto da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Lisboa, 1928.
- Estatutos da Comissão Central 1.º de Dezembro*, Lisboa, Tip. Universal, 1870.
- FARO, José Dionísio de Melo, *Forças defensivas de Portugal hoje e amanhã*, 1.ª ed., Lisboa, Tip. Universal, 1868.
- FERNÁNDEZ DE LOS RÍOS, Ángel, *Mi misión en Portugal. Anales de ayer para enseñanza del mañana*, Paris, Tip. de Tolmer e Isidore Joseph, s.d. [1877].
- FERRARI, Horácio Esk, *A hegemonia de Portugal na Península Ibérica*, Lisboa, Tip. de J. H. Verde, 1877.
- FERREIRA, José Maria de Andrade, *A questão ibérica em relação à nossa história e os deveres do professorado*, Lisboa, Imp. de Joaquim G. Sousa Neves, 1864.
- FERREIRA, Francisco da Silva, e RIBEIRO, Tomás, *Discurso e poesia que na sessão solene da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, na noite do 1.º de Dezembro de 1874 recitaram...*, Lisboa, Tip. Universal, 1875.
- FIGUEIREDO, Fidelino de, *Notas para um Ideárium Português*, Lisboa, Sá da Costa, 1929.
- Id., *História d'um Vencido da Vida*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1930.
- Id., *As duas Espanhas*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1932.
- GANIVET, Ángel, *Idearium Español*, 2.ª ed., Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1905 [1.ª ed. 1897 e 8.ª ed., Madrid, Espasa Calpe, 1970].
- GARRETT, Almeida, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d. [1.ª ed. 1830].
- GARRIDO, Fernando, *Los Estados Unidos de la Iberia*, Madrid, Imprenta J. I. Mendizábal, 1881.
- GINER de los RÍOS, Francisco e Hermenegildo, *Portugal. Impresiones para servir de guía al viajero*, Madrid, s.d. [1888].
- GÓMEZ DE BAQUERO, Eduardo [Andrenio], *Nacionalismo e hispanismo y otros ensayos*, Madrid, Historia Nueva, 1928.
- GOODOLFIM, José C. da Costa, *Portugal e Espanha. Duas palavras enérgicas sobre Portugal*, Lisboa, Tip. da Rua do Poço dos Negros, 1869.

- GONÇALVES, A. Ribeiro, *A independência nacional e a Ibéria*, Lisboa, Tip. da Rua da Vinha, 1868.
- GULLÓN, Pío, *La fusión ibérica*, Madrid, Gullón e Iglesias, 1861.
- JORGE, Ricardo, *A Intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no futuro*, Porto, Conferência proferida perante o Congresso Científico Luso-Espanhol, 1921.
- LABRA, Rafael de, *Lisboa y los Portugueses*, Porto Rico, Tip. de José González Font. [1888].
- Id., *Portugal contemporâneo*, Madrid, Administración Obelisco, s.d. [1889?].
- Id., *Portugal y sus códigos*, Madrid, Imprenta Central, s.d.
- Id., *El Congreso Pedagógico de 1892*, Madrid, Librería de la Viuda de Hernando, 1894.
- Id., *Las Relaciones de España con las Repúblicas Hispano-Americanas*, Madrid, Tip. de Alfredo Alonso, 1910.
- JÚNIOR, Campos, *A Ibéria. Opúsculo patriótico*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1868.
- LEAL, Mendes, “As duas penínsulas”, *América*, vol. II, n.º 1, Janeiro de 1871, pp. 1-80.
- LEAL, António B. de Moraes, *Os contrabandistas oficiais e particulares*, Lisboa, Tip. do Futuro, 1868.
- [LEAL, Bernardino A. de Moraes], *Propaganda patriótico-liberal contra a pretendida união ibérica*, Lisboa, F. Gonçalves Lopes, 1867.
- LEÃO, José de Barbosa, *O futuro de Portugal, segundo o parecer do Dr....*, Porto, Tip. António J. da Silva Teixeira, 1881.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *La fédération ibérique*, Paris, Imp. Gautherin e C.^a, s.d. [1893].
- Literatura clandestina em Portugal* (ed. de A.H. de Oliveira Marques), vol. I, Lisboa, 1990.
- LLANOS Y TORRIGLIA, F., *Mirando a Portugal. El interés de España*, Madrid, Imprenta Clásica Española, 1917.
- LOBO, Augusto Maria da Costa Sousa, *Um voto contra a união ibérica*, Lisboa, Tip. da Rua da Condessa, 1857.
- LORENZO, Félix, *Portugal (cinco años de República)*, Madrid, Tip. de la Sociedad Editorial de España, 1915.
- MACÍAS PICAWEA, Ricardo, *El problema nacional*, Madrid, Librería General V. Suárez, 1899.
- MADARIAGA, Salvador de, “Portugal”, *Descobrimento. Revista de Cultura*, vol. II, Lisboa, 1932 [original espanhol *España. Ensayo de historia contemporánea*, Madrid/Barcelona, s.d. [1931].
- MAEZTU, Ramiro de, *Defensa de la Hispanidad* (pref. de F. Svarez), Madrid, Homo Legens, 2006 (1934).
- Manifesto da Comissão 1.º de Dezembro de 1640*, Lisboa, Tip. do Futuro, 1861.
- MARCOARTÚ, Arturo de, *El Iberismo o la Fusion de las Nacionalidades por la Paz: la Confederación Postal de la Península*, Madrid, Imp. de Tomás Nuñez Amor, 1859.
- MARTINS, J. P. de Oliveira, *Febo Moniz*, Lisboa, Guimarães Ed., s.d.,

- MAS Y SANS, Sinibaldo, *A Ibéria, memória em que se provam as vantagens políticas, económicas e sociais da união das duas monarquias peninsulares em uma só nação*, 2.ª ed., Lisboa, Tip. Universal, 1853 (1.ª ed. port., Lisboa, 1852).
- MOLINA, Ricardo, *Portugal, su origen y constitución e historia política en relación con la del resto de la península*, Madrid-Sevilla, Oficina Tip. del Hospicio, 1870.
- MOREIRA, Rafael, *O iberismo dos monárquicos*, Lisboa, Imp. de Portugal-Brasil, s.d.
- NAVARRO I MONZÓ, Julio, *Catalunha e as nacionalidades ibéricas. Apontamentos para o estudo da civilização hispânica*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1908.
- NIDO y SEGALERVA, Julio, *La Unión Ibérica, Estudio crítico, histórico de este problema...*, Madrid, Tip. de P. de Velasco 1914.
- Id., *Mi contestación a la prensa lusitana: Opúsculo. Defensa motivada de mi libro*, Madrid, Ramona Velasco, 1916.
- NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Obra completa* (Ed. org. por António Carlos Leal da Silva), 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976-1980.
- NORDAU, Max, "Introducción", Marqués de dos Fuentes, *El alma nacional*, Madrid, Imp. Cervantina, 1915.
- Nuestra raza española (ni latina ni ibérica)*, Madrid, Imp. de E. Maestre, 1926 [textos de Juan Cebrián e A.M.Espinosa].
- OLIVEIRA, Alberto de, *Pombos Correios: notas quotidianas*, Coimbra, F. França Amado, 1913.
- OLMET, Luís Antón del, *Nuestro abrazo a Portugal (catecismo de la raza)*, Madrid, imp. de Alrededor del Mundo, 1912.
- OPISSO, Alfredo, *España y Portugal: su historia, su geografía, su arte y sus costumbres*, Barcelona, Antonio J. Bastinos, 1896.
- ORTEGA Y GASSET, José, *España invertebrada, bosquejo de algunos pensamientos históricos*, Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1967 [1.ª ed. 1921].
- Id., *El tema de nuestro tiempo*, 2.ª ed., Madrid, Revista de Occidente, 1928.
- ORTIGÃO, J. D. Ramalho, *As Farpas*, 15 vols., Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1944-1949.
- PAXECO, Fran, *Portugal não é ibérico*, Lisboa, Tip. Tôrres, 1932.
- PAZ, Abdón de, *Espana y Portugal*, Madrid, Imprenta de D. Isidoro Pecina, 1861.
- PESSOA, Fernando, *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, Lisboa, Ática, 1980.
- Id., *Ibéria, Introdução a um Imperialismo Futuro* (Ed. de Jerónimo Pizarro e Pablo J. Pérez López), Lisboa, Ática, 2012.
- PI y MARGALL, *Las nacionalidades* (introd. Juan Trías Vejarano), Madrid, Ed. Biblioteca Nueva, 2002 (1.ª ed. 1877).
- Portugal e a sua autonomia. Eco glorioso, e a voz da razão. Por um liberal imparcial*, Lisboa, Tip. de Coelho e Irmão, 1870.
- Portugal e a sua autonomia em relação ao novo princípio das nacionalidades segundo as raças*, Lisboa, Tip. Lallemand, 1871.
- Portugal em 1872. Vida constitucional de um povo de raça latina*. Lisboa, Tip. do Jornal do Comércio, 1873.

- PROUDHON, P. J., *Do princípio federativo e da necessidade de reconstituir o partido da revolução*, Introdução e organização de Francisco Trindade, Lisboa, Colibri, 1996 [1.ª ed. 1863].
- QUEIROZ, Eça de, *Páginas de Jornalismo*, 2 vols., Porto, Lello, 1981.
- Id., *Prosas Bárbaras*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- Id., *As Farpas* (ed. M. F. Mónica), Lisboa, Principia, 2004.
- Id., *O Primo Basílio*, Lisboa, Livros do Brasil, 10.ª ed.
- Id., *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. [1.ª ed., 1888].
- Id., *A Capital*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- Id., *Ecos de Paris*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- Id., *Correspondência epistolar* (ed. de A. Campos Matos), Porto, Lello, 1995.
- Id., *Correspondência* (org. e notas de A. Campos Matos), 2 vols., Lisboa, Caminho, 2008.
- QUENTAL, Antero de, *Prosas sócio-políticas* (pub. e apres. por Joel Serrão), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.
- Id., *Cartas*, 3 vols. (ed. de Ana Maria Almeida Martins), Lisboa, Imprensa Nacional, 2009.
- A questão ibérica*, Lisboa, Tip. do Anuário Comercial, 1916.
- RAPOSO, Hipólito, *Pátria morena*, Porto, Livraria Civilização, 1937.
- Resumo histórico da dominação de Castela em Portugal e da famosa insurreição do dia 1.º de Dezembro de 1640*, Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, 1868.
- RIBEIRO, Joaquim José, *A união ibérica ou reflexões sobre a união dos dois povos da península*, Lisboa, Tip. Lisbonense, 1867.
- RIBEIRO, José Maria de Almeida, *Oração gratulatória pela feliz Restauração de Portugal no ano de 1640* (introd. de José da Silva Mendes Leal), Lisboa, Tip. de Castro e Irmão, 1869.
- RIBERA I ROVIRA, Ignasi, *Iberisme* (introd. de Teófilo Braga), Barcelona, Bib. Popular de “l’Avenç”, 1907.
- Id., *La integridad de la patria. Cataluña ante el espíritu de Castilla*, Barcelona, José Agustí, 1907.
- Id., *Las primeras leyes de la República Portuguesa*, Barcelona, Tip. Mariana Galve, 1911.
- Id., “O iberismo de Teófilo Braga”, *In memoriam do Doutor Teófilo Braga*, Lisboa, 1934 [texto datado de 1928], pp. 329-332.
- RODRIGUES, Bettencourt, *Uma Confederação Luso-Brasileira*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923.
- ROJO VILLANOVA, Amtonio, *El nacionalismo regionalista y la política internacional de España*, Madrid, Imp. de Justo Martínez, 1918.
- RUIZ MORALES, J. Miguel, *La economía del bloque hispanoportugués*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1946.

- SÁ, António F. Moreira de, *O dia 1.º de Dezembro de 1640 ou memória histórica dos sucessos em Portugal desde a morte de El-Rei D.Sebastião até à feliz aclamação de D. João IV*, Lisboa, Tip. Universal, 1861.
- SAMPAIO, António Rodrigues e outros, *A união ibérica e a candidatura d'El-Rei D. Fernando*, Lisboa, Tip. de J. A. de Matos, s.d. [1877].
- SARDINHA, António, “O Território e a Raça”, *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916, pp. 9-76.
- Id., “O pan-hispanismo segundo António Sardinha”, *Contemporânea. Grande Revista Mensal*, vol. 1, n.º 1-3, Lisboa, 1922, pp. 49-51.
- Id., *À Lareira de Castela: Estudos Peninsulares*, Famacião, Minerva, 1943 [1.ª ed. 1920].
- Id., *A aliança peninsular*, 3.ª ed., Lisboa, s.n., 1971 (1.ª ed., 1924).
- Id., “O século xvii”, *Lusitânia*, vol. II, fasc. I, Setembro de 1924, pp. 57-78.
- Id., *Ao ritmo da ampulbeta*, Lisboa, Porto, Coimbra, Rio de Janeiro, “Lvmen”, 1925.
- SANTIBÁÑEZ DEL RÍO, Conde de, *Portugal y el hispanismo*, Madrid, s.n., 1920.
- SILVA, Joaquim Maria da, *Federação Ibérica, ou Ideias Gerais Sobre o que Convém ao Futuro da Península por um Português*, Porto, Tip. F. G. da Fonseca, 1854.
- , *Felizes os que então viverem! Estados Unidos da Ibéria, uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva* (Edição, Introdução e notas de M. da Conceição Meireles Pereira), Famacião, Quasi, 2006.
- SOTTO-MAYOR, Miguel de, *As vitórias dos Portugueses em defesa da sua independência. Escrito anti-ibérico*, Porto, Tip. da Livraria Nacional de B. H. de Moraes e C.ª, 1868.
- SUÁREZ INCLÁN, Julián, *Las naciones ibéricas, Conferencia en el Centro Militar por el coronel...*, Madrid, Imprenta Depósito de Guerra, 1884.
- TRANCOSO, Visconde de, *Apontamentos para a história da dominação castelhana em Portugal. Opúsculo anti-ibérico*, Lisboa, Tip. da Rua do Benfornoso, 1870.
- Tratado de comércio e navegação entre Portugal e Espanha assinado em Madrid a 27 de Março de 1893*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- Tratado de limites con Portugal. Anexos*, Lisboa, Imp. de Libanio da Silva, 1895.
- TRESSEVERE, Vicomte Mary de, *Le mariage ou l'avenir du Portugal*, Paris, Chez tous les Libraires, 1862.
- UNAMUNO, Miguel de, *Escritos de Unamuno Sobre Portugal*, Estudo, recolha e notas de Ángel Marcos de Dios, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- Id., *Do sentimento trágico da vida*, Lisboa, Relógio d'Água, 1988 [1.ª ed. 1913].
- Id., *Por Terras de Portugal e de Espanha*, Lisboa, Nova Vega, 1989 [1.ª ed. 1911].
- VALERA, Juan, “Historia de la Civilización Ibérica”, *Revista de España*, t. cxvii, n.º 464, 1887, pp. 593-611, e t. cxviii, n.º 467, pp. 282-301.
- VASCONCELOS, J. A. C. de, *Os Portugueses e a Ibéria*, Elvas, Tip. Elvense, 1861.
- VÁZQUEZ DE MELLA, Juan, *Discurso pronunciado por el Excmo. Sr. D... El Ideal de España. Los tres dogmas nacionales*, Madrid, Imprenta Clásica Española, 1915.

2.9. Outras fontes

Análise da Proclamação de Mr. Junot de 16 de Agosto de 1808, Coimbra, 1808.

CAMPOS, Agostinho de, “1640-1930”, *Anais da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Lisboa, 1931, pp. 97-109.

FERRÃO, António, “A perda da independência e a Restauração de 1640. As lições da história”, *Anais da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Lisboa, 1931, pp. 9-51.

MONCADA, Luís Cabral, “1640...Restauração do pensamento político português”, *Boletim da Faculdade de Direito*, 10, 1926-28, pp. 447-477.

RENAN, Ernest, *Qu'est-ce qu'une nation? et autres essais politiques* (introd. de Joel Roman), Paris, Presses Pocket, 1992 (1882).

SILVEIRA, Mouzinho da, *Obras* (ed. crítica coord. de Miriam H.Pereira), 2 vols., Lisboa, FCG, s.d.

B. BIBLIOGRAFIA

1. Roteiros de fontes e bibliografias

CARVALHO, José Adriano de Freitas, “*O meu reino por um sereno*”. *Viajantes portugueses em Espanha (1847-1952). Acegas para uma bibliografia*, Porto, CIUHE, 2013.

LITER, Carmen et al., *Cartografia de España en la Biblioteca Nacional siglos XVI al XIX*, s.l., Biblioteca Nacional, s.d. [1994].

PALMEIRIM, Luís Augusto, “Apontamentos bibliográficos”, *Portugal e os seus detractores. Reflexões a propósito do livro do Sr. Fernández de los Ríos intitulado “Mi misión”*, Lisboa, Tip. da Biblioteca Universal, 1877, pp. 271-309.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Relações entre Portugal e Espanha na época contemporânea. Ponto da situação historiográfica”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III série, vol. 4, 2003, pp. 85-100.

ROMERAL PÉREZ, Carlos García, *Bio-Bibliografía de Viajeros Españoles Siglo XIX*, Madrid, Olleros & Ramos, Ed. 1995.

SILVA, Inocêncio F. da, *Dicionário bibliográfico português*, t. x, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 34-48.

2. Dicionários e enciclopédias

- Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, 3 vols., dir. por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006.
- Diccionario panhispánico de dudas*, 2005, <http://www.rae.es/recursos/diccionarios/dpd>
- Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, 20 vols., Lisboa, Ed. Verbo, 1963-1980.
- Enciclopedia universal ilustrada europea-americana*, 70 vols., Bilbao-Madrid-Barcelona, Espasa-Calpe, 1926.
- Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, 40 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d. [1935-1960].
- Jornais Republicanos: 1848-1926*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.
- LEMOS, Maximiliano de (dir. de), *Enciclopédia portuguesa ilustrada. Dicionário universal*, 11 vols., Porto, Lemos & C^a, s.d. [1900-09].
- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme, *Portugal. Dicionário histórico, corográfico, numismático, artístico, biográfico, bibliográfico e heráldico*, 7 vols., Lisboa, J. R. Torres, 1903-1915.
- SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-71.

3. Obras de carácter geral

- FONTANA, J. y VILLARES, R. (dirs.), *Historia de España*, vols. 6 a 12, Barcelona, Critica/Marcial Pons, 2007-2013.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa – constantes e linhas de força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s.d.
- MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel, *Nova História de Portugal* (coorden. de Fernando de Sousa e A. H. Oliveira Marques), vols. IX e X, Lisboa, Ed. Presença, Lisboa, 2002-04.
- MATTOSO José (dir. de), *História de Portugal*, vols. V a VIII, Lisboa, Ed. Estampa, 1993-94.
- MEDINA, João (dir. de), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vols. VI a XV, Alfragide, Ediclube, 1993.

4. Estudos

4.1. Iberismos, hispanismos, relações Portugal-Espanha

- ABREU, Luís Machado de, “Pendências iberistas no Oitocentismo português”, *Revista da Universidade de Aveiro*, n.º 13, 1996, pp. 53-68.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, “Antero de Quental e a sua proposta no contexto do debate português sobre as causas da decadência dos povos peninsulares”, *Antero de Quental e o destino de uma geração*, Porto, Ed. Asa, 1994, pp. 16-23.
- ALVES, Jorge Fernandes, “Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas”, Antonio Eiras Roel e Domingo Gonzalez Lopo (coord.), *Movilidad e migracions internas na Europa Latina*, Santiago de Compostela, Universidad (Cadeira Unesco), 2002, pp. 117-126.
- ALVES, Jorge Fernandes et al., “Imigração galega na cidade do Porto (segunda metade do século XIX)”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II série, vol. 9, 1992, pp. 215-236.
- ANDRADE, Luís, *História e memória: a Restauração de 1640 do liberalismo às comemorações centenárias de 1640*, Coimbra, Minerva, 2001.
- ANDRADE, Luís, e TORRALBA, Luís Reis, *Feriados em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade*, Coimbra, IU, 2012.
- ARDAO, Arturo, *España en el origen del nombre América Latina*, Montevideo, Biblioteca de Murcha/FHCE-FCS, 1992.
- BENDICHO BEIRED, José Luis, “Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano”, *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 30, n.º 54, set/dez 2014, pp. 631-654.
- BENIMELI, José A. Ferrer, “El Gran Oriente Lusitano Unido y los masones españoles (1869-1878)”, *Revista de História das Ideias*, n.º 8, Coimbra, 1986, pp. 183-221.
- BOISVERT, Georges, “Lettres inédites de Juan de Valera à Latino Coelho, Nov. de 1853-Mai de 1891”, *Bulletin des Études Portugaises*, Paris, t. xxviii-xxix, 1967-68, pp. 213-286.
- Id., “Liberalisme et ‘Iberisme’ au Portugal a la veille de la Révolution de 1820”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. xxiii, Lisboa-Paris, 1987, pp. 673-679.
- BRANCATO, Braz Augusto A., “D. Pedro I do Brasil e IV e Portugal e o Constitucionalismo Ibérico”, *Historia Constitucional* (revistaelectrónica), n.º 5, 2004, pp. 150-152. <http://www.seminariomartinezmarina.com/ojs/index.php/historiaconstitucional/article/view/97/83>
- BRON, Grégoire, *Révolution et nation entre le Portugal et l’Italie. Les relations politiques luso-italiennes des Lumières à l’Internationale libérale de 1830*, 3 vols., Paris, École Pratique des Hautes Études, 2013 [policop.].
- CARDOSO, António Monteiro, “A questão da livre navegação no Douro e a crise de 1840 entre Portugal e a Espanha”, *Portugal e a Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira* (Heriberto C. Carou et al. Eds), Lisboa, Ed Colibri, 2009, pp. 53-72.

- CARVALHO, Paulo Archer de, *Nação e Nacionalismo, mitemas do Integralismo Lusitano*, Coimbra, [s. n.], 1993.
- Id., “Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista”, *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, 1996, pp. 231-244.
- Id., “Três teses sobre a Ucrônia e a floresta utópica. A propósito do Integralismo Lusitano”, *Revista de História das Ideias*, vol. 24, 2003, pp. 357-414.
- CASTELLS OLIVÁN, Irene, “Los orígenes del iberismo (1815-1832)”, *Josep Fontana Història i projecte social. Reconeixement a una trajectòria*, Barcelona, Crítica, 2004, pp. 1033-1046.
- CASTRO, Miguel, *A fronteira Portugal/ Espanha, 18 anos depois de Schengen*. Doutorado em Geografia, Lisboa, UL, 2013.
- CATROGA, Fernando, “Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX”, *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 419-463.
- Id., “As lojas espanholas de obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e o iberismo”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VII, Coimbra, 1985, pp. 89-104.
- Id., “El primer Congreso Masónico Interpeninsular (1905) en la estrategia ideológica del Gran Oriente Lusitano Unido”, *Masoneria, política y sociedad* (coord. J. A. Ferrer Benimeli), Zaragoza, Centro de Estudios Historicos de la Masoneria Española, 1989, pp. 465-474.
- Id., “Nacionalistas e Iberistas”, *História de Portugal*, vol. V (coorden. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 563-567.
- Id., “História e ciências sociais em Oliveira Martins”, *História da História em Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 117-159.
- Id., “Centralização e descentralização em Portugal, mas em fundo Ibérico (séculos XIX/XX)”, *Uns apartats germans: Portugal I Catalunya*, Editado por Víctor Martínez-Gil, Maiorca, Lleonard Muntaner, 2010, pp. 45-84.
- Id., “A República una e indivisível (no princípio era a Província)”, *Revista de História das Ideias*, n.º 27, 2006, pp. 171-249.
- CHACÓN DELGADO, Pedro José, “El vasco-iberismo: nexo de unión entre vascos y resto de españoles desde el siglo XVI al siglo XX”, en *Nobleza con libertad: biografía de la derecha vasca*, Bilbao, Atxular Atea, 2015, pp. 43-51.
- CHATO GONZALO, Ignacio, *Las Relaciones Masónicas entre España y Portugal 1866-1932*, Mérida, Serie de Estudios Portugueses, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, 1996.
- Id., *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846-1910)*, 2 vols., Mérida, Junta de Extremadura, 2004.
- Id., *Portugal segundo a Espanha / Portugal según España* [texto policopiado].
- Id., “Miradas cruzadas: diplomacia, iberismo e identidade nacional en la península ibérica (1850-1910)” [inédito].
- Id., “Espanhóis em Portugal III (1874-1881): exílio, emigração y masonería” [inédito].
- Conferência Portugal-Espanha. O que separa também une*, Lisboa, UAL, 1997.

- CHORÃO, Luís Bigotte, “A «Contemporânea» e o modernismo”, <http://malomil.blogspot.pt/2014/05/a-contemporanea-e-o-modernismo.html>
- Id., *Política e justiça na I República*, vol. I, 1910-1915, Lisboa, Letra Livre, 2011.
- CORDEIRO, Carlos, “O iberismo e os Açores”, *Revista de História das Ideias*, nº12, Coimbra, 1990, pp. 429-440.
- CORREIA, Natália, *Somos todos hispanos*, Lisboa, Ed. “O Jornal”, 1988.
- CUENCA TORIBIO, José Manuel, *Ensayos iberistas*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1998.
- CUCURULL, Felix, *Dois povos ibéricos (Portugal e Catalunha)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1975.
- CUNHA, Maria Helena Laranjeiro da, *Números únicos bracarense comemorativos do 1.º de Dezembro de 1640*, Braga, Biblioteca Pública de Braga, 1990.
- DAMAS, Carlos Alberto de Oliveira, *O Barão de Rendufe e o liberalismo oitocentista. O político e o diplomata 1820-1848*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.
- DESIGNES, Ana Isabel Sardinha, *António Sardinha (1887-1925): Um Intelectual no Século*, Lisboa, ICS, 2006.
- DIAS, Eduardo Mayone, *Menéndez Pelayo e a literatura portuguesa*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1975.
- DIEGO, Emilio de, “Portugal y el 98 español, a través de nuestra diplomacia en aquel país”, *António Pedro Vicente. Estudos em Homenagem*, Lisboa, 2014, pp. 149-162.
- DUARTE MONSERRAT, Ángel, “La Península Inacabada. Notas abiertas para una aproximación catalana a Iberia”, *Revista de História das Ideias*, vol. 31, Coimbra, FLUC, 2010, pp. 189-218.
- DURÁNTEZ PRADOS, Frigidiano Álvaro, *Paralelismos y convergencias entre la comunidad iberoamericana de naciones y la comunidad de países de lengua portuguesa: ¿existe un espacio multinacional de países de lenguas ibéricas?* Madrid, Universidad Complutense, 2014.
- ESTEBAN DE VEGA, Mariano, “Castilla y España en la Historia general de Modesto Lafuente”, *¿Alma de España? Castilla en las interpretaciones del pasado español* (Antonio Morales e Mariano Esteban Eds.), Madrid, Marcial Pons Historia, 2005, pp. 87-140.
- FERREIRA, José Medeiros, *Um Século de Problemas. As relações luso-espanholas da união ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1989.
- FERREIRA, Paulo Rodrigues, *Iberismo, hispanismo e os seus contrários. Portugal e Espanha (1808-1931)* [tese de doutoramento policop.], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2015.
- FREIRE, João, “O pensamento anarquista (e algumas das suas práticas) e o iberismo”, *A Península Ibérica: nações e transnacionalidade entre dois séculos* (no prelo).
- FUENTES CODERA, Maximiliano, “Imperialismos e iberismos en España: perspectivas regeneradoras frente a la Grande Guerra”, *Historia y Política*, 33, Jan-Jun. 2015, pp. 30-35.

- GARCIA CÁRCEL, Ricardo, *La leyenda negra. Historia y opinión*, Madrid, Alianza Editorial 1992.
- Id. (coord.), *La construcción de las historias de España*, Madrid, Marcial Pons, 2004.
- GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- GIUSEPPE, Francesca de, *Portogallo, Italia e questione iberica (1821-1869)* Tesi di dottorato, Napoli, Università degli Studi di Napoli Federico II, 2010.
- GOMES, George Manuel, “A construção do ‘hispanismo’ na obra política de António Sardinha (1915-1925)”, *Ler História*, n.º 68, 2015, pp. 109-127.
- GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro C., “Hispanidad”, *Diccionario político y social del siglo xx español* (dir. Javier Fernández Sebastián y Juan F. Fuentes), Madrid, 2008, pp. 617-623.
- GRACIA PÉREZ, Felipe, *Hijos de la Madre Patria. El hispanoamericanismo en la construcción de la identidad nacional colombiana durante la Regeneración (1878-1900)*, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», 2011.
- GROSSINHO, Maria José, e ESPINHA, Carla R., *A Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 (1861-1870)*, Lisboa, FLUL, 1996 [policop.].
- GUTIÉRREZ SÁNCHEZ, Mercedes, e JIMÉNEZ NÚÑEZ, Fernando, “La recepción del Integralismo Lusitano en el mundo intelectual español”, *Elites e poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* (Manuel Baião Ed.), Lisboa, Colibri, 2004, pp. 303-321.
- HEREDIA SORIANO, Antonio, “Hispanismo filosófico: problemas de su constitución”, *El reto europeo: identidades culturales en el cambio de siglo I Jornadas de Hispanismo Filosófico* (coorden. José Luis Abellán), Madrid, 1994, pp. 133-135.
- HERNÁNDEZ RAMOS, Pablo, *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874. Análisis cualitativo-discursivo del nacionalismo ibérico desde los textos periodísticos* [tese de doutoramento, policop.], Madrid, Universidad Complutense, 2015.
- Id., e BIRKNER, Thomas, “El Zollverein Ibérico. Análisis de los Proyectos de Unión Aduanera Hispano Portuguesa en la prensa de Madrid (1850-1867)”, *Revista Internacional de Historia de la Comunicación*, n.º 4, vol. 1, 2013, pp. 75-97.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A propaganda republicana 1870-1890*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
- Id., “O anti-iberismo dos republicanos radicais portugueses 1870-1910”, *Actas dos 3.º Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 3, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1997, pp. 213-220.
- Id., *Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Diálogos difíceis*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.
- HUGUET, Montserrat, “El Iberismo: Un proyecto de espacio público peninsular”, *Alcores. Revista de Historia Contemporánea*, Leão, n.º 4, Fundación 27 de Marzo, 2007, pp. 243-275.
- JACINTO, Rui, e BENTO, Virgílio (coorden. de), *Territórios e culturas ibéricas*, Porto, Campo das Letras, 2005.
- JOVER ZAMORA, J. M., *Política, diplomacia y humanismo popular en la España del siglo XIX*, Madrid, Ed. Turner, 1976.

- JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional, Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, s.d. [1988-89].
- Id., *Fontismo. Liberalismo numa sociedade iliberal*, Lisboa, D. Quixote, 2016.
- KAGAN, Richard L., “Prescott’s Paradigm: American Historical Scholarship and the Decline of Spain”, *American Historical Review*, Abril de 1996, pp. 423-446.
- Id., *Spain in America, The Origins of Hispanism in the United States*, Illinois, Universidade de Illinois, 2002, pp. 21-48.
- Id., *Marcelino Menéndez Pelayo y el hispanismo norteamericano*, Santander, Real Sociedad Menéndez Pelayo, 2013.
- LOPES, António Cordeiro, “Dois projectos de geopolítica ibérica, de matriz tradicionalista – Vázquez de Mella e António Sardinha”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, n.º 16/17 – 5.ª série, 1994, pp. 99-113.
- LÓPEZ-CORDÓN, M. Victoria, *El pensamiento político-internacional del federalismo español (1868-1874)*, Barcelona, Ed. Planeta, 1975.
- LOURENÇO, António Apolinário, “História da Civilização Ibérica: alguns aspectos da recepção espanhola”, *Revista da Universidade de Coimbra*, xxxviii, Coimbra, 1999, pp. 175-184.
- Id. e DOTRAS BRAVO, Alexia, “Da Ibéria à Hispânia. Da Espanha à Ibéria”, *Revista de História das Ideias*, vol. 31, Coimbra, FLUC, 2010, pp. 285-301.
- LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.
- Id., *O outro lado da lua*, Lisboa, Campo das Letras, 2005.
- MACEDO, Jorge Borges de, “A ‘História de Portugal nos séculos xvii e xviii’ e o seu Autor”, in Luís Augusto Rebelo da Silva, *História de Portugal nos séculos xvii e xviii*, vol. i, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, pp. 7-130.
- Id., *Portugal: um destino histórico*, Separata das 1.ª *Jornadas Académicas da Espanha e de Portugal, 25 a 27 de Maio de 1988*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990.
- MAGALHÃES, Gabriel, “Visita guiada à Casa Ibérica (1801-1900)”, *RELIPES Relações linguísticas e literárias entre Portugal e Espanha desde o início do Século XIX até à actualidade* (coorden. G. Magalhães), Salamanca/Covilhã, CELYA/UBI, 2007, pp. 47-124.
- Id., *Los secretos de Portugal. Peninsularidad e iberismo*, Barcelona, RBA Libros SA, 2012.
- MARCILHACY, David, “La Péninsule Ibérique et le Mare Nostrum Atlantique: ibérisme, hispanisme et américanisme sous le règne d’Alphonse XIII de Bourbon”, *Revista de História das Ideias*, vol. 31, Coimbra, FLUC, 2010, pp. 303-336.
- Id., *Raza hispana. Hispanoamericanismo e imaginario nacional en la España de la Restauración*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010.
- MARINHO, Maria José, “A Revista Ocidental 1875 um projecto da Geração de 70”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, vol. 7, n.º 1, 1991, p. 66.
- MARTÍN MARTÍN, Teodoro, *El movimiento Iberista: aproximación a la Historia de una idea*, Madrid, Asociación de Profesores Universitarios Jubilados, 2009.

- MARTÍNEZ-GIL, Víctor “A ideia iberista na Geração do ‘Orfeu’”, *Il Portogallo e è mari: un encontro tra culture*, Atti a cura di Maria Luisa Cusati, Nápoles, Liguori Ed., 1997.
- Id., *El naixement de l'iberisme catalanista*, Barcelona, Curial, 1997.
- Id. (Ed), “*Uns apartats germans*”: *Portugal I Catalunya*, Editado por Víctor Martínez-Gil, Maiorca, Leonard Muntaner, 2010.
- Id., “Modernidad, política e ibericidad en las relaciones literárias peninsulares”, *Revista de Filologia Românica*, 2015, Anejo IX, pp. 31-44.
- MARTINEZ GROS, Gabriel, “L’historiographie des minorités dans l’Espagne des années 1860 », *Nations en quête de passé* (dir. Carlos Serrano), Paris, Presse de l’Université de Paris-Sorbonne, 2000, pp. 55-71.
- MARTINS, Armando Yebra, *El iberismo: perspectiva de una evolución (1850-1975)*, Lisboa, Palas, 1994.
- MARTINS, Hermínio, “O federalismo no pensamento político português”, *Penélope*, n.º 18, 1998, pp. 13-49.
- MASCARENHAS, Manuela, *A Questão Ibérica 1850-1870*, Separata de *Bracara Augusta*, t.XXXIV, fasc. 78 (90), Jul.-Dez. 1980.
- MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998.
- Id., “A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal”, Estudos em homenagem a João Francisco Marques, vol. II, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2002, pp. 149-161.
- Id., “Portugal e Espanha – proximidade e distância”, *Le Monde Diplomatique*, Ed. portuguesa, Lisboa, n.º 44, Novembro de 2002, pp. 1-3.
- Id., “Nacionalismo e anti-iberismo. A pedagogia nacionalista da Comissão 1.º de Dezembro (1890-1933)”, *Eixo Atlântico, ‘A mirada do outro’ Para unha Historia da Educación na península*, n.º 4, Jan.-Jun. 2003, pp. 2-13.
- Id., “Portuguese and Spanish historiographies – proximity and distance” (em colaboração com David Mota), *The Contested Nation. Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories* (Ed. por Stefan Berger e Chris Lorenz), Basingstoke, Palgrave MacMillan, 2008, pp. 339-366.
- Id., “Narrativas históricas, nações e identidades – uma identidade ibérica oitocentista?” *Nação e identidades. Portugal, os Portugueses e os outros* (coorden. de Hermenegildo Fernandes *et al.*), Lisboa, CHUL/Caleidoscópio, 2009, pp. 307-319.
- Id., “A crise do final de Oitocentos em Portugal: uma revisão”, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Univ. de Lisboa, 2002, pp. 99-115.
- Id., “Iberismo e identidade nacional (1851-1910)”, Lisboa, *Clio – Revista do Centro de História da Univ. de Lisboa*, Lisboa, n.º 14, FLUL, 2006, pp. 349-400.
- Id., “Conceitos de Iberismo em Portugal”, Coimbra, 2007, Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 28, pp. 169-193.
- Id., “Una perspectiva peninsular y transnacional sobre España y Portugal”, J. P. Oliveira Martins, *Historia de la civilización ibérica*, Pamplona, Urgoiti Ed., 2009, pp. XLIX-LXVI.

- Id., “*Finis Patriae* e consciência de crise no Portugal contemporâneo”, Coimbra, Ed. Univ. de Coimbra, 2010, Separata de *Estudos do Século XX*, n.º 10, 2010, pp. 361-384.
- Id., “Iberismo e hispanismo: Portugal e Espanha (1890-1931)”, *Filosofia y literatura en la Península Ibérica. Respuestas a la crisis finisecular*, Madrid, Fundación I. Larramendi/CFUL/Asociación de Hispanismo Filosófico, 2012, pp. 251-271.
- Id., “Civilisation ibérique: genèse et fortune d'un concept, *Langages de l'Identité et de la différence. Classes, «castas» et races dans le monde iberoamericain* (Ed. Fátima Sá e Melo Ferreira, Lúcia Bastos e Joelle Chassin), Paris, L'Harmattan (no prelo).
- Id., “Pode o vocabulário geo-político forjar novos mundos? Hispano-Americanismo, Ibero-americanismo e Pan-lusitanismo em Portugal e Espanha (c. 1890-c. 1931)” (inédito), 2016.
- MAURÍCIO, Carlos, *A invenção de Oliveira Martins*, Lisboa, Imprensa Nacional-C. da Moeda, 2004.
- MEDINA, João, *Eça político: ensaios sobre aspectos político-ideológicos da obra de Eça de Queiroz*, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- Id., “Eça de Queiroz e o iberismo: reflexos da questão ibérica na obra de Eça de Queiroz, de 1867 a 1888”, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, Moraes Ed., 1980, pp. 21-72.
- Id., “A crise colonial dos anos noventa em Portugal e Espanha (1890-1898) e as suas consequências”, *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. IX, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 219-230.
- Id., “Iberizar e desiberizar: pulsões de africanização e de europeização desde a crise peninsular dos anos noventa do século XIX”, *Los 98 ibéricos y el mar*, vol. III, Madrid, Sociedad Estatal Lisboa'98, 1998, pp. 139-152.
- Id., *Ortega y Gasset no exílio português (com um excuroso sobre a lusofilia de Miguel de Unamuno)*, Lisboa, Centro de História, 2004.
- MIGNOLO, Walter, *La idea de America Latina: la berida colonial y la opción decolonial*, Barcelona, Gedisa, 2007.
- MIRANDA, Luciana Lilian, “*Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que devemos ser*”: *a causa luso-brasileira em João de Barros, 1912-1922* [policop.], Lisboa, FCSH da UNL, 2014.
- MORALES MOYA A. et al., *Historia de la nación y del nacionalismo español*, Barcelona, Galaxia G./Círculo de Lectores, 2013.
- MOTA ÁLVAREZ, David, “La imagen de Castilla-León y España en los manuales escolares portugueses (1850-1910)”, *Actas del III Congreso sobre la enseñanza del español en Portugal*, 2009, <http://www.mepsyd.es/externo/pt/es/publicaciones-y-materiales/actas.shtm>.
- NETO, Vitor, “Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira”, Coimbra, 1988, Separata da *Revista de História das Ideias*, n.º 10, pp. 753-768.
- Id., *As ideias sociais e políticas de J. F. Henriques Nogueira*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras/Ed.Colibri, 2005.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé-Manuel, “History of Civilization: Transnational or Post-Imperial? Some Iberian Perspectives (1870-1930)”, en Stefan Berger & Chris Lorenz (eds.),

- Nationalizing the Past: Historians as Nation-Builders*, Basingstoke: Palgrave, 2010, pp. 384-403.
- Id., “Iberia reborn: Portugal through the lens of Catalan and Galician Nationalism (1850-1950)”, *Iberian modalities* (Ed. Joan Ramon Resina), Liverpool, Liverpool University Press, 2013, pp. 83-98.
- Id., “Iberia as a ‘Historical region’”, *European Historical regions* (Diana Mishkova e Balázs Tréncsenyi eds.), Oxford, Berghahan, 2016.
- OLIVEIRA, César, *Cem anos nas relações luso-espanholas*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995.
- PEDREIRA Jorge, “Guerras, afinidades e nacionalismos (1750-1910)”, *Portugal e Espanha amores e desamores* (ed. A. Teodoro de Matos et al.), vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores/Temas e Debates, 2015, pp. 153-228.
- PELLISTRANDI, Benoît, *Un discours national? La Real Academia de La Historia entre science et politique (1847-1897)*, Madrid, Casa de Velásquez, 2004.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão*, Porto, s.n., 1992.
- Id., *A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)* [policop.], Porto, Universidade do Porto, 1995.
- Id., *Concertação económica peninsular e união aduaneira na imprensa portuense*, Porto, s.n., 1996.
- Id., “O contrabando luso-espanhol no século XIX – o discurso dos teóricos”, *O contrabando e outras histórias*, Porto, CENPA/FLUP; 2001, pp. 25-51.
- Id., “Relações entre Portugal e Espanha no 3.º quartel do século XIX – os aspectos cultural e económico”, *População e Sociedade*, 6, 2000, pp. 101-111.
- Id., *Sinibaldo de Más: a difusão da Ibéria em Portugal e do iberismo no Oriente*, Porto, CEPSE, 2002.
- Id., “Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia”, *Revista de História das Ideias*, vol. 31, Coimbra, FLUC, 2010, pp. 257-283.
- Id., “Concepções e avatares do iberismo no Portugal finissecular – do federalismo republicano ao ecletismo dos republicanos”, *“Uns apartats germans”: Portugal I Catalunya*, Editado por Víctor Martínez-Gil, Maiorca, Lleonard Muntaner, 2010, pp. 85-110.
- PÉREZ ISASI, S., e FERNANDES, Ângela (Eds.), *Looking at Iberia: a comparative European perspective*, Oxford, Peter Lang, 2013.
- PINHEIRO, Magda Avelar, “Portugal e Espanha: integração e ruptura. Os caminhos-de-ferro (1850-1890)”, *Ler História*, Lisboa, n.º 11, 1987, pp. 47-75.
- Id., *Cidade e caminhos de ferro*, Lisboa, CEHCP-ISCTE, 2008.
- PIWNIC, Marie-Hélène, *Echanges erudits dans la péninsule Iberique (1750-1767)*, Paris, FCG, 1987.
- Id., “L’Espagne dans le Distrito de Évora d’Eça de Queiroz”, *Hommage à Carlos Serrano*, Paris, Éd. Hispaniques [2005], pp. 116-117.
- Relações Portugal-Espanha. Cooperação e identidade. I Encontro Internacional*, s.l., Fundação Rei Afonso Henriques, s.d. [2000].

- QUINTAS, José Manuel, *Filhos de Ramires*, Lisboa, Nova Ática, s.d.
- RAMOS, Rui, “Portugal e Brasil perante a primeira globalização. A crítica de Oliveira Martins”, *Relações Internacionais*, Dez. 2005, pp. 73-90.
- Id., “Medo e expectativas. Portugal e a Guerra Hispano-americana de 1898”, *Relações Internacionais*, n.º 24, Dez. de 2009, pp. 29-44.
- RELVAS, Susana Rocha, *António Sardinha e suas relações culturais com a Espanha, Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX)*, Universidade Nova de Lisboa, 1998, policopiado. Com *Apêndice documental, correspondência espanhola, brasileira e hispano-americana dirigida a António Sardinha 1906-1925*].
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva, 1990.
- Id., “Povo, Nação, Europa – Mazzini e os utópicos portugueses”, *Revista de História das Ideias*, 28, 2007, pp. 97-128.
- RINA SIMÓN, César, *Iberismos: proyecciones, anhelos y expectativas peninsulares 1848-1898*, Tesis doctoral, Pamplona, Universidad de Navarra, 2015.
- Id., (Ed.), *Processos de nacionalización y identidades en la península ibérica*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2017.
- RIVADULLA BARRIENTOS, Daniel, “El discurso del Hispano-americanismo español en el siglo XX: una utopía de sustitución”, *Congreso de Jóvenes Historiadores y Geógrafos. Actas*, Madrid, Universidad Complutense, 1990.
- RIVAS, Pierre, “Utopie ibérique et idéologie d’un fédéralisme social pan-latin”, *Utopie et socialisme au Portugal au XIX^e siècle*, Paris, FCG, 1982, pp. 319-330.
- RIVERO, Ángel, *Iberismo, Nacionalismo y Modernidad Portugal y el 1.º de diciembre de 1868*, 2008, https://www.google.pt/search?q=RIVERO%2C+Angel%2C+Iberismo%2C+Nacionalismo+Y+Modernidad+Portugal+y+el+1%C2%BA+de+diciembre+de+1868&rlz=1C1CHMO_ptptPT681PT681&oq=RIVERO%2C+Angel%2C+Iberismo%2C+Nacionalismo+Y+Modernidad+Portugal+y+el+1%C2%BA+de+diciembre+de+1868&aqs=chrome..69i57j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8
- ROCAMORA, José Antonio, *El nacionalismo ibérico 1792-1936*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1994.
- Id., “Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico”, *Análise Social*, n.º 122, 1993, pp. 631-652.
- Id., “La alternativa ibérica en España”, *Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 3, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2004, pp. 127-149.
- RODRÍGUEZ-ESTEBAN, José Antonio, “Geopolitical perspectives in Spain: from the Iberism of the 19th Century to the Hispanoamericanism of the 20th”, *Finisterra*, xxxiii, n. 65, 1998, pp. 185-193.
- RUBIO, Javier, *España y la Guerra de 1870*, 3 vols., Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1989.
- RUEDA HERNANZ, Germán, “El ‘iberismo’ del siglo XIX. Historia de la posibilidad de unión hispano-portuguesa”, *España-Portugal. Estudios de historia contemporánea* (dir. H. de la Torre Gómez e A. Pedro Vicente), Madrid, Ed.Complutense, 1998, pp. 181-214.

- RUIZ TORRES, Pedro, “Representaciones del pasado en la cultura nacionalista española de finales del siglo XIX”, *Los 98 Ibéricos y el mar*, vol. III, Madrid, Sociedad Estatal Lisboa 98, 1998, pp. 144-148.
- SALVADOR ALBERT, Bernabeu, *1892: El IV Centenario del Descubrimiento de América en España; Coyuntura y Commemoraciones*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Estudios Históricos, Departamento de Historia de América, 1987.
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, “Les Relacions entre Catalunya I Portugal des del 1640 fins ara”, “Uns apartats germans”: *Portugal I Catalunya*, Editado por Víctor Martínez-Gil, Maiorca, Leonard Muntaner, 2010, pp. 19-44.
- SÁNCHEZ GARRIDO, Pablo, “Maeztu y Portugal. Análisis político e intelectual sobre la Primera República (1910-1926)”, *Hispania*, vol. LXXVI, n.º 254, sep.-dic. 2016, pp. 721-749.
- SANTOS Luís Cláudio Villafañe G., *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*, Brasília, 2014.
- SARAIVA, António José, *Herculano desconhecido 1851-1853*, Porto, Edições SEN, 1953.
- Id., *A cultura em Portugal. Teoria e história*, 1, Lisboa, Bertrand, 1981.
- SARDICA, José Miguel, *A Ibéria – A Relação Peninsular no século XX*, Lisboa, Aletheia, 2013.
- SEPÚLVEDA, Isidro, *Comunidad cultural e hispano-americanismo 1885-1936*, Madrid, UNED, 1994.
- Id., *El Sueño de la madre patria: hispanoamericanismo y nacionalismo*, Madrid, Marcial Pons, 2005.
- SILVA, José Miguel Pimenta, *Portugal no IV Centenário do Descobrimiento da América (1892-1893)* [policopiado], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.
- STAVANS, Ilan, e JAKSIC, Ivan, *What is hispanidad?*, Austin, Univ. of Texas, 2011.
- TELO, António J., e TORRE GÓMEZ, Hipólito, *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Ed. Cosmos, 2000.
- TORGAL, Luís Reis, *Tradicionalismo e contra-revolução. O Pensamento e acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973.
- Id., “A Restauração. Breves reflexões sobre a sua historiografia”, *Revista de História das Ideias*, n.º 1, Coimbra, Inst. de História e Teoria das Ideias, 1976, pp. 23-40.
- Id., “Castilla y España en la ideología, en la memoria y en la historiografía portuguesa”, *Castilla en España. Historia y representaciones* (M. Esteban de Vega y A. Morales Moya Eds.), Salamanca, Ed. de la Universidad de Salamanca, 2009, pp. 353-369.
- Id., “Castela e Espanha vistas na escola salazarista”, *Estados Novos, Estado Novo*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 285-312.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Conspiração contra Portugal (1910-1912), As relações políticas entre Portugal e Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- Id., *Na encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*, Lisboa, Ed. Estampa, 1980.
- Id., *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal 1910-1919*, Madrid, Espasa-Calpe, 1983.

- Id., *Do perigo espanhol à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*, Lisboa, Ed. Estampa, 1985.
- Id., *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Cosmos, 1998.
- Id., “Las relaciones hispano-portuguesas en la Edad Contemporánea”, *Reflexiones en torno a España y Portugal*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert/Diputación de Alicante, 1993, pp. 33-72.
- Id. (ed.), *Portugal y España contemporáneos*, *Ayer*, n.º 37, 2000.
- Id., *El Imperio del Rey, Alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2002.
- Id., “A I República e a Espanha”, *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império* (coord. Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira), Lisboa, Tinta da China, 2011, pp. 111-140.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (coorden.), *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la historia*, Mérida, Junta de Extremadura, 2002.
- TRÍAS, Juan, e ELORZA, Antonio, *Federalismo y reforma social en España (1840-1870)*, Madrid, Seminários y Ed. S. A., 1975.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel, *Medio siglo de cultura española (1885-1936)*, 3.ª ed. corregida y ampliada, Madrid, 1984.
- UCELAY-DA CAL, Enric, *El imperialismo catalán*, Barcelona, Edhasa, 2003.
- VÁSQUEZ CUESTA, Pilar, “O espantinho ibérico como arma política no Portugal do século XIX”, *Estética do romantismo em Portugal*, Lisboa, Grémio Literário, 1974, pp. 39-43.
- Id., *A Espanha ante o “Ultimatum”*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975.
- Id., “Antero de Quental iberista?”, Congresso Anteriano Internacional-Actas. Universidade dos Açores. 14-18 Outubro de 1991, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 161-182.
- Id., “Espanha e Eça”, *Dicionário de Eça de Queiroz* (org. e coorden. de A.Campos Matos), Lisboa, 2015, pp. 556-568.
- VEIGA, Carlos Margaça, *A berança filipina em Portugal*, s.l., CTT, 2005.
- VENTURA, António, “A Imagem de Espanha em alguns viajantes Portugueses no século XIX”, *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 4, 2007, pp. 153-156.
- Id., *Uma história da maçonaria em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.
- VICENTE, António Pedro, “Iberismo”, *Dicionário de História de Portugal* (coorden. de António Barreto e M. Filomena Mónica), vol. 8, Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 201-205.
- Id., *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- VILLANUEVA, Jesús, *Leyenda negra. Una polémica nacionalista en la España del siglo XX*, Madrid, Los Libros de la Catarata, 2011.
- WULFF, Fernando, *Las essencias patrias. Historiografía e Historia Antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*, Barcelona, Crítica, 2003.

4.2. Nacionalismos, história, identidades

- ALBUQUERQUE, Martim de, *A consciência nacional portuguesa. Ensaio de história das ideias políticas I*, Lisboa, s.n., 1974.
- ÁLVAREZ JUNCO, José, *Mater dolorosa. La idea de España en el siglo XIX*, Madrid, Taurus, 2001.
- BAYARD, Jean-François, *The illusion of cultural identity*, Chicago, C. Hurst & Co. Publishers, 2005.
- BERAMENDI, Justo G., MAÍZ, Ramón, e NÚÑEZ, Xosé M. (Eds.), *Nationalism in Europe past and present*, 2 vols., Santiago de Compostela, Universidade de Santiago, 1994.
- BLACK, Jeremy, *Maps and history. Constructing images of the past*, New Haven/Londres, Yale University Press, 1997.
- BRANCO, Rui Miguel, *O mapa de Portugal. Estado, território e poder no Portugal de Oitocentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- CALHOUN, Craig, *Social theory and the politics of identity*, Oxford/Cambridge, Blackwell, 1994.
- CANDEIAS, António (dir. e coorden.), *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*, Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 2004.
- CAPELA, José Viriato et alia (coorden.), *O heróico patriotismo das províncias do Norte*, s.l., Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho, 2008.
- CARO BAROJA, Julio, *El mito del carácter nacional. Meditaciones a contrapelo*, Madrid, Seminarios y Ediciones S. A., 1970.
- CARVALHO, Joaquim de, “Compleição do patriotismo português”, *Obra Completa*, vol. v, Lisboa, 1987 [1953].
- CASTELLS, Manuel, *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. II, *O poder da identidade*, Lisboa, FCG, 2003.
- CUCHE, Denys, *A noção de cultura nas ciências sociais*, 2.ª ed., Lisboa, Fim do Século Ed., 2003.
- DIAS, Maria Helena, e BOTELHO, H. Ferreira, *Quatro séculos de imagens da cartografia portuguesa*, 2.ª ed., s.l., Comissão Nacional de Geografia, s.d. [1999].
- DUBAR, Claude, *La crisis de las identidades. La interpretación de una mutación*, Barcelona, Ed. Bellaterra, 2002.
- ELIAS, Norbert, *A sociedade dos indivíduos*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1993 (1987).
- FAVRE, Henri, *Le mouvement indigéniste en Amérique Latine*, Paris, L'Harmattan, 2009.
- GELLNER, Ernest, *Naciones y nacionalismo*, Madrid, Alianza Ed., 1988.
- GIRARDET, Raoul, *Le nationalisme français. Anthologie, 1871-1914*, Paris, Éditions du Seuil, 1983.
- GIRAULT, René, *Peuples et nations d'Europe au XIX^e siècle*, Paris, Hachette, 1996.
- HERTZ, Fredrick, *Nationality in history and politics*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1966 (1.ª ed., 1944).

- HOBSBAWM, Eric, *Nations and nationalism since 1780. Programme, myth, reality*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- Id., *Globalização, democracia e terrorismo*, Lisboa, Ed. Presença, 2008.
- KEDOURIE, Elie, *Nacionalismo*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1988.
- KRAUEL, Javier, *Imperial Emotions: Cultural Responses to Myths of Empire in Fin-de-siècle Spain*, Liverpool, Liverpool University Press, 2013.
- MARÍN, Paloma C. et al., *Historiografía e nacionalismo español (1834-1868)*, Madrid, Centro de Estudios Historicos, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1985.
- MATOS, Sérgio Campos, *Consciência histórica e nacionalismo. Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- MATTOSO, José, *O essencial sobre a formação da nacionalidade*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- MINOGUE, Kenneth R., *Nationalism*, Londres, B. T. Batsford, 1967.
- RENAUT, Alain, “Postérité de la querelle entre Lumières et Romantisme: le débat sur l'idée de nation”, *Histoire de la Philosophie Politique*, t. 3, Lumières et romantisme, Paris, Calmann Lévy, 1999, pp. 366-376.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 2.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1963.
- Id., *A formação de Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- RIQUER Y PERMANYER, Borja de, “El surgimiento de las nuevas identidades contemporáneas: propuestas para una Discusión», *España, ¿Nación de Naciones?, Ayer*, n.º 35, 1999, pp. 21-52.
- SHAFER, Boyd C., *Faces of nationalism: new realities and old myths*, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovitch Inc., 1972.
- SMITH, Anthony D., *Theories of nationalism*, 2.^a ed., Londres, Duckworth, 1983.
- Id., *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997 (1990).
- SNYDER, Louis L., *Macro-Nationalisms. A history of Pan-Movements*, Westport-London, Greenwood Press, 1982.
- SOBRAL, José Manuel, *Portugal, Portugueses: uma identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água, 2012.
- THIESSE, Anne-Marie, *La création des identités nationales*, Paris, Seuil, 1999.
- TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- VENTÓS, Xavier de *Nacionalismos. El laberinto de la identidad*, Madrid, Espasa Calpe, 1994.
- WEBER, Max, *Économie et société*, 2 vols., Paris, Plon, 1971.

4.3. Outros

- ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do Império*, Porto, Ed., Afrontamento, 1993.
- ALMADA, José de, *A aliança inglesa. Subsídios para o seu estudo*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948.
- ALVES, José dos Santos, *A opinião pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, Universidade Autónoma, 2010.
- BOURDIEU, Pierre, “Le Nord et le Midi: Contribution à une analyse de l’effet Montesquieu”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 35, Nov. 1980. *L’identité*, pp. 21-25.
- CASSINO, Carmine, *Portugal e a Itália em Portugal: emigração, nação e memória (1800-1832)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2015.
- COMELLAS, J. Luis, *Del 98 a la Semana Tragica. Crisis de conciencia y renovación política*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2002.
- DUROSELLE, Jean Baptiste, *L’Europe. Histoire de ses peuples*, Paris, Valmonde, Perrin, 1990.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier, “Democracia”, *Diccionario político y social del siglo XIX español* (dir. J. Fernández Sebastián e J. Francisco Fuentes), Madrid, Alianza Ed., 2002, pp. 216-228.
- FERREIRA, Olga da Cunha, “António Sérgio e os Integralistas”, *Revista de História das Ideias*, n.º 5, t. 1, Coimbra, 1983, pp. 27-469.
- FOX, Innman, “El concepto de la generación de 1898 y la historiografía literaria”, *AHH. Actas X* (1989), pp. 1761-1770.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, ANDRADE, Luís, e CASTRO, Zília Osório de, *Atlântida. A invenção da comunidade luso-brasileira*, Rio de Janeiro, 2013.
- KULLBERG, Carlos, *Selos de Portugal – Álbum II (1910/1953)*, Ed. Húmus, 2.ª ed., 2006 http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/lazer/html/ebook/bfd004_p.pdf
- LEAL, Ernesto Castro, “A Ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX”, *Ibérica*, n.º 12, Juiz de Fora, Dez. 2009-Março 2010, pp. 5-20 <http://www.estudiosibericos.com/arquivos/iberica12/confederacao-luso-brasileira.pdf>
- LOUSADA, Maria Alexandre, “O ‘espírito de associação’ em Portugal: dinâmica social e legislação”, *Anarquismo, trabalho e sociedade. Livro em homenagem a João Freire* (org. de Luísa Veloso et al.), Coimbra, Almedina, 2016, pp. 97-119.
- MARTINS, F. A. Oliveira, *Oliveira Martins e os seus contemporâneos*, Lisboa, Guimarães Ed., 1960.
- MENISSIER, Thierry (Ed.), *L’idée d’empire dans la pensée politique, historique, juridique et philosophique*, Paris, l’Harmattan, 2006.
- MIRANDA, Jorge, *O constitucionalismo liberal luso-brasileiro*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- MOREIRA, Filipe Alves, “A Geração de 70: Notas Para A História De Um Conceito” http://www1.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2007/09_artigo_de_filipe_alves_moreira.pdf.

- NORA, Pierre, “La génération”, *Les lieux de la mémoire*, vol. II, Paris, Gallimard, 1997, 2975-3.
- NUNES, Maria de Fátima, “O público entendimento da ciência nos congressos da Associação para o Progresso das Ciências: Portugal e Espanha”, *Elites e poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* (Ed. Manuel Baião), Lisboa, Ed. Colibri, 2004, pp. 381-395.
- PARRA MONSERRAT, David, *La Narrativa del Africanismo Franquista: Génesis Y Prácticas Socio-Educativas*, Valencia, Univ. de València, 2012.
- PEREIRA, José Esteves, *Silvestre Ribeiro Ferreira. O seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974.
- PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o fascismo em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, Ed. 70, 2015.
- PIRES, António Machado, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Lisboa, Vega, 1992.
- PORTER, Andrew, *O imperialismo europeu (1860-1914)*, Lisboa, Ed. 70, 2011.
- SERRANO, Clara de Melo, “Arte de falar e arte de estar calado”. *Augusto de Castro, jornalismo e diplomacia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013.
- SILBERT, Albert, “Oliveira Martins et l’Histoire”, *Regards sur la génération portugaise de 1870*, Paris, 1970, pp. 85-100.
- TEIXEIRA, Nuno S., *Heróis do mar. História dos símbolos nacionais*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.
- TUÑÓN DE LARA, Manuel, *Medio siglo de cultura española (1885-1936)*, 3.^a ed. corregida y ampliada, Madrid, Ed. Tecnos, 1984.
- VAKIL, AbdoolKarim, “Leituras de Oliveira Martins. História, ciências sociais e modernidade económica”, *Revista da Universidade de Coimbra*, xxxviii, Coimbra, 1999, pp. 47-81.
- VERSTEEGEN, Gijs, “Corte y estado en la obra histórica de Cánovas: la malograda incorporación del Reino de Portugal a la Monarquía hispana” *Libros de la Corte.es 2* (2010), pp. 37-57 <https://repositorio.uam.es/handle/10486/6104>.
- VIANNA, Luís Werneck, *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Revan, 1997.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

DIREÇÃO: MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

«História Contemporânea» é, como todos sabem (sobretudo os historiadores), um conceito lato e ambíguo. É, sempre, no entanto, um «conceito que regressa» e que, por isso, se mantém firme no vocabulário historiográfico. Portanto, continuou-se a adotá-lo nesta Coleção de carácter geral sobre a história do século XX, e também, por um lado, do século XIX, sempre presente no espírito dos historiadores contemporaneístas, e mesmo, por outro lado, do século XXI, que começa a assomar no horizonte de uma História que se deseja cada vez menos como um passado sem vida e cada vez mais como um processo de interpretação que inclui a reflexão sobre a atualidade. Mas, esta visão não supõe uma conceção «presentista» e ideológica, porque se deseja sobretudo que a História seja uma Ciência, mesmo que se admita – como Le Goff – que ela o é, mas «não é uma ciência como as outras».

A Coleção «História Contemporânea» – que se juntará a outras séries de publicações do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra – integrará, pois, estudos de variadas temáticas, conceções, objetivos e desenvolvimentos, sobre os últimos séculos da História.

Desta forma, pretende-se situar a História num espaço de «intervenção» (no sentido em que a Ciência é *intervenção*), e numa luta que, de algum modo, prolonga a temática do colóquio do décimo aniversário do CEIS20, «Outros Combates pela História», cujo título se inspirou numa obra clássica de Lucien Fèbvre.





HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

